

Associação  
Brasileira de  
Psicologia Política

Jan. / Jun. . VOL.6 . nº 11 . ISSN 1518-549X

# Psicologia Política

2006

# **Associação Brasileira de Psicologia Política**

## **Presidente**

Cornelis van Stralen (UFMG-Brasil)

## **Vice-Presidentes**

Centro Oeste - Ana Raquel Rosas Torres (UCG-Brasil)

Sudeste - Salvador Antonio Mireles Sandoval (PUCSP/Unicamp-Brasil)

Norte - Enock Pessoa (UFAC-Brasil)

Nordeste - Leoncio Camino (UFPb-Brasil)

Sul - Louise Lhullier (UFSC-Brasil)

## **Secretário Geral**

Vanessa Andrade Barros (UFMG)

## **Conselho Fiscal**

Karin von Smigay (UFMG-Brasil)

Maria Palmira da Silva (ESP-Brasil)

Cícero Pereira (UCG-Brasil)

Alessandro Soares da Silva (PUCSP-Brasil)

## **Comitê Editorial da RPP**

### **Editores**

Marco Aurélio M. Prado (UFMG-Brasil)

Salvador Antonio Mireles Sandoval (PUCSP/UNICAMP-Brasil)

### **Comissão de Apoio**

Bruno da Graça Leite Padilha (PUCSP-Brasil)

Frederico Alves Costa (UFMG-Brasil)

Frederico Viana Machado (UFMG-Brasil)

Otacílio de Oliveira Junior (UFMG- Brasil)

### **Conselho Editorial**

Ana Raquel Rosas Torres (UCG – Brasil), Bert Klandermans (Free Univ. of Amsterdam – Holanda), Cecília Coimbra (UFF – Brasil), Celso Pereira de Sá (UERJ – Brasil), Celso Zonta (UNESP – Brasil), Cornelis van Stralen (UFMG – Brasil), Elísio Estanque (Univ. de Coimbra – Portugal), Iray Carone (USP – Brasil), John Hammond (CUNY – EUA), Jorge Valla (Univ. de Lisboa – Portugal), Jose Sabucedo (Univ. de Santiago de Compostela – Espanha), Karin von Smigay (UFMG – Brasil), Louise Lhullier (UFSC – Brasil), Lucília Reboredo (UNIMEP – Brasil), Márcia Regina de Oliveira Andrade (ITESP – Brasil), Maria da Graça Correa Jacques (UFRGS), Maria de Fátima Quintal de Freitas (UFPR –

Brasil), Maria Aparecida Morgado (UFMT – Brasil), Maritza Montero (UCV – Venezuela), Odair Sass (PUC/SP – Brasil), Osvaldo Yamamoto (UFRN – Brasil), Pedrinho Guareschi (PUC/RS – Brasil), Telma Regina de Paula Souza (UNIMEP/PUCCAMP – Brasil)

Os artigos da RPP são de responsabilidade dos autores.

### **Endereço para correspondência**

Núcleo de Psicologia Política - Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências humanas  
Av. Antônio Carlos, 6.627 - FAFICH - sala 4020 - Pampulha  
Cep: 31.275-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

**Revista disponível integralmente no site:**

[www.fafich.ufmg.br/rpp](http://www.fafich.ufmg.br/rpp)

### **Revisão técnica de língua inglesa**

Salvador Sandoval - PUC/SP

Cornelis van Stralen - UFMG

### **Preparação para formato eletrônico**

Frederico Viana Machado

### **Projeto Gráfico, Diagramação e Produção Editorial**

Ana Paula Trindade

Fone: (31) 3225-5309 || (31) 9968-5309

### **Tiragem**

500 exemplares/Impresso em 2006

Esta revista está indexada nas seguintes bases:

INDEX PSI (Conselho Federal de Psicologia)

Geodados (Universidade Federal de Maringá)

PSER INFO (Colômbia)

LILACS - Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

Revista psicologia política / Sociedade Brasileira de Psicologia Política  
– vol.5, nº10 - (Jul./Dez. 2005). – São Paulo: SBPP, 2001.

Semestral

ISSN 1519-549X

1. Psicologia política – Periódicos
2. Psicologia social – Periódicos
3. Psicologia e política – Periódicos.

CDD-320.019

Bibliotecária: Rosângela Ap. Marciale CRB 8/5846



<b>Editorial .....</b>	<b>07</b>
<b>Vicissitudes da subjetivação política juvenil na contemporaniedade</b> Jaileila de Araújo Menezes (UFPE), Lúcia Rabello de Castro (UFRJ) .....	<b>13</b>
<b>Valores psicossociais e participação política de estudantes universitários de uma cidade do nordeste brasileiro</b> Sheyla Christine Santos Fernandes (UFS), Joseli Bastos da Costa (UFPB), Leoncio Camino (UFPB), Roberto Mendoza (UFCG) .....	<b>35</b>
<b>Psicologia e política: uma interpretação foucaultiana</b> João Leite Ferreira Neto (PUC-Minas) .....	<b>65</b>
<b>A relevância dos aspectos sócio-culturais para as políticas públicas de prevenção em AIDS</b> Juliana Sampaio (UFPE), José Luis Araújo Jr. (UFPE) .....	<b>83</b>
<b>Reestruturação produtiva e subjetividade de trabalhadores da área metalúrgica</b> Maria Adelina Biondi Guanaís (PUC-Campinas) .....	<b>107</b>
<b>Trabalho, Subjetividade, Política</b> Maria Inês Rosa (UNICAMP) .....	<b>131</b>
<b>L'espace public. Individu, marché et politeia</b> Edouard Orban (Université de Provence) .....	<b>139</b>
<b>Os impactos psicossociais do movimento privatizador nos trabalhadores</b> Márcia Prezotti Palassi (UFES) .....	<b>169</b>
<b>Condições de trabalho e precariedade: o caso de camareiras num hotel na França</b> Maria Bernardete Ferreira de Macedo (UFPE) .....	<b>197</b>
<b>Manifesto de Libéria - Pronunciamento e conclusões do sétimo Congresso Internacional de Psicologia Social da Libertação .....</b>	<b>215</b>
<b>Publicando na RPP .....</b>	<b>219</b>

<b>Editorial .....</b>	<b>07</b>
<b>Vicissitudes of youth political subjectivation in the present age</b>	
Jaileila de Araújo Menezes (UFPE), Lúcia Rabello de Castro (UFRJ) .....	13
<b>Psychosocial values and political participation of undergraduate students from a brazilian northeastern city</b>	
Sheyla Christine Santos Fernandes (UFS), Joseli Bastos da Costa (UFPB), Leoncio Camino (UFPB), Roberto Mendoza (UFCG) .....	35
<b>Psychology and politics: a foucauldian interpretation</b>	
João Leite Ferreira Neto (PUC-Minas) .....	65
<b>The importance of social and cultural factors for AIDS prevention public policy</b>	
Juliana Sampaio (UFPE), José Luis Araújo Jr. (UFPE) .....	83
<b>Productive restructuring and subjectivity in the workers in the metallurgical area</b>	
Maria Adelina Biondi Guanais (PUC-Campinas) .....	107
<b>Labor, Subjectivity and Political</b>	
Maria Inês Rosa (UNICAMP) .....	131
<b>Public environment. Individual, market and politeia</b>	
Edouard Orban (Université de Provence) .....	139
<b>The impacts of social psychological movement of privatizations over the workers</b>	
Márcia Prezotti Palassi (UFES) .....	169
<b>Work conditions and casual/flexibility: the case of cleaning women in a hotel in France</b>	
Maria Bernardete Ferreira de Macedo (UFPE) .....	197
<b>Libéria's Manifest - International Congress of Social Psychology of Libetration</b> .....	215
<b>Submission guidelines</b> .....	219

Chegamos ao nosso número 11, que inicia o sexto ano da RPP completando a marca de 77 artigos, resenhas e relatos de pesquisas. Desde que iniciou suas atividades, este periódico tem expressado a produção de conhecimentos acerca dos fenômenos sociais e políticos contemporâneos, ao mesmo tempo em que tem se firmado como um periódico científico, em sua relevância, amplitude e democratização do acesso.

Nesse sentido, estamos modernizando nossos procedimentos, o que nos levou a modificar o processo editorial, que a partir de agora será feito eletronicamente através do SEER (Sistema de Editoração Eletrônico de Revistas). Essa implementação contribuirá em muito para uma maior eficiência e comodidade para autores e leitores, além de ser mais um passo no sentido de publicizar nossa produção, uma vez que o SEER produz automaticamente um OJS (Open Journal System), dentro da filosofia Open Access, que visa a democratização da informação científica conforme pautado na “declaração de Florianópolis” este ano. Assim, aliamos nossos esforços ao movimento internacional de democratização do acesso a informação científica, além de contribuir para uma maior participação nas tomadas de decisão dos processos editoriais de consultores e membros do conselho científico.

Outro fato que merece destaque é o lançamento do nosso novo sítio na internet <http://www.fafich.ufmg.br/rpp>, durante o próximo Simpósio Brasileiro de Psicologia Política. O site conta com um serviço de fórum, onde todos os interessados pelo campo híbrido da Psicologia Política poderão comentar e discutir os conteúdos publicados pela revista, bem como temas afins.

Esperamos que autores possam cada vez mais, encontrar na Revista Psicologia Política um periódico de publicação de suas produções e participem dos processos de debates e de decisão sobre o futuro

deste veículo.

Neste número, estamos publicando o Manifesto de Libéria, que expressa algumas conclusões que se configuraram a partir das discussões do Sétimo Congresso Internacional de Psicologia Social da Libertação, que aconteceu entre 16 e 19 de novembro de 2005 na Costa Rica, com a presença marcante de pesquisadores de vários países do mundo. Este manifesto, além de conter fortes premissas caras à psicologia política, pode ser visto como uma homenagem ao importante teórico da psicologia comunitária latino-americana Ignacio Martín Baró.

Na sequência, trazemos o artigo *Vicissitudes da subjetivação política juvenil na contemporaneidade*, de autoria de Jaileila de Araújo Menezes e Lúcia Rabello de Castro que discute como a pluralidade faz com que a questão da juventude demande uma ampliação do conceito de política. Ainda pensando o conceito de política, João Leite Ferreira Neto, em seu artigo *Psicologia e política: uma interpretação foucaultiana*, analisa a experiência brasileira do movimento de trabalhadores de saúde mental.

De autoria de Juliana Sampaio e José Luis Araújo Jr., o artigo A relevância dos aspectos sócio-culturais para as políticas públicas de prevenção em AIDS, discute conceitos como saúde, promoção de saúde, risco e prevenção numa perspectiva sócio-histórica, apontando a importância da autonomia dos sujeitos e a construção coletiva de estratégias de promoção da saúde e proteção da vida como eixos fundamentais para a eficácia das políticas públicas desse campo.

Neste número contamos também com a contribuição de Maria Adelina Biondi Guanais, que com o artigo Reestruturação Produtiva e Subjetividade de Trabalhadores da Área Metalúrgica, pretende identificar como as transformações decorrentes do processo de reestruturação produtiva refletem-se no agir e no pensar de trabalhadores, que ainda aderem ao ideário produtivo por medo de ficarem desempregados. Este texto sinaliza também para o despreparo dos sindicatos para lidar com essa questão. Acreditamos que discutir o trabalho em sua dimensão política é de importância máxima num país onde as relações capital-trabalho estão entre as piores do mundo.

Exatamente por isso, neste volume trazemos a valiosa contribuição editorial da professora Maria Inês Rosa, que organizou o dossiê: Trabalho, Subjetividade, Política. Este dossiê consiste de 3 artigos que, cada um a seu modo, levanta questões sobre a condição do humano frente às mudanças no mundo do trabalho, tendo em conta as relações de trabalho no contexto contemporâneo de globalização do capital.

Nessa perspectiva o dossiê traz a contribuição de Edouard Orban,



no texto em francês intitulado *L'espace public*. *Individu, marché et politique*, o qual aponta, a partir de uma análise das relações entre a globalização da economia, o estado de bem estar social e a necessidade de individualização dos serviços públicos, a importância de não separarmos de nossos arranjos metodológicos e epistemológicos, as questões éticas que permeiam nossas análises.

Márcia Prezotti Palassi em *Os Impactos Psicossociais Do Movimento Privatizador Nos Trabalhadores*, expõe os impactos psicossociais da privatização nos trabalhadores, sintetizando as pesquisas encontradas na literatura estrangeira e brasileira e mostra que o maior impacto, tanto no Brasil como em diversos setores privatizados em diferentes países, é o enxugamento do quadro de pessoal durante e após o processo e as consequências deste processo.

Completando o dossiê, Maria Bernardete Ferreira de Macedo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no contexto de atentados e de greve de transporte, que mobilizaram a França, de junho a dezembro de 1995. Neste trabalho, intitulado *Condições de trabalho e precariedade: o caso de camareiras num hotel na França*, são discutidas formas de segregações (sexuais, étnicas, e profissionais), irregularidades nos horários, submissão à clientela e ao mercado, no contexto de precariedade do trabalho hoteleiro.

O leitor poderá se inserir neste debate que concentra a preocupação sobre os desafios, os limites e as subversões sobre a política, os sujeitos e as formas de resistência e participação social.

Marco Aurélio Máximo Prado  
Salvador Antônio Mirelles Sandoval



ARTIGOS



---

## Vicissitudes da subjetivação política juvenil na contemporaneidade

Jaileila de Araújo Menezes

Professora da Universidade Federal de Pernambuco

Lúcia Rabello de Castro

Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro

### Resumo

Este artigo trata do problema da convivência entre jovens em uma época marcada pela pluralidade e diferença que exige uma releitura do político ou mesmo uma ampliação desse conceito para apreendermos as suas manifestações não-convencionais que estão em tela na contemporaneidade, tais como a luta pelo reconhecimento simbólico empreendida por vários grupos sociais historicamente injustiçados e discriminados. Partiu-se da premissa de que a identificação do político com uma concepção de democracia que busca se impor pela reivindicação pura e simples da argumentação racional e pela busca de premissas válidas transculturalmente é limitadora da própria política que tem na sua base o conflito e a contradição próprios das relações de poder que perpassam toda a vida social. Essa nova visada sobre o político que se atualiza nas relações sociais, nos vínculos que estabelecemos/rechamos e, sendo assim, articula intrinsecamente os termos da subjetividade (que depende da alteridade para se constituir) e da política, foi inspiradora para um momento de discussão com três grupos de jovens. A escolha desse segmento justifica-se pela necessidade de reconhecimento social de outras maneiras de participação juvenil, tais como seus regimes de sociabilidade, comumente desconsideradas como formas de adesão política. O tema do amigo/avesso do amigo precipitou nos participantes um reposicionamento subjetivo (do si mesmo e do outro) conduzindo-os a repensar os laços sociais e as (im)possibilidades de um viver juntos.

### Palavras chave

Subjetivação política, sociabilidade juvenil, democracia radical, amizade, desigualdades sociais.

## **Vicissitudes of youth political subjectivation in the present age**

### **Abstract**

The present paper deals with the issue of social life among youth in an age when plurality and difference are rife. This requires a re-visiting of the notion of the political, or even an expansion of such a concept in order to capture its innovating manifestations which are brought forward today, such as the struggle for social recognition by certain social groups which have been for long discriminated. The premise from which we depart is that the identification of the political with a conception of democracy which is legitimated upon the claim of rational discourse as well as the search for premises which can be validated transculturally limits the notion of the political itself which is based upon conflict and contradiction as these permeate power relations in social life. This perspective of the political which is actualized in social relations and in social bonds articulates subjectivity (which demands otherness to constitute itself) and politics was employed to orient the empirical basis of this paper. Three discussion groups of young people were thus established. The choice of this age group is explained by the importance of taking into account social recognition processes in terms of other forms of youth participation, for instance, their regimes of sociability often disregarded as forms of political adhesion. The theme friend/the inside-out-friend provoked in the participants a subjective re-positioning (of themselves and of the others) leading them to question social bonds and the (im)possibilities of social life.

### **Key words**

Political subjectivation, youth sociability, radical democracy, friendship and social inequalities.

## **Introdução**

O presente trabalho investiga a articulação entre os modos de subjetivação no contemporâneo e a política. De que forma os tempos atuais favorecem a emergência de subjetividades propensas à convivência comum e à participação? Se a vida em comum traz, inevitavelmente, problemas, a política pode ser entendida como o campo da discussão e dos acordos sobre as questões comuns tendo em vista os valores e os bens de cada grupo social. A discussão e os acordos colocam a questão do vínculo entre diferentes, das possibilidades de se aceitarem e se reconhecerem para poderem conduzir a vida em sociedade. Cada momento histórico apresenta condições diferenciadas para a constituição de si e do outro, resultando em impasses na formação do vínculo social. Neste sentido, examinamos, no presente trabalho, como, no contemporâneo, as formas de subjetivação colocam dificuldades específicas para a convivência social, e, portanto, para as formas 'políticas' do diálogo e dos acordos. Visualizamos e refletimos mais detidamente sobre essas dificuldades, que se mostram na convivência de jovens, através de um trabalho empírico conduzido com eles, quando o tema da amizade se torna o analisador de como os jovens retratam os impasses da convivência: do outro que é, e deve ser, incluído, e do outro que é, e deve ser, excluído.

## **O laço social nas condições do contemporâneo**

Na sociedade contemporânea vê-se eclodir o surgimento das diferenças culturais, que agenciam a valorização das condições particulares de indivíduos e grupos, e promovem as bases da reivindicação de direitos, poder e reconhecimento social. A pluralidade de modos de ser e viver se torna crescentemente visível no espaço social, na medida em que identidades culturais são construídas como recursos em busca de empoderamento por parte de determinados grupos sociais dentro das nações e das sociedades. Neste sentido, torna-se uma questão relevante se a correlação de forças entre os grupos sociais pode, ou deve, ser alterada em favor dos grupos minoritários que reivindicam direitos, poder e reconhecimento, e em que medida a política das diferenças conduziria a um enfraquecimento das bases comuns que unem os indivíduos ao multiplicar as demandas tendo por base os particularismos (Eisenberg, 2000).

Nesta perspectiva, o contemporâneo abre novas fronteiras de politização de espaços, tendo em vista os confrontos que se estabelecem entre

os vários grupos sociais em busca do reconhecimento simbólico ou da redistribuição econômica (Fraser, 1995). No entanto, a luta de grupos oprimidos que tentam fazer valer direitos e/ou reconhecimento social acaba por contestar a forma em que se dão os vínculos associativos mais amplos, aos outros grupos e à sociedade (Souza, 2000). O que importa observar é como os espaços e atores políticos se multiplicam num cenário onde as diferenças produzem uma descontinuidade ao pertencimento monoliticamente encarnado pelo sujeito-cidadão à ordem abstrata do Estado democrático.

Hoje não somente os pertencimentos são diversos, como também os direitos legitimados podem e devem ser questionados e problematizados tendo em vista as lutas contra-hegemônicas dos que sofreram, ou ainda sofrem injustiças e preconceitos.

O liberalismo político tende a resolver o problema da solidariedade e do vínculo entre os diferentes apelando para a criação de uma moral que especifica os termos sob os quais as diferenças possam ser superadas. A crença é de que o *liberalismo moral* possa prover os princípios que devem ser aceitos por todos, apesar das diferenças.

Na contemporaneidade destaca-se a abordagem racionalista do liberalismo político formulada pelo filósofo americano John Rawls. De acordo com a compreensão de Chantal Mouffe (1996a) a aposta de Rawls repousa sobre sua noção de *pluralismo razoável* que surge em contraposição ao *pluralismo simples* (mero reconhecimento empírico de concepções opostas do bem). Para ele, o *pluralismo razoável* é capaz de enfrentar o problema liberal de como lidar com uma pluralidade de doutrinas incompatíveis e também razoáveis. A concepção de justiça é apontada como apta a ganhar o apoio de todos os cidadãos “razoáveis”. *Para Rawls, as pessoas razoáveis são pessoas que atingem seus dois poderes morais num grau suficiente para serem cidadãos livres e iguais num regime constitucional, e que têm um forte desejo para honrar termos satisfatórios de cooperação e serem membros totalmente cooperativos da sociedade* (Mouffe, 1996a:249).

Na utopia liberal de Rawls, uma sociedade bem ordenada é aquela onde a discórdia legítima deveria ser eliminada da esfera pública. Ele defende uma cisão entre o público e o privado, uma vez que na esfera pública o pluralismo é inaceitável por colocar em risco a dominação dos princípios liberais, enquanto que, na esfera do privado, prevalece um pluralismo permissivo das diversas concepções filosóficas, morais e religiosas.

Neste trabalho, apostamos em uma relação intrínseca entre a sub-jetividade e a política. Assim, a subjetividade é pensada como permanentemente desestabilizada pela sua própria estranheza que aproxima a diferença, ou ainda, a torna integrante do *mesmo*, da própria identidade (Kristeva,



1994). Neste sentido, o conflito e a contradição não são apenas vistos como elementos da convivência social, como também marcam a condição de sujeito, estrangeiro e diferente em relação a si mesmo.

Ainda, sob essa perspectiva, a subjetividade não pode ser pensada como totalizada numa única identidade, como por exemplo, a preconizada pelo modelo de sujeito racional universal. Pelo contrário, a subjetividade constitui-se como permanentemente descentrada pelo estranhamento que a afeta e a desloca, passível de divisão e conflito. Portanto, ao nos afastarmos de uma visão identitária sobre a subjetividade, o político também deve ser re-visitado no sentido de sua concepção que o reduz a um único espaço. Acreditamos que esse espaço (político) não esteja definido pela geografia, nem unificado em torno de uma única idéia de bem comum.

A visão identitária de sujeito, proposta na democracia liberal universal, confronta-se com a questão incômoda de como lidar com as diferenças e os conflitos que continuamente emergem na convivência social. A tradução do **outro** em termos do que é conhecido, legitimado e celebrado, seja a racionalidade, sejam os direitos legitimados, sejam os valores institucionalmente reconhecidos, faz valer a redução do que é diferente ao **si mesmo**. Esse mecanismo fortalece as condições hegemônicas prevalentes e pode ser também pensado como uma forma de dominação. No nível das relações inter-subjetivas, a recusa da diferença explicita-se ao se seqüestrar do outro seu poder de enunciação, de dizer de si mesmo a despeito do desejo e da expectativa dos demais.

Essa afirmação encontra apoio em pelo menos três momentos de enunciação com relação aos diferentes: *Há o diferente. Nem todos os objetos, lugares e indivíduos são equivalentes, para chegar a retirá-los de meu campo de visão, aprisionem-nos para que eu possa localizá-los no espaço, marquem-nos para que eu possa reconhecê-los, para que eu possa respirar, encontrar meu espaço e meu ar, expulsem-nos; para, finalmente, ordenar: Massacrem-nos* (Hassoun, 1998:92).

É interessante observar que o Outro odiável não é universal, pois cada país funda os contornos do seu diferente, cada grupalidade estabelece os sinais que devem marcar aqueles de quem é prudente se distanciar, distância essa garantida por um *afeto incômodo, pois, o estrangeiro, reduzido apenas a um significante traumático, um signo, vai provocar movimentos de alma que levam os seguintes nomes: medo, ódio, temor, enamoração, ou melhor, ódio-amoração* (Hassoun, 1998:94).

O afeto incômodo surge porque o outro foi capturado numa *diferença pejorativa*, a ele foi acrescentado ou sublinhado um traço capaz de sobressair-se ou até rejeitar todos os demais traços. Esse que se sobressai

é indexado com um sinal algébrico que marca um indivíduo ou um grupo com uma *negatividade pejorativa*.

As atitudes e comportamentos xenófobos, tão comuns no contemporâneo, mostram a atribuição da negatividade pejorativa (ou seja, a operação de acrescentar ou sublinhar um traço físico, cultural, social, religioso, etc, capaz de sobressair-se ou até rejeitar todos os demais) considerada como uma obrigação, uma exigência a si mesmo para classificar o outro, pois necessita de referências visíveis. Nesse caso, entre o Eu e o Outro se estabelece uma distância garantida por um afeto incômodo: medo, ódio, inquietude, desalento, dor, temor, paixões tristes, uma vez que *O racismo é essa peste, olhar odioso que afeta o Outro, visada de ódio e intolerância àquilo que funda sua diferença. Ódio e intolerância ao Outro, o racismo é essa maneira funesta de pensar e agir; fruto de uma vontade totalitária em seu duplo afã de extirpar do Outro o seu modo de gozo e, ao mesmo tempo, de lhe impor o nosso* (Souza, 1998:163).

Os comportamentos xenófobos parecem trabalhar em prol da negação da heterogeneidade social, das tensões e conflitos inerentes a qualquer vínculo social, enfim, da negação do outro para a glória do mesmo ou do único outro possível que é o clone. Tanto no plano da política, quanto nos laços sociais, já vislumbramos os efeitos de uma lógica que professa a igualdade para, na verdade, exercer sutilmente a dominação.

Assim, se no contemporâneo surge uma multiplicidade de reivindicações em nome das diferenças - culturais, sexuais, étnicas e assim por diante, tornam-se ainda mais problemáticas as bases sobre as quais se deve fundar o laço que torna possível a convivência. Ao pensarmos tais bases no âmbito de uma perspectiva identitária do sujeito, ou de um campo político fundamentado na superação das diferenças em prol de um consenso a ser atingido, “recalcamos” o conflito e a contradição do cenário político, esperando, assim, que ele venha a ser superado.

A natureza do político deve ser pensada como *antagonística*, uma vez que *o político não pode se restringir a uma determinada instituição, nem ser concebido como uma esfera específica ou um setor da sociedade. É preciso considerá-lo como uma dimensão que é inerente a toda sociedade humana e que determina nossa própria condição ontológica* (Mouffe, 1993:3). O retorno ao político consiste, assim, em poder assumir a inexorabilidade do conflito e da contradição na convivência social afastando o mito da sociedade transparente que, através do diálogo racional, poderia chegar a definir procedimentos tidos como verdadeiros e universais para a gestão da vida em comum.

Se as bases estatutárias e processuais do jogo político não podem

ser questionadas e problematizadas, elas se ‘naturalizam’ e se tornam hegemônicas, excluindo a participação daqueles que não se tornaram competentes para utilizá-las. Tornam-se, portanto, formas de dominação de alguns grupos sociais sobre outros.

Pensamos que as bases sobre as quais se deve fundar o laço social deva incluir o conflito como elemento essencial do campo do político permanentemente desestabilizado pelo que não se consegue incluir, ou seja, pelo ‘fora’ que margeia qualquer consenso e implode a identidade - encarnado pelos grupos marginais, os excluídos ou aqueles que sofrem injustiças.

Assim sendo, pensar o laço social no contemporâneo significa refletir sobre as bases possíveis para os acordos parciais em prol da convivência comum, tendo em vista que não haverá acomodação possível em torno de um único processo ou de uma idéia-mestra que garanta o término das lutas e dos antagonismos.

### **Democracia Radical e Amizade ético-política**

A democracia radical plural afirma a pluralidade e a diferença que compõem a base de todas as relações sociais e, portanto, não podem ser erradicadas, pois superar os antagonismos equivale a minar as possibilidades da própria democracia. Chantal Mouffe, uma das principais representantes da filosofia política da democracia radical, chama nossa atenção para o tipo de pluralismo que está defendendo: (...) *o tipo de pluralismo que estou advogando dá um status positivo às diferenças e recusa o objetivo de unanimidade e homogeneidade que é sempre revelado como fictício e baseado em atos de exclusão* (Mouffe, 1996:246).

A autora não defende um pluralismo total, já que é justamente quando se reconhecem os limites do pluralismo que uma série de relações de subordinação podem ser localizadas. Ela se distancia de um pluralismo extremo – compreendido como a valorização de todas as diferenças – em prol do reconhecimento de que certas diferenças são construídas em relações de subordinação e que por isso devem ser desafiadas em condições de democracia radical. É com essa inspiração democrática que podemos distinguir entre diferenças que existem, mas que não deveriam existir, e diferenças que não existem, mas que deveriam existir.

A democracia radical plural convida as subjetividades a um re-posicionamento com relação ao mundo e ao outro, na medida mesma em que possibilita articulações mais dinâmicas entre o privado (atividades relativas aos projetos idiossincráticos de criação do eu e a busca da autonomia)

e o público (atividades que desenvolvemos para minimizar o sofrimento de outros e que nos conduzem à efetivação da justiça social).

A dimensão política do processo de subjetivação é ativada no exercício do reconhecimento das diferenças e no desafio de eliminação das desigualdades sociais produzidas a partir de mecanismos de exclusão.

A proposta política de Mouffe está inspirada na abordagem desconstrucionista do filósofo Jacques Derrida que ressalta a concepção de “inerradicabilidade” do conflito e as noções de “indecidibilidade” e decisão. É o encontro dessas três instâncias que garante a hiperpolitização do desconstrucionismo, um método que acolhe o mal-estar e a tensão constitucionais da nossa realidade ético-política, uma vez que *Eu nunca posso estar completamente satisfeito por fazer uma escolha boa, já que uma decisão em favor de uma alternativa é sempre em detrimento de uma outra* (Mouffe, 1996:9).

Sob o ponto de vista da construção de uma nova sociabilidade encontramos na democracia radical plural a inspiração para a passagem de um modelo de laço social pautado na lógica narcísica da coincidência e igualdade para a sociabilidade inexoravelmente “estrangeira”, que terá sempre pela frente a tarefa de enfrentar e deixar-se afetar pelas diferenças, sejam elas de origem racial, étnica, bem como sexual (Ortega, 2000), e atentar para as desigualdades socialmente produzidas.

O diagnóstico dos nossos tempos como marcado pela dificuldade de convivência com os outros em que preconceitos e os comportamentos xenófobos, longe de serem exceção, estão cada vez mais acentuados, expressa a necessidade do estudo de novas formas de sociabilidade voltadas para o mundo tais como a amizade. Vale ressaltar que não estamos falando da amizade como relação pessoal e privada, expressiva da autonomia dos indivíduos, dos seus sentimentos, assentada na equivalência, vivida como relação de igualdade.

Há uma dimensão ético-transgressora na amizade que consiste em recusar as limitações que lhe foram historicamente impostas, tais como ser um assunto privado e sem significado político, determinada socialmente pelo status social, classe e nível educacional. Compreendemos que reivindicar para a amizade uma dimensão coletiva, melhor dizendo, ativar nas relações de amizade o seu aspecto mundano representa mais um momento de fundamental importância para a tematização da convivência entre diferentes.

A amizade tem um posicionamento fronteiro justamente pela ambigüidade que lhe é inerente, pois pode tanto reforçar o projeto intimista de auto-realização e liberdade/descomprometimento do eu com relação ao campo social, como pela sua potência em distanciar-se deste campo individual para dar relevo à vida coletiva.

## Sociabilidades Juvenis

Considerando a centralidade das relações de amizade entre jovens e dado o desafio ético-político da convivência com o diferente e da localização das desigualdades sociais no contexto individualista, consumista e violento da contemporaneidade cabe, aqui, a questão sobre como os jovens estão, a partir do seu grupo de iguais (os amigos), estabelecendo a margem, ou seja, o grupo do diferente/desigual, do avesso do amigo.

A investigação dos códigos da diferença/desigualdade entre jovens a partir dos iguais/amigos assenta-se na inquietação que experimentamos com discursos que denunciam a despolitização dessa categoria etária.

Afirmar a desarticulação política dos jovens parece mais denunciar a estratégia de desautorização das ações coletivas empreendidas por essa categoria como forma de manter os códigos e poderes dominantes. O trabalho com esses atores tem, pois, um apelo democrático, qual seja, garantir um espaço de escuta às vozes juvenis. Segundo nosso ponto de vista, e em concordância com Melucci (1997), esta é uma condição fundamental para tornarem-se importantes atores na inovação política e social da sociedade contemporânea. Em consonância com esse apelo democrático, temos:

*“Ainda que de certa forma impossibilitados de uma ação direta e efetiva sobre os ‘negócios do mundo’, como diria Arendt, crianças e jovens agem, ao problematizarem o mundo tal como é, ou, ao vislumbrarem cursos diferentes de ação cujas consequências transformariam o status quo. A reconstrução ideativa e emocional **do mundo e da cidade**<sup>1</sup> anuncia já um processo de restauração e transformação, pois ele ativa possibilidades, impregnando o real do ‘outro’ – o possível” (Castro, 2001:42)*

Para os jovens, o Outro se faz questão justamente pelas diversas significações e inteligibilidades que se impõem a eles nesse momento da vida, pois:

*“o tema das relações sociais, ou o tema do outro, ganha sentido político na medida em que é por onde se consolidam as primeiras significações e a inteligibilidade a respeito da inospitalidade que os cerca; por onde aparece o interesse comum*

*em busca de ações que minimizem o sofrimento; é por onde se reafirmam também os interesses de classe que resistem a soluções mais coletivas para problemas comuns.”* (Castro & Menezes, 2002:73)

### **Investigando a amizade: ‘grupos de discussão’ e a indecidibilidade do processo de investigação**

A nossa investigação se deu a partir de uma metodologia de trabalho com grupo e que marca a singularidade de uma pesquisa social-clínica, principalmente por diferenciá-la de um tipo de pesquisa que denominamos de identitária. Para a condução do grupo de discussão com jovens acerca da Amizade, recorreremos às indicações metodológicas elaboradas por Castro (2001a; 2003).

No texto *Grupos de discussão com adolescentes: confrontando o “singular” na pesquisa e na prática clínica*, Castro (2003) nos diz que no modelo de pesquisa identitária há uma distância estratégica entre o pesquisador e o jovem que visa assegurar para o primeiro as certezas na condução do processo. As posições identitárias, do pesquisador e do jovem, são estabelecidas por meio de um referencial normativo, prevalecendo, assim, um processo “liso”, sem surpresas e onde o pesquisador mantém a posição de saber/poder pelo controle e previsibilidade dos dados. O processo de pesquisa torna-se, assim, roteirizado pelas decisões que o investigador pode assumir baseadas numa antecipação prévia de seu impacto sobre os sujeitos pesquisados, e pela redução permanente do acaso.

A pesquisa social-clínica (cujo formato é o da oficina), por sua vez, tem como característica principal a precariedade, já que as posições identitárias se desfazem para dar lugar à “momentos de diferenciação”. Esses constituem o movimento do grupo em busca de sua singularidade individual e coletiva quando tanto o pesquisador como os jovens podem assumir no grupo os lugares de enunciação. Por isso mesmo, os objetivos da pesquisa podem ser re-avaliados ao longo do processo e discutidos como parte integrante do processo grupal. Pesquisadora e jovens são igualmente enlaçados e mobilizados pelos temas propostos para a produção dos discursos como o igual, o diferente, o estranho, o respeito, a tolerância, o público, o privado, o político, os desafios da convivência, só para citar alguns. Aliás, a convivência entre o pesquisador e os jovens chama atenção pelo inusitado: *inusitado que é de se encontrar; se conhecer; se falar por*

*um tempo, se despedir e não se ver mais* (Castro, 2003:5).

Oportunizar para os jovens a discussão sobre suas experiências de vida e de encontro com os outros é uma forma de fazê-los entrar em contato com o que se torna para eles difícil de compreender e fazer sentido no cotidiano violento, veloz e transformado das cidades contemporâneas. A oficina surge, assim, como espaço de reabilitação da narrativa que é também precária, pois não nos fornece previsibilidade e confiança no futuro, apenas *cristalizações particulares e talvez temporárias* (Castro, 2003:5).

Resumidamente, podemos dizer que as oficinas consistem em grupos de discussão com jovens, com tempo determinado, onde se promove a reflexão e a imaginação sobre aspectos do vivido dos participantes, que, no presente caso, é sua experiência de amizade naquilo que informa também sobre o rechaço ao diferente e o descomprometimento com as situações de desigualdades sociais. Neste sentido, as oficinas se assemelham aos “grupos operativos” (Bleger, 1980) que têm tarefa e objetivos, mas que ao longo de sua consecução produzem conflitos, problemas e recursos considerados em função dos objetivos propostos. Desta forma, as oficinas podem ser importante instrumento de pesquisa, onde importa também a capacidade dos sujeitos se transformarem através de sua própria ação e reflexão.

A Oficina da Amizade está formatada em três módulos (A amizade como coincidência; O avesso do amigo; O amigo é o diferente!) com três encontros cada um.

No **primeiro módulo**, objetivamos levantar junto aos jovens os termos definidores da amizade e observar como estes se relacionam com as noções de alteridade, espaço público e espaço privado.

No **segundo módulo**, objetivamos identificar a alteridade ou diferença radical, ou seja, quem representa, para os jovens em questão, a figura avessa ao amigo, quem corporifica o estranho, o desconhecido, o indiferente, o inimigo. Cabe aqui observar a importância das diferenças sociais, ou seja, os aspectos visíveis dos diferentes estilos de vida (Castro, 2001a) referentes às escolhas/pertencas sexuais, raciais, culturais, entre outras.

No **terceiro módulo**, iniciamos um processo de imaginação, discussão e proposta de vivência da amizade como desafio e incitação recíproca. Questionamos os termos comumente vinculados a amizade (consenso, transparência, identificação, fusão, intimidade). O caráter político da amizade é trabalhado em duas frentes, a saber: com o diferente manifesto (aquele com o qual os jovens evitam contato por corporificar a diferença pejorativa em termos de raça, cultura, opção sexual, condição social); com o diferente latente (o amigo do qual buscam eliminar as diferenças e ressaltar as afinidades), cabendo aqui o encontro com o estranho

que há no que é familiar e a defesa de um *ethos* de distância com relação ao amigo para que a alteridade possa ser mantida e assim operar a transformação e o aperfeiçoamento do si mesmo e do outro.

A oficina se constituiu num processo único e contínuo, sem interrupção, para benefício de todo o processo. Como recursos auxiliares para motivação, imaginação e discussão foram utilizados desenhos, dinâmicas, figuras, dramatizações e produção e narração de histórias.

A Oficina da Amizade foi realizada em uma escola particular da capital cearense<sup>2</sup> e em duas escolas da capital de Pernambuco<sup>3</sup>, sendo uma pública e outra particular. Nas três escolas compomos grupos de jovens do Ensino Médio (1ª. e 2ª. Séries), meninos e meninas, na faixa etária entre 14 e 17 anos, ou seja, estudantes que se aproximavam formalmente da condição de sujeitos políticos<sup>4</sup>. Nesse momento da pesquisa não foi solicitado aos jovens uma autoclassificação de cor, mas segundo informações trazidas pelos assistentes de pesquisa trataram-se de grupos fenotipicamente brancos.

O grupo pesquisado em Fortaleza foi o grêmio estudantil da escola. Nas reuniões iniciais, chegamos a contar com a presença de 16 jovens, mas o grupo que de fato se constituiu como o da pesquisa ficou com 11 componentes, sendo oito meninas e três meninos. Os jovens moravam em bairros diferentes, alguns poucos na parte mais nobre ou central da Cidade e outros em bairros mais periféricos e distantes da escola, embora fossem predominantemente provenientes de famílias de classe média.

O grupo da escola pública do Recife foi composto por vinte e um estudantes, sendo também predominantemente feminino (76% de meninas e 24% de meninos). Quanto ao perfil sócio-econômico predominou o pertencimento a classe economicamente desfavorecida. Na escola particular do Recife compomos um grupo de quinze jovens, sendo oito meninos e sete meninas pertencentes à classe média alta moradores de bairros nobres da cidade. Trazer os dados desses grupos de diferentes cidades e origem social se coloca como necessidade de dar visibilidade às diversas vozes juvenis.

### **Convivendo com ‘os diferentes’: da recusa à possível hospitalidade?**

Para efeitos desse artigo optamos por destacar as vozes juvenis sobre o outro manifesto, ou seja, a quem os jovens investigados atribuíram o afeto incômodo (Hassoun, 1998), de quem se distanciam, evitando a convivência.



O diferente foi corporificado, inicialmente, pelo homossexual, que até pode ser amigo se for discreto e não objetivar envolvimento amoroso erótico. Mas aqui prevaleceu mesmo o preconceito, os jovens de Fortaleza falaram com repulsa e trouxeram relatos de “nojo e vômito”. Quando o homossexual está na escola, a discriminação se expressa no medo de ficar perto dele e ser assim confundido com ele.

Nos dois grupos investigados na capital de Pernambuco a homossexualidade fez questão e mobilizou os jovens a formular explicações: *(...) é desde criança, como vivem desde criança; depende das experiências de cada um durante a vida; mais parece um fato do que uma escolha; é problema hormonal; tem gene que faz a pessoa já nascer homossexual; um homossexual é homossexual e pronto!* (jovens da escola particular).

A homofobia foi fortemente expressa também no grupo de jovens da escola pública e, confirmando os dados da pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) particularmente entre os meninos (Abramovay, Castro & Silva, 2004). Na atividade que solicitava a produção de uma história a partir de gravuras sobre relações de intimidade (amorosas, de amizade, entre familiares) um dos jovens escolheu uma figura com dois rapazes. A reação imediata de um dos componentes do grupo foi: *(...) a gente vai ficar com foto de frango<sup>5</sup> é? Quero frango nada!*

O preconceito contra os pares homossexuais chegou a ser explicitado em resposta à seguinte questão: *Se o (a) menino(a) demonstra gostar de um colega do mesmo sexo, você seria amigo (a) dele(a)?* (assistente de pesquisa). As respostas foram as seguintes:

*“Na verdade, esse lado de amizade ser assim, no caso, homossexual, eu tenho meio preconceito com isso. Se ele for homossexual e andar longe de mim, tudo bem, mas ter amizade mesmo eu acho difícil. Eu não vou ter o mesmo diálogo sendo (...); (...) sei lá, uma menina gostando de outra menina (...) aí pode gostar dela e gostar de você, mas não sou racista, não sou...; Não tenho (amigos homossexuais), porque o homossexual mais perto que tem é o da minha sala que eu acho ele ridículo, não concordo com as atitudes dele, não tem como fazer amizade com uma pessoa assim”.*

A discriminação racial surgiu no grupo da escola particular do Recife quando eles visualizaram uma gravura de jovens onde dois deles eram negros, uma menina e um menino e, de imediato, formaram um casal de namorados com esses “dois personagens”. À pergunta: *Por que formaram um casal de negros? Não poderia ser um negro com uma branca, ou vice-versa?* (assistente de pesquisa), os jovens nada responderam. A esse silêncio seguiu uma pergunta mais direta: *Há preconceito se no casal não fossem os dois negros?* (assistente de pesquisa). Agora sim, a resposta veio em forma de exemplo trazido por um jovem sobre a relação que o tio mantém com uma moça negra e de como há discriminação, principalmente por parte da família.

No grupo de Fortaleza a discriminação racial surgiu no relato de situações envolvendo familiares, amigos ou até eles mesmos, assumindo posições preconceituosas, como a de quando encontram dois mendigos, um branco e o outro preto, distanciam-se imediatamente desse último porque pode roubar; ou ainda quando numa festa uma das meninas diz que é mais difícil se aproximar do rapaz negro. Esse distanciamento do rapaz negro nos remete ao “preconceito racial de marca” (Nogueira, 1985, citado por Fazzi, 2004) que é relativo ao tipo de preconceito predominante no Brasil, pois se exerce em relação à aparência, aos traços físicos, fisionomia, gestos e sotaques.

A explicação que tentavam dar para o racismo era a de que era cultural, ou seja, o que os tornam racistas é a sociedade de uma forma geral e a família em particular por não aceitar a união entre negros e brancos. Aqui a aversão “natural” ao negro (distanciar-se imediatamente – instinto de proteção?) recebe uma causa complementar cultural que prevalece nesse grupo em relação a outros dois tipos de problematização do preconceito: a abordagem psicodinâmica, segundo a qual o preconceito é encontrado em um tipo específico de personalidade, e a abordagem da cognição social que entende o racismo como um produto de limitações da racionalidade inerente a todos os seres humanos (Oliveira Filho, 2002).

De fato, considerando a especificidade da sociedade brasileira, marcada pela tradição escravagista, com certeza, nos afirmamos estabelecendo o negro como margem, instituindo-o como marginalidade e dissidência, ele é o nosso “outro odiável”. Assim, o negro existe para que possamos com ele nos confrontar (Hassoun, 1998).

Para os jovens da escola pública do Recife a relação de amizade com um jovem de outra raça foi tida como *tipo, normal, sem preconceito algum; amigo dá (...) eu tenho amigo preto, branco, só não tenho amarelo e azul porque não tem*. Trazem inicialmente uma perspectiva naturalista (Santos, 2003) quando sugerem que “amizade não tem cor”,

que está acima das diferenças raciais, mas acabam admitindo que a relação se mantém com dificuldade, pois o amigo negro é alvo de “gozação” dos demais: (...) *sempre tem aquelas brincadeiras (...), mas normal (...) amizade com negro, negra, sempre tem aquele negócio, ah é preta, sempre ficam zoando, eles tem aquelas amizades que defendem eles, mas tem outras não, tem amizade só pra (...) zoar ele mesmo (...).*

Mesmo existindo essa “tolerância” para com os negros e negras íntimos o que parece predominar é um certo constrangimento em romper com o preconceito e a discriminação velados pela cultura brasileira construída sob o signo da “democracia racial” que tanto nos impede de nomear, de reconhecer o conflito das relações raciais em nosso país. No vínculo social com o negro parece imperar o temor de subverter o contrato social (que muito lembra os segredos familiares, que todos sabem, mas ninguém comenta abertamente) de recusa ao contato com esse diferente, que não vê com bons olhos essa mistura.

O dado animador fica por conta da pesquisa recente com uma parcela significativa da população jovem brasileira onde a relevância social da discussão do tema racismo foi destacada por 32% dos jovens, juntamente com desigualdade e pobreza (45%) e educação (50%). De acordo com as autoras *Os conflitos sociorraciais no Brasil possuem uma tendência a ultrapassar o campo da subjetividade e adquirir maior objetividade social, o que pode favorecer no futuro a perspectiva de enfrentar o racismo como uma tarefa de toda a sociedade brasileira, não apenas uma preocupação dos negros* (Borges, Santos & Santos, 2005:299)

Esse momento de localização do diferente manifesto foi tenso, marcado pela inquietação e hesitação expressas no jogo do mostrar e esconder, assumir o preconceito de cor para logo em seguida transferi-lo a outras instâncias (sociedade, cultura e família). Diante de tanta hesitação e constrangimentos, adotamos, como pesquisadoras, uma postura de escuta dessa diferença, sem buscar desconcertá-los ou acusá-los. Do nosso ponto de vista, tratava-se mais de conduzi-los no reconhecimento do diferente, dos sentimentos que experimentam com relação a esse outro inassimilável, abrindo um espaço para a expressão do desejo de eliminação do diferente. Talvez seja esse o trajeto entre designar o diferente e tornar possível a hospitalidade para com ele<sup>6</sup>. Um estudo antropológico sobre “Os significados da Amizade” observou que entre os jovens pertencentes ao segmento médio carioca a posição social é muito valorizada na escolha do amigo(a): *O que contava para esses jovens era a afinidade em termos de gostos e visão de mundo associados aos segmentos médios* (Rezende, 2002:135). A questão que se coloca aqui é que as afinidades de estilo de vida e visão

de mundo são justamente os elementos da amizade cuja origem social (ter dinheiro) e cultural (educação forma, modos e costumes, postura moral) mais se destacava. A idéia de classe social para esse universo investigado referia-se ao “ter dinheiro”, ou seja, ter uma condição financeira que possibilitava viajar quando quisesse, ter carro, não precisar trabalhar durante a faculdade. Quando se afirmavam como sendo pobre, na verdade não partiam de uma análise mais abrangente da sociedade, mas sim de uma comparação com os outros em situação melhor (e não pior) que eles.

Para os jovens da escola particular do Recife a igualdade em termos sociais foi tomada como condição mesma para uma possível relação de amizade, uma vez que pobres e ricos freqüentam, segundo os jovens da escola privada, locais diferentes da cidade e isso, por si só, dificultaria que se conhecessem<sup>7</sup>. E quando se conhecem e possuem valores em comum a dificuldade vai estar no fato de que os menos favorecidos economicamente não teriam condições de acompanhar os amigos para todos os lugares. Além da importância de poderem freqüentar lugares em comum os estudantes das duas escolas localizaram o que seria o ponto mais visível da desigualdade social:

*“se um pobre olhasse para um rico com suas roupas, logo iria pensar: nunca terei isso!” (jovem da escola particular). Ou ainda: na minha opinião eu acho que é meio difícil (amizade entre classes sociais diferentes), porque tipo, uma classe social assim mais alta que a minha que tipo, tem coisas que ela vai poder ter ou tem que eu não vou, aí vai poder ah...eu não sei como explicar... na minha opinião pode até acontecer mas...acho que vai ser meio difícil” (jovem da escola pública).*

Os jovens da escola pública ratificam o pensamento dos estudantes da escola particular sobre a dificuldade de uma relação de amizade entre membros de classes sociais distintas trazendo os “outros” do preconceito (família e demais amigos):

*“É mais difícil porque...eu sou pobre, aquele cara é rico, sempre o cara vai ter, tipo, um tipo de rixa nem tanto pela amizade dos dois mas, tipo, também pela **família**, empaca um pouco tem vez...da problema tipo no caso de sair, tipo a gente quer sair*

*pro bar...eu não tenho dinheiro pra sair e também ...ele fala “eu banco”, mas pô, eu não gostei desse negócio, pô, não rola não... ele pode e eu não posso. E tipo tem lugar pra ele que eu não posso entrar e os **amigos** deles vão ficar de olho, lá, zoando, tipo (...).”*

Tematizar as desigualdades sociais com esses jovens é inseri-los em um esforço de constatação, mas também de compreensão de uma dinâmica social que privilegia uns em detrimento de outros. Há que se construir um sentido, há que dar um lugar ao mal-estar que advém da localização das desigualdades sociais. Nesse momento os jovens são apresentados ao potencial político das relações sociais, uma vez que *ao se problematizarem as relações sociais sob a ótica das desigualdades, o que está em jogo é justamente o potencial conflitivo das relações sociais, ou seja, aquilo que torna as relações sociais inerentemente políticas* (Castro, L. & Menezes, J., 2002:74).

Esse processo de localizar o diferente e compreender a transmutação das diferenças em desigualdades sociais faz apelo a, pelo menos, três dimensões da vida social: ética, psíquica e política. Ética porque é ativada em relação, no reconhecimento das diferenças do outro com relação ao si mesmo. Psíquico porque a localização do diferente ativa o processo de integração da hostilidade e do conflito à subjetividade. Enfim político, pois a compreensão da diferença como desigualdade requer uma crítica ou re-visitação permanente dos laços sociais, uma vez que *as diferenças estão sendo constantemente produzidas e reproduzidas através de relações de poder* (Silva, 2003:88).

## Considerações Finais

O projeto de uma democracia radical plural faz coincidir o eu e o mundo, não busca a eliminação do conflito, do mal-estar que surge nas situações de convivência e no âmbito das relações sociais, justamente por apostar que o caos e a instabilidade, mais que perigo, representam a chance para a manutenção da política e da ética no espaço democrático.

Ao longo da Oficina da Amizade, a investigação das diferenças se deu pela figura do amigo, pois, embora se entenda a amizade e as relações sociais como temas que usualmente se referem à esfera privada, procuramos delinear alguns novos contornos, por meio da discussão em grupo

com jovens, de como esses temas podem incidir sobre dilemas e impasses comuns da vida social. Significa que jovens instauram a partir desses temas uma compreensão mais ampla e compartilhada dos conflitos e contradições que regem a vida coletiva (Castro, L. & Menezes, J., 2002)

O tema do “diferente” incorporado às relações de amizade precipitou nos participantes uma situação de reconstrução sentimental e afetiva que exigiu de cada um e de todos um reposicionamento subjetivo (do si mesmo e do outro), conduzindo-os a reinventar os laços sociais de um viver junto.

Contrariando o discurso do desinteresse e até da incapacidade de entendimento do jovem com relação às questões políticas, podemos observar que, dada à oportunidade, os *jovens são capazes de produzir reflexões sobre as posições sociais das pessoas e como estas posições podem ser explicadas. Pensar sobre este aspecto da vida em comum significa dar um sentido às relações sociais e ao ‘contrato social’: o que une as pessoas umas às outras? O que mantém alianças? Hostilidade? Como explicar que uns são diferentes dos outros? Por que uns têm tanto, outros tão pouco?* (Castro, 2001a:122).

A oficina se propôs ser um instrumento de desestabilização da convivência homogênea dos iguais e um indicador da qualidade fundamental da pluralidade como condição da nossa existência política. A oficina foi avaliada pelos seus participantes como uma oportunidade de expressarem e fazerem valer seus pontos de vistas, sendo preciso, porém, se despedir, fechar o ciclo das reflexões e apostar que elas germinarão transformações num tempo que é o particular de cada um.

## Notas

<sup>1</sup> Para o que nos interessa, leia-se aqui “Amizade”.

<sup>2</sup> Agradecemos à psicóloga Ana Beatriz Moraes que trabalhou como assistente de pesquisa na Oficina da Amizade em Fortaleza que contou com o apoio do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC) localizado no Departamento de psicologia da Universidade Federal do Ceará. A Oficina em Fortaleza ocorreu entre os meses de fevereiro e junho de 2003.

<sup>3</sup> A Oficina da Amizade em Recife ocorreu entre os meses de maio e julho de 2005 e contou com os assistentes de pesquisa Pedro Renan Santos de Oliveira, Daniele Coenga, Lílían Rocha Arcoverde e Natália Vanderlei, todos estudantes do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>4</sup> Por sujeitos formalmente políticos compreendemos os jovens com faixa etária de 16 anos que tem assegurados seus direitos de votar e ser votado. Mesmo reconhecendo a importância do acesso ao voto, nossa intenção de trabalhar com uma faixa etária em torno dessa idade estava, justamente, em apontar para eles uma outra faceta do político --que está para além dos direitos e deveres formais. A nossa chamada foi no sentido de ressaltar outras formas de participação nos destinos da sociedade, de como podem influir na construção de uma ordem coletiva, para além de interesses pessoais e individuais. Sublinhar ainda um sentido de político que tem a ver com a localização das diferenças (que existem, mas que não deveriam existir) e do diferente (a irredutibilidade de cada um assegurada pela ação, discurso e exercício da crítica).

<sup>5</sup> Termo pejorativo usado para “marcar” os homossexuais masculinos.

<sup>6</sup> Eis aqui um momento de emergência da subjetivação política como processo psicológico que pode ser inaugurado no campo de discursos e práticas que põem em curso uma retomada e uma re-visitação permanente da diferença entre os homens e as mulheres no âmbito do público. Hostilidade e conflito são aspectos ontologicamente constitutivos das subjetividades (pois a afirmação de cada sujeito se faz às custas da determinação de uma alteridade) e inerentes às sociedades humanas. Daí o caráter social-clínico da Oficina, espaço de localização e elaboração das hostilidades e conflitos via narrativa e reflexão.

<sup>7</sup> Sobre a diversidade de acesso à cidade de acordo com a classe social temos relatos de jovens pobres da capital cearense que na pesquisa “Oficina da Cidade” localizaram a praia e a casa como os lugares de lazer dos mais humildes. A praia figura como o único lugar bonito e acessível aos pobres da cidade, até mesmo porque “(...) pra praia todo mundo vai, né?!” (M., 15 anos). O que enfatizam é que para se divertir nesses espaços não precisam de muito dinheiro. Os “ricos”, por sua vez, podem circular e efetivamente usufruir de equipamentos que articulam lazer e consumo, tais como: casa de praia, boates, *shopping*, a beira mar da cidade que, embora pública, por ser um cartão de visitas da cidade e uma área turística por excelência as jovens não se sentem a vontade para circular.

## Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, M., CASTRO, M.G., SILVA, L.B.da. (2004). *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil.
- BLEGER, J. (1980). Grupos operativos no ensino. In BLEGER, J. (Org.) *Temas em psicologia*. (pp. 53-82). São Paulo: Martins Fontes.
- BORGES, R., SANTOS, M.J.P. & SANTOS, G. (2005). A juventude negra. In ABRAMO, H.W. & BRANCO, P.P.M. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Editora Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania: São Paulo.
- CASTRO, L. R. (2001) Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In CASTRO, L. (Org.) *Crianças e jovens na construção da cultura*. (pp.19-46). Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ.
- \_\_\_\_\_. (2001a). Crianças, jovens e cidades: vicissitudes da convivência, destinos da cidadania. In CASTRO, L.R. (Org.) *Subjetividade e cidadania: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras*. (pp.113-156). Rio de Janeiro: 7 Letras.
- CASTRO & MENEZES (2002:74). Subjetivação política: novos contornos no contemporâneo. *Praia vermelha: estudos de política e teoria social*. Revista do programa de pós-graduação em serviço social. Vol. 7, n. 7, 56-80 – Rio de Janeiro: UFRJ.
- CASTRO, L. R. (2003) Grupos de discussão com adolescentes: confrontando o “singular” na pesquisa e na prática clínica. In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PSICOLOGIA, 3., João Pessoa. 7 f. Mimeografado.
- EISENBERG, A. (2000). Cultural pluralism today. In: G. Browning, A. Halcli e F. Webster. *Understanding Contemporary Society: Theories of the Present*. Londres: Sage, págs. 385-400.
- FAZZI, R. de C. (2004). O drama racial de crianças brasileiras: socialização



- entre pares e preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- FRASER, N. (1995). *From re-distribution to recognition? Dilemmas of justice in a post-socialist age*. New Left Review, 212, 68-93.
- HASSOUN, J. (1998). O estrangeiro: Um homem distinto. In: KOLTAI, C. (Org.). *O estrangeiro*. (pp.83-104). São Paulo: Escuta: FAPESP.
- KRISTEVA, J. (1994). *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco.
- MELUCCI, A. (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação: Juventude e contemporaneidade* (número especial), no. 5 e 6, 5-14.
- MOUFFE, C. (1996). Deconstruction, Pragmatism and the Politics of Democracy. In: CRITCHLEY, S., DERRIDA, J., RORTY, R., MOUFFE, Chantal (ed.). *Deconstruction and Pragmatism*. (pp.1-12). Londres: Routledge.
- MOUFFE, C. (1996a). Democracy, Power, and the “Political”. In: BENHABIB (ed.) *Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political*. (pp.245-256). Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- MOUFFE, C. (1993). *The Return of the Political*. Londres: Verso.
- OLIVEIRA FILHO, P. (2002). *Justificação da desigualdade em discurso sobre a posição social do negro (1990-2000)*. Psicologia Política, 2(4), 267-295.
- ORTEGA, F. (2000). *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida e Foucault*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará.
- REZENDE, C.B. (2002). *Os significados da amizade: duas visões de pessoa e sociedade*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- SANTOS, M. J. P. (2003). Adolescentes negros: o significado da escolha

do parceiro afetivo e sexual. In OZELLA, S. (org.) *Adolescências construídas: a visão da perspectiva sócio-histórica*. São Paulo: Cortez.

SILVA, T. T. (2003). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2 ed. , Belo Horizonte: Autêntica.

SOUZA, N. S. (1998). O estrangeiro: nossa condição. In: KOLTAI, C. (Org.). *O estrangeiro*. (pp.155-163).São Paulo: Escuta: FAPESP.

SOUZA, J. (2000). A dimensão política do reconhecimento social. In: AVRITZER, L. & DOMINGUES, J. (Orgs.) *Teoria Social e Modernidade no Brasil*.(pp.159-184). Belo Horizonte: UFMG.

Jaileila de Araújo Menezes

Rua Paraguassu, 62, apt. 102, bloco A  
Bairro Zumbi da Torre - Cep 50711-020  
Recife - Pernambuco

Lúcia Rabello de Castro

Rua Augusto Presgrave, 33  
Recreio dos Bandeirantes - Cep 22793-730  
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

• recebido em novembro de 2005.

• aprovado em junho de 2006.

## **Valores psicossociais e participação política de estudantes universitários de uma cidade do nordeste brasileiro**

**Sheyla Christine Santos Fernandes**  
Faculdade Pio Décimo / Universidade Federal de Sergipe

**Joseli Bastos da Costa**  
Universidade Federal da Paraíba

**Leoncio Camino**  
Universidade Federal da Paraíba

**Roberto Mendoza**  
Universidade Federal de Campina Grande

### **Resumo**

Este estudo teve como objetivo analisar as relações existentes entre valores e participação política em uma amostra de 205 estudantes universitários do curso de psicologia da cidade de João Pessoa – PB. Os valores foram estudados em função de quatro indicadores: valores religiosos, valores materialistas, valores pós-materialistas e valores hedonistas; e a participação política classificada em duas categorias: participação política ativista e participação política sócio-cultural. Os resultados apresentam relações parciais entre as variáveis e são discutidos em termos de uma nova configuração política na vida universitária.

### **Palavras-chave**

Valores religiosos, valores materialistas, valores pós-materialistas, valores hedonistas e participação política.

## **Psychosocial values and political participation of undergraduate students from a brazilian northeastern city**

### **Abstract**

The objective of this study is to analyze the relationship between values and political participation in a group of 205 psychology students from João Pessoa – PB. The values were analyzed in four categories: religious values, materialistic values, post-materialistic values and hedonistic values. The political participation was classified as two types: politically active participation and socio-cultural participation. The results showed partial associations between the variables and are discursed in terms of a new political configuration in the university life.

### **Key-words**

Religious values, materialistic values, hedonistic values, post-materialistic values and political participation.

Os valores sociais vêm sendo estudados desde épocas remotas, ainda no campo da Filosofia. Ao passar para o âmbito das Ciências Sociais, esse tema passa a ser caracterizado fundamentalmente por ter a função de orientar as ações, as escolhas, os julgamentos, as atitudes e as explicações sociais (Bem, 1973; Rokeach, 1979; Williams, 1979; Miceli & Castelfranchi, 1989; Feather, 1990; Seligman & Katz, 1996), o que faz com que diversos estudos o abordem com redobrado interesse.

Observa-se que, independentemente do fator contextual, os valores apresentam-se consideravelmente difundidos entre os grupos sociais, legitimando seu poder enquanto elementos centrais na organização da dimensão cognitiva que define as atitudes das pessoas (Rokeach, 1968) e evitando quaisquer questionamentos acerca de sua validade (Maio & Olson, 1998). Neste sentido, ao se estudar os valores relacionados aos sistemas políticos, o papel essencial que esse construto possui é evidenciado (Cochrane, Billig & Hogg, 1979; Rokeach, 1979; Lipset, 1982; Ball-Rokeach, Rokeach & Grube, 1986; Tetlock, 1986), permitindo que se analise o posicionamento político a partir da hierarquização dos valores pela sociedade (Easton, 1965; Dawson, 1979; Seliktar, 1991) ou através da forma como se prioriza o conjunto de valores que define as relações sociais (Parsons, 1957; Parsons, Shils & Olds, 1968; Heller, 1991). Neste sentido, este estudo tem como finalidade analisar as relações existentes entre os valores e a participação política em uma amostra de estudantes universitários da cidade de João Pessoa – PB.

## Valores e Política

Os valores surgem como objeto de estudo da Psicologia em meados do século XX, contudo, a grande importância do seu estudo para a Psicologia Social se manifesta pela primeira vez no último “*Handbook*” de Psicologia Social, no qual está inserido um capítulo inteiro dedicado ao tema valores, o que ocorreu devido à quantidade de investigações realizadas entre os anos 80 e 90 e de teorias que, em nível transcultural, procuravam conhecer as dimensões básicas da cultura (Inglehart, 1994).

Milton Rokeach (1968, 1973), um dos primeiros autores a estudar esse tema, tem fundamental importância nos estudos sobre os valores, pois foi responsável por um grande avanço no que concerne à delimitação do conceito e de sua metodologia de estudo, fazendo com que os valores passassem a ser alvo de grande interesse entre os pesquisadores.

Nos últimos quarenta anos, os valores receberam lugar de destaque na Psicologia Social, sendo compreendidos como uma das principais variáveis preditoras das atitudes e do comportamento social (Rokeach, 1968, 1973; Schwartz, 1992; Lima, 1997). Talvez seja essa a razão da existência, atualmente, de várias abordagens teóricas e metodológicas sobre a natureza dos valores e dos sistemas de valores.

Em uma reformulação da teoria de Rokeach (1973), Schwartz e Bilsky (1987, 1990) uniram as características principais dos valores indicadas por este autor com as enfatizadas na obra de Kluckhohn (1968). Esta unificação permitiu a Schwartz (1996) definir os valores como concepções que o indivíduo possui sobre o desejável, concepções que, por serem transituacionais, guiam a forma como os atores sociais selecionam seu comportamento, avaliam pessoas e explicam suas ações.

Para Schwartz (1992), os diversos valores que as pessoas possuem estão organizados em função de 10 tipos motivacionais: poder, realização, hedonismo, estimulação, auto-direção, universalismo, benevolência, tradição, conformidade e segurança. Esses tipos seriam os representantes de três necessidades básicas e universais na natureza humana (Schwartz, 1994): biológicas, de interação social estável e de sobrevivência dos grupos.

Para avaliar os tipos motivacionais, Schwartz (1992) desenvolveu uma escala (*SVS*) contendo 56 valores; destes 36 foram retirados da tipologia de Rokeach (1973). Os sujeitos das pesquisas eram solicitados a atribuírem uma nota variando de 1 a 7, considerando a importância de cada um dos valores como “princípios guia em minha vida”.

Já numa perspectiva sociológica, Inglehart (1971, 1977), analisando as mudanças ocorridas nas condições de produção de algumas sociedades européias, constatou que essas mudanças eram acompanhadas por uma modificação na hierarquia de valores dessas sociedades. Do mesmo modo, as mudanças culturais, indicadas pela criação de novos valores, acompanhavam, igualmente, as modificações nas condições de produção dessas sociedades. Inglehart (1994) chamou a esse processo de *feedback* econômico-cultural e apontou a emergência de dois conjuntos de valores como seus indicadores: valores materialistas e pós-materialistas. Segundo este autor, as condições de produção do início do capitalismo favoreceram a construção dos valores materialistas e a prioridade dada a esses valores facilitou o desenvolvimento do capitalismo nas sociedades industriais. Neste mesmo sentido, a estabilidade sócio-econômica atingida por algumas sociedades pós-industriais tem levado ao aumento na valorização de

metas pós-materialistas, o que também tem contribuído para o desenvolvimento econômico dessas sociedades.

A hipótese principal de Inglehart (1977) é a de que as sociedades que ainda não atingiram um certo nível de desenvolvimento econômico priorizam os valores materialistas, enquanto as sociedades que solucionaram esse problema valorizam metas pós-materialistas. Para testar essa hipótese, Inglehart (1991) elaborou um instrumento, baseado na teoria de Maslow (1954) sobre a hierarquia das necessidades, objetivando medir os valores materialistas e pós-materialistas. Os indicadores materialistas avaliam a importância da segurança física e econômica e os indicadores pós-materialistas avaliam a importância do bem-estar social, da realização profissional e do bem-estar individual.

Em estudos realizados nos Estados Unidos e na Europa (Inglehart, 1991), os valores pós-materialistas se opuseram aos valores materialistas compondo, assim, uma dimensão bipolar em que os valores estariam dispostos em um continuum materialista – pós-materialista. Embora a validade dessa dimensão tenha sido contestada (Brechtin & Kempton, 1994), diversos estudos transculturais (Flanagan, 1987; Inglehart, 1991; Vala, 1993, 1994) e intraculturais (Bean & Papadakis, 1994; Braithwaite, Makkai & Pittelkow, 1996) constataram a existência de valores materialistas e pós-materialistas, organizados tanto em uma dimensão quanto em duas dimensões correlacionadas positivamente (Pereira & Camino, 1999).

Diante disto, analisar este construto tendo como pressuposto apenas a dimensão psicológica ou, seu desdobramento, a dimensão sociológica, torna sua análise pouco acurada. Enquanto variável mutável, em função dos determinantes sociais, e estável, em virtude dos componentes cognitivos, os valores se intercalam nesse continuum indivíduo-sociedade, portanto, abordá-los a partir de uma vertente em que os dois aspectos estejam entrelaçados se faz de fundamental pertinência.

Os valores compreendidos numa vertente psicossociológica (Torres, 1992; Lima & Camino, 1995; Lima, 1997; Pereira, 2000; Da Costa, 2000; Pereira, Lima & Camino, 2001a; Torres, Pereira, Guimarães, Albenmaz, Vieira & Barros, 2001; Pereira, Torres & Barros, 2004), em sua natureza, buscam articular a ênfase psicológica dada por Schwartz (1992) com a ênfase sociológica destacada por Inglehart (1991). Assim, os valores são definidos como estruturas de conhecimento que, socialmente elaboradas, (1) sintetizam os elementos de um sistema simbólico amplamente compartilhado, (2) expressam os conteúdos ideológicos que for-

mam este sistema, (3) servem de instrumento na seleção das alternativas de orientação do comportamento e (4) refletem o contexto sócio-cultural e as identidades sociais dos indivíduos (Da Costa, 2000). Neste sentido, a fonte dos valores encontra-se não nas necessidades individuais, hipótese defendida por Schwartz (1992) nem nas necessidades coletivas, hipótese defendida por Inglehart (1991), mas nas produções sociais de significado, o que contempla um fenômeno de ordem social vinculado a um fenômeno psicológico; e, como em todas as produções sociais, a emergência dos valores depende de certas condições (Deschamps & Devos, 1993). Essas condições desenvolvem-se nas lutas ideológicas pelo poder (Camino, 1996; Pereira, Lima & Camino, 1997; Pereira & Camino, 1999) e fazem parte da construção social da realidade (Berger & Luckmann, 1973).

Pelo fato dos valores serem amplamente compartilhados, Maio e Olson (1998) propuseram a utilização do conceito de truismos culturais, enunciados óbvios compartilhados pelos grupos sociais (McGuire, 1964), como um indicador desta característica.

É com base nesses pressupostos que a partir de uma série de estudos realizados na Paraíba, vem sendo desenvolvido um instrumento de mensuração dos valores enquanto construtos psicossociais – Questionário de Valores Psicossociais (QVP). Inicialmente, Torres (1992) apresentou uma escala contendo nove valores (QVP-9) a estudantes universitários que atribuíram notas, variando entre um e dez, aos valores em função de sua importância para a construção de uma sociedade ideal. Os resultados de uma análise fatorial mostraram que os valores da escala configuravam-se em dois sistemas: democrático (igualdade, liberdade, honestidade, justiça, fraternidade e participação) e autoritário (obediência, autoridade e religiosidade).

Em outro estudo, Lima e Camino (1995) acrescentaram oito novos valores à versão anterior da escala, formando o QVP – 17 e aplicaram-no a uma amostra de estudantes de psicologia. Seus resultados permitiram constatar a existência de cinco sistemas referentes à adesão aos valores: bem-estar individual (conforto, prazer, auto-realização e alegria); bem-estar econômico (lucro, riqueza e autoridade); religioso (temor a deus, religiosidade e salvação da alma); igualitário (igualdade, cooperação e fraternidade) e libertário (liberdade, justiça, honestidade e participação).

Dando sequência aos estudos anteriores, Pereira et al., (1997) acrescentaram, com base numa pesquisa piloto, mais oito valores à escala, definindo o QVP – 25, e aplicaram-na a estudantes universitários. Seus resultados confirmaram a existência de cinco sistemas: bem-estar social; bem-estar



individual; bem-estar profissional; religioso e bem-estar econômico.

Com a finalidade de identificar as dimensões sobre as quais esses sistemas estavam configurados, Pereira et al., (2001a) realizaram duas novas pesquisas aplicando o QVP – 25 e combinaram os resultados de duas técnicas estatísticas – a Hierarchical Cluster Analysis e a Multidimensional Scaling (Kruskal & Wish, 1978) – para a obtenção da estrutura e dos conteúdos dos sistemas de valores de estudantes universitários da cidade de João Pessoa. A interpretação das dimensões obtidas considerou a proposta de Inglehart (1977, 1991) sobre valores Materialistas e Pós-Materialista e os tipos motivacionais da teoria de Schwartz (1992). Assim, constatou-se uma configuração composta por três grandes sistemas de valores: o materialista (status, riqueza, lucro, autoridade e hierarquia), o religioso (religiosidade, temor a deus e salvação da alma) e o pós-materialista que reuniu valores do bem-estar social (igualdade, liberdade, fraternidade, ordem, participação, justiça, cooperação e honestidade) do bem-estar individual (prazer, conforto, auto-realização, alegria e amor) e valores do bem-estar profissional (realização profissional, dedicação ao trabalho, competência e responsabilidade).

Considerando que a escala de valores utilizada por Pereira et al., (2001a) não contemplava um sistema de valores hedonistas, verificado em diversas pesquisas (Schwartz & Bilsky, 1990; Schwartz, 1994), foi desenvolvida posteriormente uma nova versão do instrumento, acrescentando 3 valores à escala, composta então por 28 valores, constatando, com base nos resultados de uma MDS e de uma análise fatorial confirmatória, que os estudantes universitários paraibanos organizam seus valores a partir de quatro sistemas distribuídos em função de duas dimensões: valores materialistas versus valores pós-materialistas; valores religiosos versus valores hedonistas.

A idéia subjacente a esse desenvolvimento pressupunha o questionamento da relação entre valores e necessidades ou motivações, admitindo que, numa sociedade, se possa construir um repertório de valores positivos que figurem como contraditórios na visão de outra sociedade, mas não necessariamente opostos entre si. Por conseguinte, considerar que essas estruturas são polarizadas não seria pertinente (Lima, 1997), sendo mais adequado compreender essa estruturação como formulada a partir de repertórios representacionais construídos de maneira hierárquica (Pereira et al., 2001a). Dentre outras refinações, uma última versão dessa medida de valores sociais foi elaborada, resultando em 24 valores os quais estão expostos na Tabela 1 (Pereira et al., 2004; Pereira, Camino & Da Costa, 2005).

**Tabela 1:**  
**Sistemas de Valores, Sub-sistemas e Valores Psicossociais**

Religioso	Salvação da alma; Temor a Deus; Religiosidade; Obediência às leis de Deus.
Pós-materialista	Sub-sistema de valores do trabalho - Realização profissional; Responsabilidade; Dedicção ao trabalho; Competência; Sub-sistema de valores do bem-estar individual – Alegria; Amor; Auto-realização; Conforto; Sub-sistema de valores do bem-estar social – Fraternidade; Liberdade; Igualdade; Justiça Social.
Hedonista	Vida Excitante; Sensualidade; Prazer; Sexualidade.
Materialista	Lucro; Riqueza; Status; Autoridade.

A comparação desses resultados com os tipos motivacionais da teoria de Schwartz (1994, 1996), mostrou que no conteúdo do sistema materialista estavam contidos os valores do poder social enquanto no conteúdo do sistema pós-materialista estavam representados os valores de universalismo, de benevolência e de auto-direção. Além disso, no conteúdo do sistema religioso estavam conceitualmente representados os valores de conformidade e de tradição, pois ambos se fundamentam na submissão e na auto-restrição para preservar o *status quo* da sociedade (Pereira et al., 2005).

De acordo com Torres et al., (2001), enquanto Rokeach (1973) e Schwartz (1992) enfatizam a natureza individual e, portanto, psicológica dos valores e Inglehart (1991) focaliza aspectos primordialmente sociológicos, Pereira et al., (2004) situam a análise dos valores no nível societal, na medida em que os concebem como estruturas de conhecimento elaboradas pelos diversos grupos sociais. Sendo assim, a fonte dos valores, diferentemente da indicada pelas outras abordagens, encontra-se nas diversas ideologias produzidas no interior dos grupos.

Os procedimentos metodológicos necessários para avaliar a adesão dos indivíduos ou dos grupos aos diversos valores devem fazer referência às diversas concepções ou ideologias que possam existir sobre a natureza da sociedade. Esta afirmação coloca claramente a importância dos valores nas relações políticas. Essa influência, independentemente da perspectiva teórica utilizada, tem sido um frequente tema de estudo (Niemi, Ross & Alexander, 1978; Lipset, 1982; Schwartz & Bardi, 1997; Pereira et al., 2001a, 2001b; Nelson & Garst, 2005).

Rokeach (1968), em um estudo clássico analisando as ideologias

políticas através do conflito entre a liberdade, representando ideologias individualistas, e a igualdade, representando ideologias coletivistas (Kinder & Sears, 1985), propôs o Modelo dos Dois Valores Políticos (*Two-Values Model*). De acordo com este modelo, ideologias comunistas valorizam muito a igualdade e pouco a liberdade, enquanto ideologias capitalistas valorizam pouco a igualdade e muito a liberdade. Já ideologias socialistas valorizam muito a igualdade e a liberdade, enquanto ideologias fascistas consideram pouco importantes esses valores. Posteriormente, Rokeach (1973) verificou que os norte-americanos que participavam em manifestações em defesa dos direitos civis davam muita importância à igualdade e à liberdade, enquanto os que não concordavam com essas manifestações consideravam a liberdade importante, mas davam pouca importância à igualdade.

Na cultura britânica, Cochrane et al., (1979) constataram uma alta valorização da igualdade entre comunistas e socialistas e uma baixa adesão a estes valores entre fascistas e conservadores. Constataram também que pessoas de esquerda valorizavam muito a liberdade e a igualdade, enquanto as de direita davam pouca importância à igualdade.

Numa pesquisa desenvolvida na Austrália, Feather (1985) verificou que o voto em partidos conservadores correlacionava-se negativamente com a valorização da igualdade. Em outros estudos, o mesmo autor (Feather, 1984, 1989) observou que eleitores de extrema-direita enfatizavam os valores autoridade, conformidade e tradição, dando pouca ênfase a valores comunitários e igualitários. Finalmente, Feather (1990) verificou que os universitários da Austrália que votavam em partidos liberais de direita eram mais autoritários que os que votavam na esquerda trabalhista.

Em síntese, esses estudos mostram que o tipo de adesão aos valores determina o posicionamento político dos indivíduos; entretanto, essa adesão deve ser contextualizada econômica e culturalmente. Middendorp (1978), por exemplo, mostrou que a esquerda valoriza mais a liberdade de expressão e a igualdade econômica, enquanto a direita prioriza a livre iniciativa econômica e a obediência de todos à autoridade.

Segundo Vala (1993), as pesquisas empíricas, ao forçarem a escolha por um desses valores, criam um artefato metodológico-ideológico e naturalizam uma oposição que pode não ocorrer no contexto sócio-político atual. Além disso, na abordagem de Rokeach (1973) estuda-se a relação entre um ou dois valores e uma atitude ou comportamento político sem considerar que os valores se constituem em padrões ou conjuntos de valores.

De acordo com Tamayo et al., (1996), o posicionamento político dos indivíduos não é guiado pela adesão atribuída a um valor isoladamente, mas por um conjunto de valores que influenciam simultaneamente esse posicionamento.

Assim, Barnea e Schwartz (1998) constataram duas dimensões subjacentes ao voto de cidadãos israelenses: liberalismo clássico (indicando um posicionamento democrático) e religiosidade (defendendo o autoritarismo para a manter a ordem social). Estes autores verificaram que os valores de conservação se correlacionavam negativamente com o voto em partidos liberais e positivamente com o voto em partidos de ideologia religiosa. Além disso, constataram que os valores da auto-transcendência e da abertura à mudança se correlacionavam positivamente com o voto em partidos liberais e negativamente com os valores religiosos.

No Brasil, Tamayo et al., (1996), usando a metodologia de Schwartz, observaram que estudantes universitários de esquerda e de centro aderiam mais fortemente aos valores da auto-transcendência e da abertura à mudança que os universitários de direita. Em outro estudo Torres (1992) constatou que a adesão de estudantes universitários de João Pessoa ao sistema de valores autoritários correlacionava-se negativamente com a aceitação do socialismo e com a identificação com partidos de esquerda. Lima e Camino (1995), observando também estudantes de João Pessoa, verificaram que a prioridade dada aos valores dos sistemas igualitário e libertário correlacionava-se positivamente com o ativismo político e com a atitude favorável à esquerda e que a maior adesão ao sistema de valores do bem-estar individual e a menor adesão aos sistemas de valores religiosos e econômicos aumentava a identificação com partidos políticos de esquerda. Pereira et al., (1997) constataram que a adesão aos valores econômicos e religiosos correlacionava-se negativamente com a participação política, com a simpatia partidária e com a disposição a votar caso o voto não fosse obrigatório.

Com base nessas evidências, resolveu-se analisar o posicionamento de estudantes universitários da cidade de João Pessoa acerca dos valores psicossociais, bem como as relações existentes entre a adesão aos sistemas de valores psicossociais e a participação política.

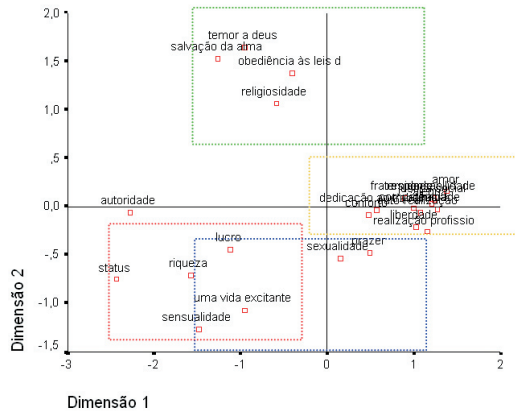
## Método

Amostra - Participaram do presente estudo 205 estudantes universitários do curso de psicologia de duas universidades da cidade de João Pessoa, sendo 77,6 % de mulheres e 22,4 % de homens, com idade variando entre 16 e 30 anos (Média 21,5; Moda 20; DP 2,54). Destes 89,3% eram solteiros e 48,3% se dedicavam exclusivamente aos estudos. Os sujeitos foram escolhidos em função de sua presença nas salas de aula momento da coleta de dados.

Instrumentos e Procedimentos - Foram utilizados os seguintes questionários: (1) Questionário de Valores Psicossociais (QVP-24), destinado a avaliar a estruturação dos valores sociais dos sujeitos e o grau de adesão a esses valores. Este questionário é composto por 24 valores os quais são pontuados numa escala tipo Likert, variando de 1 a 5, 1 indicando a menor importância e 5 a maior importância. Neste questionário solicita-se aos sujeitos que atribuam uma nota para cada valor listado de acordo com o grau de importância para a construção de uma sociedade ideal; (2) Escala de Participação Sócio-política, destinada a avaliar o grau de participação dos sujeitos em atividades sócio-políticas. Esta é uma escala do tipo Likert, composta por 17 itens, com respostas variando de 1 a 4, sendo 1 nunca e 4 com frequência, em relação a participação dos sujeitos nas atividades propostas pelos itens (Ex.: “Participar em associações, recreativas, culturais”, “Participar em associações e atividades sindicais”, “Participar no corte ou bloqueio de estradas, em piquetes, lutas de rua, de bairro, defendendo-se da polícia”). Os sujeitos foram abordados nas salas de aulas e responderam os questionários individualmente. Para tanto foi inicialmente solicitada a autorização do professor responsável pela turma no momento da coleta de dados e, em seguida, foram passadas as instruções aos participantes. A participação foi voluntária e sigilosa. Os questionários eram respondidos em cerca de 15 minutos.

## Resultados e Discussão

Para verificar a estruturação dos sistemas de valores psicossociais foi realizado um Escalamento Multidimensional (*Multidimensional Scaling* – MDS), técnica capaz de produzir, através de distâncias euclidianas, uma interpretação das variáveis em termos de agrupamentos (Pereira, 2001); na sequência, realizou-se a análise dos índices de fidedignidade dos agrupamentos encontrados (os *Alphas* de Cronbach). Os valores se apresentaram divididos em quatro sistemas: o sistema religioso (*Alpha* de Cronbach = 0,76), representado pelos valores salvação da alma, temor a Deus, religiosidade e obediência às leis de Deus; o sistema pós-materialista (*Alpha* de Cronbach = 0,87), representado pelos valores realização profissional, responsabilidade, dedicação ao trabalho, competência, alegria, amor, auto-realização e conforto, fraternidade, liberdade, igualdade e justiça social; o sistema hedonista (*Alpha* de Cronbach = 0,72), representado pelos valores uma vida excitante, sensualidade, prazer e sexualidade e o sistema materialista (*Alpha* de Cronbach = 0,73), representado pelos valores lucro, riqueza, status e autoridade (Figura 1).



(Stress = 0,070 ; RSQ = 0,98 )

Figura 1: Agrupamento dos Sistemas de Valores Psicossociais

Os valores situados no tracejado verde são: temor a Deus, salvação da alma, obediência às leis de Deus e religiosidade; os valores situados no tracejado vermelho são: lucro, status, riqueza e autoridade; os valores situados no tracejado azul são: sexualidade, sensualidade, uma vida excitante e prazer; os valores situados no tracejado amarelo são: realização profissional, responsabilidade, dedicação ao trabalho, competência, alegria, amor, auto-realização, conforto, fraternidade, liberdade, igualdade, justiça social.

Analisando-se os resultados ora obtidos em função das idéias propostas por Inglehart (1977) acerca dos sistemas materialistas e pós-materialistas se verifica a ausência de polarização entre os sistemas religioso e materialista (sistemas de ordem tradicional e conservadora) e os sistemas hedonista e pós-materialista (sistemas de ordem do bem-estar individual, do bem-estar social e do trabalho), indicando que em lugar de emparelhamentos opostos, aparece uma estrutura contínua, refutando a hipótese principal de Inglehart (1977) de que as sociedades que ainda não conquistaram as necessidades básicas de sobrevivência, tais como estabilidade econômica, segurança e organização política, tendem a valorizar as metas materialistas, enquanto que as sociedades que atingiram certo grau de resolução desses problemas tendem a atribuir grande importância aos valores pós-materialistas. Neste estudo as médias de respostas dos sujeitos indicam um alto grau de importância atribuída a todos os sistemas de valores psicossociais para a construção de uma sociedade ideal. Pode-se constatar uma ênfase atribuída pelos sujeitos aos valores do sistema pós-materialista, contudo, essa evidência não aparece em detrimento aos demais sistemas. Em outros estudos realizados com amostras de estudantes uni-

versitários (Pereira et al., 2001a; Pereira, Lima & Camino, 2001b; Pereira, Camino & Da Costa, 2004; Pereira et al., 2005) os resultados indicaram correlações positivas entre os sistemas materialista e religioso, assim como entre os sistemas religioso e pós-materialista, fazendo com que uma interpretação desses conteúdos representacionais enquanto fatores situados em dois pólos distintos não seja a mais adequada consideração.

De acordo com Pereira et al., (2005), na perspectiva psicológica dos valores humanos universais de Schwartz (1992; Schwartz & Bilsky, 1990), os conteúdos subjacentes aos interesses individuais (poder, realização, hedonismo, estimulação e auto-direção), podem ser comparados a três categorias de valores psicossociais: ao sub-sistema do bem-estar individual, ao sistema materialista e ao sistema hedonista; já os conteúdos subjacentes aos interesses coletivos (tradição, conformidade e benevolência) podem ser relacionados tanto ao sistema materialista como ao sub-sistema do bem-estar social; por sua vez, uma configuração de interesses mistos, que acoplam os interesses de ordem individual e social dos conteúdos dos valores humanos (segurança e universalismo) podem ser associados aos valores do sistema pós-materialista. Os valores do sistema religioso da perspectiva psicossociológica, não apresentam ligação direta em seu conteúdo com os valores da perspectiva de Schwartz (1992); entretanto, pode-se sugerir uma analogia conceitual dos conteúdos psicossociais aos conteúdos de conservação, conformidade e tradição dos valores de Schwartz (Pereira et al., 2001a). Essas considerações apresentam evidências significantes das diferenças entre as perspectivas teóricas no estudo dos valores. Inglehart (1977) e Schwartz (1992), em suas conceituações, definem valores num conjunto de conteúdos que se opõem, para o primeiro, e que são compatíveis e opostos, para o segundo, enquanto que a partir de uma abordagem psicossociológica (Lima, 1997; Da Costa, 2000; Pereira, 2000; Pereira et al., 2001a), os valores são compreendidos à guisa de construções sociais de significado largamente compartilhadas, sendo, portanto, um tanto quanto imprudente refletir em cima desses construtos como antagônicos.

Quanto às análises referentes à participação política, realizou-se uma análise dos componentes principais, com rotação *Varimax*. Na fase de validação do instrumento, algumas adaptações foram realizadas no sentido de ajustar teórica e empiricamente a interpretação dos componentes, e em seguida, após a solução fatorial final, uma análise da confiabilidade interna. Foram definidas duas dimensões de participação, uma de vertente ativista (*Alpha* de Cronbach = 0,78), representada pela participação em movimentos estudantis, em atos políticos, protestos etc; e outra de ordem sócio-cultural (*Alpha* de Cronbach = 0,66), representada pela participação em associações de vizinhos, recreativas, atividades religiosas etc. (Tabela 2).

Como pode ser observado na Tabela 2, uma dimensão de parti-

cipação é politicamente mais explícita, militante, relacionada às ações políticas mais comumente encontradas no cotidiano dos estudantes universitários, expressa pelo Fator 1; por sua vez, a outra dimensão de participação, expressa pelo Fator 2, é politicamente menos explícita, reunindo uma série de associações e compromissos dos estudantes com algumas das formas de associação e participação social na sociedade civil.

**Tabela 2**  
**Análise dos Componentes Principais (com rotação Varimax)**  
**da Escala de Participação Política**  
(KMO = 0,78; Teste de Esfericidade de Bartlett  $X^2 = 594,217$ ; gl = 66;  $P < ,000$ )

Itens	Fator 1	Fator 2
Participar no movimento estudantil (reuniões, assembleias, manifestações)	,798	-
Participar em atos políticos, greves, passeatas, boicotes.	,699	-
Participar como representante estudantil nas comissões de seu curso e/ou colegiados de sua universidade.	,645	-
Participar em protestos como ocupação de edifícios, terrenos, campos.	,634	-
Participar no corte ou bloqueio de estradas, em piquetes, luta de rua, de bairro, defendendo-se da polícia.	,430	-
Participar na lista de eleitores e ocupar um cargo em algum partido	-	-
Participar em associações, recreativas, culturais, etc	-	,652
Participar em associações de vizinhos, do bairro, da comunidade.	-	,641
Participar em associações e atividades religiosas.	-	,598
Participar em ONGs, associações ecologistas, de Direitos Humanos, etc.	-	,579
Participar em associações e atividades sindicais.	-	,541
Participar em atividades de extensão universitária.	-	,533
Alphas de Cronbach	,78	,66
Variância Explicada (Total = 46,66)	26,67	19,99
Eigenvalues	3,20	2,40

Em estudos realizados com amostras paraibanas (Torres, 1992; Torres et al., 2001), a participação sócio-política se apresenta muito bai-



xa, indicando uma adesão insignificante às maneiras gerais de participar, seja a participação política ou social. Gouveia, França, Da Costa & Camino (1997), em um estudo realizado com universitários, constataram que 60% dos participantes não estariam dispostos a votar caso não fossem obrigados por lei, 64% não possuíam simpatia partidária e 84% não participavam de nenhum movimento de protesto sócio-político. Esse padrão de baixa participação política tem sido encontrado com frequência nos estudos sobre o comportamento político no Brasil.

Na amostra aqui estudada, os índices de participação também são bastante baixos. No que se refere à participação ativista, a média dos itens que compõem esse tipo de participação variou de 1,1 a 1,8 (desvios-padrão variando de 0,44 a 0,91). No que se refere à participação sócio-cultural, a média dos itens que compõem esse tipo de participação variou de 1,2 a 2,5 (desvios-padrão variando de 0,62 a 1,14). Note-se que a escala variava de um (1) a quatro (4), correspondendo esse último valor à maior frequência de participação, enquanto o valor 1 correspondia à ausência de participação.

Esses dados indicam uma participação política quase inexistente, embora ela seja menos frágil no que se refere às associações culturais, associativistas, comunitárias e religiosas.

Barnes e Kaase (1979), numa já clássica coletânea de estudos sobre os determinantes da ação política, argumentam que as mudanças sociais e psicológicas características das culturas ocidentais criaram um moderno padrão de ação política, no qual as formas de participação política convencionais e não-convencionais estão psicologicamente integradas, em função da sua presença na vida cotidiana e no repertório das ações políticas dos cidadãos. Uma outra característica desse moderno padrão de ação política, de acordo com esses autores, seria o desvanecimento dos grandes movimentos sociais, das lutas por amplas mudanças sociais estruturais, em contraposição ao surgimento de lutas políticas mais específicas, guiadas por objetivos derivados das necessidades mais imediatas das pessoas.

Do mesmo modo, Kaase e Marsh (1979) postulam que a principal característica da cultura política das democracias ocidentais é a participação em ações políticas limitadas, voltadas para objetivos ligados às necessidades mais imediatas dos cidadãos, as quais esgotam-se tão logo seus objetivos sejam atingidos.

Como os dados aqui apresentados referem-se à participação laica, ou seja, de sujeitos não-militantes, é bastante razoável supor que a baixa participação seja decorrente dessas características da cultura política moderna, que pressuporia também um maior envolvimento com a forma de participação sócio-cultural. Nesta linha, Baquero (2003), utilizando

como fonte dados de pesquisas qualitativas e quantitativas coletados no Rio Grande do Sul, no período de 1974 a 2000, analisa a cultura política brasileira como sendo estruturalmente caracterizada por uma ausência de capacidade cooperativa que implica nos déficits de participação política e na conseqüente instabilidade democrática, derivados das crônicas predisposições negativas em relação às instituições políticas observadas sucessivamente nas pesquisas.

Por sua vez, Ferreira (1999a; 1999b), ao analisar dados acerca da baixa participação política do brasileiro, conclui que as razões para esse fato não parecem se relacionar a condicionantes sócio-econômicos; para ele, a quase inexistente participação política parece estar relacionada com a baixa credibilidade da atuação na política enquanto mecanismo de representação de interesses e negociação de conflitos (Ferreira, 2000).

O processo de redemocratização dos anos 80 na América Latina e a crise econômica que se desenvolveu no mesmo período, produziram duas atitudes contraditórias: a crença de que a democracia é essencial ao bom desenvolvimento do indivíduo e da sociedade e a descrença na utilidade do voto associada à crença na eficácia da ditadura (Camino et al., 1995; Giner, 1986). Esta situação contraditória pode ter sido criada pelo fato de que a abertura política, caracterizada pelo processo eleitoral, não trouxe melhorias econômicas e políticas, produzindo uma desconfiança do cidadão nas instituições democráticas e nos princípios democráticos (Gouveia et al., 1997; Baquero, 1994): muitos brasileiros não votariam caso o voto não fosse obrigatório (Elkins, 2000; Martins Jr & Dantas, 2004).

A isso se acrescenta, como sugere Sen (1998), uma característica perversa das democracias modernas, a sua incapacidade de derivar, dos aspectos mais abstratos das garantias dos direitos civis e políticos, os aspectos mais concretos do crescimento econômico e da justiça social, incapacidade que, no Brasil, é extremamente acentuada, haja vista a imensa desigualdade social que o caracteriza.

Tais argumentos impõem a compreensão da participação política de uma perspectiva mais psicossocial, na qual os valores podem ser fundamentais por suas relações com os demais aspectos do comportamento político.

Para investigar as relações existentes entre os sistemas de valores e as dimensões de participação política, foram realizadas análises de regressão múltipla do método *stepwise* para os dois tipos de participação, considerando-se os sistemas de valores como variáveis antecedentes (explicativas, preditoras ou independentes) e os tipos de participação como variáveis critério (dependentes). Esse procedimento é o mais adequado

para estudos de natureza exploratória, que não dispõem de modelos teóricos consistentes e apoiados em evidências empíricas acerca do relacionamento entre as variáveis, como é o caso desse estudo. Uma regressão múltipla (Tabachnick & Fidell, 1996; Dancey & Reidy, 2006) é uma técnica estatística utilizada para analisar as relações entre diferentes variáveis explicativas ou preditoras e uma variável critério, ou dependente. Os resultados relativos às relações entre os sistemas de valores e a participação ativista encontram-se descritos na Tabela 3, a seguir.

**Tabela 3**  
**Regressão Múltipla (*Stepwise*) para análise das relações entre os**  
**Sistemas de Valores e a Participação Ativista**

Sistemas de Valores	<i>B</i> (Beta)	<i>t</i>	Nível de Sig.
Hedonista	0,207	3,019	P < ,05
Religioso	- 0,199	- 2,895	P < ,05
Materialista	- 0,038	- 0,495	N. Sig.
Pós-materialista	- 0,045	- 0,562	N. Sig.
- Coeficiente de Regressão Múltipla:	R = 0,264		
- Explicação da Variabilidade:	R <sup>2</sup> <sub>ajustado</sub> = 0,061 ( 6 % )		
- Teste Estatístico:	F <sub>(1, 202)</sub> = 7,581 ; P < ,01		

Como se pode observar na Tabela 3, dois sistemas de valores estão relacionados com a participação ativista: o hedonista ( $\beta = 0,207$ ) e o religioso ( $\beta = - 0,199$ ). Os sistemas materialista e pós-materialista foram excluídos nas equações de regressão.

Esses resultados indicam que no modelo proposto (quatro sistemas de valores como preditores da participação ativista), as variáveis relacionadas com a participação ativista são os valores hedonistas e religiosos. Um Beta ( $\beta$ ) positivo para o sistema hedonista indica que uma maior adesão aos valores ligados ao prazer e à satisfação sexual está associada a uma maior participação em ações políticas de conteúdo mais diretamente ligado à política. Por sua vez, um Beta ( $\beta$ ) negativo para o sistema religioso indica que uma maior adesão a valores conservadores e tradicionais está ligada a uma menor participação política ativista.

Os resultados relativos às relações entre os sistemas de valores e a participação sócio-cultural encontram-se descritos na Tabela 4, a seguir.

**Tabela 4**  
**Regressão Múltipla (*Stepwise*) para análise das relações entre os**  
**Sistemas de Valores e a Participação Sócio-cultural**

Sistemas de Valores	$\beta$ (Beta)	T	Nível de Sig.
Religioso	0,220	3,220	P < ,05
Hedonista	0,018	0,257	N. Sig.
Materialista	0,068	0,941	N. Sig.
Pós-materialista	0,104	1,461	N. Sig.
- Coeficiente de Regressão Múltipla:	R = 0,220		
- Explicação da Variabilidade:	$R^2_{\text{ajustado}} = 0,044$ ( 4 % )		
- Teste Estatístico:	$F_{(1, 203)} = 10,368$ ; P < ,01		

Como se pode observar na Tabela 4, apenas um sistema de valores está relacionado com a participação sócio-cultural: o religioso ( $\beta = 0,220$ ). Os sistemas hedonista, materialista e pós-materialista foram excluídos nas equações de regressão.

Esses resultados indicam que no modelo proposto (quatro sistemas de valores como preditores da participação sócio-cultural), a variável relacionada com a participação sócio-cultural é o sistema de valores religioso. Um Beta ( $\beta$ ) positivo para o sistema religioso indica que uma maior adesão a valores conservadores e tradicionais está ligada a uma maior participação em ações políticas de natureza sócio-cultural e associativa, sugerindo que participar em organizações que promovem a socialização e a interação entre as pessoas relaciona-se com a adesão a valores conservadores e tradicionais.

Os valores têm sido tradicionalmente associados às atitudes, ideologias e posições políticas, campo no qual os achados de pesquisa têm demonstrado seu valor para a organização do pensamento político e para a compreensão da opinião pública. Entretanto, não há muita evidência acerca de seu papel no que se refere à participação política, tema que se insere na escorregadia polêmica acerca das relações das crenças e atitudes com o comportamento, no campo da Psicologia Social.

Os achados aqui relatados parecem indicar que a participação política ativista, no contexto da vida universitária está ligada a uma valorização dos aspectos hedonistas da vida social e uma menor valorização dos aspectos religiosos; por sua vez, a participação sócio-cultural está ligada a uma maior valorização desses aspectos religiosos. Considerando-se os sistemas de valores como visões acerca da organização da sociedade,

pode-se afirmar que, os melhores preditores para a participação são: a adesão a uma visão da sociedade orientada para o prazer e a satisfação pessoal e para a rejeição do conservadorismo e religiosidade, no caso da participação política ativista e, no caso da participação sócio-cultural, a adesão a uma visão de sociedade orientada para o conservadorismo, as tradições e a religiosidade.

Algumas pesquisas realizadas em populações semelhantes (Lima, 1997; Pereira & Camino, 1999; Pereira et al., 2001a; Pereira et al., 2004), apresentaram resultados compatíveis a estes, indicando que os estudantes que priorizavam os valores materialistas e religiosos não estavam vinculados a ideais democráticos. Lima e Camino (1995) relataram uma correlação positiva entre valores igualitários e libertários, ativismo político e atitude favorável à esquerda. Pereira et al., (1997) constataram que a adesão a valores econômicos e religiosos correlacionava-se negativamente com a participação política, com a simpatia partidária e com a disposição a votar caso o voto não fosse obrigatório.

Seria de esperar que a participação política estivesse relacionada de modo positivo ao pós-materialismo e de modo negativo ao materialismo. Inglehart (1991) descreve o pós-materialismo como uma das características centrais em um ambiente cultural propício à participação do cidadão nas decisões políticas e na luta em favor da consolidação das instituições democráticas, ao contrário do materialismo, que seria essencial nas culturas onde predominam os sistemas antidemocráticos de organização da sociedade. Para esse autor o pós-materialismo é uma característica de indivíduos que expressam interesse numa sociedade menos impessoal e mais integrada, e que encoraje uma ampla participação nos processos de decisão.

O fato de não terem sido observadas relações entre valores materialistas e pós-materialistas e a participação política é um dado inesperado, tendo em vista os achados anteriormente descritos na literatura. Talvez isso indique uma mudança no padrão do exercício da política e mesmo no substrato ideológico que define o significado e as motivações da ação política dos estudantes universitários.

A política nas universidades brasileiras vinha sendo tradicionalmente marcada pela militância e envolvimento dos estudantes em partidos e organizações políticas de esquerda. Com a redemocratização e as transformações no cenário político nacional dela decorrentes, a influência do ideário esquerdista e oposicionista pode ter sido drasticamente reduzida, o que explicaria tanto os baixíssimos índices de participação observados como a mudança de seu substrato ideológico. Desse modo, estariam

fundamentando a ação política dos estudantes não mais a oposição entre uma visão de mundo libertária e outra autoritária, mas sim entre visões que fundamentam uma leitura da realidade mais auto-centrada, mais individualista, derivada dos valores hedonistas, e uma leitura conservadora e religiosa dessa realidade.

É lugar comum das ciências sociais como um todo, compreenderem as estreitas relações existentes entre os indicadores sócio-culturais e as propensões do comportamento político (Tolbert, Mcneal & Smith, 2003; Barreto & Muñoz, 2003; Haddock, 2003; Preuhs, 2005; Nelson & Garst, 2005; Battista, 2006), sendo deveras enfatizado o papel do contexto nas variáveis políticas. Contudo, estas relações, considerando grande parte do arsenal empírico, não se apresentam de forma clara, mas cada vez mais emaranhadas a diversidade presente no mundo da política e nas visões sociais.

Nesse sentido, o que esses dados podem estar a indicar é a ocorrência de um processo de mudança nos significados da ação política no âmbito da vida universitária. O movimento estudantil e as organizações de esquerda não mais estariam ditando a agenda ideológica do engajamento político dos estudantes.

Dada a natureza limitada desse estudo e a complexidade de um processo de mudanças como esse, faz-se necessário que essas conclusões sejam tomadas de modo extremamente parcimonioso, sendo imperativa sua comparação com outras evidências que porventura venham a ser divulgadas.

## Referências Bibliográficas

- BALL-ROKEACH, S., ROKEACH, M. & GRUBE, J. W. (1986). Changing and stabilizing political behavior and beliefs. In: S. Ball-Rokeach & M. G. Cantor (Orgs.), *Media, audience and social structure*. (pp. 280-290). Newbury Park: Sage.
- BAQUERO, M. (1994). Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: Estado e partidos políticos. In: M. Baquero (Org.). *Cultura política e democracia: Os desafios das sociedades contemporâneas*. (pp. 26-41). Porto Alegre: UFRGS.
- BAQUERO, M. (2003). Construindo uma outra Sociedade: o Capital Social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Rev. Sociologia Política*, 21, 88-108.
- BARNES, Samuel H. & KAASE, Max (Eds.) (1979) *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*. Beverly Hills, Sage Publications.
- BARNEA, M. F. & SCHWARTZ, S. H. (1998). Values and voting. In: *Political Psychology*, 19, 17-40.
- BARRETO, M. A. & MUÑOZ, J. A. (2003). Reexamining the “Politics of In-between”: Political Participation among Mexican Immigrants in the United States. In: *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 25, 427-447.
- BATTISTA, J. C. (2006). Committee Theories and Committee Votes: Internal Committee Behavior in the California Legislature. In: *State politics & policy quarterly*, 1, 36-51.
- BEAN, C. & PAPADAKIS, E. (1994). Polarized priorities or flexible alternatives? Dimensionality in Inglehart’s materialism-posmaterialism scale. In: *International Journal of Public Opinion Research*, 6, 264-297.
- BEM, D. J. (1973). *Convicções, atitudes e assuntos humanos*. São Paulo: EPU.

- BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. (1973). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.
- BRAITHWAITE, V., MAKKAI, T. & PITTELKOW, Y. (1996). Inglehart's materialism-postmaterialism concept: Clarifying the dimensionality debate through Rokeach's model of social values. In: *Journal of Applied Social Psychology*, 26, 1536-1555.
- BRECHIN, S. R. & KEMPTON, W. (1994). Global environmentalism: A challenge to the postmaterialism thesis? In: *Social Science Quarterly*, 75, 245-269.
- CAMINO, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. In: *Psicologia e Sociedade*, 8, 16-42.
- COCHRANE, R., BILLIG, M. & HOGG, M. (1979). British politics and the two-value model. In: M. Rokeach (Org.). *Understanding human values: Individual and societal*, (pp. 179-191). New York: Free Press.
- DA COSTA, J. B. (2000). *Visões sociais de democracia: Um estudo psicossociológico dos significados da democracia*. Tese de Doutorado, Curso de Pós-graduação em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- DAWSON, P. A. (1979). The formation and structure of political belief systems. In: *Political Behaviour*, 1, 99-122.
- DANCEY, C. P. e REIDY, J. (2006) *Estatística sem Matemática para a Psicologia*. Porto Alegre, ARTMED.
- DESCHAMPS, J. C. & DEVOS, T. (1993). In: *Valeurs, cultures et changement. Intercultures*, 1, 17-28.
- EASTON, D. (1965). *A system analysis of political life*. New York: Wiley.
- ELKINS, Z. (2000). Quem iria votar? Conhecendo as conseqüências do voto obrigatório no Brasil. *Opinião Pública*, 6 (1), 109-136.



- FEATHER, N. T. (1984). Protestant ethic, conservatism and values. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, 46, 1132-1141.
- FEATHER, N. T. (1985). Attitudes, values and attributions: Explanations of unemployment. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 876-889.
- FEATHER, N. T. (1989). Attitudes towards high achiever: The fall of the tall poppy. In: *Australian Journal of Psychology*, 41, 239-267.
- FEATHER, N. T. (1990). Bridging the gap between values and actions: Recent applications of the expectancy-value model. In: E. T. Higgins & R. M. Sorrentino (Orgs.). *The handbook of motivation and cognition: Foundations of social behavior*, 2, (pp. 151-192). New York: Guilford.
- FERREIRA, Marcelo C. (1999a) “Associativismo e Contato Político nas Regiões Metropolitanas do Brasil: 1988 –1996. Revisitando o Problema da Participação”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, 41, 90-102.
- FERREIRA, Marcelo C. (1999b) “A Participação Política e os seus Determinantes Socioeconômicos: as Regiões Metropolitanas Brasileiras: 1988–1996”. *Opinião Pública*, 1, 78-86.
- FERREIRA, Marcelo C. (2000) Participação e comportamento político no Estado de São Paulo, 1990. *Opinião Pública*, 6 (2), 248-262
- FLANAGAN, S. C (1987). Value change in industrial societies. In: *American Political Science Review*, 81, 1303-1319.
- GINER, S. (1986). La estructura lógica de la democracia. In: *Sistema*, 70, 3-25.
- GOUVEIA, R., FRANÇA, D., DA COSTA, J. & CAMINO, L. (1997). O papel das crenças políticas no comportamento dos eleitores de João Pessoa em 1992 e 1994. In: L. Camino, L. Lhullier & S. Sandoval (Orgs.). *Estudos sobre comportamento político: Teoria e pesquisa*, (pp. 107-125). Florianópolis: Letras Contemporâneas.

- HADDOCK, G. (2003). Making a Party Leader Less of a Party Member: The Impact of Ambivalence on Assimilation and Contrast Effects in Political Party Attitudes. In: *Political psychology*, 24 (4), 769-786.
- HELLER, A. (1991). The concept of political revisited. Em D. Held (Org.). In: *Political theory today*, (pp. 330-343). California: Stanford University.
- INGLEHART, R. (1971). The silent revolution in Europe: Intergenerational change in post-industrial societies. In: *American Political Sciences Review*, 65, 991-1017.
- INGLEHART, R. (1977). *The silent revolution*. Princeton: Princeton University.
- INGLEHART, R. (1991). *El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas*. Madrid: Siglo XXI.
- INGLEHART, R. (1994). Modernización y post-modernización: La cambiante relación entre el desarrollo econômico, cambio cultural y político. In: J. D. Nicolás & R. Inglehart (Orgs.). *Tendencias mundiales de cambio en los valores sociales y políticos*, (pp. 157-170). Madrid: Fundesco.
- KAASE, M. & MARSH, A. (1979) Political Action: a Theoretical Perspective. Em: Samuel H. Barnes & Max Kaase (Eds.) (1979) *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*. Beverly Hills, Sage Publications, 27-56.
- KINDER, D. R. & SEARS D. O. (1985). Public opinion and political action. In: G. Lindzey & E. Aronson (Orgs.). *The handbook of social psychology*, (pp. 659-742). New York: Random House.
- KLUCKHOHN, C. (1968). Los valores y las orientaciones de valor en la teoría de la acción. In: T. Parsons & E. A. Shils (Org). *Hacia una Teoría General de la Acción*, (pp. 435-485). Buenos Aires: Editorial Kapelusz.
- KRUSKAL, J. B. & WISH, M. (1978). *Multidimensional scaling*. London: Sage.

- LIMA, M. E. (1997). *Valores, participação política, atitudes face a democracia e ao autoritarismo: Uma análise da socialização política dos universitários da Paraíba*. Dissertação de Mestrado, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- LIMA, M. E. & CAMINO, L. (1995). A Política na vida de estudantes universitários: Uma análise em termos de espaço político e de valores. In: M. J. L. Silva (Org.). *Iniciados*, (pp. 11-35). João Pessoa: Editora Universitária.
- LIPSET, S. M. (1982). The academic mind at the top: The political behavior and values of faculty elites. In: *Public Opinion Quarterly*, 46, 143-168
- MAIO, G. R. & OLSON, J. M. (1998). Values as truisms: Evidence and implications. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 294-311.
- MARTINS JR, J. P. E DANTAS, H. (2004) O índice de participação e a importância da educação. *Opinião Pública*, 10 (2), 268-287.
- MASLOW, A. K. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper e Row.
- MCGUIRE, W. (1964). Inducing resistance to persuasion: Some contemporary approaches. In: L. Berkowitz (Org.). *Advances in experimental social psychology*, 1, 191-229. New York: Academic Press.
- MICELI, M. & CASTELFRANCHI, C. (1989). A cognitive approach to values. In: *Journal for the Theory of Social Behavior*, 19, 169-193.
- MIDDENDORP, P. (1978). *Progressiveness and conservatism: the fundamental dimension aoideological controversy and their relationship to social class*. Haia: Mouton.
- NELSON, T. E. & GARST, J. (2005). Values-based Political Messages and Persuasion: Relationships among Speaker, Recipient, and Evoked Values. In: *Political psychology*, 26 (4), 489-502.

- NIEMI, R. G; ROSS, R. D. & ALEXANDER, J. (1978). The similarity of political values of parents and college-age youths. In: *Public Opinion Quarterly*, 42, 503-520.
- PARSONS, T. (1957). *The social system*. New York: Free Press.
- PARSONS, T., SHILS, E. A. & OLDS, J. (1968). Los valores, los motivos y los sistemas de acción. In: T. Parsons & E. A. Shils (Orgs.). *Hacia una Teoría General de la Acción*, (pp. 67-311). Buenos Aires: Editorial Kapelusz.
- PEREIRA, C. (2000). *Princípios organizadores do envolvimento nos direitos humanos: Uma análise dos sistemas de valores de universitários paraibanos*. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- PEREIRA, C. & CAMINO, L. (1999). Proposta de um modelo psicossociológico para o estudo das atitudes políticas de estudantes universitários: Uma análise em termos de valores materialistas e pós-materialistas. In: M. F. V. Souza (Org.). *Iniciados*, (pp. 427-440). João Pessoa: Editora Universitária.
- PEREIRA, C., CAMINO, L. & DA COSTA, J. B. (2004). Análise fatorial confirmatória do Questionário de Valores Psicossociais — QVP24. In: *Estudos de Psicologia: Natal*, 9 (3), 505-512.
- PEREIRA, C., CAMINO, L. & DA COSTA, J. B. (2005). Um estudo sobre a integração dos níveis de análise dos sistemas de valores. In: *Psicologia: reflexão e crítica*, 18 (1), 16-25.
- PEREIRA, C., LIMA, M. E. & CAMINO, L. (1997). A prática política: Uma análise psicossociológica em termos de valores e inserção social. In: M. J. L. Silva (Org.). *Iniciados* (pp. 199-235). João Pessoa: Editora Universitária.
- PEREIRA, C., LIMA, M. E. & CAMINO, L. (2001a). Sistemas de valores e atitudes democráticas de estudantes universitários de João Pessoa. In: *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 14 (1), 177-190.

- PEREIRA, C., LIMA, M. E. & CAMINO, L. (2001b). Sistemas de valores e atitudes democráticas de estudantes universitários da região sul. In: Estudos, 28 (4), 639-672.
- PEREIRA, C., TORRES, A. R. R. & BARROS, T. S. (2004). Sistemas de valores e atitudes democráticas de estudantes universitários. In: Psicologia: teoria e pesquisa, 20 (1), 1-10.
- PREUHS, R. (2005). Descriptive Representation, Legislative Leadership, and Direct Democracy: Latino Influence on English Only Laws in the States, 1984–2002. In: State politics & policy quarterly, 5.
- ROKEACH, M. (1968). Beliefs, attitudes and values: A theory of organization and change. San Francisco: Jossey-Bass.
- ROKEACH, M. (1973). The nature of human values. New York: Free Press.
- ROKEACH, M. (1979). The two-value model of political ideology and British politics. In: M. Rokeach (Org.). Understanding human values: Individual and societal, (pp. 192-196). New York: Free Press.
- SCHWARTZ, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advanced and empirical testes in 20 countries. In: M. Zanna (Org.). *Advances in experimental social psychology*, 25, (pp 1-65). Orlando: Academic Press.
- SCHWARTZ, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? In: *Journal of Social Issues*, 50, 19-45.
- SCHWARTZ, S. H. (1996). Value priorities and behavior: Applying a theory of integrated value systems. In: C. Seligman, J. M. Olson & M. P. Zanna (Orgs.). *The psychology of values: The Ontario Symposium*, 8, 1-24. Mahwah, NJ: LEA.
- SCHWARTZ, S. H. & BARDI, A. (1997). Influences of adaptation to communist rule on value priorities in Eastern Europe. In: *Political Psychology*, 18, 385-410.

- SCHWARTZ, S. H. & BILSKY, W. (1987). Toward a universal psychological structure of human values. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 550-562.
- SCHWARTZ, S. H. & BILSKY, W. (1990). Toward a theory of the universal content structure of values: Extensions and cross-cultural replications. In: *Journal of Personality and Social Psychology*. 58, 878-891.
- SELIGMAN, C. & KATZ, A. (1996). The dynamics of value systems. In: C. Seligman, J. M. Olson & M. P. Zanna (Orgs.). *The psychology of values: The Ontario Symposium*, 8, 53-75. Mahwah, NJ: LEA.
- SELIKAR, O. (1991). Identifying a society's belief system. In: M. G. Hermann (Org.). *Political psychology contemporary problems and issues*, 320-354. San Francisco: Jossey-Bass.
- SEN, A. (1998). Teorias del desarrollo a principios del siglo XXI. Em : EMMERIJ, L. & ARCO NUÑEZ, J. (Comps.). *El desarrollo económico y social en los umbrales del siglo XXI*. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- TABACHNICK, B. & FIDELL, L. S. (1996) *Using Multivariate Statistics*. N. York, Harper Collins.
- TAMAYO, A., PIMENTA, M., ROLIM, M., RODOVALHO, O. & CASTRO, P. (1996). Prioridades axiológicas e orientação política. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 12, 253-259.
- TETLOCK, P. E. (1986). A value pluralism model of ideological reasoning. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 819-827.
- TOLBERT, C. J.; MCNEAL, R. S. & SMITH, D. A. (2003). Enhancing Civic Engagement: The Effect of Direct Democracy on Political Participation and Knowledge. In: *State politics & policy quarterly*. V. 3 (1), 23-41.
- TORRES, A. R. R. (1992). *Uma análise psicossocial da identificação*

*partidária: O caso dos estudantes da UFPb nas eleições de 1988, 1989 e 1990.* Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

TORRES, A. ; PEREIRA, C. ; GUIMARÃES, J; ALBEMAZ, M.; VIEIRA, S. & BARROS, T. (2001). Valores e psicologia social: modelos de análise. In: *Estudos*. 28, 539-559.

VALA, J. (1993). Valores sócio-políticos. In: L. de França (Org.). *Portugal, valores europeus e identidade cultural*, (pp. 221-259). Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

VALA, J. (1994). La emergencia de los valores post-materialistas en Portugal. In: J. D. Nicolas & R. Inglehart (Orgs.). *Tendencias mundiales de cambio en los valores sociales y políticos*, (pp. 157-170). Madrid: Fundesco.

WILLIAMS, R. M. (1979). Change and stability in values and value systems: A sociological perspective. In: M. Rokeach (Org.). *Understanding human values: Individual and societal*, (pp. 15-46). New York: Free Press.

**Sheyla Christine Santos Fernandes**  
Rua Alameda B, 230 / apt 404  
Alamanda Golden Garden. Jardins - CEP 49027-400  
Aracaju, Sergipe  
e-mail: [sheylacsfernandes@msn.com](mailto:sheylacsfernandes@msn.com)

**Joseli Bastos da Costa**  
Universidade Federal da Paraíba  
e-mail: [joseli\\_costa@uol.com.br](mailto:joseli_costa@uol.com.br)

**Leoncio Camino**  
Grupo de Pesquisa em Comportamento Político,  
Caixa Postal 5069 - Cidade Universitária - CEP 58051 970,  
João Pessoa - Paraíba  
e-mail: [leocamino@uol.com.br](mailto:leocamino@uol.com.br)

**Roberto Mendoza**  
Universidade Federal de Campina Grande  
e-mail: [robermen2000@yahoo.com.br](mailto:robermen2000@yahoo.com.br)

• *recebido em fevereiro de 2006.*

• *aprovado em julho de 2006.*



---

## **Psicologia e política: uma interpretação foucaultiana**

**João Leite Ferreira Neto**

Professor da pós-graduação em psicologia da PUC - Minas.

### **Resumo**

O artigo desenvolve uma reflexão sobre a relação entre psicologia e política no Brasil contemporâneo a partir das contribuições de Foucault. São privilegiados nesta análise os conceitos de “intelectual específico” e o de “diagnóstico do presente” como operadores que podem gerar uma politização da ação cotidiana de indivíduos e coletivos nos diversos espaços sociais. Nessa perspectiva, a politização passa a se dar a partir da atividade específica de cada um, através da construção do diagnóstico do perigo presente, num campo particular de ação. O texto aborda essas idéias analisando a experiência brasileira do movimento de trabalhadores de saúde mental. Este assume que sua atuação não deve ser restrita apenas ao âmbito do tratamento, mas também através de uma ação diretamente na cultura, discutindo a experiência da loucura com a sociedade e promovendo novos processos de subjetivação.

### **Palavras chave**

Psicologia, política, Foucault, saúde mental, processos de subjetivação.

## Psychology and politics: a foucault interpretation

### Abstract

This article develops a reflection about the relation between psychology and politics in the contemporary Brazil supported by the contributions of Michel Foucault. The concepts of “specific intellectual” and “diagnosis of the present” are focused as mechanisms that can start a process of politicization of quotidian action of individuals and collectives in several social spaces. In this perspective, the politicization turns to begin with the specific action of each individual, through the construction of the diagnosis of the danger of the present, in a particular field of action. The text approaches this ideas analyzing experience of the Brazilian mental health workers movement. This social movement assumes that its action must not only be restricted to the treatment milieu, but also through a direct action in the culture, discussing the experience of madness with the society and promoting new subjectivation process.

### Keywords

Psychology, politics, Foucault, mental health, subjectivation process.

## Psicologia e política: uma interpretação foucaultiana<sup>1</sup>

*O trabalho de um intelectual não é moldar a vontade política dos outros; é através das análises que faz nos campos que são seus, o de interrogar novamente as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar; dissipar as familiaridades aceitas, retomar a avaliação das regras e das instituições e, a partir dessa nova problematização, participar da formação de uma vontade política. (Foucault).*

Este artigo elabora algumas reflexões sobre psicologia e política a partir da utilização de idéias de Michel Foucault sobre participação política, particularmente através de dois conceitos - o de “intelectual específico” e o de “diagnóstico do presente”. A discussão que será desenvolvida consistirá em uma aproximação desses conceitos, e não numa aplicação direta, que, neste caso, seria imprópria por duas razões. Em primeiro lugar, porque identificar a categoria dos psicólogos, genericamente, com a noção de intelectual seria um excesso. Há intelectuais nas diversas categorias profissionais incluindo a dos psicólogos, mas a totalidade do grupo de psicólogos não é formada de intelectuais. Mesmo assim, como veremos na seqüência, várias conexões podem ser apontadas entre a noção de “intelectual específico” e a atuação do psicólogo brasileiro. Em segundo lugar, porque o próprio Foucault sempre entendeu a relação com a teoria como sendo similar a da utilização de uma “caixa de ferramentas”. Não se trata da construção de um sistema, seu objetivo é instrumentalizar um uso ético-político particular dos conceitos, a partir de situações localizadas (Foucault, 2003). Neste caso trata-se de problematizar uma posição política do psicólogo possível (e desejável) no Brasil contemporâneo instrumentalizados com os conceitos propostos por Foucault, privilegiando nesta análise a inserção dos psicólogos no movimento de saúde mental. Cabe aqui antecipar que pensar a relação entre psicologia e política a partir de Foucault, implica paradoxalmente na valorização de uma prática não corporativa, numa prática que transcende a ação estrita de uma categoria profissional particular. Vale também esclarecer que se trata de uma posição e não a posição, por entender que há mais de uma posição política cabível para os psicólogos. Mas a posição aqui defendida apresenta a contribuição de um filósofo que se esforçou por problematizar de modo imanente as relações entre práticas políticas e práticas subjetivas.

## O intelectual específico

Foucault (1979) desenvolve a noção de intelectual específico em contraposição à de intelectual universal, considerando ambas como fruto de experiências históricas. Ele afirma que durante muito tempo o intelectual “de esquerda” se apresentou como portador da verdade e da justiça, como sendo “a consciência de todos”. Esse intelectual universal se apresentava como possuidor de uma visão global da sociedade que lhe permitia distinguir o verdadeiro do falso no que concerne à ética e à política. Sua matriz é uma certa “vulgata” marxista: “assim como o proletariado é portador do universal, o intelectual, pela sua escolha moral, teórica e política, quer ser portador dessa universalidade, mas em sua forma consciente e elaborada. O intelectual seria a figura clara e individual de uma universalidade da qual o proletariado seria a forma obscura e coletiva” (Foucault, 1979: 8).

Entretanto, continua Foucault (1979), há muitos anos não se demanda do intelectual tal função<sup>2</sup>. Contemporaneamente, os intelectuais já não se propõem a trabalhar o “justo-e-verdadeiro-para-todos”, mas atuam em pontos localizados onde se situam, sejam suas condições de trabalho, sejam suas condições de vida (a moradia, o hospital, a universidade, as relações familiares ou sexuais, etc.). Com isso, esses novos intelectuais “específicos” adquiriram “uma consciência muito mais concreta e imediata das lutas” (Idem, p. 9).

Nessa nova perspectiva, a politização passa a se dar “a partir da atividade específica de cada um”, produzindo ligações transversais de saber para saber, e não mais através da escrita sacralizada do intelectual universal. Desse modo, segundo Foucault (1979), diversos profissionais tais como magistrados, psiquiatras, trabalhadores sociais, entre outros, podem participar, em seu próprio lugar, da politização promovida pelos intelectuais, que não mais funcionam como lugar de exposição da verdade, mas como “permutadores”, em pontos de conexão privilegiados. A função do intelectual específico passa a ser, então, a de promover a conexão entre o saber erudito e o saber comum das pessoas, politizando a ação cotidiana de indivíduos e coletivos nos diversos espaços sociais. E nesse aspecto importa menos a pessoa do intelectual e mais essa função promotora de agenciamentos.

Foucault desenvolveu essa prática experimento-intervenção junto às prisões francesas iniciado em fevereiro de 1971 através do Grupo de Informação sobre as Prisões – GIP. Os movimentos de protesto e agitação pós Maio de 68 levaram à prisão vários militantes de esquerda, que passaram a reivindicar um regime especial na condição de presos políti-

cos, realizando greves de fome. O movimento dos prisioneiros políticos acarretou posteriormente a denúncia do sistema prisional como um todo, visando uma reforma que alcançasse “todos os prisioneiros” (Eribon, 1990: 210). Foucault (2003) não ficou indiferente a esse quadro e organizou, juntamente com outros companheiros, o GIP. Sobre seu projeto, ele diz: “Trata-se de dar a palavra àqueles que têm uma experiência da prisão. Não porque eles precisem que os ajudemos a ‘tomar consciência’: a consciência da opressão está ali, perfeitamente clara, sabendo muito bem quem é o inimigo. [...] A greve de fome em janeiro último coagiu a imprensa a falar. Aproveitemos a brecha: o que é intolerável, imposto pela força e pelo silêncio, cesse de ser aceito” (p. 4)

Dois anos mais tarde, Deleuze, um dos participantes do movimento, formulou o projeto político de Foucault num diálogo conjunto entre ambos dizendo-lhe: “você foi o primeiro a nos ensinar algo de fundamental: a indignidade de falar pelos outros” (Foucault, 1979: 72).

Por essa razão, Foucault recusou-se reiteradamente a aceitar o pedido de jornalistas para que escrevesse um artigo sobre a prisão, propondo em contrapartida um texto redigido pelos próprios detentos, o que, por sua vez, era recusado pelos jornais (Foucault 1999). Agindo assim, o autor colocava em xeque a ação política pela via da representação na qual o intelectual cumpre a função de porta-voz dos oprimidos. Isso não lhe parecia necessário. Os oprimidos conhecem a sua própria dor e o intelectual deve funcionar como um agenciador, um potencializador da voz autônoma e direta daqueles que lutam sua própria luta. A emancipação deve implicar a autonomia não tutelada do grupo. Trata-se de dar a palavra àqueles que têm a experiência, e não de falar em nome dos outros, ou interpretar de modo erudito a experiência alheia do intolerável.

A ação do intelectual específico não se dá sem riscos. Foucault (1979) enuncia alguns: limitar-se a lutas de conjuntura e reivindicações setoriais, operar a partir de grupos bem limitados, a falta de uma estratégia global e de apoios externos, além da crítica dos intelectuais universais que acusam faltar aos intelectuais específicos uma visão de mundo. Vários estudiosos apontam nessa perspectiva uma fragmentação da participação social, uma vez que abandona a visão do conjunto da ordem macroeconômica (Sorj, 2004). Em geral, de tradição marxista, estes estudiosos entendem que toda mudança significativa deve sempre acontecer a partir das determinações infra-estruturais da sociedade e as lutas localizadas podem funcionar como fator de desmobilização em relação ao embate essencial. Contrariamente a esse ponto de vista, o filósofo afirma a “eficácia das ofensivas dispersas e descontínuas” (Foucault, 1979: 168) dando como

exemplo os importantes resultados obtidos com relação à reforma psiquiátrica. Podemos observar que “estas disputas locais e específicas não foram um erro, nem levaram a um impasse” (Foucault, 1979: 12), mas produziram significativas mudanças sociais. No Brasil acompanhamos os impactos das mudanças produzidas por essa reforma, denominada de “luta antimanicomial”. Elas não estão localizadas apenas no âmbito do tratamento, mas também na relação, discutida e problematizada, entre a experiência da loucura e a vida social. Ou seja, mesmo sendo uma luta com uma localização específica, seus efeitos se fazem sentir de modo transversal e ampliado na sociedade como um todo, trazendo para a mídia, para a vizinhança e para a vida cotidiana em geral, novas possibilidades de compreensão e de trabalho com a loucura e o adoecimento psíquico. O mesmo se pode dizer sobre certos movimentos sociais como o movimento feminista, o movimento negro, os movimentos dos sem terra, dentre outros, que promoveram importantes impactos na vida nacional. Desenvolveremos uma análise da experiência da saúde mental, a partir dessas contribuições, na última parte desse artigo.

### Diagnóstico do presente

Foucault sempre considerou a tarefa mais urgente a de realizar um diagnóstico do presente, da atualidade, de quem somos nós hoje (Foucault, 2000). Esse diagnóstico, é bom frisar, não se limita a compreender quem somos nós no presente, quais são as subjetividades instituídas, mas consiste “seguindo as linhas de vulnerabilidade da atualidade, em conseguir apreender por onde e como isso que existe hoje poderia não ser mais o que é”, na produção de subjetivações instituintes. Trata-se de buscar uma “espécie de fratura virtual, que abre um espaço de liberdade, [...] de transformação possível” (Foucault, 2000: 325). Sua função de diagnosticador não se limita, portanto, à de um pesquisador, pretensamente neutro, que descreve certo estado de coisas. Ela aponta para um pesquisador politicamente comprometido com a transformação das coisas, buscando sempre a construção de espaços de liberdade e invenção. Ainda que, por vezes, Foucault seja visto como um teórico do confinamento, das relações de poder e dominação, da denúncia das falsas liberdades que a sociedade disciplinar do capitalismo hodierno propõe, nos últimos anos de sua produção o tema da liberdade tem uma presença vigorosa (Rajchman, 1987). No entanto, liberdade em Foucault não tem um sentido fundacionista a partir da noção cartesiana de sujeito consciente de si. Ao invés disso, a

liberdade é definida como sendo uma prática ético-política de invenção de novos processos de subjetivação. Portanto, não é o sujeito, através de seu suposto livre arbítrio, o fundamento da liberdade, antes “a liberdade é a condição ontológica da ética [e da política]” (Foucault, 2004: 267), numa prática incessante e interminável de enfrentamento dos processos de dominação e de produção de modos de subjetivação individuais e coletivos autônomos. “Penso efetivamente que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Sou muito cético e hostil em relação a essa concepção do sujeito. Penso, ao contrário, que o sujeito se constitui através de práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, através de práticas de liberação, de liberdade” (Foucault, 2004: 291).

Essas práticas de liberdade são, portanto, a condição de possibilidade da ética, da política, no enfrentamento das relações de dominação e na produção de novos modos de subjetivação. A liberdade não como potencial do sujeito em sua captura racional e reflexiva da realidade, mas efeito de práticas de experimentação, de ruptura, de invenção tendo seu modelo na revolução (Larrosa, 2000: 332). Dessa maneira, podemos interpretar a ação dos novos movimentos sociais como marcados por essa prática de liberdade que não dissocia política e subjetivação. Sua ação política não necessita ser pensada a partir da escolha voluntária de seus membros, mas esses movimentos podem ser pensados como a produção conjunta e imanente de práticas políticas, práticas de liberdade e prática de subjetivação, semelhante ao que Foucault (1979) chamava, a partir de uma inspiração althusseriana, de “estratégias sem estrategistas” (p. 251). Não é de balde a importância na trajetória de Foucault de um movimento social de seu tempo, ocorrido em seu País, o de Maio de 68.

Encontramos no movimento de Maio de 68 a demonstração da prática política como inerente à vida social e aos processos de subjetivação. Nele a política não se restringiu somente aos embates entre Capital X Trabalho, ou ao espaço parlamentar ocupado pelos diversos partidos políticos. Em 1968 a política desceu às ruas e ao cotidiano e passou a se mostrar visível nas relações entre homens e mulheres, entre adultos e crianças, entre médicos e pacientes, entre professores e alunos, entre colegas, etc. A vida política mostrou-se inelutavelmente associada à vida comum, demonstrando a conexão imanente entre ação política e modos de subjetivação.

Deleuze (1988), em seu livro sobre Foucault, lembra que Maio de 1968 associou “a emergência de novas formas de lutas à produção de uma nova subjetividade” (p. 123), e como esse acontecimento marcou a

trajetória de Foucault, promovendo o deslocamento de uma investigação intelectual até aquela altura centrada numa arqueologia dos saberes, para uma investigação que passa a ter por foco uma genealogia dos poderes, e quando são elaborados os conceitos abordados neste artigo. Para o intelectual específico o diagnóstico do presente é parte de seu instrumental de atuação, de sua busca por entender e transformar quem somos nós nesse momento. Entender e intensificar processos de mudança que estão virtualmente presentes em diversas lutas transversais. Entender e resistir às hegemonias em favor da invenção de novos modos de produção e subjetivação, individuais e coletivos.

Boaventura Santos (1997) enfatiza a contribuição dos Novos Movimentos Sociais, que ocorreram nos países centrais na década de 1960 e nos países periféricos na década de 1970, de identificar novas formas de opressão que extravasam das relações de produção, trazendo como consequência o alargamento da concepção de política para o terreno da subjetividade. Sua análise, ainda que em bases conceituais diferentes, e em algumas vezes divergentes, faz eco com a perspectiva foucaultiana: “A politização do social, do cultural e, mesmo, do pessoal abre um campo imenso para o exercício da cidadania e revela, no mesmo passo, as limitações da cidadania de extração liberal, inclusive da cidadania social, circunscrita ao marco do Estado e do político por ele constituído” (Santos, 1997: 263).

Retornando a Foucault, ele desenha nosso histórico de lutas no Ocidente passando por lutas contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa) iniciadas nas sociedades feudais, por lutas contra as formas de exploração iniciadas no século XIX, e, finalmente, por lutas contra a submissão da subjetividade iniciadas contemporaneamente. As três lutas, atualmente, se apresentam de modo associado, trazendo uma novidade diferencial: o capitalismo contemporâneo associou, de modo imanente, produção material e produção de subjetividade.

A subjetividade se tornou, hodiernamente, centro de disputas políticas e econômicas. “É a própria essência do lucro capitalista que não se reduz ao campo da mais-valia econômica: ela está também na tomada de poder da subjetividade” (Guattari & Rolnik, 1986: 16) Esse investimento que o capitalismo faz na produção de subjetividade tem na publicidade um de seus instrumentos mais poderosos. Um sintoma disso são os crescentes investimentos que toda grande empresa faz em publicidade. Como exemplo, podemos citar a Coca Cola que atualmente, segundo entrevista de Boaventura Santos no Programa Roda Viva<sup>3</sup>, investe com prejuízo na África, promovendo altos investimentos em publicidade para produzir os futuros consumidores africanos. Observa-se também a dimensão inflacio-



nada que a publicidade ocupa hodiernamente nas campanhas eleitorais. Hoje não mais se fabricam somente produtos para atender às necessidades dos consumidores, mas investe-se na produção de consumidores - na produção de seus desejos, sensibilidades e modos de vida, enfim, de subjetividades – de maneira a garantir a contínua venda dos produtos. Por esta razão Deleuze (1992) afirma que “o marketing é agora o instrumento de controle social” (p. 224).

Em suma, diagnóstico do nosso presente passa pela retomada, em novas bases conceituais, de um tema de Marx apresentado por Deleuze (1996): “é preciso analisar o que é o mercado mundial, quais são suas transformações” (p. 30), o modo imanente como ele atravessa toda a vida social, e o modo particular como ele atravessa nosso País, nossa cidade, nosso campo de atuação, nossa vida cotidiana, nossa relação com o consumo, nosso modo de vida, nossos desejos. Na sequência, analisaremos alguns elementos da experiência política da participação dos psicólogos no movimento da saúde mental.

### **Psicologia e política no movimento da saúde mental**

Passemos a uma abordagem mais empírica das contribuições de Foucault na construção de uma articulação entre psicologia e política. Para isso é preciso desmontar o vício de linguagem e de pensamento de referirmo-nos à Psicologia no singular. Na verdade, não podemos apregoar a existência de uma Psicologia como campo unificado de conhecimento e atuação. Parafraseando Guimarães Rosa, a Psicologia são muitas. E sua melhor definição foi dada por outro, Garcia-Roza: a Psicologia é um “campo de dispersão” (s/d - a publicação original não tem data impressa), composto por diferentes saberes e diferentes práticas, e por vezes, diferentes objetos. Não parece que possa haver uma posição política da Psicologia que defina, de modo uniforme, o que é consensual entre todos os psicólogos. É claro que os psicólogos possuem pontos em comum a partir dos quais se definem conselhos e sindicatos que os representam, o que permite que tomem certas posições, no Brasil, em conjunto. Mesmo assim, esses consensos são em geral frutos de fortes embates e relações de poder entre grupos com projetos diferentes. Tivemos um exemplo recente no embate em torno do documento que rege nossa formação, as Diretrizes Curriculares. Acompanhamos por muito tempo as disputas que ocorreram entre a Comissão de Especialistas designada pelo Ministério da Educação e o Fórum das Entidades, entre 2001 e 2004<sup>4</sup>. Para efetivar o consenso

geral, ambos cederam, porém, ao final, uma das propostas prevaleceu e se tornou referência geral para organizar nossa formação, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Psicologia, aprovadas em maio de 2004 (Brasil, 2004). Portanto, ainda que tenhamos posições políticas consensuais, elas não resultam de uniformidades, mas de relações de poder prevalentes. Uma discussão mais detalhada sobre o campo da formação do psicólogo foi feita em outro trabalho (Ferreira Neto, 2004).

Lembremos, ainda, que alguns segmentos da psicologia no Brasil, no decorrer da curta história de nossa profissão, têm tomado posições políticas importantes. Pode-se destacar o final da década de 1970, quando a psicologia social aproximou sua prática dos segmentos pobres da população: a psicologia, que até então era exercida junto às classes média e alta, vê-se confrontada com a questão social (Campos, 1996). Isso introduziu de forma definida a questão do social em nossa atuação e em nossa formação, em todos os outros segmentos de exercício da psicologia (Conselho Federal de Psicologia, 1994).

Entretanto, para uma análise do tema proposto, as relações entre psicologia e política a partir das contribuições de Foucault, faz-se necessário a delimitação de um campo preciso, e a escolha recai sobre âmbito onde nosso autor tanto contribuiu – a Reforma Psiquiátrica – também chamada entre nós de movimento de trabalhadores da saúde mental (Amarante, 1998) ou movimento de luta antimanicomial.

A Reforma Psiquiátrica no Brasil desenvolveu-se na década de 1980 e teve como episódio desencadeante com a crise da DINSAM (Divisão Nacional de Saúde Mental, do Ministério da Saúde) em 1978, no Rio de Janeiro, quando ocorreu por parte dos trabalhadores do setor, uma onda de denúncias que chegou aos meios de comunicação e à opinião pública em geral. Tornou-se conhecida, assim, por parte da população, uma prática psiquiátrica marcada pela violência institucional, pelos “tratamentos” cronificantes e pela “indústria da loucura” por meio da ligação sinistra do setor privado de prestação de serviços com setores do Estado (Bezerra Jr, 1994, Amarante, 1998). Nos primeiros anos o movimento, que logo se alastrou pelo Brasil, era liderado pelos trabalhadores de saúde mental, na sua maioria médicos. Nessa década iniciou-se a implementação do Programa de Saúde Mental em vários estados brasileiros com a contratação de equipes, inicialmente compostas por médico, psicólogo e assistente social, na tentativa ingênua de promover uma atenção bio-psico-social. A partir daí um amplo contingente de profissionais psicólogos foram contratados para compor equipes de saúde mental, em grande parte do território nacional.

Em 1987, em Bauru, no importante evento do II Encontro Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental, os médicos já se apareciam como minoria no movimento. Segundo Lobosque (1997), nesse Encontro, onde foi produzida a consigna “por uma sociedade sem manicômios”, a maioria dos trabalhadores presentes eram profissionais não-médicos, grande parte desses psicólogos. Mais do que a produção de palavras de ordem, esse evento teve uma função de intelectual específico (que não necessariamente designa um agente individual). Com a participação de intelectuais de diversas áreas, elaborou uma pauta de conceitos ferramentas para instrumentalizar a luta pela Reforma. As diretrizes apontavam para um caminho de alargamento das fronteiras da luta para uma ação no interior da própria cultura, estabelecendo a discussão sobre a loucura no cotidiano da sociedade, numa estratégia que ampliava a atividade puramente assistencial (Bezerra Jr. 1994). Essa luta na cultura passaria, evidentemente, pela promoção de novos modos de subjetivação não manicomial, nos loucos, nos supostamente não loucos, e na relação a ser construída entre ambos.

Nas duas décadas seguintes, no âmbito do movimento de Saúde Mental, os psicólogos passaram a intervir e mesmo, em alguns momentos, a liderar o desenvolvimento de novas práticas clínicas e institucionais (Lobosque, 2001). E um dos elementos importantes desse processo foi a associação definida entre prática clínica e prática política. Reconheceu-se que não é suficiente a oferta de tratamento psicoterápico e farmacológico ao paciente, mas importa também agir na sociedade e com ela, promovendo uma maior compreensão do que é a doença mental, de quem é esse paciente que dela sofre, derrubando assim preconceitos e dilatando as possibilidades de trânsito social para esses pacientes.

Contudo, essa não é a direção única das reformas psiquiátricas ao redor do mundo. Saraceno (2001) aponta que em outros países, a racionalidade econômica de mercado foi o vetor principal da desospitalização dos pacientes. Nos Estados Unidos, por exemplo, entre 1955 e 1985, ocorreu uma diminuição de 80% do número de pacientes internados através de políticas de saúde “que tinham como objetivo reduzir a despesa com os hospitais psiquiátricos” (Saraceno, 2001: 23), e que tiveram como consequência principal a transferência dos mesmos “do abandono manicomial ao abandono extra-manicomial” (*Loc. cit.*). No âmbito internacional a Reforma Psiquiátrica caminhou entre algumas linhas de força com destaque para os movimentos sociais dos trabalhadores de saúde mental e da sociedade civil organizada, e para a tendência, de cunho neoliberal, de uma gestão do Estado compatível com as regras de mercado, implicando em “racionalização” das despesas. Nesse último aspecto, o Hospital Psiquiátrico

se revelava como um lugar de baixo potencial terapêutico com alto custo de manutenção. Por essa razão, se por um lado as práticas de desospitalização avançaram em vários países revelando-se com uma tendência internacional, por outro, os efeitos desse processo se deram de maneira distinta.

Como contraste mais gritante temos a já mencionada experiência americana, face à famosa experiência italiana da Psiquiatria Democrática. Guattari (1992) compara esta última, referência internacional de prática progressista bem sucedida, com a experiência francesa de “psiquiatria de setor”, que apenas deslocou a assistência do asilo para o ambulatório mais próximo da moradia do paciente:

*“As equipes de Trieste se concentram na reconversão dos equipamentos psiquiátricos existentes para uma abertura não somente para a cidade – como havia preconizado, de uma maneira um pouco formal, os defensores franceses da política do ‘Setor’ – mas na direção de uma abertura para o social. Existe aí uma nuance importante. Podem-se criar equipamentos psiquiátricos ágeis no seio do tecido urbano sem por isso trabalhar no campo social. Simplesmente miniaturizaram as antigas estruturas segregativas, e, apesar disso, interiorizaram-nas” (Guattari, 1992: 195).*

Foucault (1999) deu o apelido de “asilo ilimitado” à política francesa, denunciando: “O setor não seria um outro modo, mais maleável, de fazer funcionar a medicina mental como uma higiene pública, presente por toda a parte e sempre pronta a intervir?” (p. 297). Vemos, portanto, que pensar junto com Foucault o campo da saúde mental, implica a não adesão de antemão a projeto a priori de desospitalização. Trata-se sim de sustentar permanentemente um “diagnóstico do presente”, cartografando a todo tempo a correlação de forças que atuam no processo, detectando quais perigos estão colocados nesse momento. E a noção de perigo aqui possui também o estatuto de um conceito; descreve a configuração atual das relações entre saberes e poderes num contexto particular (Ferreira Neto, 2004).

Por tudo isso a experiência brasileira de reforma psiquiátrica fica melhor denominada como movimento, seja de trabalhadores de saúde mental ou mesmo de luta antimanicomial. Em primeiro lugar, por não ser mais um movimento composto eminentemente por trabalhadores

médicos. Agora estão nele incorporados outros segmentos profissionais, incluindo os psicólogos, além de outras forças sociais tais como associações de usuários, de familiares, etc. Em segundo lugar, porque seu sucesso dependerá sempre da permanente atenção às variações entre as correlações de força e como cada uma delas influencia a direção do trabalho. O Estado, com sua política de gestão de mercado, permanece como sendo um componente crucial nesse processo e não deve ser considerado com ingenuidade pelos demais atores sociais presentes. Hoje, no Brasil, a desospitalização faz parte do Programa do Ministério da Saúde, que tem instrumentos de gestão poderosos para realização de uma lógica de Estado que não se constrange, para isso, em lançar mão da energia militante a favor do aprimoramento do sistema. Para esse sistema o simples deslocamento de uma atenção hospitalocêntrica para uma atenção “naps-cêntrica”, vertical e compartimentalizada, já é suficiente, uma vez que garante redução de despesas (Boarini, 2002). No entanto, a pura mudança formal de modelo produz efeitos de homogeneização e normativização restringindo as possibilidades do aparecimento de outros modelos antimanicomiais emergentes, e produzindo nos pacientes uma subjetivação cronicada, agora no ambulatório mais próximo de sua moradia. É necessário, portanto, manter o movimento, manter-se em movimento, e atentar para os movimentos das forças, sustentando uma atuação ético-política que recusa a reprodução, favorecendo a produção inventiva de novas práticas de atuação e novos processos de subjetivação. Foucault (1995) chamava esta posição de “hiperativismo pessimista”. Portanto, deixo a ele a palavra final: “Minha opinião é que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso [...] Se tudo é perigoso, então sempre temos algo a fazer” (Foucault, 1995: 256).

## Notas

<sup>1</sup> Originalmente preparado para a mesa redonda **“O papel do Psicólogo e a posição política da Psicologia na contemporaneidade”**, no evento realizado pelo CRP/04, *A Psicologia nas Gerais: ciência, profissão, política e cultura*, em 26/08/2005. O manuscrito inicial foi modificado para atender ao propósito de sua publicação em periódico acadêmico.

<sup>2</sup> Entrevista realizada em 1977.

<sup>3</sup> Entrevista exibida em 08/04/2002 pela Rede Brasil-TVCultura.

<sup>4</sup> Uma boa dimensão desse debate está publicada em um conjunto de artigos num número da Revista do Departamento de Psicologia da UFF, 14 (1), 2002.

## Referências Bibliográficas

- AMARANTE, P. (1998). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- BEZERRA JR. (1994). “De médico e louco cada um tem um pouco: o campo psiquiátrico no Brasil nos anos oitenta. In: GUIMARÃES, R. e TAVARES, A. W. (Orgs.). *Saúde e sociedade no Brasil: anos 80*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- BOARINI, M. L. (org). (2002). *Desafios à saúde mental*. Maringá: Eduem.
- BRASIL, Ministério da Educação (2004). *Parecer final sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia*. Relatora: Marília Ancona-Lopez. Brasília, 19 fev.
- CAMPOS, R. H. F. (org.). (1996). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (1994). *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- DELEUZE, G. (1988). *Foucault*. (Cláudia Sant’Ana Martins, trad.). São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_ (1992.). *Conversações*. (Peter Paul Pelbart, trad.) Rio de Janeiro: Ed. 34.
- \_\_\_\_\_ (1996). “Meu próximo livro vai chamar-se Grandeza de Marx: entrevista com Deleuze” (Martha Gambini, trad.). In: *Cadernos de Subjetividade*. Núcleo de estudos e pesquisa da subjetividade do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, número especial, jun.
- ERIBON, D. (1990). *Michel Foucault, 1926 – 1984*. (H. Feist, trad.) São Paulo: Companhia da Letras.

FERREIRA NETO, J. L. (2004). *A formação do psicólogo: clínica, social e mercado*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: FUMEC.

FOUCAULT, M. (1979). *Microfísica do poder*. (Roberto Machado, trad.) Rio de Janeiro: Graal.

\_\_\_\_\_. (1995). Michel Foucault entrevistado por H. Dreyfus e P. Rabinow. In: Rabinow, P. e Dreyfus, H. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. (Vera Porto Carrero, trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

\_\_\_\_\_. (1999). *Michel Foucault. Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. (Vera Ribeiro, trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária.

\_\_\_\_\_. (2000). *Michel Foucault. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. (Elisa Monteiro, trad.) Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

GARCIA-ROZA, L. (s/d). Psicologia: um espaço de dispersão do saber. *Rádice Revista de Psicologia*. Rio de Janeiro, Ground, ano 1, n. 4.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. (1986). *Micropolíticas: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

GUATTARI, F. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. (A. L. Oliveira & L. C. Leão, trad.) Rio de Janeiro: Ed. 34.

LARROSA, J (2000). A libertação da liberdade. In: BRANCO, G. C. e PORTOCARRERO, V. *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau.

LOBOSQUE, A. M. (2001). *Experiências da loucura*. Rio de Janeiro: Garamond.

\_\_\_\_\_. (1997). *Princípios para uma clínica antimanicomial e outros escritos*. São Paulo: Hucitec.

RAJCHMAN, J. (1987). *Foucault: a liberdade da filosofia*. (Álvaro



Cabral, trad.) Rio de Janeiro: Zahar.

SANTOS, B. S. (1997). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3ª ed. São Paulo: Cortez.

SARACENO, B. (2001). *Libertando identidades*. Da reabilitação social à cidadania possível. (L. H. Zanetta, M. C. et al. Trad.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia; Belo Horizonte: Ed. Te Corá.

SORJ, B. (2004). *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Zahar.

João Leite Ferreira Neto  
Planetóides, 271, apt. 102  
Bairro Santa Lúcia - Cep 30360-440  
Belo Horizonte - Minas Gerais  
e-mail: [jleite.bhe@terra.com.br](mailto:jleite.bhe@terra.com.br)

• recebido em setembro de 2005.

• aprovado em junho de 2006.



---

## A relevância dos aspectos sócio-culturais para as políticas públicas de prevenção em AIDS

Juliana Sampaio

Departamento de Saúde Coletiva - NESC/CPqAM - Campus da UFPE

José Luis Araújo Jr.

Departamento de Saúde Coletiva - NESC/CPqAM - Campus da UFPE

### Resumo

Com o desenvolvimento do conceito de promoção da saúde há a valorização da construção de sujeitos capazes de reordenarem suas vidas para a melhoria de sua qualidade, a partir da construção coletiva de saberes, marcando a luta contra um saber restrito à dimensão técnica. Para o setor saúde passou a ser relevante a construção de noções de auto-cuidado e cuidado com o outro. Tornou-se, então, impossível para as políticas públicas de prevenção da aids negligenciar estratégias que possibilitam uma vivência coletiva e produzam ferramentas para o estabelecimento de *Posturas Preventivas*, que superem a simples prescrição de práticas de prevenção, como o uso da camisinha. O presente trabalho objetiva, a partir da consideração do processo de construção sócio-histórica de conceitos como saúde, promoção de saúde, risco e prevenção, propor novas estratégias de prevenção em aids. Estas devem estar calcadas no paradigma da promoção da saúde, propondo a construção de *sujeitos* que construam saídas sociais e individuais, para que suas experiências sexuais possam ser prazerosas e seguras. Deste modo, este estudo defende a construção coletiva de estratégias de promoção da saúde e proteção da vida como eixo fundamental para uma política pública de prevenção em aids que possibilite, de fato, a produção de sujeitos críticos e autônomos frente a suas escolhas e práticas sexuais.

### Palavras-chaves

Promoção à saúde, prevenção, aids, política pública, práticas sociais.

## The importance of social and cultural factors for AIDS prevention public policy

### Abstract

The concept of health promotion has resulted in greater value being conferred on the construction of subjects capable of reordering their lives with a view to improving the quality of life, by collectively building up of different forms of knowledge. This approach is opposed to that which sees knowledge as being restricted to the merely technical dimension. The health sector has come to see the relevance of notions such as caring for oneself and caring for others, and has recognized that AIDS prevention policy cannot afford to ignore strategies for living in a community which give rise to *preventive attitudes* which go beyond purely prescriptive prevention strategies, such as using a condom. This study aims to analyze the social and historical construction of concepts such as health, health promotion, risk and prevention, for to investigate how these can help to develop new AIDS prevention strategies, based on the concept of health promotion. These would aim to build social *subjects* capable of establishing collective and individual strategies for their own sexuality experience could be pleasurable and safe. This study, therefore, argues that the collective construction of strategies for promoting health and protecting life is fundamental to any AIDS prevention policy that aims to produce genuinely critical and autonomies subject to make sexual choice and practices.

### Key-words

Public policy, health promotion, prevention, AIDS, social pratics.

Ao discorrer sobre a relevância dos aspectos sócio-culturais para o estudo das políticas públicas de prevenção da aids, torna-se imprescindível delimitar alguns conceitos que norteiam as discussões e que evidenciam a relevância da análise das políticas públicas e seus múltiplos elementos. Propõe-se, com isso, a compreensão do processo de negociação de conceitos e valores no campo político, que interfere na implementação de políticas públicas e na efetivação dos direitos sociais.

Para tanto, torna-se necessário discorrer acerca da construção de sujeitos sociais, o que permite, em última instância, o questionamento sobre a participação popular e o exercício da cidadania plena. Entra em jogo nesta dinâmica o papel do saber técnico-científico na normatização da realidade e das condutas sociais, importantes meios de exclusão e dominação social.

Na medida em que se propõe discutir políticas públicas do setor saúde, deve-se ter em mente que o próprio conceito de saúde reflete um saber que organiza a realidade social e as relações que os sujeitos estabelecem com o seu próprio corpo, consigo mesmo e com o outro social.

O conceito de saúde traz em seu bojo um conjunto de crenças e valores nos quais as proposições de políticas públicas se baseiam, reorganizando intervenções públicas sobre o sujeito social.

Entretanto, para a construção dessa argumentação teórica parece ser necessário anteriormente se definir o que – conceitualmente - se compreende por sujeito social. Logo após, então, será possível discorrer sobre a construção social acerca da saúde, da promoção da saúde e da prevenção. Partindo destas delimitações torna-se possível discutir como tais compreensões interferem nas proposições de políticas públicas, evidenciando a abertura para novas formas de se pensar ações de prevenção no campo da aids.

## O Sujeito Social

Num primeiro momento, deve-se justificar a utilização do termo “*sujeito*” em detrimento de “*indivíduo*”. Esta se dá na medida em que evidencia a singularidade do ser na dinâmica social.

Ao se estudar a sociedade, não se pode negligenciar a existência de sujeitos com especificidades e idiossincrasias. Com a categoria sujeito, não se considera o ser como mais um elemento de um dado grupo social. Ele tem uma historicidade, que é construída a partir das trocas com o outro. Seguindo autores como Jodelet (1984), os sujeitos constituem-se nas - e a partir das - relações sociais que são estabelecidas com o outro e com a sociedade como um todo, apropriando-se de valores, crenças, costumes

e representações que dão sentido à realidade.

A sociedade não está completamente desvinculada do sujeito e se constitui permeada pelas relações intergrupais e interpessoais. São os atores sociais que constroem e reconstróem, a cada dia, sua própria dinâmica, reelaborando, a cada relação, novas formas de conceber o mundo. Assim, sujeito e sociedade são indissociáveis, pois são dois lados de uma mesma moeda e sua separação representa uma falsa dicotomia Jodelet (1984).

As intervenções públicas devem ser dirigidas a sujeitos sociais e não a indivíduos, meros seres contabilizáveis e classificáveis. Ou seja, ao se construir uma determinada política pública, deve-se considerar que esta incidirá em sujeitos que se constituem a partir dos laços sociais, em redes de crenças, valores e afetos, e que por isso se colocaram das mais singulares formas frente às ações públicas.

Por isso, as políticas públicas devem considerar as diferentes inserções sociais, legitimando as diversidades e as singularidades de cada grupo, sujeito e prática social. Sem o respeito pela diversidade, estas ações podem legitimar o preconceito, a exclusão social, a marginalização de grupos minoritários e, conseqüentemente, dificultar a participação popular das minorias, a universalidade dos direitos, a efetivação do conceito de cidadania e a construção de uma sociedade mais justa.

Somente compreendendo e compartilhando dos valores simbólicos construídos por um determinado grupo social, pode ser possível intervir no mesmo. Isto porque, os sujeitos sociais são seres de fala, não apenas emissores de sons, mas construtores de discursos que dão sentido a sua experiência e a realidade que os cerca (Spink, 1999).

Torna-se relevante - neste momento - discorrer um pouco sobre como, a partir deste discurso social, os sujeitos organizam as formas de se relacionarem com seus corpos e com o outro social.

## **O discurso e a construção da realidade**

Por muito tempo, o homem, “ser da razão”, acreditou poder definir a essência humana e a verdade última das coisas. Tal concepção de Verdade, como realidade ontológica, contribuiu para o mecanismo de exclusão social, na medida em que os detentores do poder e do saber - apoiando-se numa suposta supremacia do conhecimento científico - determinaram as formas do homem ser e estar no mundo, não tornando possível a legitimação de qualquer outro modelo (Rorty, 1992).

Considerar que a realidade humana só pode ser definida a partir

da elaboração simbólica do sujeito em coletividade permite ampliar tal perspectiva iluminista, possibilitando a construção permanente do sujeito e de sua realidade.

*Somente assim, admitindo a contingência de nossas verdades, é que poderemos nos abrir para o confronto e diálogo com outras crenças e comunidades, aumentando a possibilidade de acordos subjetivos (Ropa, 1994: 172).*

Neste sentido, há o reconhecimento da diferença e a ampliação de um espaço social que contemple a diversidade e a liberdade do sujeito se constituir.

Propõe-se a concepção de um sujeito produto e produtor de uma realidade histórica, política, social, econômica e culturalmente contextualizada. Um sujeito de linguagem, constituído nos discursos articulados com o outro social, em que a verdade perde seu estatuto de entidade ontológica para ser

*Aquilo que para nós é bom acreditar. (...) É dizer que há sempre espaço para uma crença melhorada, desde que uma nova evidência, ou novas hipóteses, ou todo um novo vocabulário pode surgir (Rorty, 1992:111).*

A partir dos discursos sociais os sujeitos criam sentido para a realidade, estruturando códigos linguísticos que são partilhados, ganhando estatuto de verdade hegemônica (Costa, 1992).

Compreender a articulação entre o conhecimento técnico e o conhecimento socialmente partilhado se faz relevante, na medida em que as ações programáticas, como fruto do conhecimento técnico-científico, têm como objetivo intervir no saber popular, que por sua vez orienta as práticas sociais. Há discursos e práticas interventivas que visam à construção de uma determinada realidade social (Habermas, 1989).

Neste âmbito, deve-se considerar as colocações de Foucault (1985) acerca a relação entre o saber e o poder. O autor citado propõe a análise da função exercida pelo saber científico, ao estruturar Verdades - de nor-

matizar a realidade - definindo os gostos, os pensamentos, os discursos, as condutas e os afetos dos sujeitos.

*[...] é necessário considerar esses mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, indutores de prazeres e geradores de poder. É necessário segui-los nas suas condições de surgimento e de funcionamento e procurar de que maneira se formam, em relação a eles, os fatos de interdição ou de ocultação que lhes são vinculados. Em suma, trata-se de definir as estratégias de poder imanentes a essa vontade de saber (Foucault: 1985:71).*

As políticas públicas de saúde e suas ações programáticas devem ser compreendidas como construtos de um saber técnico-científico que têm importante relevância na produção das práticas sociais, considerando que a estas estão atreladas à forma dos sujeitos se relacionarem consigo mesmos e com o outro social.

Para buscar uma sociedade mais inclusiva em relação aos sujeitos com HIV e Aids, por exemplo, é preciso fomentar ações programáticas que coloquem em questão os discursos que legitimam a exclusão social e que se reconstruam novas crenças e interpretações, possibilitando o surgimento de novos dizeres acerca da realidade.

Colocar em discussão valores e crenças, e possibilitar a construção do novo, permite o surgimento de significados que reorganizam o social, retirando os sujeitos soropositivos da marginalidade. Isto coloca em evidência, em contrapartida, a vulnerabilidade de todos, independentemente de suas práticas e escolhas sexuais (Ayres, 2000).

No processo de construção e propagação de informações, que têm forte influência na própria construção de sentido da realidade, deve-se enfocar o papel das campanhas publicitárias como formadoras de opiniões.

Em alguns momentos iniciais na construção de diversas formas de trabalhos de prevenção da aids foram desenvolvidas campanhas publicitárias que associaram aids à morte, numa tentativa de utilizar o medo como promotor de práticas preventivas (Silva, 1999). Com o passar do tempo, há a evidência que o medo da aids frequentemente provoca um movimento de afastamento e proteção, em que o sujeito deixa de se reconhecer como parte desta realidade, inviabilizando posturas preventivas (Joffe, 1994), o que in-



terfere diretamente na efetivação de uma política de prevenção.

*Elas (as campanhas) enfatizam que se deve abdicar do prazer para poder viver. As primeiras campanhas também enfatizavam a culpa por comportamentos anti-sociais, que deveriam ser punidos e insinuavam que o castigo era a aids (Silva, 1999:46).*

A promoção de práticas seguras para DST e aids, que implica em mudanças na vivência das práticas afetivo-sexuais dos sujeitos, pode se dar de diferentes formas: pode-se buscar a normatização de condutas e a domesticação dos sujeitos ou a construção em coletividade - ouvindo e legitimando as diversas experiências e verdades dos grupos – formas não estandarizadas de cuidado consigo e com o outro.

Contudo, é necessário salientar que esta modalidade de construção de saberes não diz respeito apenas à prevenção da aids. Ela é proposta como diretriz para diversos setores de educação, aplicando-se a todo o tipo de saber social.

Desde a década de 70 do século XX, a educação popular vem sendo um foco de estudo privilegiado como forma de construção coletiva de saberes, tendo sua história marcada por conquistas e lutas contra o saber tecnicista, normatizador (Pedrosa, 2001). Na saúde, mais especificamente, a educação popular tem conquistado papel importante na construção de noções de saúde, doença, risco e prevenção. Estas construções instrumentalizam os cidadãos para lutarem por seus direitos, legitimando suas formas de ser e estar no mundo.

Para garantir os direitos sociais, deve-se buscar ações programáticas que promovam:

*[...] a vivência coletiva em torno de movimentos que levam a projetos de emancipação, libertação, autonomia, solidariedade, justiça e equidade. Esse agir representa, ao mesmo tempo, estratégia, metodologia, jeito de ser, visão de mundo, expressando-se por meio de um conjunto de práticas técnicas, políticas, ideológicas, culturais [...] (Pedrosa, 2001:33).*

A comunicação de massa, que sustenta as campanhas educativas e de prevenção, é fundamental neste contexto. Ela dissemina informações, tendo como objetivo convidar o telespectador para pensar uma determinada realidade e agir de maneira específica frente a ela. Assim aconteceu com campanhas divulgadas pelo Programa Nacional de DST e Aids que em diferentes épocas, a partir de concepções e ideologias vigentes, lançou campanhas como: “Se você não se cuidar, a aids vai te pegar”, em 1991 (Teixeira, 1997; Pinto, 2000).

As campanhas orientam as formas de compreender e se relacionar com o risco da aids. Trata-se, como afirma Foucault (1985), da construção de saberes sobre a sexualidade que normatizam condutas, definindo os sujeitos e, conseqüentemente, suas posturas sexuais e preventivas.

*O importante é que o sexo não tenha sido somente objeto de sensação e de prazer, de lei ou interdição, mas também de verdade e falsidade, que a verdade do sexo tenha-se tornado coisa essencial, útil ou perigosa, preciosa ou temida; em suma, que o sexo tenha sido constituído em objeto de verdade (Foucault, 1985:56).*

Novamente, coloca-se em questão, a construção de referenciais socialmente construídos que determinam a forma dos sujeitos se posicionarem no mundo e conseqüentemente, frente a sua saúde. Produções que se estruturam em contextos históricos, sócio-culturais e econômicos específicos, servindo de suporte para o fomento de intervenções públicas.

Para compreender o campo das políticas no setor saúde, é importante compreender quais sentidos sustentam o conceito de saúde e em que contextos estes surgem e se desenvolvem. A relevância desta consideração situa-se no fato das práticas discursivas em saúde, em sua grande maioria orientada por saberes técnico-científicos, terem como finalidade dar sentido a realidade social, permitindo aos sujeitos a apropriação de discursos sobre a saúde, para reorganizarem suas vidas.

## Saúde: uma construção social

*Ainda que muito recente a discussão do binômio saúde-comunicação, do seu entendimento depende a qualidade de vida da população e a possível prevenção contra as doenças (Weber, 1995:154).*

Muito antes ainda das produções protagonizadas no cenário brasileiro, a saúde faz parte das construções teóricas e intervenções técnicas do saber humano. Poder-se-ia retornar à idade média e pensar nos poderes curativos das bruxas e feiticeiros, ou mesmo compreender como o saber destes personagens significava um poder quase divino, ou como quis a igreja, demoníaco, sobre a natureza e vida-morte do ser humano (Foucault, 1985).

A saúde é um conceito histórico, que em diferentes épocas organizou diversas formas de intervenção sobre o corpo e as práticas dos sujeitos. Compreender este processo é crucial para a tomada de posição, na qual se acredita que, como construção social, a saúde pode assumir noções outras, que possibilitem práticas interventivas mais democráticas e inclusivas (Habermas, 1989).

Para tanto, torna-se relevante uma breve retomada histórica, a partir do século XVIII, que permita evidenciar o processo de construção social destes saberes que organizam as práticas em saúde.

No século XVIII, havia uma significativa valorização das práticas médicas de caráter clínico, com recorte individual e orgânico. O interesse estava centrado nas alterações biológicas do organismo, durante o desenvolvimento da doença. Suas causas - por outro lado - não representavam preocupações médicas, pois diziam respeito ao coletivo, incompatível com o objeto de análise clínica (Barata, 1985). O enfoque organicista e individualista foi fortalecido pelas descobertas bacteriológicas no século XIX, a partir das quais para cada doença passou a ser possível identificar um agente etiológico a ser combatido. Durante o século XX, é desenvolvida uma série de trabalhos que tinha como enfoque o estudo das condições sanitárias da população, com forte preocupação nos aspectos sociais. Nos anos 70, os trabalhos epidemiológicos aproximam cada vez mais as noções de coletivo e social, trazendo para o campo da medicina preocupações com conjunturas sociais específicas. Ao mesmo tempo, a concepção

de social também se amplia, deixando de ser expressa por indicadores de consumo, tais como renda e instrução, para representar relações de produção que se refletem nas diversas segmentações e estratificações sócio-culturais (Marsiglia, Barata & Spinelli, 1990).

Esta conjuntura permitiu o desenvolvimento da idéia de responsabilidade sanitária do Estado (Junior, 1998), que passa a se preocupar com o processo saúde-doença como uma problemática social, política, econômica e ideológica (Foucault, 2003).

No Brasil, todo este percurso teórico possibilitou a proposição de um novo paradigma no setor saúde que sustentou, à custa de uma série de confrontos não apenas teóricos, mas principalmente ideológicos e políticos, a formulação da atual definição de saúde na Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988.

*Art. 196 – A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos[...]  
(Brasil, 2001).*

Um longo processo foi construído, no Brasil e no mundo, no intuito de se produzir uma nova compreensão acerca da saúde. Em sua perspectiva positiva, o conceito de saúde se articula a noções de qualidade de vida, felicidade, bem estar, inserção social, justiça, democracia etc. Enfim, as questões sociais assumem lugar estratégico, num campo anteriormente centrado no biológico (Buss, 2003).

*Saúde não é um estado de estabilidade, não é um estado, não é estável. Saúde é alguma coisa que muda o tempo todo (...) Saúde para cada homem, mulher ou criança é ter meios de traçar um caminho pessoal e original, em direção ao bem estar físico, psíquico e social (Pacc & Barboza, 1999: 26).*

Entretanto, se no campo teórico, ou mesmo político, é observada uma clara revolução na conceituação do processo saúde-doença, o mesmo nem sempre pode ser observado no campo das práticas dos profissionais

de saúde. De fato, há a manutenção de antigas representações e valores que interferem diretamente na ação profissional e na própria implementação de políticas públicas.

Apoiando-se na realidade das políticas de enfrentamento do HIV/Aids, pode ser observado que ações programáticas como a testagem para sorologia do HIV - que parecem ser específicas do campo biológico - ganham contornos e passam a serem direcionadas a partir de construções sociais. Isto é evidenciado quando, ao ser implementada uma política de incentivo à testagem, esta, na prática cotidiana dos profissionais de saúde, assume caráter de exclusão social e preconceito, na medida em que é “oferecida”, prioritariamente, a pessoas pertencentes a grupos marginalizados, historicamente associados à aids, como os homossexuais e as profissionais do sexo, por exemplo, ou a mulheres grávidas, que por descuido ou má conduta colocam em risco a saúde do bebê.

Na tentativa de redirecionar as práticas de saúde, é desenvolvido o conceito de promoção da saúde, a partir do qual se busca fortalecer a equidade, ou seja, reduzir as diferenças nas condições de saúde, garantindo oportunidade e recursos para “*todos*”. Com isto, ressurgem as defesas pela garantia dos direitos sociais e humanos, considerando as demandas específicas de cada sujeito. O objetivo torna-se assegurar a cada sujeito: ambientes saudáveis, informação, habilidades e condições de fazer escolhas por uma vida mais sadia. Desta forma, as estratégias de ação das políticas públicas de saúde devem estar adequadas às diversas realidades sociais, culturais e econômicas de cada localidade (Ferreira & Buss, 2001).

A responsabilidade estatal pela promoção de saúde implica na proposição de políticas públicas que sejam orientadas pela busca por melhores condições de vida dos sujeitos, considerando suas possibilidades de trabalho, lazer, cultura, higiene, educação, enfim, o conjunto de aspectos que circundam o sujeito na complexidade de sua existência (Ferreira & Buss, 2001).

Junto a esta nova conceituação da saúde são valorizados conceitos como subjetividade, autonomia e diferença, que transformam o saber técnico-científico, abrindo-o ao campo simbólico das relações (Czeresnia, 2003).

É no contexto das formulações sobre promoção que as políticas de saúde brasileiras atualmente são propostas, e é a partir deste paradigma que a análise dessas deve ser feita (Araújo & Maciel, 2001).

Entretanto, quando se propõe analisar as políticas de prevenção da aids, o conceito de prevenção torna-se fundamental. Este está intrinsecamente articulado com as diversas concepções de saúde, assumindo diferentes significados de acordo com o referencial adotado. Portanto, é necessário compreender a prevenção no contexto da promoção de saúde,

para assim ser possível lançar um olhar crítico frente à política que se propõe analisar.

Se no modelo da história natural das doenças, a promoção da saúde encontrava-se no bojo das intervenções da prevenção primária, na atual concepção este conceito se amplia. Sem ser excludente ao conceito de prevenção, a promoção propõe a orientação das práticas para a concepção positiva da saúde, que está para além da simples ausência da doença e se revela nas variadas formas de desenvolvimento da vida.

Promover saúde implica, além da prevenção dos agravos e doenças, na construção de *sujeitos* - críticos, sociais e “*sexuais*” (Paiva, 2000), capazes de construir estratégias sociais e individuais de, no caso da aids, viverem experiências afetivo-sexuais de forma segura e prazerosa.

*A saúde é construída e vivida pelas pessoas dentro daquilo que fazem no seu dia-dia: onde elas aprendem, trabalham, divertem-se e amam. A saúde é construída pelo cuidado de cada um consigo mesmo e com os outros, pela capacidade de tomar decisões e de ter controle sobre as circunstâncias da própria vida, e pela luta para que a sociedade ofereça condições que permitam a obtenção da saúde por todos os seus membros (Carta de Ottawa, apud Ferreira & Buss, 2001:22).*

Enquanto a promoção da saúde busca, a partir da construção de sujeitos críticos e autônomos, que os mesmos reordenem suas vidas com vistas à melhoria de sua qualidade, a prevenção das doenças orienta ações de detecção, controle e enfraquecimento dos fatores de risco para uma enfermidade. Prevenir significa, então, “*prever; dispor de maneira que evite; (...) precaver-se*”, enquanto promover, define-se como: dar impulso a; “*fomentar; originar; causar*” (Rocha, 1996: 495, 500).

Esta diferenciação não busca preterir uma proposta a outra, mas sim, diferenciá-las, compreendendo a relevância e limites de cada uma. No cenário da aids, tanto a promoção quanto a prevenção são relevantes para o enfrentamento desta problemática. O importante é compreender como se colocam os objetivos de uma política de prevenção da aids, que se estrutura imersa em demandas sociais calcadas no paradigma da promoção da saúde, que irão cobrar intervenções tanto de detecção e controle do vírus, quanto de promoção de políticas saudáveis, que possibilitem os

sujeitos construir estratégias de vida que os coloquem em condições de maior proteção ao vírus.

Ao considerar a proteção, torna-se relevante a discussão sobre as noções de risco e suas implicações para as estratégias de promoção da saúde e, mais especificamente, de enfrentamento da aids. Isto porque, baseados nas concepções de risco, os sujeitos sociais, a partir das trocas lingüísticas que buscam dar sentido à realidade, constroem uma série de argumentações para justificar seus posicionamentos frente aos agravos e doenças, ou mesmo frente à vida e ao outro, buscando, através destas argumentações, o sentimento de proteção. Torna-se relevante compreender como os sujeitos sociais se relacionam com o risco, nos mais diferentes campos da vida social, para entender como estas relações se implicam na promoção da saúde.

### **As implicações da noção de Risco para o enfrentamento da aids**

Considerando a noção de risco, o conceito de saúde assume o sentido de segurança contra os riscos, audácia para corrigi-los e a possibilidade de superação das capacidades iniciais. Neste contexto, o conceito de promoção da saúde representa a capacidade de criar estratégias de prevenção a doenças, a partir da minimização dos riscos desnecessários e maximização da capacidade de tolerância, enfrentamento e correção (Ayres, França, Calazans & Filho, 2003).

Ao caminhar nesta seara, podem ser evidenciadas várias relações que os sujeitos estabelecem com o risco; situações onde estes se defrontam com uma série de riscos que não podem ser evitados, ou mesmo que não desejam evitar. Muitas vezes a capacidade de tolerar o risco possibilita inclusive o fortalecimento e superação do sujeito. Canguilhem (1995) chega mesmo a concluir que a tentação por correr riscos é uma característica essencial da fisiologia humana. A idéia de aprimoramento e crescimento via enfrentamento de riscos é fortalecida socialmente e dá suporte a treinamentos físicos ou desenvolvimento de habilidades para empresários e profissionais de negócios.

Correr riscos provoca prazer nos sujeitos, que, em alguns casos, desenvolvem atividades de alto risco, quer sejam em modalidades esportivas como salto de pára-quedas; atividades urbanas como o surf ferroviário ou mesmo em atividades sexuais em que há trocas de parceiros desconhecidos sem o uso de preservativos (Castiel, 2003).

Por outro lado, Ayres et al. (2003) salienta que na grande maioria

das vezes o sujeito tem que fazer escolhas entre diferentes riscos a correr, ou mesmo, se vê inserido em certos contextos, apresentando determinadas condições físicas, sociais e emocionais que o impossibilitam escolher estar ou não em risco. “*Quando só se pode escolher entre ser feliz correndo risco ou não ser feliz, o que a maioria de nós escolheria?*” (Ayres et al., 2003:126).

No caso da transmissão do HIV, em que entra em jogo a vivência de práticas afetivas e sexuais “tabus” ou compreendidas como perversas, a capacidade dos sujeitos experimentarem autonomia e segurança para encontrarem formas mais seguras ou estratégias de redução dos riscos se torna ainda mais complexa ou difícil (Parker, 2000).

Contextualizada na dimensão epidemiológica do risco, foi construída a noção de grupo de risco, que apesar de atualmente não ser mais utilizada, orientou por certo tempo, as práticas de saúde. Enquadravam-se nesta categoria os grupos populacionais que desenvolviam práticas sociais ditas perversas, sendo estes identificados como o grupo que apresenta maior risco em ser infectado pelo vírus HIV (Paulilo, 1999). Ancorado nesta concepção, o termo “peste gay” definiu a epidemia em seu início, e posteriormente a aids articulou-se ao grupo dos quatro H’s – *homosexuals, hemophiliacs, haitians* e *heroinnadicts* (Unicef/Onusida/OMS, 2002). As intervenções de prevenção passaram a ter como população alvo os homossexuais, hemofílicos, haitianos e usuários de heroína, já que eram eles os que mais frequentemente adoeciam de aids. Isto que promoveu uma verdadeira estigmatização e segregação social, identificando este grupo como o de risco (Ayres et al., 2003).

A delimitação de grupos de risco para aids, centrando neles as ações de prevenção, abriu espaço para construções sociais relacionadas à idéia de vazamento, a partir da qual com sujeitos pertencentes a estes grupos deveriam ser tomadas algumas precauções como uso de preservativos, não compartilhamento de seringas, ou mesmo chegando a situações de afastamento, no sentido de garantir que o vírus não vazasse daquele grupo social, infectando os demais (Joffe, 1994).

Além de marginalizadora, esta estratégia se mostrou ineficaz, na medida em que dificultou a identificação de outros grupos sociais, que acreditando estarem fora do risco, não assumiram nenhuma postura preventiva, nem mesmo foram alvo de qualquer tipo de intervenção pública. Este é o caso das mulheres “donas de casa” que por se enquadrarem no perfil de heterossexuais, casadas e não usuárias de drogas, encontravam-se fora da suposta linha de perigo - sustentada pela idéia de periculosidade do risco – e que, por isso, se transformaram num grupo populacional com grande



vulnerabilidade frente ao HIV. (Barbosa & Lago, 1997; Knauth, 1999).

Em contraposição a esta perspectiva, já ultrapassada pelas atuais propostas de prevenção em aids no país, têm sido desenvolvidas novas formas de lidar com o risco, compreendendo os diversos níveis de vulnerabilidade dos sujeitos ou mesmo propondo estratégias de redução de danos, que possibilitam uma relação de maior tolerância para com os riscos que implicam na vida e seus prazeres e na capacidade de cada sujeito traçar suas próprias escolhas (Caponi, 2003).

Quando se enfoca o contexto da aids, deve-se ter em mente que a noção construída do risco implica na possibilidade de aproximação/identificação e inclusão social dos grupos supostamente de risco. Isto porque, para o sujeito desenvolver práticas preventivas, torna-se necessário que este se veja como um sujeito sorointerrogativo, ou seja, vulnerável à infecção (Knauth, 1999). O risco deve estar relacionado a fatores de ordem biopsicossocial e não referente apenas a grupos ou comportamentos marginalizados. A superação da designação “grupo de risco” implicou no reconhecimento do sujeito HIV positivo como um outro próximo (Jodellet, 1998), com o qual se compartilha e legítima, fazendo-se referência às inclusões sociais, como aceitação da diferença, sem estigmatizá-lo. Torna-se possível a construção de sujeitos psicossociais, com novas posturas diante da aids e de sua prevenção.

Evidencia-se que a proposta de promoção da saúde implica em intersetorialidade, na qual a educação tem papel de destaque. Isto porque, como se torna evidente no contexto da aids é necessária a construção de novas formas da sociedade perceber e se relacionar com o HIV e com o outro social. Essa perspectiva enfatiza a relevância dos processos de socialização, principalmente, a construção e apropriação de novos sentidos para a realidade, tornando possível trabalhar noções de auto-cuidado e cuidado com o outro, provendo ferramentas para o estabelecimento de posturas preventivas (Cassese, 2000).

Tão importante quanto o desempenho de práticas de prevenção, a exemplo de uso de camisinha e de seringa descartável, realização de testes para o HIV/Aids - principalmente durante o pré-natal - administração de medicamentos, transfusão de sangue testado, entre outros, parece ser imprescindível a construção de *Posturas Preventivas* que implicam na construção de novas visões de mundo, representações sociais, crenças, valores e identidades.

São ações programáticas comprometidas com a construção de sujeitos críticos, políticos e efetivamente cidadãos. Isto implica em ações de prevenção que considerem não apenas a organização de equipamentos de

saúde, mas o fortalecimento de sujeitos, capazes de se defrontarem com o fenômeno da aids, de se considerarem vulneráveis e de aceitarem as diferenças entre os diversos sujeitos sociais. É possibilitar a construção de novos diálogos sociais que legitimem as várias experiências afetivo-sexuais, o cuidado com o corpo e o respeito pelo outro (Villela, 1999).

### **Utilizando um outro conceito: vulnerabilidade**

A partir dessa compreensão, é proposto atualmente o conceito de vulnerabilidade. Como afirma Ayres (2000)

*A discussão da vulnerabilidade veio trazer à cena e à reflexão o fato de que não existe risco nem prevenção dessa doença que não passem necessariamente por questões sociais, coletivas, relacionais e, na base de todas elas, pela questão da cidadania (Ayres, 2000:22).*

De fato, o conceito de vulnerabilidade ganhou maior destaque e os sentidos ora definidos, a partir das lutas dos movimentos sociais, em busca de uma sociedade menos preconceituosa e, conseqüentemente, mais equipada social e tecnicamente para o enfrentamento da pandemia da aids. Com este conceito, foi redefinida uma série de questões frente às intervenções de prevenção e de promoção da saúde, principalmente no âmbito das políticas públicas.

Oriunda do campo do direito, vulnerabilidade designa fragilidade, jurídico-política, na promoção, proteção ou garantia dos direitos de cidadania (Alves, 1994 apud Ayres et al., 2003).

No contexto da aids, após a crítica feita ao conceito de grupo de risco, foi então proposta a terminologia comportamento de risco (Paulilo, 1999). Esta tinha por objetivo retirar a carga pejorativa e estigmatizante de grupos específicos, apontando para o compromisso de cada sujeito com sua prevenção, na medida em que todos deveriam cuidar de seus comportamentos. Entretanto, com este termo se desenvolve uma tendência à culpabilização dos sujeitos, ao mesmo tempo em que aprisiona a prevenção no âmbito individual, já ultrapassado pelas concepções positivas e sociais de saúde.

Com o protagonismo feminino, solidifica-se a noção de empoderamento, no qual se volta a questionar as dimensões sócio-culturais que interferem na tomada de decisão e nos padrões de comportamento individuais. Portanto, há um terreno fértil, na década de 90, para o desenvolvimento da idéia de vulnerabilidade, com seu viés de questionamento da estrutura social (Ayres, França, Calazans & Filho, 1999).

A vulnerabilidade, neste novo contexto, designa um conjunto de fatores não apenas individuais, mas primordialmente sociais e contextuais, que interferem na suscetibilidade ao adoecimento e no acesso a recursos de todas as ordens para o sujeito se proteger da doença. Este conceito implica em três componentes: individual, social e programático, em que este último refere-se aos recursos sociais disponíveis e conseqüentemente à responsabilização não mais do sujeito, mas do poder público pela prevenção e promoção da saúde.

Apesar de se valer de dados epidemiológicos que dimensionam o risco, a noção de vulnerabilidade busca o que está para além destas informações analíticas, investigando as dinâmicas dos significados sociais que estas carregam. Enquanto a noção de risco é probabilística, a de vulnerabilidade baseia-se na complexidade e plausibilidade das argumentações, que devem mostrar relevância prática (Ayres et al., 1999).

Ayres et al. (2003) também identifica limites e dificuldades do conceito de vulnerabilidade. Limites estes que devem ser apontados, enfrentados e superados.

A amplitude e complexidade dos fatores que produzem uma situação de vulnerabilidade, colocando o problema de tal forma que dificilmente pode ser apontado em um conjunto pequeno de elementos, tende a paralisar as pessoas que se propõem a criar estratégias para seu enfrentamento. Trabalhar coletivamente e de forma intersetorial - pactuando com outros atores, avaliando as reais possibilidades de implementação das ações e construindo metas e objetivos palpáveis - pode permitir a visualização de resultados obtidos, que mesmo não resolvendo por completo a problemática, podem promover melhores condições de vida e a redução dos níveis de vulnerabilidade.

A vitimização e tutela também são riscos que a vulnerabilidade pode trazer aos mais desavisados que trabalham com este conceito. Há uma tendência em ver o sujeito vulnerabilizado como um pobre coitado do qual se deve cuidar. Este sentimento pode dificultar o reconhecimento do sujeito como um ator ativo, que deve assumir um posicionamento crítico e participar de seu processo de emancipação e de diminuição de sua vulnerabilidade. Isto implica em se reconhecer que o sujeito não é vulnerável, mas **está**

vulnerável. Ao mesmo tempo, é preciso ter clareza de que

*[...] em uma mesma situação estamos vulneráveis a alguns agravos e não a outros; o que pode nos deixar vulneráveis sob um aspecto pode nos proteger sob outros.(...) ela não responde ao modelo 'sim ou não'; há sempre gradações, estamos sempre vulneráveis em diferentes graus. (...) as dimensões e os graus de nossas vulnerabilidades mudam constantemente ao longo do tempo (Ayres et al., 2003:134).*

Com a utilização do conceito de vulnerabilidade no contexto da prevenção da aids, são valorizadas ações programáticas que estejam calcadas na produção de novos sentidos, que viabilizem relações sociais mais satisfatórias e posturas preventivas eficazes e que instrumentalizem os sujeitos nas negociações de formas de obtenção de prazer seguras (Paiva, 1999).

É assumida a defesa da saúde, através da emancipação do sujeito, que possa - a partir de seus recursos sociais, políticos e econômicos - estabelecer formas de promover saúde para si e para o outro. Defende-se, também, que o Estado é, em última instância, o responsável pela promoção desta emancipação. Esta perspectiva se articula com as políticas públicas, que devem favorecer este processo, como estratégia fundamental não apenas para a prevenção da aids, mas também para a promoção da saúde, que por sua vez implica na construção de sujeitos sociais e na garantia da cidadania.

## Concluindo

A aids é um problema social que atinge sujeitos de linguagem, inseridos numa realidade que se reconstrói cotidianamente. Por isso, muito já foi construído sobre a aids e muito já foi proposto para seu enfrentamento social. Mas ainda há muito para ser feito. A aids se insere na dinâmica social, assumindo seus contornos, refletindo suas desigualdades sócio-econômicas, com os movimentos de pauperização e heterossexualização da epidemia (Santos, 2002).

Na construção permanente de saídas para as problemáticas sociais, as políticas públicas assumem sua relevância (Araújo & Maciel, 2001). E

neste sentido, cabe o permanente questionamento das condições de saúde, e da própria compreensão de saúde, promoção de saúde, risco e prevenção - vigente num determinado contexto sócio-histórico - que interfere diretamente na proposição e implementação de práticas de intervenção.

É sempre pertinente a proposição de novas e mais eficazes formas de se enfrentar esta problemática. Atualmente acredita-se na construção de sujeitos críticos e autônomos, como uma importante estratégia de enfrentamento das problemáticas sociais (Paiva, 2001). Esta tem sido atualmente uma das grandes bandeiras dos movimentos sociais, para a produção de uma sociedade mais justa, inclusiva e fortalecida para lidar com as dificuldades - não apenas biológicas, mas sociais e culturais - deflagradas pela aids. Um problema que, antes de ser biológico, é social, pois atinge indiscriminadamente grande parte da sociedade, se acentuando, evidentemente, em populações com maior grau de vulnerabilidade, excluídas de políticas públicas saudáveis, que favoreçam a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida.

Propõe-se, assim, que para prevenção da aids é necessária a construção de ações programáticas que possibilitem o que Paiva (1999) vem chamar de *sujeitos sexuais*, para designar sujeitos que possam ter experiências afetivo-sexuais, de forma ativa, sem preconceitos, para tornarem-se sujeitos críticos em suas escolhas e vivências sexuais. Sujeitos que possam realizar suas escolhas, não sem riscos, mas com autonomia. Isto não implica em sujeitos que não possam provar o amargo sabor das inseguranças e medos inerentes à vida. Trata-se, enfim, de sujeitos atores de sua própria história, seja ela escrita como for.

## Referências bibliográficas

- AYRES, J. R. de C. M. (2000). Cidadania, vulnerabilidade e prevenção de HIV/AIDS. In: PINTO, T.; TELLES, I. S. (Org) *Aids e Escola: Reflexões e Propostas do EDUCAIDS*. (pp. 21-28). São Paulo: Cortez; Pernambuco: UNICEF.
- ARAÚJO, J. L. J. & MACIEL, R. F. (2001). Developing na operational framework for policy analysis. *Revista Materno Infantil*. 1 (3), 203-221.
- AYRES, J. R. de C. M. FRANÇA, J. I. CALAZANS, G. J. FILHO, H. S. (1999). Vulnerabilidade e prevenção em tempos de aids. In: PARKER, R. & BARBOSA, R. M. *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. (pp. 49-72). Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Ed 34.
- AYRES, J. R de C. M. FRANÇA J. I. CALAZANS. G. J. FILHO, H. S. (2003). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. CZERESNIA. D (Org.) *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. (pp. 117-139). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- BARATA, R. C. B. (1985). A historicidade do conceito de causa. In: Escola Nacional de Saúde Pública. *Textos de Apoio*. Epidemiologia 1. (pp. 13-27). Rio de Janeiro: ENSP/ABRASCO.
- BARBOSA, R. M. & LAGO, T. D. G. (1997). Aids e Direitos Reprodutivos: para além da transmissão vertical. In: PARKER, R. (Org.) *Políticas, instituições e aids*. enfrentando a epidemia no Brasil. (pp. 163 – 176). Rio de Janeiro: ABIA/Zahar.
- BRASIL. (2001). Constituição Federal de 1988. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Gestão Municipal de Saúde*. Leis normas e portarias atuais. (pp. 13-14). Rio de Janeiro. Brasil: Ministério da Saúde.
- BUSS P. M. (2003). Uma Introdução ao conceito de promoção da saúde. In. CZERESNIA. D (Org.) *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. (pp. 15-38). Rio de Janeiro: Fiocruz.

- CANGUILHEM, G. (1995). *O normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- CAPONI, S. (2003) A saúde como abertura ao risco. In: CZERESNIA, D (Org.) *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. (pp.55-77). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- CASSESE, J. (2000). Trauma sexual e risco para o HIV. In: PINTO, T. TELLES, I. S. (Orgs.) *Aids e Escola: Reflexões e Propostas do EDUCAIDS*. (pp. 43-49). São Paulo: Cortez; Pernambuco: UNICEF.
- CASTIEL, L. D. (2003) Dédalo e os dédalos: identidade cultural, subjetividade e os riscos à saúde. In: CZERESNIA, D (Org.) *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. (pp.79-95). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- CZERESNIA, D. (2003). O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERESNIA, D (Org.) *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. (pp. 39-53). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- COSTA, J. F. (1992). *A inocência e o vício: estudos sobre o homossexualismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- FERREIRA, J. R. BUSS, P. M. (2001). Atenção primária e promoção da saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Promoção à saúde*. (pp. 255-263). Brasília-DF: Ministério da Saúde.
- FOUCAULT, M. (1985). *A História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M. (2003). *O Nascimento da clínica*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- HABERMAS, J. (1989). *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário.
- JODELET, D. (1984). La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. (Org) *Psychologie sociale*. (pp. 24-37)

Paris: PUF.

JODELET, D. A (1998). Alteridade como produto e processo psicossocial.  
In: ARRUDA, A. *Representando a alteridade*. (pp. 47-68). Petrópolis:  
Vozes.

JOFFE, H. (1994). “Eu não”, “meu grupo não”: representações sociais  
transculturais da aids. In: JOVECHLOVITCH, S. GUARESCHI, P.  
(Orgs.) *Textos em representação social*. (pp. 297-322). Petrópolis: Vozes.

JUNIOR, A. G. S. (1998). *Modelos Tecnoassistenciais em Saúde*. O  
debate no campo da saúde coletiva. São Paulo: Hutecc.

KNAUTH, D. R. (1999). Subjetividade feminina e soropositividade.  
In: PARKER, R. & BARBOSA, R. M. *Sexualidades pelo avesso*:  
direitos, identidades e poder. (pp. 121-136). Rio de Janeiro: IMS/  
UERJ; São Paulo: Ed 34.

MARSIGLIAR, G, BARATAR, C & SPINELLI, S. P (1990). Determinação  
social do processo epidêmico. In. Escola Nacional de Saúde Pública.  
*Textos de Apoio*. Epidemiologia 1. (pp. 127-147). Rio de Janeiro:  
ENSP/ABRASCO.

PACC, J. C. B & BARBOZA, R. (1999). Prevenção à aids: um desafio para  
a saúde e seus profissionais. *Revista prática hospitalar*. 1 (5), 23-29.

PAIVA, V. (1999). Cenas Sexuais, Roteiros de Gênero e Sujeito Sexual.  
In: PARKER, R. & BARBOSA, R. M. *Sexualidades pelo avesso*:  
direitos, identidades e poder. (pp. 249-269). Rio de Janeiro: IMS/  
UERJ; São Paulo: Ed 34.

PAIVA, V. (2000). *Fazendo arte com a camisinha*. São Paulo:  
SUMMUS.

PAIVA, V. (2001). *Sem mágicas soluções: a prevenção do HIV e da AIDS  
como um processo de emancipação psicossocial*. Fortaleza: Seminário  
Prevenção à Aids – Limites e Possibilidades na terceira década.



- PARKER, R. (2000). *Na contramão da aids: Sexualidade, intervenção, política*. Rio de Janeiro; ABIA; São Paulo: Ed 34.
- PAULILO, M. A. (1999). *Aids: Os sentidos do risco*. São Paulo: Veras.
- PINTO, T. C. R. (2000). Por um modelo Libertador. In: PINTO, T.; TELLES, I. S. (Org.) *Aids e Escola: Reflexões e Propostas do EDUCAIDS*. (pp. 83-86). São Paulo: Cortez; Pernambuco: UNICEF.
- PEDROSA, J. I. S. (2001). Educação popular, saúde, institucionalização: temas para debate. In: VASCONCELOS, E.M. (Org.) *A saúde nas palavras e nos gestos: Reflexões da rede de educação popular e saúde*. (pp. 29-37). São Paulo: Hucitec.
- ROCHA, R. (1996). *Minidicionário*. São Paulo: Scipione.
- ROPA, D. (1994). Ela é... o que você quiser. In: COSTA, J. F. (Org) *Redescrições da Psicanálise*. (pp. 169-180). Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- RORTY, R. (1992). Solidariedade ou objetividade? In: *Novos estudos*, 36, 109-114.
- SANTOS, N. J. S (2002). A Aids no Estado de São Paulo. As mudanças no perfil da epidemia e perspectivas da vigilância epidemiológica. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. 5 (2), 286-310.
- SILVA, C. R. (1999). *Criança e Aids: Ensaio e Experiências*. São Paulo: NEPAIS.
- TEXEIRA, P. R. (1997). Políticas públicas em Aids. In: PARKER, R. *Políticas, instituições e Aids*. Enfrentando a epidemia no Brasil. (pp. 43-68). Rio de Janeiro: ABIA/Zahar.
- SPINK, M. J. P. (1999). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez.
- UNICEF/ONUSIDA/OMS (2002). *Los jovenes y el VIH/SIDA*. Una

oportunidad en un momento crucial. Genebra, Suíça: UNICEF.

VILLELA, W. (1999). Prevenção do HIV/Aids, gênero e sexualidade: um desafio para os serviços de saúde. In: PARKER, R. & BARBOSA, R. M. *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. (pp. 199-214). Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Ed 34.

WEBER, M. H. (1995). Comunicação: estratégia vital para a saúde. In: PITTA, A. M. R. *Saúde e Comunicação: Visibilidades e Silêncios*. (pp. 152-167). São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO.

Juliana Sampaio

Departamento de Saúde Coletiva - NESC/CPqAM  
Campus da UFPE  
Av. Moraes Rêgo, s/n  
Cidade Universitária - CEP: 50670-420  
Recife - Pernambuco  
Tel: (81) 2101 2610  
e-mail: [julianasmp@hotmail.com](mailto:julianasmp@hotmail.com)  
[juliana@cpqam.fiocruz.br](mailto:juliana@cpqam.fiocruz.br)

José Luis Araújo Jr.

Departamento de Saúde Coletiva - NESC/CPqAM  
Campus da UFPE  
Av. Moraes Rêgo, s/n  
Cidade Universitária - CEP: 50670-420  
Recife - Pernambuco  
Tel: (81) 2101 2610

• recebido em novembro de 2005.

• aprovado em maio de 2006.

---

## **Reestruturação produtiva e subjetividade de trabalhadores da área metalúrgica**

**Maria Adelina Biondi Guanaís**

Professora da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

### **Resumo**

Nas últimas décadas o mundo do trabalho vem sendo impactado pela difusão de inovações tecnológicas e organizacionais, responsáveis tanto pelo incremento da produtividade quanto pela extinção de postos de trabalho. Esta pesquisa objetivou identificar como as transformações decorrentes do processo de Reestruturação Produtiva refletem-se no agir e no pensar de trabalhadores, a partir de sua vivência concreta nesse cenário. Para tanto, foram entrevistados três gestores e cinco trabalhadores do chão-de-fábrica de empresas metalúrgicas da região de Campinas, além de dois membros do sindicato da categoria. Os dados coligidos foram sistematizados em três unidades temáticas, apontando o paradoxo de que, apesar de representarem maiores índices de desgaste mental e exigências por produtividade e qualidade sobre o trabalho, as novas tecnologias são avaliadas positivamente. Os resultados indicam, ainda, que o medo do desemprego favorece a adesão dos trabalhadores ao ideário produtivo, e o sindicato encontra-se despreparado para lidar com o atual contexto.

### **Palavras-chave**

Reestruturação produtiva, ideário produtivo, tecnologia microeletrônica, gestão do trabalho, subjetividade.

## **Productive reestructuring and subjectivity in the workers in the metallurgical area**

### **Abstract**

In the last decades the work environment has been impacted by the diffusion of technological and organizational innovations, which are responsible for the improvement of the productivity and also the extinction of job posts. This research aimed to identify how the transformations coming from the process of the Productive Reestructuring reflect on the acting and thinking of workers, regarding their actual living in this scenario. Therefore, three managers and five assembly line workers from metallurgical companies in Campinas region, and also two members from the union were interviewed. The data were put into the system in three thematic units, pointing out the paradox that although the new technologies represent the highest index in the mental stress and the demands for work productivity and quality, the new technologies are evaluated positively. The results indicate that the fear of the unemployment favors the adhesion of the workers to the productive advances in system technology, and that the union is not prepared to deal with this context.

### **Key words**

Productive Reestructuring, Advances in System Technologies, Microelectrical Technology, Work Management, Subjectivity.

É unânime o reconhecimento quanto à relevância do trabalho na vida dos indivíduos e na construção da subjetividade humana. Como afirma Antunes (1995), *“o trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência”* (Antunes, 1995:123), ponto de partida para sua humanização.

Tentando-se observar a importância do trabalho no cotidiano, verifica-se que ele é utilizado para definir a estrutura de tempo, diferenciar atividades autodeterminadas e heterodeterminadas e para legitimar socialmente diferentes fases da vida (Bastos, Pinho & Costa, 1995); ainda outros indicadores podem ser obtidos pela constatação do número de horas dedicadas à atividade produtiva, assim como pelo volume de investimentos educacionais voltados à formação e capacitação implementados por profissionais.

Outro aspecto que não pode ser desconsiderado, diz respeito à experiência do desemprego. Alguns dos estudos nesta direção (Hirata & Humphrey, 1989; Machado da Silva & Chinelli, 1997, dentre outros) apontam para as consequências psicológicas advindas da impossibilidade de manter um emprego, como perda da auto-estima e do respeito próprio, isolamento social, conflitos familiares e conjugais, depressão e doença física, além de sentimentos de marginalização, fracasso e culpa pela incapacidade de manutenção financeira da família.

Dentro de uma perspectiva genérica, não se pode desprezar, ainda, que na sociedade capitalista o trabalho associa-se intimamente à subsistência, ou seja, configura-se como uma atividade imposta por necessidades extrínsecas, convertida em demanda existencial, da qual extrair-se-iam compensações econômicas que deveriam possibilitar satisfazer necessidades amplas; neste sentido, dificilmente consolida-se, de fato, como um meio de realização humana (Traverso-Yépez, 1999), embora represente expressivo elemento para a construção da subjetividade.

Nas últimas décadas o mundo do trabalho vem sofrendo profundas transformações em suas formas de inserção na estrutura produtiva, sob a égide de um processo que, segundo Gitahy (1994), se caracteriza por uma nova onda de difusão de inovações tecnológicas e organizacionais e pela reorganização dos mercados.

Desde o final dos anos 80, o modelo produtivo vem se tornando gradativamente mais flexível o que, de acordo com Harvey (1996), tem permitido uma aceleração do ritmo de inovação dos produtos – acompanhada por uma redução dramática do tempo de fabricação – através do uso de novas tecnologias e de novas formas organizacionais. Para Coriat (1994), trata-se de produzir em séries restritas e sem estoques, produtos

diferenciados e variados, a custos cada vez mais baixos.

Dessa forma, a propalada globalização de mercados e da economia, fez com que as empresas fossem compelidas a tornarem-se mais competitivas, investindo em tecnologias microeletrônicas e adotando novas tendências de gestão do processo e das relações de trabalho, o que veio a representar uma verdadeira reciclagem administrativa do paradigma vigente. A este modelo dá-se o nome de Reestruturação Produtiva.

Evidentemente, todos esses aspectos tiveram um grande impacto sobre os trabalhadores: o aumento da produtividade, aliado à diminuição do tempo de fabricação, ocasionou a diminuição de muitos postos de trabalho, impelindo profissionais alijados do mercado formal a aceitar empregos de baixa qualidade ou subsistir como autônomos/assalariados sem registro, aumentando o trabalho precário, as desigualdades sociais, a pobreza e a exclusão. Assim, a racionalização das estruturas organizacionais, a informatização das funções e o redimensionamento de postos de trabalho acabaram gerando condições que fomentaram o processo de desemprego estrutural.

Nota-se, contudo, a convivência simultânea deste cenário com a emergência de demandas de novos perfis profissionais, relativas ao emprego de uma mão-de-obra mais qualificada e melhor preparada para as atividades de maior abrangência. Dissemina-se, então, a idéia de que a formação profissional seria um instrumento para combater o desemprego, transferindo-se para o trabalhador a responsabilidade daquilo que é direito social.

Sem dúvida, as novas tecnologias passaram a exigir uma formação profissional mais ampla, capaz de garantir a operação de máquinas complexas e sofisticadas, o desempenho de tarefas diversificadas e a capacidade de propor constantes melhorias no processo produtivo, por parte dos trabalhadores (Leite, 1993).

Isso indica que o trabalho qualificado perdeu seu significado de habilidade técnica, adquirindo uma conotação comportamental expressa num perfil de trabalhador polivalente, inovador, passível de integração em equipes heterogêneas, participativo, cooperativo e multifuncional (Paiva, 1993; Frigotto, 1995), frente a uma nova forma de organização do trabalho que solicita cada vez mais sua imaginação, criatividade e capacidade de intervenção no contexto produtivo (Cocco, 2000), num verdadeiro processo de mobilização psíquica (Dejours, 1999) e de implicação de sua subjetividade.

Tais mudanças implicam, portanto, na conformação do trabalhador à ideologia administrativa emergente e na configuração de uma nova sub-

jetividade da força de trabalho (Machado, 1994; Souza Jr., 1994), agenciada em nome da valorização e reprodução do capital (Antunes, 1999).

Constata-se, pois, que os esforços para forjar a adesão do trabalhador aos imperativos do processo produtivo, convergem na tentativa de formulação, disseminação e consolidação de uma ideologia do trabalho, visando integrá-lo à organização através de sua cooptação às práticas vigentes (Pagès, Bonetti, Gaulejac & Descendre, 1987; Fleury, 1989). O grau de consenso dos trabalhadores dependeria da capacidade das estratégias de gestão em mobilizar valores, aspirações e interesses, visando à conformação de hábitos, práticas e da própria legitimidade dos objetivos da organização.

Com a presente pesquisa pretendeu-se, então, desvelar os sentidos das atuais mudanças para os trabalhadores, em seu cotidiano. Para tanto, julgou-se necessário conhecê-los como sujeitos, ou seja, como pessoas que organizam sua vida e seu trabalho dentro das condições materiais presentes em determinado contexto econômico e social, o que implicou em considerar sua experiência de vida e sua história profissional singular.

## Método

O referencial com que se abordou o objeto de estudo em questão sustenta que os fenômenos devam ser investigados tanto em seu caráter específico quanto em sua unidade dialética com o mundo material e social. Optou-se, então, por utilizar uma metodologia de natureza qualitativa, a qual pressupõe o contato direto e estreito do pesquisador com o ambiente e a situação em foco.

Para tanto, procurando privilegiar pontos de vista diversos sobre o tema tratado, recorreu-se a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos e com variados tipos de informantes. Assim, objetivando compreender como os elementos presentes no atual contexto de mudanças do paradigma produtivo estão sendo apropriados por trabalhadores e como se manifestam em seu cotidiano, no desenvolvimento de suas atividades e na qualidade de suas interações, investigou-se – através de entrevistas – as reflexões de trabalhadores acerca daquilo que realizam, tentando-se apreender como os sentidos por eles construídos sobre o trabalho que executam e o momento de transformações pelo qual estão passando orientam suas formas de ação e contribuem para a constituição de sua subjetividade.

Assumindo-se que as melhores fontes para identificação dos im-

pactos do processo de Reestruturação Produtiva são os próprios trabalhadores que atuam em organizações que implementaram ou estejam implementando mudanças na configuração de seus processos de trabalho e em suas políticas de gestão – pela familiaridade com a questão e a perspectiva de avaliar este cenário a partir de sua experiência concreta – definiu-se como sujeitos desta pesquisa um Gerente de Manufatura, um Chefe de Projetos Logísticos, um Chefe de Controle da Qualidade, dois Auxiliares de Linha, um Retrabalhador e um Técnico Mecânico, todos de uma empresa multinacional, além de um Líder de Seção de uma empresa nacional – ambas de grande porte, fabricantes de autopeças e sediadas na região de Campinas –, e ainda dois membros do quadro diretivo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico e de Fibra Ótica de Campinas e Região.

Deve-se destacar que esta investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição à qual se está filiada como docente pesquisadora.

Merece menção que um dos Diretores da empresa multinacional sugeriu que as entrevistas fossem efetivadas junto a três funcionários que ocupam funções gerenciais, a fim de que pudessem ser adequadamente mapeadas as mudanças que vem sendo implementadas; alegou também que não haveria qualquer possibilidade de que trabalhadores diretamente ligados às áreas de Produção, Manutenção ou Qualidade fossem entrevistados, à medida que isso implicaria a interrupção de suas atividades junto às máquinas.

No entanto, julgou-se que a compreensão da problemática investigada tenderia a ficar parcial, caso a pesquisa se limitasse à contribuição advinda dos dizeres dos funcionários de nível técnico responsáveis pela elaboração/manutenção de políticas de gestão organizacional, além do fato de não ser esta a população que a pesquisa pretendia, necessariamente, focalizar.

Neste sentido, tornou-se imprescindível, então, buscar as opiniões de trabalhadores que atuam diretamente no chão-de-fábrica, uma vez estarem estes profissionais mais distantes – hierarquicamente – da cúpula da organização e, portanto, poucas oportunidades concretas usufruírem acerca de decisões estratégicas sobre o trabalho propriamente dito.

Para tanto, a participação da pesquisadora num curso de imersão sobre a nova filosofia produtiva adotada por essa empresa, acabou por oferecer as condições necessárias para o contato com alguns operários, ocasião em que foram convidados a fazer parte da pesquisa.

Assim, foram entrevistados três gestores e três trabalhadores que atuam no chão-de-fábrica, nas dependências da empresa, e, posteriormen-



te, um outro trabalhador que se encontra afastado devido a doença ocupacional, em sua residência. Por último, entrou-se em contato com um trabalhador de uma empresa nacional também ramo metalúrgico, o qual concordou em participar deste estudo.

Considerando-se ainda que a literatura aponta um quadro de intenso enfraquecimento sindical devido aos reflexos do atual paradigma produtivo sobre o coletivo de trabalhadores, decidiu-se investigar, junto ao órgão representativo dos metalúrgicos, como o presente panorama de trabalho vem sendo por ele equacionado.

Isso implica dizer que o percurso metodológico foi sendo ampliado de acordo com os dados obtidos à medida que a pesquisa avançava, assim como pela necessidade de abarcar novas informações.

No que tange propriamente à coleta de dados, um roteiro de entrevista dirigida, composto por dez questões abertas, foi aplicado individualmente aos participantes. Os depoimentos foram gravados e posteriormente transcritos.

O procedimento empregado para a análise dos dados teve por referência os trabalhos de Guanais (1995) e Zanelli (1992 e 2002), dentre outros autores. De forma sintética, pode-se dizer que este tipo de procedimento envolve o planejamento de interações entre pesquisador e participantes, favorecendo que a análise de dados seja iniciada ainda durante a própria fase de coleta, através da seleção e organização dos depoimentos dos participantes em conjuntos temáticos, bem como do estabelecimento de inter-relações entre os conteúdos apresentados.

O procedimento de análise dos dados envolveu, então, o agrupamento das contribuições consideradas da mesma natureza ou de significado semelhante, e sua sistematização no âmbito de três unidades temáticas abrangentes e interdependentes, relativas a: a) contribuições referentes à adesão dos trabalhadores ao discurso hegemônico sobre o paradigma produtivo vigente; b) contribuições referentes às mudanças na configuração do processo de trabalho e às alterações de papéis/funções profissionais dos trabalhadores; e c) contribuições referentes ao impacto das transformações técnico-gerenciais no cotidiano dos trabalhadores - sob os pontos de vista cognitivo, afetivo e comportamental -, bem como quanto aos sentidos por eles outorgados a essa experiência.

## Resultados

O perfil dos participantes desta pesquisa constituiu-se de nove sujeitos do sexo masculino e apenas um do sexo feminino, cujas idades variam de um mínimo de 26 a um máximo de 54 anos; oito dos participantes são casados e cinco têm filhos. Quanto à escolaridade, cinco sujeitos possuem curso superior completo e quatro o segundo grau completo, enquanto que um deles não concluiu o primeiro grau. Observando-se o tempo de atividade, os Auxiliares de Linha e o Retrabalhador trabalham entre cinco e oito anos, ao passo que os gestores atuam há no mínimo 10 e no máximo 32 anos; o Líder de Seção e o Técnico Mecânico trabalham, respectivamente, há 17 e 18 anos, e os membros do Sindicato exercem sua atividade há 20 anos.

No que tange aos depoimentos, verificou-se que os trabalhadores vinculados ao chão-de-fábrica reconhecem o impacto da tecnologia sobre o aumento do volume, da rapidez e das responsabilidades referentes ao trabalho por eles realizado, embora avaliem que tal contexto acabou por tornar seu trabalho mais criativo, dada a perspectiva de intenso contato com novas informações e de executar tarefas que não sejam repetitivas.

Julgam que hoje dominam o processo de trabalho de maneira menos segmentada, tendo sido levados a entender a totalidade de operações do maquinário e as relações de interdependência entre as diversas unidades da planta produtiva. Apesar disso, todos os participantes reconhecem o incremento das pressões por produtividade, afirmando que seu trabalho representa, hoje, maior desgaste mental – embora o desgaste físico ainda persista.

Aceitam e reproduzem o discurso quanto à necessidade de maior capacitação profissional do trabalhador, justificando que limitações educacionais determinam dificuldades no cotidiano de trabalho; avaliam, inclusive, que reciclar-se constantemente contribui para seu desenvolvimento na empresa, sendo, os cursos, ocasião de conscientização a respeito da importância de cada profissional no atingimento das metas.

Acreditam que a não participação do trabalhador nas instâncias para tanto previstas revela falta de compromisso com um projeto maior do qual fazem parte, e sentem que seu trabalho, hoje, goza de maior autonomia. O reconhecimento pelo trabalho, porém, não implica necessariamente em melhoria financeira.

As relações entre colegas são permeadas pela noção de equipe, cabendo a cada trabalhador exigir de seus pares desde o volume de produção e a manutenção preventiva do maquinário, até a execução correta das atividades, com o menor índice possível de falhas. A equipe, portanto, serve como fonte de controle do desempenho dos trabalhadores.

Já no que se refere ao contato com as chefias, avaliam que o perfil autoritário dos supervisores mostra-se incompatível com a proposta de o trabalhador apresentar sugestões a respeito do trabalho, fazendo com que se mantenha a divisão entre aqueles que detêm experiência e preparo para tomar decisões e aqueles que devem seguir as determinações para a realização das atividades, sendo os chefes percebidos como afeitos a relacionamentos impessoais, quase sempre baseados em cobranças.

Pode-se ainda dizer que o participante que ocupa a função de Líder de Seção mostrou-se como o de maior adesão ao ideário que propugna o atual modelo de organização e gestão do trabalho, ao passo que o participante que é Técnico Mecânico apresentou contribuições de natureza mais crítica – talvez por ser ele membro do sindicato da categoria – comentando que hoje, para a empresa, o trabalhador é responsável por tudo, o que torna ilusório o fato de ser o trabalho mais rico e criativo; acredita que as estratégias de gestão sirvam para desmobilizar os trabalhadores enquanto categoria, e foi um dos únicos entrevistados a mencionar a figura do trabalhador multifuncional e polivalente, adotada como parte importante das políticas de gerenciamento da força de trabalho.

No caso de um dos participantes que atuam como Auxiliar de Linha, supõe-se que o fato de haver assumido um cargo mais valorizado tenha tornado seu depoimento mais assemelhado ao discurso gerencial, dando mostras de acreditar possuir um diferencial em relação aos colegas que lhe permite fazer exigências de maneira absoluta e inquestionavelmente legítima.

Quanto aos depoimentos dos membros do Sindicato dos Metalúrgicos, observou-se grande preocupação com o incremento do volume de trabalho vigente no atual cenário produtivo, expresso em problemas de saúde física e mental dos trabalhadores. Um dos entrevistados denominou de assédio moral ao conjunto de pressões por produtividade e agilidade exercidas sobre os trabalhadores, que, agravado pela falta de empregos, leva a força de trabalho a submeter-se à sofisticação das condições de exploração em vigor.

Já para o outro sindicalista, as estratégias organizacionais de cooptação conduzem o trabalhador a incorporar o ideário produtivo e a sentir-se parte inerente à empresa. Nessa medida, julgando-se responsável pela viabilidade econômica do contexto onde atua, o trabalhador passa a se culpabilizar até por eventuais dificuldades determinadas pela concorrência intercapitalista.

Por fim, a falta de políticas para conter/combater o desemprego, aliada às técnicas de atração utilizadas pelas empresas no processo de

gestão da mão-de-obra, faz com que os trabalhadores se mostrem pouco críticos em relação à situação, desmobilizados e bastante afeitos a aceitar qualquer função por qualquer salário, na opinião desses participantes.

No que tange aos participantes que ocupam a função de gestores, evidenciou-se um discurso totalmente favorável às transformações em voga, em especial por creditarem à tecnologia um imenso potencial de modernização da empresa e também de humanização do trabalho e do trabalhador. Julgam que as pessoas, atualmente, trabalham com maior qualidade de que quando submetidas a operações repetitivas, o que incentiva a criatividade, a autonomia e o espírito de equipe.

Consideram fundamentais os investimentos em treinamento voltados à conscientização dos trabalhadores para a importância e inevitabilidade das inovações tecno-organizacionais, julgando que isso tenha influência direta sobre a motivação dos mesmos. O treinamento, assim, levaria os trabalhadores a dominar um conjunto de informações valorizadas no âmbito da empresa, possuindo – como se pôde depreender – um forte apelo comportamental e emocional.

São favoráveis, também, aos requisitos de maior capacitação profissional, defendendo que a educação deveria acompanhar e adaptar-se às necessidades do contexto produtivo, provendo uma formação que capacitasse para as demandas do mercado; na opinião deles, sem a qualificação exigida não há como o trabalhador apreender as complexas operações do maquinário e dar conta de suas novas funções e responsabilidades. Apontaram a relevância de que os trabalhadores cuidem das máquinas e equipamentos como se fossem seus, única maneira de prevenir problemas, manter o funcionamento do aparato produtivo e evitar falhas, desperdícios e perdas de qualidade.

Todos defendem o trabalho padronizado como forma de garantir a qualidade dos produtos, dos serviços e dos processos, e a participação dos trabalhadores na busca da melhoria contínua; valorizam também o trabalho em equipe, o estabelecimento de metas e a transparência na gestão, embora explicitem caber ao corpo gerencial tomar decisões, definir prioridades e dar encaminhamento a problemas trazidos pelos trabalhadores. Julgam importantes as reuniões diárias implementadas pelos supervisores para reforçar idéias, conceitos, procedimentos e expectativas organizacionais, assim como avaliam que há um contato mais próximo, hoje, entre gestores e trabalhadores do chão-de-fábrica.

## Discussão

Como já assinalado no início deste texto – e reiterado pelos participantes – o fenômeno da globalização tem exigido que as empresas se tornem mais competitivas, devido à necessidade de colocação de seus produtos em mercados onde há grande número de concorrentes; isto as leva a buscar reduzir os custos de produção, seja através da melhoria do processo de trabalho – mediante mecanização – seja através do aumento da produtividade de seus empregados (Simões, 2001).

Conforme observa Heloani (1994), os substanciais investimentos em novas tecnologias levaram o capital a buscar maior integração com os trabalhadores. As pressões econômicas resultantes de um meio cada vez mais incerto e ameaçador impulsionaram as organizações, segundo Lima (1996), a procurar novas formas de aumentar sua produtividade através da utilização de estratégias inovadoras de gestão da força de trabalho.

Dentre elas, no que respeita ao trabalho em equipe, verifica-se que a pressão exercida hoje, pelos pares, é considerada como uma fonte de controle mais eficaz que a autoridade hierárquica, segundo a opinião de vários autores. Para Ouchi (1979, citado por Lima, 1996), por exemplo, o fato de pertencer a um grupo influencia mais as atitudes, motivações e comportamentos do trabalhador do que o controle dos supervisores ou os salários, constituindo-se como uma dimensão reguladora de recompensas e punições que acabam por pautar a direção do desempenho.

Mecanismos voltados à emergência e socialização de valores homogêneos responsáveis pela atribuição de significados comuns às experiências do coletivo de trabalhadores, pela percepção da realidade e pelo próprio processo de construção da identidade organizacional, transformam-se, então, em quadros de referência que expressam as políticas de gestão da força de trabalho, revelando “*a formulação de uma gramática de dominação a partir do inconsciente*” (Heloani, 1994:97). Neste sentido, tanto agem como elementos de comunicação e consenso, como ocultam e instrumentalizam relações de dominação (Pagès et al., 1987; Fleury, 1989).

Além disso, as atuais práticas de gerenciamento envolvem demandas de que o trabalhador se torne mais participativo em relação à atividade que realiza, pois, sentindo-se integrado com seu trabalho, o trabalhador desenvolve maior comprometimento com a qualidade daquilo que faz, responsabilizando-se pelos resultados.

Na opinião de Storch (1987), porém, a participação dos trabalhadores representa um modismo administrativo, voltado tanto à criação de mecanismos para auscultar as preocupações e frustrações dos trabalhadores, dentro da empresa, quanto à busca de sua cooperação na geração de

soluções para problemas de ordem operacional.

Como aponta Enriquez (1996), *“a participação concedida pode sempre ser retirada. Não passa de um engodo apresentado pela organização, para que os indivíduos, crendo que sua subjetividade foi reconhecida, ponham a serviço do capitalismo seu potencial físico, intelectual e afetivo”*. (Enriquez, 1996:15).

Outro aspecto também advindo dos depoimentos diz respeito à importância da divulgação dos novos valores organizacionais, por meio de atividades de treinamento. Para Leite (1993), parte significativa deste investimento refere-se ao que as empresas denominam de treinamento comportamental ou motivacional, destinado a criar nos trabalhadores um espírito cooperativo em relação às estratégias gerenciais. Sendo seu conteúdo muito mais ideológico do que técnico, a autora pondera sobre a dificuldade de considerá-lo como estando efetivamente contribuindo para o aprimoramento da qualificação da força de trabalho, com o que também concordam Pochmann (2000), Oliveira (2004) e Simões (2001), para quem as atividades em pauta objetivam tornar os trabalhadores *“aderentes à organização, motivados e parceiros”* (Simões, 2001:29).

Tendo-se ainda como referência os resultados desta pesquisa, observou-se a existência de importante contradição presente no interior dos contextos focalizados: o convívio simultâneo de processos de inovação organizacional – pautados na exigência de maior envolvimento e compromisso dos trabalhadores com aquilo que desenvolvem – e de práticas centralizadoras de gestão – justificadas pela concepção de que ao corpo gerencial cabe tomar decisões, definir prioridades e dar encaminhamentos diversos às atividades cotidianas – implementadas, via de regra, de forma autoritária.

A esse respeito, analisando o modo como estão sendo difundidos os programas participativos em nosso país, Leite (1996) sublinha tanto o caráter autoritário das relações de trabalho quanto a resistência do empresariado brasileiro em conviver com uma participação mais efetiva dos trabalhadores nas decisões relativas à produção; esse processo, por ela denominado de *“modernização conservadora”*, caracterizar-se-ia pela manutenção de aspectos do modelo administrativo taylorista/fordista – como *“a concentração do planejamento e concepção nas mãos dos técnicos engenheiros e a centralidade do trabalho individualizado e em tempos impostos”* (Leite, 1996:42) – implicando, portanto, na subsistência de formas de gerenciamento pouco compatíveis com as demandas de participação dos trabalhadores preconizadas pelo processo de Reestruturação Produtiva em vigor. Reiterando tal posição, Moscovici (1994) assinala que a resistência a esses programas decorre do que representam na perspectiva

de mudanças no exercício do poder, na dinâmica interpessoal e na própria organização do trabalho, dentre outros fatores não menos significativos.

Como último ponto, merece destaque a dimensão da representatividade e do trabalho organizado. Retomando-se Leite (1997), pode-se afirmar que o atual paradigma produtivo é responsável por um substancial enfraquecimento dos sindicatos, expresso em *“dessindicalização e perda do poder de negociação das entidades sindicais”* (Leite, 1997:10). Segundo a autora, os significativos índices de desemprego, a tendência empresarial de adoção de uma política que evita o relacionamento com os sindicatos, a substituição de tradicionais centros industriais por *“regiões sem passado industrial e sindical”* – além do fenômeno da terceirização – afigurar-se-iam como os principais determinantes do enorme enfraquecimento dessa instância.

### Considerações finais

Tentar identificar a diversidade de elaborações que trabalhadores metalúrgicos constroem sobre seu trabalho e o contexto onde este se desenrola, interligando-as às percepções, avaliações, sentimentos, bem como aos significados e sentidos constituídos neste contexto e, finalmente, ao próprio agir destes trabalhadores, foram alguns dos objetivos propostos por esta pesquisa.

Tal tarefa demandou, assim, considerar o discurso dos participantes acerca de sua atividade concreta de trabalho. Isto porque, julga-se que a experiência de trabalhar, tanto quanto as interações que se dão no entorno profissional, modelam histórias únicas, constroem padrões diferenciados de perceber e sentir em relação à atividade produtiva e a formas, processos e condições em que esta se desenvolve, os quais acabam por afetar a natureza da ação humana frente ao trabalho.

Admitindo-se, pois, inexistirem relações de trabalho que sejam estritamente técnicas, uma vez serem estas mediadas pelo contexto intersubjetivo e pelo lugar social ocupado pelo trabalhador no cenário produtivo, alguns aspectos devem ser ponderados quando se pretende abordar a questão da subjetividade.

Em primeiro lugar, merece menção que, no presente estudo, compartilhou-se com Losicer (1996) a noção de sujeito como aquele que se constitui na/pela relação com os outros, *“implicado e produzido na vida institucional concreta, particularmente na organização de trabalho”* (Losicer, 1996:69). Assim, entendeu-se o sujeito como produtor de

sentidos, e a subjetividade – fruto de um processo historicamente dado – como espaço de reflexão daquilo que o homem interioriza pela mediação social, e que se evidencia nos modos de ser, pensar, conhecer e agir como expressões particulares decorrentes de histórias de vida concretas (Guanais, 2000).

Reconhecendo-se, conforme afirma Schwartz (1990), que os indivíduos chegam ao espaço de atividade profissional já carregados de história, de possíveis e de limites, história que compreende a profissão, os instrumentos de trabalho particulares, o meio de trabalho, os modos operatórios compartilhados na equipe e também os problemas enfrentados, é possível concluir-se inexistir situação de trabalho que não se prenda aos horizontes dentro dos quais os indivíduos avaliam a trajetória e o produto – ao mesmo tempo individual e social – do que são levados a fazer.

Assim, no que concerne ao saber-fazer dos trabalhadores, pôde-se depreender dos depoimentos que os participantes nem sempre têm total clareza quanto ao que fizeram ao operar determinado maquinário ou para resolver eventuais dificuldades, da mesma maneira como acham que alguns dos macetes de seu ofício podem vir a ser ensinados para outras pessoas, o que não garantiria, porém, o sucesso das ações. Creditam ao jeito com que cada trabalhador se relaciona com os equipamentos, num verdadeiro trabalho de “descoberta” da máquina – levado a cabo no dia-a-dia, no manuseio – tanto o conhecimento obtido como os resultados práticos da intervenção em problemas cotidianos.

Tais ponderações encontram ressonância em Daniellou, Laville e Teiger (1983, citados por Merlo, 2000), ao observarem que o trabalho real implica sempre algum grau de aleatoriedade e imprevisibilidade, que devem ser, obrigatoriamente, resolvidas pela inteligência e pela experiência do trabalhador. Essa possibilidade de exercer algum tipo de intervenção para completar as lacunas não previstas pelas prescrições do trabalho, assim como o reconhecimento desse tipo de contribuição individual à atividade coletivamente realizada, são, essencialmente, frutos da subjetividade do trabalhador.

Ampliando esta análise, Merlo (1998) aponta que ao compreender-se tarefa como o que deve ser feito segundo definições precisas e atividade como o que realmente é feito, entre ambas haverá um necessário reajuste, o qual conduzirá à redefinição dos objetivos inicialmente propostos. Tal reajuste representaria, portanto, uma dimensão enigmática do trabalho, ficando ao encargo do operador a sua resolução.

Isso significa que, frente ao atual aparato tecnológico, a intelectualização do trabalho não consiste apenas na aprendizagem de novas lingua-



gens, mas na reatualização do saber-fazer do trabalhador em um quadro de trabalho mais abstrato (Athayde, 2004).

Outra dimensão relevante da questão da subjetividade refere-se à incorporação do espaço laboral pelos trabalhadores. A esse respeito, Arendt (1983) diz que a fábrica como instância de poder, fundada em relações assimétricas legitimadas pela hierarquia das funções, é incorporada pelos trabalhadores como um espaço de interação, de significados e de cultura.

Assim, a disseminação da perspectiva de democratização das relações de trabalho, no bojo das atuais práticas participativas de gestão, acaba por acentuar os sinais de existência dessa outra vertente da realidade da fábrica: um espaço de interação social, de confrontos e de alinhamentos de subjetividades.

Segundo Colbari (1996), é nesse campo que impera a lógica das representações culturais e simbólicas, bem como das ações políticas, *“e é esta lógica interacional que potencializa o poder de sedução das modalidades participativas de gestão da força de trabalho”* (Colbari, 1996:218). De acordo com a autora, os novos procedimentos de socialização fabril objetivam sedimentar na consciência operária tanto as competências relacionadas ao desempenho técnico, quanto aquelas engendradas na dimensão interativa do processo de produção, distintas mas não incompatíveis com a racionalidade econômica.

Assim, a ênfase num tipo de gestão que visa fomentar a participação e o envolvimento dos trabalhadores no interior das organizações, acaba por reforçar a imagem da empresa como espaço de sociabilidade, procurando incitar uma convivência mais harmoniosa entre os diferentes atores. Entretanto, como assevera Simões (2001), traz embutido o mascaramento de conflitos e contribui para o efetivo desmonte das representações coletivas; dito de outra forma, representa uma verdadeira estratégia de exploração da subjetividade do trabalhador e de aprofundamento dos padrões tayloristas/fordistas de organização e gestão do trabalho.

Em conclusão, a expressiva preocupação com os aspectos mais intelectualizados que hoje caracterizam o seu trabalho, implica que os trabalhadores do chão-de-fábrica utilizem mais amplamente recursos cognitivos para administração de informações, de que sob a égide do antigo paradigma produtivo, direcionando também cada vez maior volume de conhecimentos para as situações imprevistas do cotidiano. Além disso, sujeitos ao processo de intensificação do trabalho, sentem que a atividade produtiva acabou por invadir dimensões anteriormente privadas (contato com a família, tempo livre aos finais de semana, direito ao descanso no

horário de almoço), do que resultam significativos índices de sobrecarga mental e desequilíbrio emocional.

Por fim, as novas modalidades de gestão implicam que o trabalhador seja exposto a todo um conjunto de técnicas e estratégias destinadas a torná-lo o protótipo da flexibilidade, da produtividade e da polivalência, cada vez mais articulado à lógica do mercado ao incorporar o ideário das empresas, e a ser cada vez mais cuidadoso com o que realiza – uma vez que deixa sua identificação nas peças fabricadas –, numa lógica que subverte a expressão cunhada por Saint-Exupéry (1999) para *“tu te tornas eternamente responsável pela qualidade daquilo que produzes”* (Saint-Exupéry, 1999:72).

Porém, retomando-se Enriquez (1996), para quem o homem só pode tornar-se ele mesmo se quiser, por mínimo que seja, transformar a sociedade em que vive e sonhar com a utopia de uma sociedade mais justa, revigora-se a convicção de que, por mais apuradas que sejam as tentativas de cooptação do trabalhador a políticas, modelos de gestão e/ou dinâmicas peculiares ao processo de trabalho, algum espaço da subjetividade do trabalhador sempre permanecerá incapturável, possibilitando-lhe buscar a posse de seu próprio destino e de si mesmo.

## Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. (1995). *Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez.
- ANTUNES, R. (1999). *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- ARENDT, H. (1983). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- ATHAYDE, M. (2004) Psicologia e Trabalho: Que Relações?. In: MANCEBO, D. e JACÓ-VILELA, A.M. (Orgs.), *Psicologia Social: Abordagens Sócio-Históricas e Desafios Contemporâneos*. (pp. 197-218). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- BASTOS, A.V.B.B.; PINHO, A.P.M. e COSTA, C.A. (1995). Significado do Trabalho: Um Estudo entre trabalhadores inseridos em Organizações Formais. *Revista de Administração de Empresas – EAESP / FGV*, 35(6), 20-29.
- COCCO, G. (2000). *Trabalho e Cidadania: Produção e Direitos na Era da Globalização*. São Paulo: Cortez.
- COLBARI, A.L. (1996). Imagens familiares na cultura das organizações. In: DAVEL, E. e VASCONCELOS, J. (Orgs.), *“Recursos” Humanos e Subjetividade*. (pp. 208-229). Petrópolis: Vozes.
- CORIAT, B. (1994). *Pensar pelo Averso: O Modelo Japonês de Trabalho e Organização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- DEJOURS, C. (1999). *A Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- ENRIQUEZ, E. (1996). Prefácio. In: DAVEL, E. e VASCONCELOS, J. (Orgs.), *“Recursos” Humanos e Subjetividade*. (pp.7-22). Petrópolis: Vozes.
- FLEURY, M.T.L. (1989). O Simbólico nas Relações de Trabalho. In:

- FLEURY, M.T.L. e FISCHER, R.M. (Orgs.), *Cultura e Poder nas Organizações*. (pp.113-127). São Paulo: Atlas.
- FRIGOTTO, G. (1995). *Educação e a crise do Capitalismo real*. São Paulo: Cortez.
- GITAHY, L. (1994). Reestruturação Produtiva, Trabalho e Educação na América Latina. In: GITAHY, L. (Org.), *Reestructuration Produtiva y Educacion en America Latina*. (pp. 9-27). Campinas: Unicamp (IG).
- GUANAIS, M.A.B.(1995). O Trabalho e a Qualidade Total: Contribuições do Psicólogo Organizacional. *Trajetos*, 5(6), 144-160.
- GUANAIS, M.A.B. (2000). *Do Significado aos Sentidos do Trabalho: Dizeres de Sujeitos em Oficinas Protegidas*. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia. Campinas: Pontificia Universidade Católica de Campinas.
- HARVEY, D. (1996). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.
- HELOANI, J.R. (1994). *Organização do Trabalho e Administração: Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: Cortez.
- HIRATA, H. e HUMPHREY, J. (1989). Trabalhadores Desempregados: Trajetórias de Operárias e Operários Industriais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 11(4), 71-84.
- LEITE, M. de P. (1993). Novas Formas de Gestão de Mão-de-Obra e Sistemas Participativos: Uma Tendência à Democratização das Relações de Trabalho?. In: *Educação e Sociedade*, 45, 190-209.
- LEITE, M. de P. (1996). Modernização Tecnológica e Relações de Trabalho. In: FERRETTI, C.J.; ZIBAS, D.M.L.; MADEIRA, F.R. e FRANCO, M.L.P.B. (Orgs.), *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um Debate Multidisciplinar*. (pp.36-53). Petrópolis: Vozes.
- LEITE, M. de P. (1997). Reestruturação Produtiva e Sindicatos: o paradoxo da Modernidade. In: LEITE, M. de P. (Org.), *O Trabalho*

- em Movimento: Reestruturação Produtiva e Sindicatos no Brasil.* (pp. 9-30). Campinas: Papirus.
- LIMA, M.E.A. (1996). *Os Equívocos da Excelência: As Novas Formas de Sedução na Empresa*. Petrópolis: Vozes.
- LOSICER, E. (1996). A Pro-cura da Subjetividade: A Organização pede Análise. In: DAVEL, E. e VASCONCELOS, J. (Orgs.), *“Recursos” Humanos e Subjetividade*. (pp. 68-79). Petrópolis: Vozes.
- MACHADO, L.R. de S. (1994). Controle da Qualidade Total: Uma Nova Gestão do Trabalho, uma Nova Pedagogia do Capital. In: FIDALGO, F.S. e MACHADO, L.R. de S. (Orgs.), *Qualidade Total: Uma Nova Pedagogia do Capital*. (pp.11-28). Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista.
- MACHADO DA SILVA, L.A. e CHINELLI, S. (1997). Velhas e Novas Questões sobre a Informalização do Trabalho no Brasil atual. In: *Contemporaneidade e Educação*, II, (1), 24-45.
- MERLO, A.R.C. (1998). Discursos e Sintomas Sociais: Uma Reflexão sobre as Relações Trabalho e Saúde. Porto Alegre: *Educação, Subjetividade e Poder*, 5, 84-91.
- MERLO, A.R.C. (2000). Transformações no Mundo do Trabalho e a Saúde. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre – APOA. *O Valor Simbólico do Trabalho e o Sujeito Contemporâneo*. (pp. 271-278). Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- MOSCOVICI, F. (1994). *Equipes dão Certo: A Multiplicação do Talento Humano*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- OLIVEIRA, E. de. (2004). *Toyotismo no Brasil: Desencantamento da Fábrica, Envolvimento e Resistência*. São Paulo: Editora Expressão Popular Ltda.
- PAIVA, V. (1993). O Novo Paradigma de Desenvolvimento: Educação, Cidadania e Trabalho. In: *Educação e Sociedade*, 45, 309-326.

- PAGÈS, M.; BONETTI, M.; DE GAULEJAC, V. e DESCENDRE, D.(1987). *O Poder das Organizações: A Dominação das Multinacionais sobre os Indivíduos*. São Paulo: Atlas.
- POCHMANN, M. (2000). *O Trabalho sob Fogo Cruzado*. São Paulo: Editora Contexto.
- SAINT-EXUPÉRY, A. de (1999). *O Pequeno Príncipe* (Dom Marcos Barbosa, Trad.). Rio de Janeiro: Agir.
- SCHWARTZ, Y. (1990). De la Qualification a la Compétence. In: *Société Française*, 37, 19-25.
- SIMÕES, L.G. (2001). *Reestruturação Produtiva e Recursos Humanos: Tendências e Impactos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- SOUZA JÚNIOR, H. P. de (1994). Forma e Conteúdo na Construção Ideológico do Discurso da Qualidade. In: FIDALGO, F.S. e MACHADO, L.R. de S. (Orgs.), *Qualidade Total: Uma Nova Pedagogia do Capital*. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista.
- STORCH, S. (1987). Participação dos Trabalhadores na Empresa. In: FLEURY, M.T.L. e FISCHER, R.M. (Orgs.), *Processo e Relações de Trabalho no Brasil*. (pp.132-160). São Paulo: Atlas.
- TRAVERSO-YÉPEZ, M. (1999). A Falta de Ocupações Produtivas e o Trabalho Precário num Contexto Rural. *Psicologia e Sociedade*, 11(2),134-150.
- ZANELLI, J.C. (1992). *Formação Profissional e Atividades de Trabalho: Análise das necessidades identificadas por Psicólogos Organizacionais*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- ZANELLI, J.C. (2002). *O Psicólogo nas Organizações de Trabalho*. Porto Alegre: Artmed.

Maria Adelina Biondi Guanais

Rua Dr. Edilberto Luiz Pereira da Silva, 237,  
Cidade Universitária - Cep: 13.083 - 190  
Campinas - São Paulo  
Tel: (19) 3287-4612 || (19) 3287-8192  
e-mail: [mguanais@yahoo.com.br](mailto:mguanais@yahoo.com.br)

• *recebido em fevereiro de 2006.*

• *aprovado em maio de 2006.*





D O S S I Ê S



## **Apresentação**

### **Dossiê: Trabalho, Subjetividade, Política**

**Maria Inês Rosa**  
Socióloga e Livre-Docente pela UNICAMP

O tema Trabalho, Subjetividade, Política é focado no dossiê do presente exemplar. Ele nos coloca interrogações sobre a condição do Ser vivo humano – de homens e de mulheres – na qualidade de trabalhador, diante das mudanças nas mais diversas situações de trabalho, no contexto da mundialização e/ou da globalização do capital. Este último, como já apontara K. Marx, não [re]conhece fronteiras nacionais para a sua expansão e realização. Em seu movimento, desenraíza multidões de trabalhadores que vão a busca de trabalho para suprir as necessidades imediatas de suas existências. Esse movimento se generaliza e aprofunda o desemprego, em sua forma crônica, conduz à derrocada de direitos dessas multidões e daqueles que estão trabalhando, empregados ou não, direitos esses conquistados em fim do século XIX e no decorrer do século XX. Amplia-se o denominado “mercado informal” de trabalho, materialização desse movimento e dessa ausência de estatuto de cidadania.

Essas mudanças, no Brasil, se configuraram em fim da década de 70, no decorrer da de 80, e consolidou-se na década de 90, do século passado. Elas tiveram lugar, como é sabido, inicialmente no setor de produção – na fábrica –, estendendo-se paulatinamente e, sob os mesmos moldes, para os setores de serviços, seja público, seja privado. Toda a esfera do trabalho ou o “mundo do trabalho” foi abarcado por essas mudanças tendo em vista um novo governo sobre os trabalhadores fincado em um novo modo de trabalho, sob o crivo e o aprofundamento da dominância dos valores mercantis e de sua racionalidade.

Hoje, na linguagem da gerência, aquele setor é referido como “chão de fábrica”, aliás *quem* – o “sujeito” –, os protagonistas do trabalho são também assim referidos. Esse termo é nuançado por um outro, o de cliente, aportando-se para a esfera do trabalho os valores mercantis de outra esfera, a da circulação. Aí se realiza o fetichismo da mercadoria que abstrai a concretude das relações humanas na esfera do trabalho e se intercambia os lugares desses protagonistas, não mais como “*sujeito*” de sua história, que vive e trabalha nessa esfera, mas, sim, na condição

de *agente* que porta coisas, no caso mercadorias, sob a forma dinheiro e, como diria P. Bourdieu, envolvidas em mais ou menos capital cultural e capital simbólico. A transposição dos significados e valores da esfera da circulação ou da troca para a esfera ou “mundo do trabalho” só é possível porque o “sujeito”, esses protagonistas são tidos como um dos fatores da produção, podendo, assim, serem intercambiados de lugar e posto de trabalho, na fábrica e no setor administrativo da empresa e no setor de serviços. Esta intercambiabilidade se dá graças àqueles novos governo e modo de trabalho. Sob o crivo dos termos “chão de fábrica” e de “cliente”, o Ser vivo humano é representado estritamente como agente pela operação intelectual de abstração do “sujeito”, do *quem*, conforme palavra de H. Arendt, ou dos protagonistas do “mundo do trabalho, no contexto dessa intercambiabilidade, de interdependência e de interpenetração, de acordo com N. Elias, das relações sociais desse “mundo” com as da esfera da circulação. Já nessas relações dá-se a cisão na representação do Ser entre “sujeito” e agente. E, no entanto, nomear o primeiro, é, juntamente, nomear o segundo e vice-versa, pois os feitos do *quem*, na/pela linguagem são expressos e explicados em torno de seus atributos, do que tem o agente portador de coisas, que, porém, é “sujeito”. O Ser é “sujeito” e agente, concomitantemente.

Na nomeação do “sujeito” estritamente como agente ele é tido como *res* – coisa – por esse movimento de mudanças nas diversas situações de trabalho e por esse movimento de transposição e de interpenetração de valores. A dimensão subjetiva – a subjetividade – ou a manifestação da presença de um “sujeito” é subsumida as exigências desses movimentos e da racionalidade dos valores que neles predominam, os mercantis, tal como ocorreu com o movimento de configuração e de consolidação do regime de trabalho taylorista e de seu governo. Assim, a manifestação da dimensão subjetiva dos protagonistas, nas diversas atividades de trabalho que têm lugar naquelas situações, é referida pelas expressões “inteligência operária”, “saber-ser”, “saber-fazer”, “saber-aprender”, “saber-pensar”, etc. Desnecessário salientar que a manifestação da dimensão subjetiva, e a própria dimensão, são pensadas e tidas como um *dado* e, desse modo, presume-se que essa manifestação pode ser enquadrada pela linguagem ou o código gerencial, que se respalda, por sua vez, em modelos sobre o trabalho cuja herança é esse regime e governo do trabalho. Isso porque tanto o modelo sobre o trabalho deste último quanto esses modelos, que suportaram e suportam essas mudanças, consideram o trabalho também como um *dado*. Julga-se que ele pode ser plenamente circunscrito pelas normas do trabalho prescrito e da gerência visto que ele é tido como execução e não *uso* do

SER vivo humano, como um todo – “sujeito”/agente.

Nessa concepção do trabalho o Ser vivo humano é considerado exclusivamente como força de trabalho, e ela é usada pelo (e no) sistema ou modo de trabalho. Há clara cisão, de novo, do Ser. O contrário se dá com a concepção do trabalho como uso do Ser, de Si por outros (s). Ela não apresenta essa representação. O uso é do Si, em sua totalidade; é sua competência humana industriosa, nas palavras de Y. Schwartz, que é usada, e que se exterioriza de múltiplas maneiras, em função de sua convocação nesse uso que dela é feita ou no uso de Si que é feito, na situação de trabalho. No uso de si por outro dá-se, ao mesmo tempo, o uso de si por si mesmo, sem o que não há nenhuma atividade humana de trabalho. E por mais coercitivo que seja o governo sobre o Ser vivo humano, sobre o Si, no trabalho, ou seja, no uso de si por outro (s), o Si faz uso de si por inteiro: faz uso dessa competência e/ou de suas faculdades de pensamento, de linguagem e de interpretação, competência esta fundada na função epistemofílica e/ou na pulsão de saber, nas palavras de S. Freud, ou pela atividade humana mais geral, a ergológica, nas palavras daquele autor. É nesta pulsão ou atividade humana que se ancora o uso de si por si mesmo no uso de si – no uso do SI que tem lugar no trabalho. Então, o corpo-si ou o corpo-próprio, palavras de Y. Schwartz e de P. Ricoeur, respectivamente, é convocado por inteiro. Quer dizer, é o SER (“sujeito”/agente, o Si) que é convocado, e não somente o uso de sua força de trabalho comprada na esfera da circulação e utilizada na esfera do trabalho. Disso resulta a impossibilidade de enquadramento do corpo-si/corpo-próprio ou da competência humana industriosa ou daquelas faculdades pelos modelos sobre o trabalho, em torno de uma escala de atributos, aos quais, por sua vez, corresponderiam dadas competências/formações. Estas são tidas também como dados pelos modelos. Aqui, tem lugar a consideração estrita do agente que porta coisa, sendo ele mesmo, conforme salientado, tido como *res*–coisa. De novo, há, pois, a cisão do Ser anteriormente destacada.

Na busca desse enquadramento calcada na predominância da representação cindida do Ser vivo humano entre “sujeito” e agente, ancorada, por sua vez, na definição do trabalho como execução e nos valores mercantis, o político é subsumido a racionalidade capitalista e as suas exigências, que conduzem as mudanças na esfera do trabalho. Os interesses do bem comum/do bem público – do político –, juntamente com os valores sem dimensão – os valores não-mercantis – que os constituem, são abstraídos. Com isso a política, cujos procedimentos e mecanismos têm em vista a realização do político no espaço público, é instrumentalizada

à efetivação dessas exigências. Dizer dessa abstração, senão obnubilação que se efetua do político, é dizer também da abstração que ocorre com a expressão da dimensão subjetiva de cada trabalhador e trabalhadora. Visto ser esta dimensão que confere ao político e sua realização, mediante a política, os valores sem dimensão, confrontando-os com os valores quantitativos, os mercantis, que são próprios dessas exigências e racionalidade e dominantes na esfera do trabalho.

Os autores do presente dossiê abordam o tema Trabalho, Subjetividade, Política, sob o prisma dessas mudanças e desses subdimensionamentos. Numa visão multidisciplinar, consideram a esfera do trabalho ou o “mundo do trabalho”, e dela destacam o setor de serviços. O dois primeiros autores analisam deste setor o segmento público e o terceiro o privado.

M. Prezzotti, mediante levantamento minucioso da literatura e análise sobre o tema privatização dos serviços do setor público, no âmbito nacional e internacional, preocupa-se, sobretudo, com os impactos na dimensão subjetiva ou, de acordo suas palavras, com “os impactos psicossociais nos trabalhadores” desse setor, gerados pelas mudanças no trabalho. Considera esse processo – antes, durante, e após –, enquanto momentos diferenciados de vivência dos trabalhadores. A análise abarca esses impactos nos trabalhadores tanto no Brasil quanto no exterior. Ela abrange Polônia, Grã-Bretanha, antiga RDA (República Democrática Alemã), Japão e países da União Européia. É salientado que, guardadas a devidas diferenças entre cada país e contextos específicos desse processo de privatização, em todos esses países os trabalhadores sofreram impactos psicossociais expressos pelos sentimentos de medo, de insegurança, de ansiedade – tensão constante. Estes sentimentos vividos pelos trabalhadores, independente do tempo de trabalho no setor de serviços público, ganhavam cada vez mais densidade à medida em que se efetivava a política gerencial de redução do número de trabalhadores, a dispensa, conhecida por “enxugamento”; em que se impunha as mudanças no trabalho, gerando a perda de referenciais que pautavam, até então, os atos de trabalho e de convívio entre os trabalhadores. Essa política é levada a cabo mediante a total ausência de informações aos trabalhadores, os verdadeiros protagonistas da história desses atos e da historicidade do setor de serviços público. A política volta-se à realização dos interesses específicos das exigências econômicas, os de sua racionalidade, no processo de privatização, em detrimento do político – dos interesses coletivos dos trabalhadores, do bem comum –, no decorrer da transição de um modo de gestão ou de governo do trabalho para um outro. A política se efetiva como instrumento desses interesses.

E. Orban contextualiza a privatização desse setor chamando a atenção que ela se dá no contexto da “mundialização” e/ou “globalização” da economia capitalista a qual põe em causa o “Estado Providência”, o Estado do Bem Estar e a noção de interesse público ou do bem comum. Analisa esse processo debruçando-se sobre as atividades reais realizadas pelos trabalhadores dos serviços do setor público, na França. O autor ancorando-se na abordagem ergológica que pensa a problemática do “sujeito”, a partir da atividade humana e da atividade de trabalho, destaca na análise que *toda* atividade real de trabalho coloca em movimento uma dinâmica fundada em três pólos que se interpenetram, contudo um pode predominar sobre os outros e subdimensioná-los em função do debate e confronto dos valores que os constituem e, pois, dos interesses em jogo. Esses pólos são: pólo 1 – do corpo-si/ corpo-próprio ou das dramáticas de uso de si no uso *de Si* por outro (s), que têm lugar nessas atividades. Esse pólo é a própria manifestação da presença de um “sujeito”, da dimensão subjetiva de cada trabalhador/trabalhadora gerindo o uso que dele/dela é feito e se autogerindo nesse uso, em relações sociais heterônomas. Estas relações fincam-se no pólo 2 – aqui prevalecem os critérios quantitativos e mercantis de gestão/ uso do *Si* por outro (s), que constituem este uso. Ambos os pólos se confrontam, havendo um verdadeiro debate de valores, com temporalidades diferentes: de um lado, a do pólo 1, a da temporalidade pessoal, impossível de medir-se e de ser enquadrada pelos valores do pólo 2, configuradores da política gerencial, que é a da empresa, condutora das mudanças no trabalho; de outro lado, a temporalidade deste último que é a da quantificação, da contabilização, da produção do lucro (a do tempo de trabalho abstrato) na esfera do trabalho e de sua realização na esfera da troca, da circulação. O pólo 3 – o dos valores sem dimensão da *politeia*, da dimensão do *político* ou a do interesse público ou do bem comum, remetendo, de modo imediato, ao espaço público e, pois, a *política*, isto é, remetendo as múltiplas situações da esfera do trabalho e as diversas situações fora desta esfera, que, porém, com ela se interpenetram. O autor debruça-se, particularmente, na análise da dinâmica desses três pólos e da articulação entre si nas situações ou *meio* de trabalho. Efetua uma análise microscópica da atividade do trabalho real, destacando o subdimensionamento nesta articulação do pólo 1, das dramáticas do uso de si, da dimensão subjetiva, e de suas temporalidades pessoais e do pólo 3, da *politeia*. Esta articulação, como salienta, mostra a sua dimensão e as implicações sociais, política e econômicas em um espaço público, que conforme suas palavras, “não é senão um espaço político”.

M. Bernardete F. de Macêdo considera a pesquisa que realizou e

que está em sua segunda fase de campo. Debruça-se no tema precarização do trabalho no setor de serviços privado, tomando como universo de pesquisa um hotel na França e, aí, o trabalho real das camareiras, todas imigrantes. Destaca que a sobrecarga de trabalho se densifica, por ocasião da greve de transporte nesse país, em 1995, e da vaga de atentados nessa época, devido a redução drástica do número de trabalhadoras. Esta redução tem lugar em decorrência da suspensão de reservas por parte de clientes habituais e não-habituais. É salientado, todavia, que mesmo fora desse contexto a sobrecarga de trabalho é contínua e se dá junto com o “trabalho precário”, e fundada numa organização social e técnica que põe a luz a chamada flexibilidade do trabalho. O corpo-si/corpo-próprio sofre. É ele penalizado e discriminado, quer em virtude das condições de trabalho penosas, quer em virtude da “cor da pele” e da condição de imigrante das trabalhadoras. A penalização do corpo-si se dá devido a realização de atividades penosas que o conduz a se submeter a gestos e a movimentos não só repetitivos mas a contorções cujas posições são dolorosas e incômodas, para a realização dessas atividades. Estas se dão num tempo exíguo pois a cada trabalhadora é imposto um tempo mínimo, além de se submeter as exigências da clientela. É ressaltado que no “trabalho precário” do posto de trabalho de camareira “se acumulam desvalorização social e econômica”. Essa situação de vida e de trabalho aparece como “natural” e não como construção daquelas organizações que, por sua vez, se fundam numa divisão social e sexual do trabalho. Essas condições se apresentam na ocupação do posto de trabalho de camareira. As atividades deste posto são ocupadas, estritamente, por mulheres, não somente devido a sua caracterização enquanto atividades domésticas mas pelo fato de estas últimas, no hotel, serem realizadas por mulheres de “cor de pele” não-branca e imigrantes. Estes aspectos são tidos como “naturais” para justificarem a destinação de atividades repugnantes e baixos salários e o não estatuto dos direitos do trabalho para essas trabalhadoras. Como pontua a autora, são segregações sexuais, sob aquelas organizações social e técnica, nesse momento do capitalismo “mundializado”. São também segregações políticas banindo as trabalhadoras do espaço público, na esfera do trabalho e fora dele. O político que [re]questiona essas segregações e aquelas organizações é subsumido aos interesses dessa desvalorização que se movimenta pela temporalidade e valores do econômico. E não obstante, no contexto da greve e da vaga de atentados que agudizam o caráter “precário” do trabalho das trabalhadoras camareiras, o político se fez presente na rede de solidariedade que se estabeleceu entre elas e os trabalhadores de outros postos de trabalho, no intento mesmo de



contra-atacar esse caráter que penaliza o SER por inteiro, os corpos-si e restituir, no espaço do trabalho o político e, junto, como diria H. Arendt, “a dignidade da política”, com vista ao bem comum.

Maria Inês Rosa

São Paulo, 30 de novembro de 2005.

Maria Inês Rosa

e-mail: [mirosa@uol.com.br](mailto:mirosa@uol.com.br)

• *recebido em novembro de 2005.*

• *aprovado em maio de 2006.*



---

## L'espace public. Individu, marché et politeia

Edouard Orban

Maître de Conférence associé temporaire au Département d'Ergologie, Université de Provence.

### Résumé

La « mondialisation » de l'économie, la mise en cause de « l'État Providence », l'exigence d'une individualisation des services, ... interrogent les services publics et par là même la notion d'intérêt public (ou général). L'appréhension de ce qui se joue dans les activités de travail permet d'aborder cette notion, tel est l'objet du présent écrit. Selon l'approche ergologique toute activité met en mouvement une dynamique : des dramatiques d'usage de soi - des critères quantitatifs de gestion et marchands - des valeurs non-dimensionnées de politeia. Cette dynamique montre d'une part que l'absence d'articulation entre ces trois dimensions (lorsque l'un des pôles est sur-dimensionné) génère toutes sortes de crise, d'autre part qu'à l'inverse leur articulation engendre une transformation de chacun d'eux et de leur ensemble.

Ceci nous conduit dans une dernière partie du texte à montrer que l'expression de cette articulation prend toute sa dimension dans un espace public qui n'est autre qu'un espace politique. Historiquement les services publics parce qu'ils ont comme rôle d'assurer l'intérêt public ont le devoir d'affirmer institutionnellement l'articulation dynamique de ces trois dimensions qui *versus* usager sont : ses besoins, la satisfaction du consommateur, les droits du citoyen. En guise de conclusion, revenant sur la démarche, nous constatons que l'interrogation des activités de travail exige une posture méthodologique qui n'est pas sans conséquence sur un positionnement épistémologique et éthique.

### Mots clés

Activité, singularité gestion valeurs, intérêt et service public.

## **Public environment. Individual, market and politeia**

### **Abstract**

Globalisation of the economy, the question of the Welfare state and the need for an individualisation of services question public utilities and beyond the concept of public welfare itself. An analysis of the apprehension noticeable in the working activities allows to discuss this question and is the object of the present paper. In ergology, any activity is source of a dynamic: dramas of self usage, quantitative managerial and marketing criterions, intangible of “politeia”. One observes on one hand that this dynamic shows that the absence of articulation between those three dimensions (in case of strong polarization of one of those) causes all sort of crisis. On the other hand, one shows that the coupling between those three dimensions generates a change of each of them separately and all together. This leads us to demonstrate in the last part of the paper that the expression of this articulation reaches all its importance in a public environment that is nothing else than a politic environment. Historically, public utilities, which the goals are to secure public welfare, must assert the institutional existence of this dynamic articulation, translated for the users in needs, satisfaction and citizen rights. In conclusion, looking back to the approach, one observes that the question of work activity requires a methodological position that is not consequences free on the epistemological and ethical position.

### **Key words**

Activity, singularity, welfare, public utilities.

## O espaço público. Indivíduo, mercado e politeia

### Resumo

A “mundialização” da economia, a colocação em causa do “Estado Providência”, a exigência de uma individualização dos serviços, .... interrogam os serviços públicos e, conseqüentemente, a noção de bem estar público (ou geral). A apreensão do que ocorre nas atividades de trabalho permite a abordagem desta noção, tal é o objeto do presente artigo. Segundo a abordagem ergológica, toda e qualquer atividade coloca em movimento uma dinâmica: as dramáticas de uso de si, critérios quantitativos de gestão e mercantis, e valores não-dimensionados de politeia. Esta dinâmica mostra, de uma parte, que a ausência de articulação entre estas três dimensões (porque um dos pólos é super-dimensionado) gera toda sorte de crise; de outra parte, que, ao contrário, sua articulação engendra uma transformação de cada um dos pólos e de seu conjunto. Isto nos conduz, na última parte do artigo, a mostrar que a expressão dessa articulação ganha toda a sua dimensão no espaço público que não é senão um espaço político. Historicamente os serviços públicos, porque eles tem como papel assegurar o bem estar público, têm o dever de afirmar institucionalmente a articulação dinâmica dessas três dimensões, que voltadas para os usuários são: suas necessidades, satisfação como consumidor, e direitos do cidadão. À guisa de conclusão, retomando a abordagem ergológica, nós constatamos que a interrogação das atividades de trabalho exige uma postura metodológica que tem conseqüência no posicionamento epistemológico e ético.

### Palavras-chave

Atividade, singularidade, gestão de valores, bem e serviço públicos.

La logique d'une mondialisation orientée vers une marchandisation de tous les biens a, parmi ses nombreuses conséquences, comme effet de mettre la question du bien commun, au centre des préoccupations des populations sur les différents continents. Celles de Bolivie qui ont engagé une lutte contre la privatisation de l'eau ; celles du Japon, dont le refus du projet de privatisation de la poste a conduit la majorité parlementaire à se prononcer contre son Premier ministre contraignant celui-ci à dissoudre l'assemblée ; celles de France, refusant majoritairement dans un référendum le projet de Traité Constitutionnel Européen jugé trop aligné sur la logique marchande<sup>1</sup>... Ainsi la volonté d'étendre le marché géographiquement comme à tous les biens a le mérite de rappeler que malgré une grande diversité des champs concernés, des formes juridiques, des modes d'organisation et de gestion, ce que l'on appelle les « services publics », compris ici dans un sens large, recouvre une universalité de la question de l'intérêt public.

Pour autant l'orientation promue par l'Organisation Mondial du Commerce (OMC), notamment à travers l'Accord Généralisé sur le Commerce et les Services (AGCS)<sup>2</sup> n'est pas la seule responsable de la mise en question des services publics. Les limites de la production de masse de type fordiste, au profit d'une économie de la diversité revendiquée par les consommateurs contribuent à repenser ces services particulièrement en ce qui concerne le traitement égalitaire des usagers. Il convient d'y ajouter des évolutions technologiques, telle celle de la téléphonie mobile, qui modifient les monopoles naturels. On appelle monopole naturel, tout monopole fondé sur le fait que la concurrence coûterait plus cher que ce qu'elle rapporterait par exemple construire deux lignes de chemin de fer ou deux routes côte à côte. Enfin des critiques sur l'efficacité, le rôle des services publics dans le maintien voire l'accentuation des inégalités ou de l'assistanat ont contribué par leurs charges à ces mises en causes (*Orban, 2004: 89-92*).

Mais parce que ces services « rencontrent des conceptions profondes de la vie en société » (*Truchet, 1999: 362*), ces mises en causes se heurtent à des résistances, résistances des populations, résistances des salariés comme nous venons de le voir.

La question est ainsi de répondre aux deux exigences exprimées : préservation, voire développement des services publics en même temps que leur adaptation aux évolutions des besoins et des droits, aux développements technologiques, aux modifications de l'environnement notamment du marché, ... Dans un contexte européen nous avons constaté que tenté de répondre à cette question, notamment en voulant prendre en compte la spécificité de ces services, ne pouvait se faire par les entrées

des statuts juridiques des entreprises ou des personnels, du mode de gestion, des produits ou services rendus... ; seul le rapport de ces services avec l'intérêt public, qui *in fine* définit leur rôle, offrait cette porte d'entrée (Orban, 2001). Ceci se vérifie encore davantage dès lors que l'on tente de les penser dans un cadre international ou la diversité et à la singularité des situations s'impose et que malgré tout une commensurabilité des droits (santé, éducation, liberté, travail...) s'affirme. Mais le problème ne fait que reculer, qu'est ce que l'« intérêt public », que recouvre-t-il ? Pour les penseurs du politique, notamment de ce qu'il est convenu d'appeler « l'État de droit », la notion d'« intérêt public » s'impose comme incontournable dès lors que l'on réfléchit aux exigences du « vivre ensemble ». Elle n'est pas autre chose que la pensée du lien de la diversité des personnes, des intérêts singuliers avec la nécessaire acceptation d'une loi commune, d'une universalité qui, comme le remarque J.-J. Rousseau, est une des conditions qui permet de réparer les inégalités entre les hommes engendrées par cette diversité. Mais si ces penseurs confirment la nécessité d'un universel, son expression et donc pour part sa réalité sera diverse selon les époques, l'environnement social, leur culture et système de pensée. Hobbes le nomme « souveraineté », Locke « bien commun », Rousseau parle de « volonté générale », pour les utilitaristes se sera l'« intérêt général », la « Raison » chez Hegel et si l'on suit Petrella (1997) la culturelle dominante actuelle se revendique comme une culture de conquête – le monde réduit à une série de marchés à conquérir (si l'on ne conquiert pas on est conquis) et comme une culture de l'outil – ce qui compte ce n'est pas l'homme (qui est un coût) mais l'efficacité de l'instrument (que peut être d'ailleurs l'homme). Il n'est pas étonnant alors qu'« une économie de marché ouverte où la concurrence est libre » soit énoncée dans le préambule du Traité<sup>3</sup> (1957) initiant la construction de l'Union européenne comme ce qui promeut « un développement harmonieux et équilibré des activités et le bien-être des citoyens » (1957: *Préambule, arts.2 et 3*). Ainsi si l'intérêt public est une notion qui s'impose, son contenu s'avère éminemment polémique. *Hic Rodus, hic salta!*: «C'est ici Rhodes, saute ici », rappelle (Schwartz, 2000) que c'est «une formule tirée d'une fable d'Esoppe, où un vantard, évoque entre autres à ses concitoyens un saut prodigieux qu'il a effectué à l'île de Rhodes. Un auditeur lui fait alors remarquer qu'ils sont justement à Rhodes, et que l'occasion lui est donnée de crédibiliser ses prouesses » (Schwartz, 2000: 647, note 9). Pour qui veut réfléchir aux « services publics » mais à chaque citoyen également il est exigé de sauter ici. Ce saut dans le débat sur l'intérêt public, nous proposons de le faire à partir d'une réflexion sur les activités de travail.

Notre expérience de salarié d'un service public, nous y pousse. Elle nous a appris que ce travail interpelle à tous moments des débats sur l'intérêt public. Pourquoi les agents de tel bureau, cherchent collectivement la solution la moins onéreuse pour l'expédition d'un courrier alors que la direction incite fortement à vendre des « prêts à poster » plus chers? Lors de retrait d'argent au guichet, faut-il prioriser la confiance avec l'usager connu ou respecter la réglementation qui exige la description des papiers d'identité? Pourquoi le « Chef d'établissement – vendeur » et le « Conseiller financier » s'accuse mutuellement d'être « vendeur » alors que tous les deux sont soumis à des objectifs de placement de produit financier? Cette accusation de « vendeur » est en soi intéressante, elle montre que la notion de vente n'est pas encore portée par les postiers. Pour l'infirmière s'agit-il de soigner une maladie en appliquant strictement les prescriptions médicales ou de guérir un malade en tentant de lui faire retrouver son autonomie, en prolongeant si besoin est la durée du séjour? L'agent des allocations de chômage doit-il radier tel chômeur comme il le lui est prescrit ou va-t-il prendre en compte la situation qui a entraîné le non respect des règles par le chômeur? Cette thématique sur les valeurs en jeu dans le travail a trouvé écho dans l'enseignement et la recherche menés au sein du Département d'ergologie – Analyse Pluridisciplinaire des Situations de Travail (APST) de l'Université de Provence<sup>4</sup>. Ces valeurs, qui s'invitent dans toutes les activités, sont des valeurs individuelles, collectives, sociétales portées pas les protagonistes de ces activités. Ainsi à l'inverse de l'invitation que Taylor adressait aux salariés « de laisser leur âme au vestiaire », l'approche du travail que développe ce département montre que tout producteur ne cesse, au contraire, d'y faire appel dans son travail; il n'y a pas de césure entre ce qui se joue dans le travail et hors du travail (*Urban, 2004: 24-27*). Partant de l'activité de travail, la première partie de ce texte, présente ce jeu des valeurs ou comment toute activité est un espace de débats de normes engendré dans et par la dynamique du travail. La seconde partie s'attardera sur les caractéristiques de la dynamique propre à cet espace, sur les conditions requises pour que celle-ci fonctionnent correctement. Enfin à la lumière de ce qui précède le lien entre la notion d'espace politique et l'institutionnalisation des services publics sera rapidement interrogé. En guise de conclusion nous conforterons cette réflexion par quelques raisons épistémologiques et méthodologiques.



## 1. L'espace de débats de normes engendré dans et par les activités de travail

« L'espace de la politique est circonscrit dans nos sociétés entre trois pôles. Le pôle 1 des gestions ou des dramatiques du travail creuset de négociations des normes, du retraitement des valeurs ; le pôle 2, des gestions et décisions orientées par les valeurs comptables et marchandes ; le pôle 3, des organes de la démocratie – [...] de la fabrication des lois et du droit - auquel délégation a été donnée d'œuvrer pour les et le bien(s) commun(s). Chacun d'entre eux a sa logique, sa temporalité propre mais qu'on sous estime les circulations, les équilibres dynamiques, les tensions dialectiques qui les nouent séparément où l'un en face des deux autres et l'on génère toutes sortes de crises, dont d'abord celle du politique » affirme Schwartz (2000: 688-705). Que faut-il comprendre par là ?

Il est pertinent, ici, de faire appel à l'expérience que chacun a de ses propres activités, activités entendues au sens large – ce qui fait dans le quotidien notre rapport au monde : l'activité de travail, de sport, de cuisine... L'analyse part des activités de travail mais où commence et s'arrête le travail si l'on accepte de l'interroger dans toutes ces dimensions : historiques, sociales, géographiques, ... ?

- Toute activité repose sur deux fondements (Schwartz, 1988). Le premier, ce sont les savoirs antécédents, les savoirs disciplinaires, formalisés transmis par l'éducation, par les différents collectifs. Ces savoirs relèvent du registre de la norme et de la prescription. L'autre source, c'est l'expérience. Expérience en ce qu'elle se réfère à la situation concrète dans laquelle s'exerce cette activité ; situation à chaque fois singulière, particulière. Au guichet, le client présent n'est pas le même que celui qui le précède, il est différent de celui qui le suivra. Plus encore, durant la relation de service elle-même la situation évolue – notamment parce qu'une co-construction du service s'établit avec ce client (Hubault, 2002 & Zarifian, 2001). Dans un atelier, l'ouvrier travaille avec un outil qui s'use, des matières premières qui ne sont jamais identiques, l'environnement est changeant... Ainsi dans l'activité, l'homme est à chaque fois face à des situations singulières même si les variations ou la variabilité (Lima, 2002) sont infinitésimales ; il est ainsi sans cesse contraint à s'adapter, innover, anticiper ; « travailler, gérer » dit Schwartz (1992: 39-41; 2000: 434). Ceci vaut aussi dans le sport. Malgré ou grâce à la répétition plusieurs milliers de fois du « même » geste à l'entraînement, lors du jeu, face à une situation forcément inédite à chaque instant, le compétiteur est dans l'obligation d'adapter,

d'innover, d'anticiper bref de « gérer » ce geste. Le cuisinier ne fait pas autre chose lorsqu'il élabore un plat, etc.

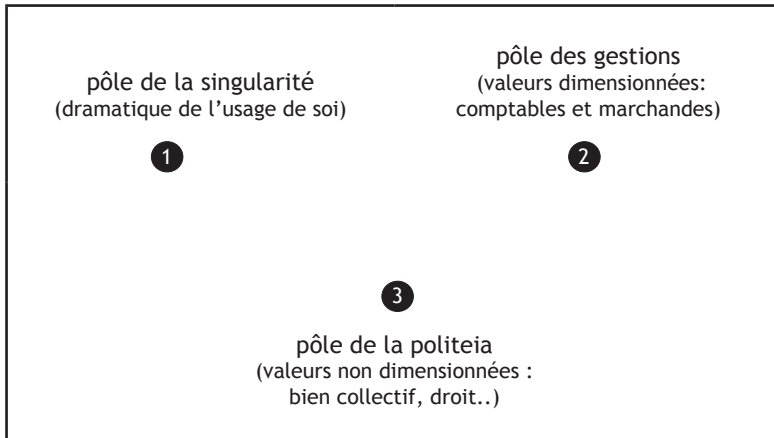
Selon une approche différente, G. Canguilhem exprime également la singularité et la gestion à chaque moment renouvelée par l'activité. Contrairement à ce qu'avançaient les *béhavioristes*, pour ce philosophe-médecin, le vivant ne fait pas que réagir à des *stimuli* mais choisit dans le milieu ce qui lui convient. Si c'est vrai pour une amibe, cela l'est *a fortiori* pour l'humain. Pour lui « *tout homme veut être sujet de ses propres normes* » (Canguilhem, 1945: page 135). Ainsi dans *Le normal et le pathologique* (Canguilhem, 1966) il définit la bonne santé, non pas comme le respect de normes (norme de température, de pulsations cardiaques, de tension artérielle) mais comme la recherche d'un équilibre sans cesse renouvelé, de son équilibre ; la propre norme que le vivant se donne comme équilibre qui lui permet d'être en santé. La maladie survient à partir du moment où est abandonnée, arrêtée cette « renormalisation », à partir du moment où le virus, la vieillesse ou la fatigue dominant et que l'on arrête de se battre. Il est important d'insister sur cette nécessité de renormalisation de l'homme comme condition de son existence. À Taylor qui dans ses premières méthodes de direction des ateliers décrétait aux ouvriers : « *On ne vous demande pas de penser* », Canguilhem répond par cette très belle phrase : « *il est évidemment désagréable que l'homme ne puisse s'empêcher de penser souvent sans qu'on le lui demande et toujours quand on le lui interdit* » (Canguilhem, 1945: 125).

- Cette gestion de la singularité et renormalisation qui engage chaque sujet en activité dans une dramatique d'usage de soi, s'exprime dans un contexte, dans un environnement dimensionné. Dans nos sociétés dominées par le mode de production capitaliste, les normes, les valeurs dimensionnées sont celles de la gestion et de l'économie de marché. Celles-ci sont connues dans le monde du travail à travers des indicateurs de productivité, de placement de produits, de délais d'attente, etc. Notion de quantité, d'économie qui joue également dans les activités autres que le travail. Le sport ou la cuisine sont eux aussi soumis à des critères dimensionnés de gestion, voire même financier<sup>5</sup>.

Ces dimensions participent des normes qui s'imposent aux sujets en activité. Chaque sujet doit alors les faire siennes au sens de s'en emparer et les renormaliser. En effet la circulation entre les deux pôles (sujet sin-

gulier – valeurs dimensionnées) pose de nombreuses questions, invitent à débattre (souvent avec soi-même et de manière furtive) et à choisir (souvent implicitement) entre quantité et qualité, entre sécurité et productivité, entre travail individuel ou collectif, entre application des règles et procédures ou transgression, etc. Cet état, ces choix sont sans cesse posés.

- Ces choix se réfèrent à des valeurs qui sont les valeurs singulières de la personne, de son histoire personnelle mais aussi des valeurs des collectifs auxquels il appartient et plus largement du collectif formaté par les lois et le droit, le collectif national mais aussi des valeurs qui font parties du patrimoine de l'humanité. Cette guichetière d'un bureau de Poste placé en zone urbaine sensible conçoit son travail un peu comme celui d'une assistante sociale; elle cherche à connaître individuellement les usagers, elle ne vérifie pas leur identité, elle prend du temps y compris en dehors de son temps de travail pour les aider dans des démarches administratives.... A ses côtés, son collègue, se conçoit plus comme un éducateur civique. L'apprentissage du respect de la réglementation en est le premier aspect : il exige la présentation des papiers d'identité à toutes les opérations, cela relève aussi d'une égalité de traitement des usagers ; il renseigne sur la réglementation mais à chacun d'entamer les démarches. Cette différence de traitement, au nom du service public pour les deux, engendrent l'incompréhension des usagers (pourquoi une présentation d'identité ici et pas là ? pourquoi une démarche menée ici et pas là ?) et donc des tensions dans le bureau. Cet exemple souligne l'importance du débat des valeurs dans le travail. Ces valeurs non dimensionnées sont celles du pôle politique compris au sens large de *politeia* dans lequel s'inscrivent plus précisément celles portées par les institutions politiques.
- Les activités sont circonscrites en même temps qu'elles définissent l'espace de débats de normes dans une circulation entre ces trois pôles ou dimensions<sup>6</sup>. Ceci justifie l'absence de césure entre les activités aux quotidiens, les rapports au politique et aux valeurs dimensionnées de l'échange. Dans et par les activités ces trois dimensions présentent une forme de continuité même si chacune doit conserver sa propre logique et temporalité, comme nous allons le voir :



## 2. Les caractéristiques de la dynamique de circulation entre ces trois dimensions

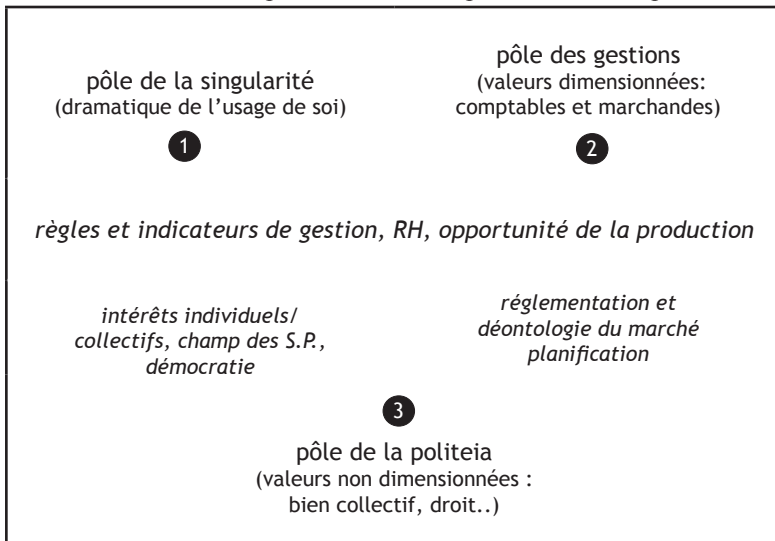
a) **Plus que les trois pôles, leur articulation est importante.** Plus que chacune des dimensions prises séparément, ce qui se joue sur les axes qui les relient (c'est-à-dire leurs articulations) détermine cet espace. La circulation entre ces dimensions doit être vue d'une manière résolument dynamique. Nous avons vu que dans l'articulation entre le pôle de la singularité et le pôle de l'économie se jouaient des choix entre quantité/qualité, sécurité/productivité... Cet axe est celui des règles et des indicateurs de gestion, des règles des Ressources Humaines (RH), d'opportunité de la production ou du service telles qu'elles se pratiquent concrètement non pas telles qu'elles sont prescrites. Un usager percevant une petite pension versée à date régulière vide son compte dès sa réception. Il vient cependant tous les jours demandé l'état de son compte. Tous les jours les guichetiers vérifient, ce qu'ils savent déjà, à savoir que le compte est vide. Servi par une nouvelle embauchée, celle-ci fait comprendre à cet usager que ce n'est pas la peine de revenir le lendemain puisque sa pension ne sera versée qu'à la date prévue. En même temps qu'elle explique ceci, elle perçoit un regard foudroyant de la guichetière voisine. Cela suffit pour qu'elle se reprenne : « excusez moi [...] on ne sait jamais [...] Allez, au revoir, à demain » (*Hanique, 2002: 263-265*) Entre une efficacité managériale qui cherche à réduire le nombre de visite (non rentables) aux guichets

et la compassion (?) que provoque ce vieillard s'interpose une valeur portée par tout le collectif : celle du respect de la dignité et de l'égalité – il n'appartient pas au guichetier de discriminer un usager.. Ce qui se joue sur cet axe convoque (en même temps qu'il le modifie), le pôle 3 celui des valeurs non dimensionnées: la sécurité et la santé au travail, les règles du droit du travail,...

L'axe qui relie la singularité (1) au politique (3) est celui où se joue la démocratie, notamment le rapport entre les intérêts individuels / intérêt collectif, l'accès aux droits rendus par les services publics,... Les tensions qui se jouent sur cet axe ne peuvent faire l'économie des valeurs dimensionnées du pôle 2. Il ne peut y avoir de démocratie lorsque l'économie est obsolète. « Ventre creux n'a pas d'oreilles » dit le proverbe. Condition nécessaire mais pas suffisante, les accès aux droits sont tributaires du développement économique du territoire concerné. L'histoire des débats sur les services publics montre que la dimension économique est toujours prise en considération<sup>7</sup>.

Sur le dernier axe, où se nouent les tensions entre le pôle des valeurs dimensionnées (2) et celui des valeurs non-dimensionnées (3) se joue les questions relatives à la régulation du marché, la surveillance de la qualité des produits, l'intervention planificatrice, etc. Il est évident que ces tensions doivent être interpellées par les singularités au risque d'aboutir en l'absence de cette considération, à des mesures inadéquates ou à un système bureaucratise inadéquat aux attentes des populations.

Pour les services publics, le tableau précédent se complète ainsi:



Ainsi donc loin d'être statique cet espace se joue dans une circulation dynamique entre les trois dimensions ou pôles tels qu'ils viennent d'être définis.

**b) Que l'une des dimensions soit ignorée ou surdimensionnée.**

Ce qui revient au même, – **génère** toutes sortes de **crises**, dont celle du politique. Nos sociétés sont marquées par une dimension économique qui tente de surdéterminer, voire d'imposer son unilatéralité sur les autres dimensions en s'affirmant comme une sphère autonome<sup>8</sup>, en considérant que tout doit être marchandise soit en spatialité – l'ensemble du monde est concerné, soit en étendue – tous les biens: le corps humain, les organismes génétiquement modifiés (OGM), l'élevage intensif avec la crise de la vache folle, etc. Tout doit être marchandise, tout doit être régit par des indicateurs de rentabilité. Ce point de vue unilatéral engendre de multiples crises. Se profile une société qui sépare les inclus (les personnes solvables ou employables, qui peuvent profiter du marché ou contribuer à sa production) des exclus (non solvables ou employables, parfois même les vieux) qui, au mieux, peuvent profiter de la charité<sup>9</sup>. Les conséquences de cette autonomisation, le refus d'une prise en considération de la circulation avec les dimensions de la personne dans sa singularité et du politique, sont analysées de manière magistrale par K. Polanyi, économiste anthropologue historien de l'économie, dans *La grande transformation – Aux origines politiques et économiques de notre temps* publié en 1944 à la sortie des fascismes qui sévissaient en Europe. Présentant ce travail il dira : « Le système du marché a violemment déformé nos vues sur l'homme et la société ; ces vues déformées se révèlent être l'un des principaux obstacles qui empêchent de résoudre les problèmes de notre civilisation » (*Polanyi, 1983: 13*). Définissant la marchandise comme un bien reproductible, considérer la terre, le travail et la monnaie comme des marchandises relève d'une fiction. En effet, la première n'est pas reproductible à l'infini, ses ressources ont besoin d'être protégées. Le second a besoin d'être ménagé lui aussi et d'autre part, comme l'a montré Marx (1957), le travail n'est pas une marchandise, ce qui est acheté/vendu c'est la force de travail quantifiée en temps ou en objectifs. « Le travail est l'autre nom de l'activité économique qui accompagne la vie elle-même – laquelle, de son côté, n'est pas produite pour la vente mais pour des raisons entièrement différentes » (*Polanyi, 1983:107*)<sup>10</sup>. Enfin la troisième

est artificielle puisqu'elle repose uniquement sur une convention. Ces fictions nécessaires au marché ne sont pas soutenables; le marché ne peut « diriger seul le sort des êtres humains et de leur milieu naturel » (*Polanyi, 1983:108*). Dès lors que l'économie de marché s'affirmait et fonctionnait de manière autonome, autorégulé s'extirpant des institutions démocratiques elle permettait l'avènement du fascisme qui, selon K. Polanyi<sup>11</sup>, était la réponse d'autonomie politique à l'autonomie du marché. De ceci deux leçons sont à tirer. D'une part l'unilatéralité d'un pôle, ici économique, produit des crises. Citons encore l'économiste : « Notre thèse est que l'idée d'un marché s'ajustant lui-même était purement utopique. Une telle institution ne pouvait exister de façon suivie sans anéantir la substance humaine et naturelle de la société, sans détruire l'homme et sans transformer son milieu en désert. Inévitablement, la société prit des mesures pour se protéger mais toutes des mesures, quelles qu'elles fussent, compromirent l'autorégulation du marché, désorganisèrent la vie industrielle et exposèrent ainsi la société à d'autres dangers. Ce fut ce dilemme qui força le système du marché à emprunter dans son développement un sillon déterminé et finit par briser l'organisation sociale qui se fondait sur lui » (*Polanyi, 1983: 22*). D'autre part à partir du moment où l'un des pôles s'affirme de manière unilatérale et refuse les articulations avec les autres pôles, ceux-ci fonctionnent de la même façon, unilatéralement. Prenons l'exemple de la conception de l'individualisme, qui trouve des justifications dans l'individualisme méthodologique issu des théories économiques de l'offre et de la demande, de l'action rationnelle d'individu pris isolément (*Caillé, 1995*). Cet individualisme exacerbé est coupé des autres articulations. Or pour Habermas (*1962*), cet individu n'est pas « une personne » au sens de sujet, ce n'est pas sa singularité qui s'exprime ; c'est un individualisme massifié, grégaire pour lequel l'important c'est d'être avec les autres et peu importe ce que l'on fait avec les autres. Cet auteur montre que la personne se construit dans le débat public ; débat public sur les valeurs qui font société. Sujet et collectivité sont réciproques ; la personne et l'altérité se nourrissent mutuellement, contrairement à l'individualisme qui écarte les autres articulations.

**c) L'articulation dynamique est transformatrice de chacun de ces pôles.** Il convient de respecter la propre logique et temporalité de chacune des dimensions, condition, comme on vient de le voir,

du développement de chacune d'entre elles. Condition nécessaire mais insuffisante ; car il convient aussi de les penser dans leurs circulations, articulations. On s'aperçoit alors que chacun des pôles se transforme. Reprenons la dimension économique, dès lors qu'elle est interrogée par le droit, par le bien commun ou par la prise en compte de la personne, elle est mise en question en tant que telle. Cela n'aurait pas de sens de refuser ou de négliger la dimension économique, ni même l'économie de marché que l'on sait bien antérieure au mode de production capitaliste ; il s'agit de remettre l'économie dans la société, l'imbriquée dans le tissu social, bref de penser les articulations. Apparaissent ainsi d'autres formes d'échange. Celui réglé par le prélèvement et la re-distribution, dont relève les services publics ou les systèmes de protection sociale par répartition. Cette forme existait déjà dans la société assyrienne d'Hammourabi (*Barrère, 1991: 70*) ou existe encore dans l'organisation de travaux collectifs de villages comme aux Comores (*Nouroudine, 2001*)<sup>12</sup>. Mais aussi l'économie du don développée par Marcel Mauss, économie du don qui fait partie de nombreux échanges dans notre vie quotidienne, dont il ne faut pas écarter l'importante quantité de travail gratuit, bénévole ou ménager, qui relèvent pour part de l'échange de dons. Ces approches différentes mettent en question le pôle économique tel que l'économie libérale l'entend et permettent d'y associer d'autres formes qui peu ou prou la transforme.

Autre exemple. Penser les articulations autorise à donner un avis dans les débats qui affectent le droit et de proposer un point de vue sur son évolution. Le droit comme « système de règles [...] énoncées et appliquées [...] organisant au nom de certaines valeurs, un ordre et une logique de régulation sociale » (*Miaille, 1990, citée par Noël, 2004: 9*)<sup>13</sup> fait partie de la dimension de la politeia (3). Deux conceptions parmi de nombreuses autres s'opposent sur sa formalisation et sa lecture. D'un côté le droit est affirmé comme autonome. Il l'est, soit par la prescription de normes juridiques qui ne tirent leur validité que du droit lui-même, soit parce qu'il n'émet que des principes abstraits, généraux qui n'ont pas à se soucier des situations concrètes où ils s'appliquent. La première configuration est portée par Kelsen, l'un des représentants les plus rigoureux. Pour lui le droit est un droit positif reposant sur une rationalité spéculative. De la théorie du droit doivent être expurgées toutes considérations étrangères telles que les notions de justice, de morale ainsi que toutes



considérations empiriques. Une « norme fondamentale » posée comme un « axiome » (qui n'est ni vrai ni faux mais valide ou non) fonde le droit qui en découle suivant une rationalité juridique. Noël (2004: 346) note qu'ici, le droit est de l'ordre de l'obligation et que l'attribution des droits est secondaire. Dans ses conséquences, cette conception n'est pas éloignée de celle des tenants du libéralisme (la deuxième configuration) à l'enseigne d'Hayek. Ici, le droit doit rester dans des règles abstraites, formelles ... car elles seules peuvent prétendre à l'universalité. « Ce qui dépend de circonstances matérielles ne peut relever de règles générales » (Hayek, 1983, cité par Supiot, 1994: 205). C'est pourquoi pour ce courant, le droit du travail qui intervient sur la nature des contrats, les règles de sécurité ; la définition d'un salaire minimum, les droits syndicaux est un non-sens, ceci relève au mieux de la négociation collective. Les conséquences sont identiques à la position défendue par Kelsen. Comme pour ce dernier, la « justice sociale » est un « mirage », un « vocable vide de sens et de contenu » (Supiot, 1994 : 207). « Les libéraux sont partisans des droits «de» non des droits «à» » affirmait devant la presse, le ministre néo-libéral Alain Madelin (1996). Dans sa tour d'ivoire, le droit n'a pas à entretenir de relation avec les deux autres pôles et par-là même il accorde à l'économie l'autonomie dénoncée ci-dessus.

De l'autre côté, à l'opposé de cette conception, l'interprétation sociologique de l'ordre juridique, voit le droit dicté par le poids des forces sociales, « des circonstances matérielles » pour reprendre la formule d'Hayek. Dans sa Préface de la *Critique de l'Economie Politique* K. Marx écrit : « Mes recherches aboutirent à ce résultat que les rapports juridiques, - ainsi que les formes de l'Etat, - ne peuvent être compris, ni par eux-mêmes, ni par la prétendue évolution générale de l'esprit humain ; mais qu'ils prennent au contraire leurs racines dans les conditions d'existence matérielle [...] » (MARX, 1972: 4). Le « communisme réel » tirera de cette analyse de Marx, que le droit est un instrument de la bourgeoisie, et dès lors que sont supprimées les bases objectives de subordination alors « il n'est plus nécessaire de construire puis de masquer de réels rapports de pouvoir par des rapports juridiques d'égalité » (Michel, 2001: 29). Comme l'indique Supiot (1994), notamment à propos du droit du travail, dans les pays du bloc soviétique, le droit devait être remplacé par la légalité de l'économie, l'idéalisme juridique devait être remplacé par la science socio-économique. Si l'on tire le bilan du libéralisme pour lequel il ne saurait y avoir d'articulation entre des dimensions qui sont conçus comme autonome (droit, économie, singularité) et du communisme pour lequel les dimensions de droit, de singularité se subsument sous celles

de l'économie « scientifique », il convient de constater : qu'« au-delà de leurs oppositions manifestes, les projets de dépérissement du droit et de délégalisation ont en commun le rêve d'un monde du travail pacifié où chacun accepterait sans regimber la place qui lui est assignée par la main invisible du marché ou par la main visible d'une planification intégrale. Utopie d'un ordre sociale où la domination ne générerait pas de tensions et pourrait s'exercer sans histoires. Derrière ces rêves se profile toujours le cauchemar de la violence nue » (*Supiot, 1994: 212*).

Ici encore l'analyse de l'activité de travail est riche d'enseignements. Dans son rapport au droit, cette analyse montre que l'activité de travail exige l'articulation des trois dimensions. Le droit du travail n'est-il pas le fruit de la résolution de la contradiction fondamentale entre l'affirmation du travailleur sujet de droit - contractant libre et égal - et la réalité de sa subordination à l'employeur ? « La dimension collective a permis de sortir du dilemme de la subordination volontaire, en restituant au salarié sa qualité de sujet libre, sans remettre en cause sa situation subordonnée : on lui rend au plan collectif l'autonomie dont il est privé au plan individuel » (*Supiot, 1994: 139*). Mais cette réponse originale, produit de l'organisation d'un État de droit et de luttes sociales n'arrête pas de se transformer. Transformé par le travail d'interprétation du juge. Comme le montre Dion (1999), dans son activité le juge comme tout autre travailleur renormalise. Il est contraint « de tenter de combler les vides d'une législation lacunaire, d'éclairer les zones d'ombres d'un texte complexe, voire d'en pallier les désordres susceptibles de conduire à des conséquences iniques » d'interpréter « lorsqu'il réalise les limites de l'application littérale de la règle générale à la solution particulière » (*Dion, 1999: 195-199*) car *in fine* c'est bien la quête du sens du juste et des dispositions légales qui le guide<sup>14</sup>. Ce travail de concrétisation est tel que Muller (1993) considère le travail du juge comme producteur de la justice. Pour lui en effet le juge n'extraie pas les règles de droit des textes juridiques comme un mineur extraie du charbon de la mine, mais il élabore celles-là en mettant en relation les faits et les circonstances avec les textes. Ce travail d'articulation entre le champ factuel et le champ normatif fonde ce qu'il appelle « une théorie structurante du droit ».

L'intérêt de penser les articulations des dimensions défendues dans le présent texte, nous est rappelé lorsque celles-là manquent. On se réfère ici aux nombreux exemples stimulants « de nouvelles pratiques juridiques et pistes pour adapter le droit aux réalités locales contemporaines » rapportés sous la direction de Vincent (2001) dans *Le droit autrement*. Ainsi faisant le point sur le droit au logement, E. Le Bris constate que : « Souvent irrégu-

lières au plan foncier, les mégapoles sont en outre massivement construites hors normes. Rien d'étonnant à cela tant que l'on s'évertuera à assimiler sécurisation foncière et accession à la propriété, qu'on prétendra gérer les villes à coup de procédures lourdes de bornage au centimètre et d'accès au permis de construire, que l'accès au crédit restera subordonné à la « domiciliation bancaire » du salaire ? » (*Le Bris, 2001: 40*). Le refus de penser l'articulation que nous proposons, en intégrant notamment sa dynamique transformatrice, conduit aux « urbanisations sauvages », suivant la dénomination utilisée au Brésil. Or explique l'auteur, cette sauvagerie n'est pas celle du développement anarchique, car la plupart des familles achètent leurs parcelles « ici à un chef coutumier, là à un promoteur (Amérique latine), là encore à un représentant local de la puissance publique ». Selon un processus analogue « l'ensemble « du secteur informel de la construction » serait en voie de « marchandisation » » (*Le Bris, 2001: 40*). Ainsi si sauvagerie il y a, c'est qu'en l'absence d'articulation entre le vécu des personnes vivant dans ces formes d'urbanisation et un droit au logement inexistant ou bafoué, la règle qui s'applique est celle de « la loi du plus fort », comme le rappelle régulièrement les affrontements violents entre bandes rivales revendiquant le pouvoir sur tel ou tel bidonville. Pour autant l'aggravation et la dégradation de ces logements, le foisonnement des organisations populaires en matières d'accès au logement imposent de repenser la politique de logement. Selon la thèse défendue dans ses lignes, elle doit se faire en considérant ensemble les dimensions de singularité, d'échange économique, de politéia.

Enfin, permettant de faire la transition avec la question de l'espace public comme espace politique, nous terminons en notant que E. Le Bris s'interroge « sur les limites rencontrées par les organisations populaires dans la définition d'un projet politique global (fût-il simplement un projet municipal) » (*Le Bris, 2001: 41*) ; pour se demander si l'on n'est pas « en train de redécouvrir une vérité attestée en Europe depuis le XIX<sup>e</sup> siècle : seul l'appel à l'État a rendu possible la satisfaction des besoins en logements sociaux » (*Le Bris, 2001: 42*).

### 3. L'espace public un espace politique?

Notre réflexion est partie de l'observation d'activités dans ce qu'elles ont de plus micro : le guichetier de la Poste qui propose à l'expéditeur d'un paquet la solution la moins onéreuse alors qu'il a des objectifs de vente à atteindre, l'infirmière qui accepte de passer (perdre ?) du temps en engageant un malade à faire lui-même sa toilette afin

qu'il acquiert plus d'autonomie plutôt que de la faire elle-même, ce qui demande bien moins de temps dans un travail bousculé ; les employés d'une grande surface dont une des souffrances principales au travail est l'incivilité des clients,... *Ex abrupto* nous avons affirmé qu'il y avait continuité<sup>15</sup> entre ce qui se jouaient dans l'activité et le politique. Les valeurs non dimensionnées (des valeurs d'humanité au sens large) présentes dans les activités sont-elles celles portées par le pôle politique? Une adéquation parfaite signifierait qu'il n'y aurait pas de différence entre activités privées (voire effectuées dans le secteur privé) et activités publiques ou relevant du service public ?

L'histoire nous apprend que l'intérêt public demande une qualification juridique. « L'État est l'expression visible du lien invisible qui unit les hommes dans une même société » (*Donzelot, 1994: 128*). Cette expression visible est incontournable dès lors que le stade de la communauté naturelle est dépassé. « [...] Si l'unité de la société ne s'incarne pas dans un État, alors elle risque toujours de se confondre soit avec l'ordre économique « naturel », soit avec l'ordre holiste « naturel » soit avec l'ordre national (géographique, historique et linguistique) « naturel ». Seul l'État met la société à distance d'elle-même, lui représente son unité à travers un ensemble d'institutions et d'instruments divers et lui donne véritablement son unité » (*Méda, 1995: 279*). Avec d'autres mots Canguilhem (1966) écrit :

*«Constatons d'abord que, dans une organisation sociale, les règles d'ajustement des parties en une collectivité plus ou moins lucide quant à sa destination propre - que ces parties soient des individus, des groupes ou des entreprises à objectif limité - sont extérieures au multiple ajusté. Les règles doivent être représentées, apprises, remémorées, appliquées. Au lieu que, dans un organisme vivant, les règles d'ajustement des parties entre elles sont immanentes, présentes sans être représentées, agissantes sans délibération ni calcul. Il n'y a pas ici d'écart, de distance, ni de délai entre la règle et la régulation. L'ordre social est un ensemble de règles dont les servants ou les bénéficiaires, en tout cas les dirigeants, ont à se préoccuper ».* (Canguilhem, 1966: 186).

Ainsi l'intérêt général implique en même temps qu'il justifie le politique au sens institutionnel pour le dimensionner.

Cette formalisation trouve son expression juridique dans la loi.

Mais le juridique a d'autres fonctions constate A. Supiot. Les catégories juridiques, « ont toujours un impact sur l'identification et la socialisation des individus ». Mieux, « l'identification des hommes est d'abord l'affaire du droit, même si ce point est généralement ignoré des sciences sociales »; Ainsi à travers la qualification juridique se crée « un sentiment d'appartenance à une même catégorie juridique » (*Supiot, 1994: 83 ss.*). « Cette identité de structure autorise à y voir une fraternité dans la loi, *i.e.* une fraternité qui se noue dans la paternité mythique que représente la Loi, la Loi qui nous définit, et qui fait de nous ce que nous sommes ». Il rappelle que « l'agent contractuel qui devient fonctionnaire, l'époux qui se voit signifier son divorce ou l'étudiant délivrer son diplôme, tout d'un coup n'est plus tout à fait le même homme; il se voit, et les autres le voient différemment [...] » (*Supiot, 1994: 83 ss.*). Ceci est confirmé par les analyses des situations de service où nous avons noté une résonance particulière lorsqu'il s'agit d'un service public, dont la seule différence, mais elle est de taille, est sa qualification juridique.

La notion d'« espace public » définie par Habermas (1962) comme « un ensemble de personnes privées rassemblées pour discuter des questions d'intérêt commun » prend ici sens. Selon lui, cette idée prend naissance dans l'Europe moderne lors de la constitution des espaces publics bourgeois afin d'intervenir comme contrepoids aux pouvoirs royaux absolus. Ils apparaissent comme des lieux de médiatisation de la société civile. V. Lattelais<sup>16</sup> rappelle que Dacheux (2003: 243) actualise cette notion et le définit à partir selon cinq critères :

- « - un espace de médiation qui réunit des acteurs appartenant à des sphères différentes : société civile, société étatique et système économique;
- un espace ouvert au public (sans restriction d'appartenance communautaire ou organisationnelle);
- un espace où la critique peut librement s'exercer;
- un espace d'échanges symboliques où les acteurs partageant un minimum de codes communs se saisissent des questions d'intérêt général;
- un lieu physique où ces acteurs agissent, manifestent publiquement leur soutien ou leur contestation des systèmes, politiques et/ou économiques »<sup>17</sup>.

Pourquoi insister sur cet espace ? Si l'on reconnaît que dans les activités s'articulent la dynamique des dimensions décrites, alors il faut faire émerger ce qui s'y jouent pour en tirer toutes les leçons. Dans ces débats autour des activités de travail s'invitent de nombreuses questions,

notamment, les conditions de la santé au travail, celle de sa transformation et plus largement celle de la société.

Cette conception de l'espace public trouve aussi un prolongement dans des collectifs de défense et de développement des services publics qui réunissent usagers – salariés – élus.

Dans la notion d'espace public, « public » prend donc trois sens : l'antonyme de privé ; ce qui a trait à l'intérêt commun d'une collectivité ; la formalisation au vue et sus de tous.

## Les services publics

L'approche juridique, seule est, nous l'avons montré, insuffisante. Le droit ne règle pas tout, il est toujours à contextualiser. « Une simple déclaration des droits ne peut suffire : des institutions sont nécessaires pour rendre les droits effectifs » (Polanyi, 1983: 328). Si le besoin est générique, l'histoire de ces institutions, leurs missions, leur organisation, sont à chaque fois spécifiques à l'histoire d'une communauté, de sa culture<sup>18</sup>... De l'analyse des activités observées<sup>19</sup> (Orban, 2004: 33-54) et de l'histoire retenue des services publics nous soutenons la thèse que *les services publics sont des outils dont le rôle est d'assurer de manière formelle, institutionnalisée, c'est-à-dire reconnue par tous, l'articulation entre la singularité, l'économie et le droit, les valeurs communes non dimensionnées. Ils répondent dans le même mouvement aux besoins de l'utilisateur, à la satisfaction du consommateur et à l'accès aux droits du citoyen.*

De multiples raisons, notamment celles citées au début de ce texte, des pesanteurs, des rapports de force ont détourné pour part les services publics du rôle que nous lui attribuons. Pour préciser notre pensée il n'est pas inutile de recourir à ce qu'en disait L. Duguit<sup>20</sup>. Pour ce juriste, fortement influencé par la sociologie de E. Durkheim, la vie collective est un fait social incontournable et fondamental. Le rôle du droit est de penser cette « interdépendance sociale » (Duguit, 1911). Cela a comme conséquence de :

- réfuter la conception individualiste qui fonde le droit. « Ce que l'on doit affirmer ce n'est pas que les hommes naissent libres et égaux en droit mais bien qu'ils naissent membres d'une collectivité et assujettis par ce fait à toutes les obligations qu'impliquent le maintien et le développement de la vie collective » (Duguit, 1911: 12);

- d'expliquer que la notion de solidarité étant sans limite, les services publics sont appelés à se développer sans limite, récusant ainsi ceux qui dès le début du 20<sup>ème</sup> siècle s'élèvent contre le trop grand nombre de fonctionnaires, l'ampleur que prennent les services publics (alors que l'un et l'autre étaient largement inférieur à ce qu'ils seront à la fin du siècle) ;
- soutenir que l'État étant un lieu où s'expriment des rapports de force liés à l'exercice de pouvoir de majorités et des minorités, les services publics - instruments de la solidarité de tous - doivent rester en dehors de ce rapport de force et donc protéger les citoyens de l'État. Cette caractéristique est suffisamment contradictoire avec la conception actuelle qui fait des services publics des instruments de l'État pour qu'elle retienne toute notre attention ;
- d'accorder une très grande importance au fait que ces services doivent être de proximité et s'adapter pour répondre aux mieux aux besoins des usagers et droits des citoyens ;
- enfin de penser que la nature des statuts des services publics n'est pas décisive, ils peuvent être administration d'état, établissement public, concession par contre il convient d'être ferme sur le statut des personnels qui, selon lui, ne peut relever du contrat. Le « contrat de droit privé », en effet, reconnaît une subordination à un pouvoir hiérarchique, au pouvoir financier et peut être rompu, alors que le « statut » assujettit l'autorité du pouvoir hiérarchique aux missions qui définissent le service, préserve de l'intéressement financier, et assure une continuité du service par celle de ses personnels.

Ces éléments pensés dans le cadre de la dynamique des articulations offrent les bases d'une revitalisation des services publics, notamment par l'éclairage sur les dérives qu'ont subies les services publics dès lors qu'ils ne répondaient plus aux exigences des articulations. C'est en ce sens que nous écrivions que les attaques contre les services publics, pouvaient de manière paradoxale offrir l'occasion de les sauver, à condition d'en saisir l'opportunité.

## Conclusion

En guise de conclusion, nous souhaitons montrer que selon le point de vue développé ici, l'épistémologie et la méthodologie entretiennent un rapport étroit.

Partir du travail présente un intérêt épistémologique, certain. La notion d'« intérêt public », parce qu'ayant trait à des choix de valeurs, est une notion, on le sait, polémique. Sans reprendre la vieille question du rapport entre l'idée et la réalité déjà soulevée par Platon dans l'allégorie de la caverne (La République livre VII), partir du travail permet, pour part, d'échapper aux représentations idéologiques promptes à se manifester. L'analyse part ici de l'activité concrète, *in situ*. Ainsi l'observation de l'activité nous dévoile: les valeurs qui y sont en jeu dont celle de son rapport à l'intérêt public, les objectifs poursuivis, leurs hiérarchisations, la gestion synthétique des différents points de vue portée par les dimensions singulière, économique et politique, les contradictions qu'elle porte et qu'elle gère. Pour autant cette connaissance n'est pas simple parce que le travail lui-même est compliqué. L'approche ergologique, en effet, apprend que l'activité de travail est pour part énigmatique. Pour s'exercer toute activité de travail exige, engage des concepts, des catégorisations, des normes issus de savoirs scientifiques, techniques, gestionnaires, de métiers, ... Mais dans le même mouvement, l'activité parce qu'elle est toujours singulière, soumise à la variabilité et variations, aux aléas, parce qu'il y a renormalisation comme nous l'a appris G. Canguilhem, que des valeurs sont convoquées, elle anticipe toujours ces savoirs; bref elle produit et utilise des savoirs d'expérience, un savoir investi. Ces deux sources de l'activité affectent la connaissance qu'on peut en avoir. Connaître le travail exige de faire appel aux savoirs antécédents: les savoirs constitués, les différentes disciplines mais aussi de convoquer les savoirs investis, ceux de l'expérience. Le concept et l'activité sont dans un rapport de « double anticipation » (Schwartz, 2000); l'activité a besoin des concepts, des normes antécédentes mais ceux-ci ne sont que partiels et sont anticipés par l'activité elle-même. Connaître le travail c'est donc le reconnaître<sup>21</sup>, en ce sens on ne peut échapper au «concret» de la situation.

D'autre part prendre comme point de départ l'activité de travail, présente pour notre questionnement, l'intérêt de son caractère universel en ce qu'elle est toujours et partout « travailler/gérer », anticipatrice. Dans chaque activité se joue « quelque chose d'universel dans la mesure où [renormalisation et certaines valeurs] sont largement comprises et revendiquées comme milieu humain valide, indépendamment de toute actualisation particulière » (Schwartz, 2000: 550)<sup>22</sup>. Ceci n'est pas sans intérêt



pour un questionnement sur le rapport aux valeurs qui tente de dépasser sa propre culture et histoire. En effet si les formes et les outils de l'intérêt public sont différents, l'universalité de son questionnement par et dans les activités s'avère ; ce qui peut présenter une base d'élaboration d'une grammaire commune sur le(s) bien(s) mondial (mondiaux).

Les conséquences méthodologiques de ce qui précède, ne sont pas des moindres. Si les savoirs investis sont nécessaires à la connaissance du travail, alors il convient d'associer les protagonistes des activités considérées à la production de cette connaissance. Toute connaissance qui ferait l'économie de ces savoirs ne serait que partielle et risquerait d'augmenter l'aveuglement sur la réalité du travail; cécité déjà cause de profondes souffrances. La rencontre entre les savoirs antécédents et investis convoque un troisième élément: le pôle éthico-épistémologique. En effet la mise en cause par le savoir investi de la validité d'un concept, de son approximation, de sa partialité revendique à l'évidence un appel à l'épistémologie. Accepter cette mise en cause interpelle un premier positionnement éthique sur les valeurs sous-tendues par les différents savoirs. D'autre part, reconnaître que toute connaissance sur le travail nécessite la convocation des protagonistes est en lui-même l'adoption d'un positionnement épistémologique, qui interdit au savoir savant de parler *ex cathedra*, « en exterritorialité » dirait Y. Schwartz, porteur d'une position éthique de savoirs partagés entre tous les hommes. On retrouve ici, ce qui a été développé à propos de l'espace public. L'articulation des différentes dimensions (sujets, économique, politique. Pour les services publics il s'agit de l'usager, du client et du citoyen.) ouvre un débat dans l'espace politique, reconnaissant ainsi à chaque sujet-citoyen la capacité et le droit de définition de l'intérêt public. D'autre part constater le caractère dynamique de cette rencontre et la transformation des dimensions exige une interrogation éthico-épistémologique, garde-fou nécessaire aux déviances populistes, communautaristes...

Ainsi pour modeste que soit l'activité de travail comme point de départ, elle ouvre des espaces, des interpellations, des éclairages dont on n'a pas fini d'appréhender toutes les dimensions.

## Notes:

1 Cf. respectivement : [www.unesco.org/courrier/2000](http://www.unesco.org/courrier/2000) ; [www.monde-diplomatique.fr/2002](http://www.monde-diplomatique.fr/2002); [www.v-s-p.org](http://www.v-s-p.org) (international) ; [www.info-europe.fr](http://www.info-europe.fr) ; [www.fondation-copernic.org](http://www.fondation-copernic.org)

2 Cf. <http://www.wto.org>; <http://www.hors-ages.org>; <http://www.france.attac.org>

3 Traité de Rome signé le 25 mars 1957 à Rome, par l'Allemagne, la Belgique, la France, l'Italie, le Luxembourg, les Pays-Bas, à l'origine de l'Union Européenne. Consultation le 6 juin 2006, (<http://europa.eu/eur-lex/fr/treaties/selected/livre202.html>).

4 Pour des informations sur ce département dirigé par Y. Schwartz, voir le site [www.ergologie.com](http://www.ergologie.com) Soulignons que depuis de nombreuses années des passerelles ont été établies avec des ami(e)s et des universités brésiliennes.

Pour ce qui concerne plus particulièrement cette thématique, parmi les nombreux travaux citons: Audouard, M.F. (1991), Fouilleul, N. et Matheron, G. (1992), Durrafourg, N. (1997), Castejon, C. (1998), Schwartz, Y. (2000, notamment partie III, textes 17 à 21, 29 et la Conclusion (p 688-714), Bats, R. (2002), Orban. E. (2004).

5 Au delà des critères propres à l'économie de marché, nous avançons l'hypothèse que des références dimensionnées s'imposent à l'activité quelque soit le mode de production. Ces références seront dictées par les limites de performance des corps (rapidité, intensité, fatigue...) par une sauvegarde écologique (ne pas consommer plus que ce qui est nécessaire, protéger telle espèce...). Si cette hypothèse se vérifie, alors le schéma proposé par Y. Schwartz ne s'adresse pas seulement à « nos sociétés » de marché mais présente une universalité spatiale et temporelle. La vérification de cette hypothèse reste néanmoins à faire.

6 Comme nous le verrons, cette circulation par sa dynamique rend, pour part; les pôles labiles. Le terme de « dimension » exprime mieux cette labilité que celui de « pôle » plus statique. Toutefois le premier mot peut prêter à confusion avec les pôles 2 et 3, lorsque à leur propos, l'on parle de « valeurs dimensionnées » ou « non dimensionnées ». En l'absence d'un risque de confusion nous utiliserons « dimension », sinon nous parlerons de « pôles » en donnant à ces deux termes un sens identique.

7 Voir, par exemple, Piotet, D. (1998).

8 Sur l'« autonomisation » de l'économie et ses conséquences, lire Polanyi, K. (1944).

9 Le projet de Constitution Européenne après avoir rappelé l'obligation aux Etats membres de respecter les règles d'un marché où la concurrence doit être libre et non faussée, admet toutefois que « sont compatibles avec le marché intérieur: les aides à caractères sociales octroyées aux consommateurs individuels [...] ». Cf. art. III: 167, souligné par nous.

10 L'analyse de l'activité de travail au sens où la développe le département d'ergologie ne dit pas autre chose, lire aussi l'impossibilité pour le droit de considérer le travail comme un objet de droit sans prendre en compte le travailleur comme sujet de droit (Supiot, 1994).

11 Hongrois, il a connu le nazisme et a dû quitter la Hongrie pour aller vivre aux États-Unis.

12 Dans un exemple donné lors d'un exposé au sein du département d'Ergologie, sur le travail paysan aux Comores.

13 Travail de Noël.C. (2004) dont est, en partie, inspiré ce paragraphe.

14 La mise en cause du droit du travail au nom du droit au travail, avec la multiplication de formes de contrat dérogatoires est largement connue (Supiot, 1994: 93 ss.).

15 Cf. sur cette question de continuité et discontinuité "Ergonomie, philosophie et exterritorialité" : (Schwartz, 2000: Texte 1). Après le taylorisme, le discours sur la discontinuité a été repris dans la fin des années 1990 par des prophètes de la fin du travail. Ils voyaient dans cette fin, la possibilité de quitter « l'aliénation » du travail pour enchanter d'autres espaces dont celui du politique (Orban, 2001).

16 Etudiante en formation continue au Master d'Ergologie, 2004-2005, qui a fait un exposé non publié sur cette question. Le master d'ergologie est une formation à l'« Analyse pluridisciplinaire des situations de travail », destinée à des étudiants en formation continue et formation initiale cf. le site du Département d'ergologie <http://www.ergologie.com/>.

17 Ainsi un travail en commun avec des médecins et infirmières du travail, des membres de l'Inspection du /\*\*\*\*travail, des préventeurs et des membres de C.H.S. – C.T. (Commission d'Hygiène Sécurité et des Conditions de Travail) obligatoire dans toutes entreprises de plus de 50 employés) alors d'une formation du département d'Ergologie, sur les risques professionnels liés aux facteurs psycho-sociaux nous montrait la pertinence de la présente approche mais surtout la nécessité de sa formalisation.

18 Cf. Orban (2004: chapitres 4 et 5) pour l'histoire de l'essor des services publics en Europe et leur ambivalence..

19 Le facteur qui dépose et retire l'argent d'une personne âgée afin de lui épargner des déplacements, les Conseillers financiers qui créent leur propre conception de vente fondée sur « on vend comme si c'était pour nous », les innovations apportées par les agents aux demandes des clients-usagers par exemple le prêt à poster local, individualisé... Sur l'innovation voir (Burgade, 2003).

20 L. Duguit (1859-1928), il souhaitait nommer l'intérêt général: « solidarité sociale »; mais cette dernière notion a tellement été discréditée par les hommes politiques qu'il préfère y renoncer.

21 C'est ainsi que nous interprétons la notion de « paradigme ergologique » contenue dans le titre de l'ouvrage : Schwartz, Y. (2000). Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe.

22 Lire aussi Nouroudine. A. (2001).

## Références Bibliographiques

- AUDOUARD, M.-F. (1991). *Le travail infirmier au quotidien*. Diplôme Universitaire. A.P.S.T. Aix-en-Provence : Université de Provence.
- BARRERE, C. (1991). Penser le marché. In : AMIN, S. ; PASSET, R. ; BARRÈRE, C. ; Di RUZZA, R. ; PETRUCCINAI, S.; TEXIER, J. ; GODELIER, M. ; BOURGEOIS, B. ; SANDKÜHLER, H-J ; KAPITANY, A et G. ; FURET, F. (Orgs.), *Le monde est-il un marché. Actuel Marx*, (9), 52-76.
- BATS, R. (2002). *Les valeurs non marchandes dans les systèmes marchands*. Mémoire. DESS, APST. Aix-en-Provence : Université de Provence.
- BURGADE, E. de la. (2003). Une conception collective et étagée dans les services: l'exemple de la personnalisation du Prêt-A-Poster. *Économies et Sociétés*, Série Économies et Gestion des Services ( 52003), 2021-2039.
- CAILLE, A. (1995). La science économique est-elle impérialiste in « L'économie dévoilée », Latouche, S.(Dir.), *Revue Autrement*, (159), 52-60.
- CANGUILHEM, G. (1947). Milieu et normes de l'homme au travail. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, (Vol. III), 120-136.
- \_\_\_\_\_(1991). *Le normal et pathologique* . Paris: PUF.
- CASTEJON, C.( 1998). *L'activité en valeur*. Mémoire DESS. APST. Aix-en-Provence : Université de Provence.
- CUNHA, D. ; DEROBERT. L. ; NOUROUDINE, A. ; ORBAN. E. (2001). *Approche ergologique de la charge et de l'intensité du travail, de leurs mesures* (121 pages) Dép. Ergologie-APST, Programme travail MENRT. Aix-en-Provence, France.
- DACHEUX, E. (2003). Pour une nouvelle appréhension théorique de l'espace public. *Construire l'Europe qui se construit*, DACHEUX, E. (Dir.). Presse Universitaire de Saint Etienne, 203-245.
- DION, N. (1999). Le juge et le désir du juge, *Chronique*, (18° Cahier), 195-199.

- DONZELOT, J. ( 1994). *L'invention du social*. Paris : Le Seuil, coll. Points.
- DUGUIT, L.( 1911). *Traité de droit constitutionnel*. (Tome I). Paris : Fontemoing & Cie.
- \_\_\_\_\_(1930). *Traité de droit constitutionnel*. (Tome I). Paris: Fontemoing & Cie.
- DURAFFOURG, N. (1997). *Dire «le client», ça fait trottoir. Valeurs et savoirs de métiers à La Poste*. Mémoire DESS APST.Aix en Provence : Université de Provence.
- FOUILLEUL, N. ; MATHERON, G. (1992). L'hôpital public. *L'évaluation économique à l'épreuve des services*. Schwartz, Y. (Dir.). Rapport de recherche A.P.S.T. pour le M.R.T. (p 121-199). Aix-en-Provence, France.
- HABERMAS, J.(1978). *L'Espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. (B de Launay, Trad.). Paris: Payot. (Éd. allemande, 1962).
- HANIQUE, F ; JOBERT, G. ( 2002) Au guichet le genre fait loi. Mais comm l'observer ? In : HUBAULT, F. (Org.). *La relation de service, opportunités et questions nouvelles pour l'ergonomie*. (pp. 253-272.) Toulouse : Octarès.
- HUBAULT, F. (2002). *La relation de service, opportunités et questions nouvelles pour l'ergonomie*. Toulouse : Octarès.
- LE BRIS, E. ( 2001) Le logement, une marchandise impossible. In : PASCALE, V. (Org.). *Le droit autrement de nouvelles pratiques juridiques et pistes pour adapter le droit aux réalités locales contemporaines*. ( pp. 38-42.). Paris: Ed. Charles Léopold Mayer.
- LIMA, Francisco de P.A.;Schwartz, Y. (2002). Normalisation et renormalisations : modèles dynamiques de la prescription et historicité des situations de travail. *Les évolutions de la prescription*. Actes du XXXVII<sup>ème</sup> Congrès de la Société d'ergonomie de langue française (SELF). (25-27). Aix-en-Provence, France.
- MADELIN, A.( 1996, 15 juin).Rubrique les Rendez-vous des politiques. *Le Monde*, 10.
- MARX, K. (1972). *Critique de l'économie politique*. Paris: Editions Sociales.

- MEDA, D. (1995). *Le travail. Une valeur en voie de disparition*. Paris, Aubier.
- MIAILLE M. (1990), Définir le droit. *Droits*, 38-40.
- MICHEL, J. (2001). Marx et le droit : une dramatique actualité. In: CHEMILIER-GENDREAU; MOULIER-BOUTANGE, Y. (Orgs.). *Le droit dans la mondialisation. Actuel Marx*, (p 29 – 38).
- MULLER, F. (1998), *Discours de la méthode juridique* , col. Léviathan. Paris: PUF.
- NOEL, C. (2002). *Les activités de travail et le droit : transgression, assimilation, renormalisation. De la philosophie juridique à l'approche ergologique du droit du travail*. Thèse de doctorat en philosophie. Aix-en-Provence: Université de Provence.
- NOUROUDINE, A. (2001). *Techniques et cultures. Comment s'appropriet-on des technologies transférées ?* Toulouse: Octares.
- ORBAN, E. (2002). *Le service public: notion et activités de travail*. Thèse de doctorat en philosophie. Aix-en-Provence, Université de Provence.
- \_\_\_\_ (2004). *Service public! Individu, marché et intérêt public*. Paris: Syllepse .
- PETRELLA, R. (1997). *Le bien commun. Éloge de la solidarité* . Lausanne : Éd. Pages deux, coll. Cahiers libres.
- PIOTET, D. (1998). Les grands débats sur La Poste aux XIX<sup>e</sup> et XX<sup>e</sup> siècles . Mission de la Recherche de La Poste, CNAM. *Sciences/ technologies et société* (4), 78 p.
- POLANIY, K. (1983). *La grande transformation - Aux origines politiques et économiques de notre temps* (Malamoud C., Trad.). Paris : Gallimard, NRF. (1<sup>o</sup> éd. anglaise 1944).
- SCHWARTZ. Y. (1988). *Expérience et Connaissance du travail* . Paris: Messidor.
- \_\_\_\_ (1992b) Une science du singulier est-elle possible? in *Travail et Philosophie, Convocations mutuelles*.(pp. 217-236), Toulouse: Octarès.

- (1997) *Reconnaissances du travail. Pour une approche ergologique* (dir Y. Schwartz). Paris: PUF.
- (2000). *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse : Octarès.
- SUPIOT, A. (1994). *Critique du droit du travail*. Paris: PUF.
- TRAITÉ (1957). *Traité de Rome*, Consultation le 6 juin 2006, <http://europa.eu/eur-lex/fr/treaties/selected/livre202.html>
- TRUCHET, D. (1999), L'intérêt général dans la jurisprudence du Conseil d'État : retour aux sources et équilibre. *Rapport public 1999 du Conseil d'État. L'intérêt Général*. Paris: La Documentation Française.
- ZARIFIAN, Ph. (2000). Valeur de service et compétence. *Cahiers du Genre* (28), 71 – 96.

Edouard Orban

E-mail: [ed.orban@wanadoo.fr](mailto:ed.orban@wanadoo.fr)

- recebido em novembro de 2005.
- aprovado em maio de 2006.





---

## Os Impactos Psicossociais do Movimento Privatizador nos Trabalhadores

**Márcia Prezotti Palassi**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGADM/UFES. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades – NETES/UFES.

### Resumo

O tema privatização contempla uma variedade de entendimentos e concepções valorativas o que torna polêmico o debate sobre ele na literatura (inter)nacional. Partindo desta constatação, este artigo expõe os impactos psicossociais da privatização nos trabalhadores, sintetizando as pesquisas encontradas na literatura estrangeira e brasileira. Nesse caso, tentamos a partir das pesquisas revisadas, dedicar especial atenção aos impactos numa perspectiva histórica do processo (antes, durante e após) de privatização no Brasil. O maior impacto, tanto no Brasil como em diversos setores privatizados em diferentes países, é o enxugamento do quadro de pessoal durante e após o processo. Verifica-se que o processo de privatização negligencia os aspectos psicossociais e a adoção de moderadores de efeitos de enxugamento, provocando medo, insegurança e ansiedade nos trabalhadores. A falta de informação sobre o processo, associado a estes sentimentos, o caracteriza como um processo estressante. Conclui-se que as considerações reunidas neste trabalho podem, de alguma forma, contribuir para uma reflexão acerca da gestão do processo de privatização, especialmente em momentos em que se discute a reformulação do papel do Estado.

### Palavras-chave

Privatização; subjetividade; trabalho; gestão; política.

## **The Impacts of Social Psychological Movement of Privatizations Over the Workers**

### **Abstract**

Privatization, as a subject matter, contemplates a high variety of important meanings and conceptions which has suggested a controversial debate on (inter)national literature and research about it. Supported by this context, this paper presents the social psychological impacts of privatization over workers, making an overview on the international researches, focusing mainly on the Brazilian historic perspective, analyzing the moments before, during and after privatization. We verify that the most important consequence of privatization, even in Brazil or another countries have been the firing of workers, during and after privatization. Privatization neglects the social psychological aspects as well as the adoption of some procedures that could smooth the bad feelings coming from the firing, avoiding fear, unsafe sensations and anxiety of the workers. The lack of information about the privatization process, as well as the feelings mentioned before, characterizes the privatization process as a stressing process. In conclusion the author intend to contribute, in some way, to the thinking and the philosophy of privatization process around the world, especially nowadays because of the debate about the reformulation of States obligation, responsibility and commitment.

### **Key-words**

Privatization, subjectivity, work, management, politics.

## Introdução

Os impactos do movimento privatizador, na sociedade, na organização ou nos trabalhadores, ainda são poucos entendidos, à medida que a maior parte da pesquisa no campo está longe de ser sistematizada ou integrada. A literatura encontrada sobre o impacto da privatização nos trabalhadores no Brasil e no exterior é mais voltada para as percepções e avaliações sobre a privatização, transformação do contrato psicológico, significado do trabalho, programas de demissão voluntária ou incentivada, práticas de gestão de pessoas, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho.

Embora haja vários artigos pró-privatização supondo vantagens econômicas para os trabalhadores pós-privatização (sem base empírica ou revisões de literatura), o que se verifica na literatura sobre os impactos desse movimento é exatamente o contrário. O problema desses artigos é que se esquecem de considerar a vivência (desgaste) dos trabalhadores durante o longo processo do movimento (anti)privatização (em média seis anos no Brasil) e de reestruturações constantes que acontecem ao longo de anos após a privatização, assim como as consequências para os demitidos e custos do desemprego para o Governo e a sociedade. Talvez as vantagens supostas se consolidem para os remanescentes após a conclusão dos processos de reestruturação pós-privatização, mas o que se observa na literatura é que, para chegar a esse estágio, leva-se em média até oito anos (no Brasil), isso quando a empresa não adota essa prática como uma rotina eterna. Obviamente, os impactos não são homogêneos em todas as organizações e trabalhadores, pois dependem da forma como é percebido, como está relacionado com a história e a situação de cada país, da organização e do trabalhador, aspecto que talvez explique posicionamentos generalizados *a priori* sem base empírica ou revisões de literatura.

Este artigo apresenta a seguir, uma síntese dos principais impactos da privatização sobre os trabalhadores no exterior e no Brasil, buscando neste caso, apresentá-los numa perspectiva histórica do processo. Inicialmente, expomos os impactos pós-privatização sobre os trabalhadores em alguns países, como a Polônia, Grã-Bretanha, antiga Alemanha Oriental, Japão, União Européia e Ásia. O segundo momento apresenta um panorama dos impactos do processo de privatização brasileiro numa perspectiva temporal, ou seja, antes-durante-após o processo. À guisa de conclusões finais, a partir da revisão da literatura levantada, a autora ressalta a necessidade de reformulação da gestão do processo de privatização, tendo em vista, que a tendência atual do debate sobre os impactos psicossociais da privatização sequer discute a adoção de moderadores de efeitos de enxugamento e de preocupações inerentes à responsabilidade social das organizações durante o processo de privatização.

## Os impactos pós-privatização sobre os trabalhadores no exterior

As peculiaridades dos processos de privatização, a legislação trabalhista e a política de proteção social de cada país são aspectos que dificultam a generalização dos resultados das privatizações. A dificuldade em identificar impactos ou efeitos psicosociais desses processos nos trabalhadores parece ser uma característica, pois, tanto no exterior como no Brasil, há escassez de trabalhos nesse sentido. Após a privatização, encontramos uma *similaridade*, o fato de que todos os sindicatos são marginalizados, cujas organizações reconhecem basicamente três funções: formação profissional, lobby de representatividade do setor e assessoramento legal. Outras similaridades referem-se ao exercício de práticas empresariais (comunicação direta, sistemas de remuneração vantajosos vinculados à produtividade, relações entre gestores e trabalhadores mais igualitárias e relaxadas, técnicas para aumentar o compromisso e a identificação com a organização) que aumentam a indiferença dos trabalhadores e o decréscimo da participação sindical. Embora haja uma tentativa de não reconhecer os sindicatos como interlocutores para a negociação, a legislação de cada país é o elemento facilitador ou dificultador desse processo, aspecto que demarca a diferença de poder dos sindicatos brasileiros em relação aos de outros países. A redução do poder sindical na literatura também é mencionada como fruto de mandatos sucessivos de Governos conservadores, durante a década de 80 e 90, de greves fracassadas e da capacidade de os sindicatos responderem a essa situação, sugerindo a renovação e o desenvolvimento de novas formas de participação.

As *diferenças* dos impactos pós-privatização se dão em função da titularidade, da exposição a distintos mercados, dos diferentes estilos de gerenciamento e da experiência particular da reestruturação pós-privatização em cada organização. Na impossibilidade de fazer afirmações homogêneas devido à falta de sistematização e integração das pesquisas nesse campo, apresentaremos, a seguir, uma visão geral dos impactos da privatização sobre os trabalhadores em diferentes países.

Na *Polônia*, a metáfora que representa a *avaliação da privatização* pelos gerentes de empresas privatizadas é a de um *terreno desconhecido*. Costumam reagir negativamente ou com surpresa e sentimentos misturados. Obtiveram pouca informação inicial em algumas reuniões oficiais, dos colegas e meios de comunicação. Os sindicatos não informaram. Não fica claro se essa falta de informação se deve à negligência ou a uma vontade expressa, pois a manipulação resulta assim mais fácil. Os diretores estão pouco preparados para enfrentar a privatização. Assim, a tomada de decisões se baseia unicamente nos aspectos econômicos, ignorando os trabalhadores que têm de implementar a reforma. Quanto aos trabalhadores, tinham uma idéia geral

difícil de descrever. Raramente aparecem explicações que citam as ações ou os estatutos. No início, há referências a aspectos positivos, mas, nos últimos estágios, citam-se também os efeitos negativos, que derivam em surpresa, decepção e, finalmente, protestos. A maioria percebe que seu conhecimento é insuficiente e os trabalhadores estão interessados em aprender mais com seus chefes ou pessoas bem informadas externas à empresa. Carecem de uma visão geral do processo e da situação econômica, assim como das regras que governam o processo, o que dificulta o uso de estratégia em longo prazo. Aparecem sentimentos de medo, de agressão e de desintegração da ação. A atitude típica está inclinada para o lado positivo. A maioria aceita a idéia geral da privatização, no entanto os aspectos particulares se avaliam de maneira mais variada (*Balawajder & Popiolek, 1993*).

### Atitudes diante da privatização

Atitude positiva	Atitude negativa
As pessoas enérgicas apóiam a privatização	Falta de confiança nos responsáveis
É uma tendência moderna	Perseguem-se só os interesses dos diretivos
Os salários subirão	As pessoas que dirigem o processo não são adequadas (trata-se dos antigos diretores da empresa estatal)
As empresas funcionarão melhor	Falta de consulta social
É uma necessidade das novas condições socioeconômicas	Falta de informação
É absurdo opor-se ao inevitável	Pobre preparação legal
	Corrupção
	Processo demorado demais
	Perda de influência dos trabalhadores sobre a direção
	Debilitamento dos sindicatos

Fonte: Quadro elaborado por Sabaté e Palassi (2002), a partir de dados de Balawajder e Popiolek (1993)

Os trabalhadores de empresas *recentemente privatizadas estão desinformados e desorientados na nova situação econômica*. Estão assustados e ansiosos, mas conservam a esperança de obter ajuda para entender as mudanças. A atitude ligeiramente positiva diante da privatização se deve a sua percepção como um fato irreversível. Há também uma falta de consciência dos custos. A espera e o ajuste passivo às mudanças se devem às perdas de motivação, à carência de um sistema de valores consistentes e a uma avaliação da realidade. Existe o sentimento de que nada se pode fazer por implicar-se na situação, e isso, desemboca na passividade. No processo de privatização, tem-se negligenciado os aspectos psicossociais, pois sequer se tenta ganhar o apoio dos trabalhadores para a privatização: a imposição impera. Há que se analisar também a perspectiva dos dirigentes, suas atitudes e conflitos. Em resumo, para conseguir que as mudanças de titularidade sejam exitosas, é necessário acompanhá-las com ações de natureza social, sem esperar a abertura de uma crise. Em geral, a atitude diante da situação é de espera dos acontecimentos. Não aparece uma implicação pessoal, nem tão pouco uma oposição clara. A compra de ações da organização não implicava o apoio à privatização, mas sim simplesmente à vontade de ajustar-se aos novos tempos de forma passiva, assim como de passar despercebidos diante dos olhos dos diretores, em um momento em que se estão produzindo demissões (Balawajder & Popiolek, 1993).

Na *Grã-Bretanha*, em diferentes momentos da privatização (pré e pós-privatização e pós-reorganização), concluiu-se que, durante os períodos de incerteza, os níveis de *satisfação no trabalho, saúde mental e física*, diminuem significativamente. Essa redução é maior nos trabalhadores manuais, que se encontram em posição de menor controle. Evidencia-se, assim, a conexão entre a insatisfação no trabalho e a externalidade do controle. Os administrativos vêm diminuir sua satisfação no trabalho e sua saúde mental, mas não sofrem mudanças na saúde física. A satisfação no trabalho e a saúde mental e física melhoram depois da reorganização, quando se esclarecem a estrutura e os níveis de pessoal. No entanto, os níveis de saúde se recuperam com mais dificuldade que a satisfação no trabalho, o que revela este último fator como mais variável. O principal indicador é a satisfação no trabalho prévia. Em momentos turbulentos, a organização se converte em um espaço de grande ansiedade. Instaure-se um clima de segredo e uma falta de comunicação e de consulta. Isso desemboca em uma baixa moral e em insatisfação no trabalho. A incerteza não se confirma como indicadora de saúde mental ou psicossomática. Os autores da pesquisa argumentam que os traços neuróticos, pelo contrário, é que explicam uma parte da variação, no sentido de que sua presença faz

prever maior vulnerabilidade ao estresse (Nelson & Cooper, 1995).

O impacto nas relações de trabalho se dá por um processo de marginalização dos sindicatos, de ruptura das relações de solidariedade em distintos sentidos (efetivos *versus* contratados, os que aceitaram a privatização *versus* os que depreciam a empresa por isso, os trabalhadores da superfície x os de desenvolvimento). Há restrição à influência dos sindicatos. Os novos trabalhadores tendem menos à confrontação e os mercados garantidos evitam ter que investir em desenvolvimento. A fragmentação de setores reforça a marginalização e a descoletivização dos sindicatos. O papel dos sindicatos tem se feito ambíguo, porque há que buscar o equilíbrio entre os interesses comerciais e os princípios sindicais. Não há evidência de um aumento da participação sindical (Parry, 1997).

Na antiga RDA (Alemanha), os impactos da transição ao capitalismo sobre a *estrutura salarial* de um país ex-socialista são sintetizados em três categorias de empresas existentes após a privatização. Na primeira, que são as empresas de propriedade de Treuhandanstalt, observou-se que havia ganhos mais baixos em função da formação, nenhum ganho em função da experiência profissional e algum ganho em função da experiência na empresa. Na segunda, empresas privatizadas, verificou-se que elas ofereciam ganhos mais altos em função da formação e algum ganho pela experiência profissional. E na terceira, empresas criadas após a privatização, concluiu-se que elas davam maior ganho pela formação e altos ganhos pela experiência profissional.

Ao comparar os resultados entre esses três tipos de empresa, identificou-se que os maiores beneficiados são os trabalhadores bem formados, com frequência os mais jovens, enquanto aqueles com muita experiência são os que sofrem perdas relativas. A conclusão da pesquisa é de que, com a transição ao capitalismo, os trabalhadores da Alemanha Oriental conservaram relativamente os ganhos em função de sua formação, enquanto diminuíram os ganhos em função da experiência. Produziu-se uma diminuição dos salários dos trabalhadores de mais idade que, na experiência profissional socialista, possui muito pouca formação. No entanto, a política vigente no novo mercado de trabalho na Alemanha reunificada oferece formas de proteção e subsídios por desemprego muito mais generosos que em outros países socialistas. Os trabalhadores alemães têm segurança social universal, estão protegidos da demissão livre, da insegurança no trabalho, têm direito a licenças maternais e lhes permitem certa intervenção na tomada de decisões (Bird & Schwarze & Wagner, 1994).

No Japão, o sistema de salários e de promoção era muito confuso. Os cargos nem sempre correspondiam com os salários, e tudo estava

baseado na antigüidade na empresa, fato que debilitava a motivação dos trabalhadores. Os trabalhadores tinham pouco entusiasmo e não estavam *motivados* para melhorar a eficiência. Para estabelecer uma mentalidade de setor privado, as organizações estabeleceram sistemas de informação, controles de qualidade e programas de identidade corporativa. Após a privatização, reduziu-se o número de cargos e graus introduzindo elementos de avaliação do trabalho, facilitando a rotação e a mobilidade dentro da empresa. O sistema de salários baseou-se na capacidade e na experiência dos trabalhadores. No entanto, isso se revelou como uma sobre-reação, restaurando aspectos da antigüidade. O quadro de pessoal foi gradualmente reduzido ao longo dos anos 80. Como resultado da racionalização, a necessidade de trabalhadores declinou. Para continuar reduzindo custos, continuou-se eliminando o pessoal não essencial. Não existia um sistema de aposentadoria e o trabalhador costumava deixar a empresa aos 55 anos. Com a privatização, a idade se prolongou até os 60. Todas as mudanças se encaminhavam à implantação de uma maior *flexibilidade nas tarefas*, no trabalho em equipe e na rotação, com o objetivo de melhorar o uso eficiente dos “recursos” humanos. As relações trabalhadores-diretores tornam-se pacíficas e poucos trabalhadores *resistem* aos programas de racionalização (Watanabe, 1994).

Na *União Européia*, deu-se à inserção na lógica da *flexibilidade das relações* competitivas, escasso rendimento, estranhamento dos valores do serviço público e o surgimento de um novo segmento burocrático altamente qualificado, cujo poder e retribuições se vêem incrementados. O trabalhador, em determinados momentos, é também um cliente, entretanto há um déficit democrático provocado pela consideração do cidadão como um cliente alheio, sem direito a participar da construção do futuro coletivo. O clientelismo e o descontrole se fazem presentes na adjudicação de concessões (Sánchez-Vizcaino, 1998).

Na *Ásia*, a *reorganização do trabalho* reflete na *atuação sindical*. As empresas, diante de uma situação exterior instável, tomam medidas para flexibilizar seus métodos de trabalho, visando a reduzir custos. Algumas medidas, como as citadas a seguir, são adotadas: redução do número de trabalhadores fixos; contratação de mulheres, aprendizes e imigrantes; subcontratação da fabricação dos componentes; subcontratação de serviços; aumento do número de turnos e de horas extraordinárias; sistemas de salário por empreitada e por prêmios; programas de formação internos e reclassificação de pessoal; redução da influência dos sindicatos, eliminando-os ou criando um sindicato de empresa (Edgren, 1990).

A *adoção das normas do setor privado* não se produz de repente,



pois, segundo os autores, os atores transportam os *scripts* comportamentais do setor público e adotam os do setor privado a um ritmo que depende da experimentação. Nas primeiras etapas do processo de privatização, há uma conformidade residual com as normas do setor público (aplicação de *scripts* que a codificam). Conforme avança o processo, há uma coexistência de *scripts* dos setores público e privado. Uma consciência de dualidade. As regras alternativas se fazem acessíveis. A adoção do padrão do setor privado se dá por meio da experimentação (a dissonância cognitiva desencadeia uns processamentos mais conscientes dos *scripts*, que são submetidos à revisão) (Johnson & Smith & Codling, 2000). A privatização é um processo estressante para todos os implicados enquanto não for gerido adequadamente. Para a maioria dos trabalhadores é um fato inusitado para o qual não se tem desenvolvido estratégias de enfrentamento (Nelson & Cooper, 1995).

Nos processos de privatização, não houve ausência de oposição. *Greves reivindicando o bloqueio do processo* também têm sido uma prática comum nos processos de privatização estrangeiros. Ao investigar a *consciência de classe dos trabalhadores da Canadian Post como consequência de sua participação na greve de 1987*, na cidade de Hamilton, a descoberta principal foi que um aumento das atitudes negativas diante dos *out-groups* não ocorre necessariamente unido a um aumento das identificações positivas com os *in-groups*. As avaliações negativas dos *out-groups* são muito mais fáceis de desenvolver. As ações dos *out-groups* podem transformar facilmente a consciência dos grevistas no que diz respeito às relações intergrupos. No entanto, para que se desenvolva sua identificação com a classe trabalhadora, o grevista tem de participar ativamente da luta coletiva ou deve estar previamente identificado com o *in-group*. Portanto, a percepção da identificação com o *in-group* e a percepção das relações entre classes são duas dimensões distintas da consciência de classe, com diferentes processos psicossociais subjacentes (Langford, 1996).

Todas as estratégias de privatização desembocam num dilema: se nas etapas iniciais, facilitam a democracia, em seguida, passam a pôr em perigo a consolidação dos regimes democráticos. Dadas as desigualdades de renda e a insatisfação social gerada pelos programas privatizadores, a consolidação dos regimes democráticos não está garantida. Faz-se necessário, um programa econômico alternativo (Cui, 1997).

## A organização e os trabalhadores *antes* da privatização no Brasil

Para que se possa estabelecer uma visão paralela entre os impactos dos processos de privatização estrangeiros em relação ao brasileiro, passamos a apresentar um panorama do processo de privatização brasileiro numa perspectiva temporal, ou seja, antes-durante-após o processo. A elaboração dessa perspectiva temporal é parte de diversas pesquisas realizadas nos setores de siderurgia, telecomunicações, eletricidade e saneamento, pautadas em diferentes metodologias, as quais não são passíveis de generalizações devido a limitações metodológicas dos estudos desenvolvidos, segundo os seus próprios autores.

A eleição da *máquina* é a melhor metáfora para caracterizar a organização nesse período. Trata-se de uma organização sólida e pioneira com uma história de êxito e um alto nível de competência. A empresa se preocupa com o bem-estar físico, financeiro e profissional de seus funcionários. A hierarquia está fortemente valorada, predominam os valores racionais e o estilo masculino na gestão. Valora-se muito a estabilidade e a evitação de riscos (Palassi, 1998; Silva & Vergara, 2000).

O fato de pertencer à empresa, seja por meio de concursos, seja por processos de seleção muito rigorosos, delimita uma elite profissional. Esse *status* social adquirido, valorado como positivo, representa uma marca que se reflete na identidade do trabalhador, caracterizando uma identidade social. Os elogios da organização provocam a formação de uma identidade-mito e reforça os laços afetivos entre o trabalhador e a organização. É a era da política de emprego, caracterizada pela acomodação à estabilidade e à boa remuneração, inscritas na tradição da organização. Estabelecem-se vínculos estreitos: “como uma família”, “uma sociedade paralela” (Calderón, 2000). Os trabalhadores se mostram, em geral, orgulhosos de pertencer à empresa, embora a critiquem em aspectos relativos à eficiência interna, reconhecendo a necessidade de reestruturação, de maior integração com a comunidade, de melhoria e ampliação dos serviços prestados, para enfrentar os desafios impostos pela globalização da economia (Palassi, 1998; Silva & Vergara, 2000).

A área de “recursos” humanos é muito burocrática, possuindo um excedente de funcionários. A atuação da área é predominantemente operacional, porque não tem autonomia para controlar, por exemplo, o movimento do efetivo, a implantação de um plano de cargos e salários ou de exercer a liderança de uma negociação com o sindicato, que é combativo nessa época. A influência do Estado na administração introduz nessas empresas valores vinculados ao paternalismo, à baixa preocupação com custos e serviços oferecidos. A área de “recursos” humanos, como não pode au-

mentar os salários, amplia a concessão de benefícios vinculados ao tempo de casa, ao exercício de funções de confiança e ao assistencialismo de forma global. Do mesmo modo que influencia na administração interna, o Estado e o sistema político intermedeiam o funcionamento da organização com as necessidades da comunidade e são muito criticados pelos trabalhadores pela nociva ingerência administrativa. A área de “recursos” humanos assume algumas responsabilidades inerentes ao trabalho dos gerentes em relação às pessoas. Dessa forma, a valorização da obtenção de resultados técnicos acaba se transformando num pressuposto da cultura organizacional e dessas organizações, embora viáveis e rentáveis, tem dificuldades para não se tornarem deficitárias (Palassi, 1998 & Oliva, 2000). A estatal é vista como uma empresa que dificilmente demite os trabalhadores, donde há igualdade de remuneração, por não haver diferenciações por produtividade. Tudo favorece um sentimento de descanso (Wetzel, 2000).

### **A organização e os trabalhadores durante a privatização no Brasil**

A melhor metáfora para esse período é a do *barco afundando* em alto mar ou a de um antigo e *impotente automóvel tentando atravessar um túnel durante uma tempestade* sem visualizar a luz no final (Silva & Vergara, 2000). Os *aspectos positivos* da percepção sobre o processo de privatização são de que existem pessoas leais à organização, preocupadas de que esta não perca o rumo. Existe um grupo de pessoas que se mantém unidas e a competência das pessoas é o que as ajuda a manterem-se firmes. A mudança não representa o fim da organização, há a esperança de que, na mudança, possa nascer uma organização melhor (Palassi, 1998; Silva & Vergara, 2000).

Os *aspectos negativos* referem-se à incerteza a respeito do futuro do setor, da organização e dos trabalhadores, devido às críticas à atuação do sistema político e à direção da empresa, que impossibilitam uma direção clara. A falta de transparência na condução do processo, de informações e de participação dos trabalhadores e da sociedade civil nas decisões aguça a incerteza e provoca ressentimentos e desconfianças quanto aos interesses que estão por trás do processo (Palassi, 1998). Há um distanciamento em relação aos que estão à frente. Percebe-se também, a ruptura da relação entre as pessoas e a organização e a expectativa de separação da empresa. A mudança é imposta por uma ameaça externa e a empresa não está preparada para essa mudança. A impressão é de não haver saída,

o que é entendido como um fato irreversível, inevitável. Dessa forma, percebe-se a desigualdade de condições para se enfrentar a mudança e tem-se uma sensação de que nem todos têm o mesmo a perder. Aponta-se o imobilismo, a existência de pessoas que não se comprometem com a mudança e adotam atitudes individualistas. Além disso, o estilo de gestão e a maneira como o processo é conduzido geram a sensação de sucateamento ou de agravamento dos pontos fracos da empresa, traduzidos em perda de solidez organizacional. Há o sentimento, durante todo o processo, de falta de reconhecimento dos trabalhadores pela dedicação ao trabalho desenvolvido, (Palassi, 1998) e a sensação de que a falta de informação é a verdade que está sendo escondida (Palassi, 1998; Silva & Vergara, 2000).

Nesse sentido, a privatização é entendida como a falta de vontade política de reestruturação da empresa (Palassi, 1998). A viabilidade em reestruturá-la está centrada em aspectos, como o conhecimento da empresa e dos procedimentos de trabalho, as boas condições infra-estruturais, o orgulho de pertencer à empresa, a dedicação ao trabalho, a definição razoável dos limites de responsabilidade na tomada de decisões, de comunicação horizontal, da expectativa dos trabalhadores em fazer carreira e do nível razoável de desenvolvimento que apresentam, cujo potencial poderia ser aproveitado (Palassi, 1998; Silva & Vergara, 2000). Os aspectos negativos da percepção sobre a capacidade da empresa mudar durante o processo estão centrados na cultura organizacional conservadora, nas deficiências do processo de comunicação, na falta de um processo formal de avaliação de desempenho, na baixa motivação à mudança, na redução do quadro de pessoal como resultado de planos de demissão voluntária ou de desligamentos espontâneos que ocorrem durante o processo e restrições para novas contratações, da falta de planos individuais de treinamento, da desigualdade no acesso à informação e da importância outorgada a distintas áreas (Palassi, 1998; Silva & Vergara, 2000).

A área de “recursos” humanos apóia o desenho e a criação de regras do clube de investimentos. As questões referentes ao pessoal e à empresa são pontos que recebem pouca importância ou prioridade durante a preparação para a privatização. As deficiências de atuação da área são evidenciadas e o *benchmarking* praticado é exercido de forma rotineira. Nenhum projeto específico é desenvolvido em função da privatização. A rotina e o cotidiano do trabalho seguem em frente, como se a empresa não estivesse sob a ameaça de uma transformação estrutural. Os processos de enxugamento do efetivo não proporcionam a requalificação ou a orientação das pessoas desligadas, visando a prepará-las para o retorno ao mercado, seja com negócio próprio, seja como empregadas. Na literatura, somente encontramos uma empresa que se dis-

pôs a manter muitas reuniões com os trabalhadores, sindicalistas e órgãos de representação da sociedade civil e imprensa, para explicar como o processo de privatização seria conduzido. Nas demais empresas ocorrem muitos boatos e ruídos na comunicação (*Oliva, 2000*) e sequer se tenta ganhar o apoio dos trabalhadores pró-privatização. Encontramos apenas uma exceção nesse sentido. Há um caso específico, em que o presidente enviou à família dos trabalhadores uma carta tranquilizando-as e seduzindo-as a apoiar a privatização (*Graciolli, 2000*). Há uma falta de informação oficial, ler os jornais, assistir programas na televisão sobre a privatização, buscar informações com colegas e pessoas que passaram pela situação ou detêm informações sobre o processo em andamento, passa a ser uma necessidade cotidiana (*Palassi, 1998*).

Quanto ao clima organizacional, observa-se que é tenso e de insegurança, o pior possível, porque os trabalhadores temem as demissões, fato ocorrido mesmo na empresa que conduziu o processo de comunicação durante o processo de forma adequada. A diretoria lidera o processo de mudança, mas os demais gestores não o sustentam, deixando de monitorá-lo. Pelo contrário, tentam proteger as pessoas por falta de informação ou por medo de serem demitidos (*Oliva, 2000*). Estratégias de enfrentamento são adotadas pelos trabalhadores após receberem a notícia de privatização, como, o planejamento para a solução do conflito (luta contra a privatização) e do desemprego (reflexão de alternativas de trabalho/sobrevivência), o desabafo, a auto-responsabilidade, a reavaliação, o autocontrole, a fuga, a inércia e a procura de suporte social (*Palassi, 1998*).

Nesse período, a ação sindical é intensa e é percebida como precária, impotente, embora sejam reconhecidos seus esforços. Durante o processo de privatização, algumas vezes, os sindicatos têm se encontrado em posições contraditórias, enfraquecendo ou diminuindo sua capacidade de mobilização. Um exemplo pode ser citado na empresa em que o presidente tentou ganhar o apoio dos trabalhadores com uma carta enviada às famílias visando seduzi-las a apoiar a privatização. O sindicato, na época, acabava de passar por um processo eleitoral, tendo como chapa vitoriosa a Força Sindical, que apoiou a privatização, em troca do empenho da direção da empresa na sua campanha, agindo de forma repressora, a fim de derrotar a chapa adversária – a direção Cutista até então vigente no sindicato (*Graciolli, 2000*). Com o tempo e o avanço das privatizações, instaura-se a crença de que essa é uma saída inevitável, instalando o sentimento de impotência para lutar contra a privatização. A empresa privada e o mercado de trabalho apresentam umas imagens ameaçadoras, aguçadas pela falta de experiência e pela sensação de despreparo. A crença geral é que todos serão despedidos e que a empresa os substituirá por estagiários, jovens com menor remuneração e empresas

terceirizadas (Palassi, 1998 & Wetzel, 2000).

Nesse contexto, os projetos da área de “recursos” humanos são interrompidos e a legislação sobre privatização não exige que as rotinas administrativas desta área sejam alteradas. Há necessidade de maior informatização e uma estratégia intensa mais efetiva. Há também a demora da adesão dos funcionários ao processo de mudança organizacional (Oliva, 2000). Embora a literatura sobre enxugamento argumente que os objetivos esperados com a redução em massa não são atingidos e que há uma série de conseqüências negativas (Caldas, 2000), a realidade do cotidiano dos processos de privatização é a redução maciça do quadro de pessoal (*downsizing*). A prática comum mais utilizada são os programas de demissão voluntária ou incentivada, que começam durante o processo de privatização e se estendem até a reestruturação pós-privatização.

A renegociação do contrato psicológico se dá com a implantação desses programas, produzindo a crença de que, após a privatização, todos serão demitidos. As nomenclaturas mais comuns para esses planos são Programa de Desligamento Voluntário e Programa de Demissão Incentivada. Não há regularidade sobre qual nome se deve usar em função da titularidade da empresa (estatal ou privatizada), mas o que se observa na literatura, é a adoção com maior frequência de “voluntária” para estatal (durante o processo) e “incentivada” para a empresa privada (privatizada), mas o inverso também pode ocorrer. Há casos, porém, em menor quantidade.

A definição do público-alvo também varia. Alguns programas respeitam o caráter opcional estabelecendo critérios de adesão, outros mantêm a prerrogativa de a empresa aceitar ou não as adesões. Em outros casos, alguns trabalhadores são convidados a aderir ao plano ou a aceitar a transferência de áreas e locais de trabalho ou se promove tanta pressão no ambiente interno que, por fim, acabam por descaracterizar o termo voluntário ou incentivado. A eficácia da argumentação, a credibilidade da fonte, a insistência e a publicidade das campanhas de lançamento do programa e o prazo para a adesão são decisivos para o sucesso no volume de adesões. Há empresas que criam centros de orientação para a resolução de dúvidas, algumas instituem sistemas informatizados para consultas e outras simplesmente lançam esses programas sem atuação adicional. Em geral, o volume de adesões costuma ser alto (Calderón, 2000).

O sucesso desses programas está relacionado com sua capacidade subjetiva de promover: *a)* o entendimento da demissão como uma decisão pessoal, uma demonstração de valentia; *b)* o convencimento dos trabalhadores sobre as vantagens econômicas da adesão ao programa e a incapacidade para questionar o que lhes é oferecido como vantajoso; *c)* a avalanche

de informações acerca de seu futuro profissional para ser elaborada em pouco tempo; *d*) o grande investimento de tempo em fazer cálculos e projetos; *e*) o isolamento das pessoas, perda de referências; *f*) a suspensão da capacidade de análise crítica da situação; *g*) a campanha publicitária (“Realize seu sonho”), gerindo a subjetividade e os sonhos individuais; *h*) a mudança brusca do clima organizacional para uma preocupação individualista; *i*) a ausência de alternativas; *j*) a incapacidade do sindicato para enfrentar a situação. Assim, esses programas rompem a política de emprego e instalam a política de desemprego. Sua eficiência está centrada na transformação do antigo funcionário em um funcionário novo (*Calderón, 2000*).

O isolamento provoca a percepção da demissão como tentativa individual de buscar soluções. Diante do isolamento, a conversação se transforma no veículo mais importante para a conservação da realidade, ajudando o programa a encontrar sua legitimação nos próprios funcionários. A disseminação do medo impossibilita saídas coletivas e conduz a saídas individuais como mecanismo de defesa, desaguando na decisão pela adesão. O medo e a ameaça de precarização rompem biografias. Esses programas geram uma vivência de ruptura dos contratos psicológicos e das relações de trabalho vigentes e provocam mudanças de natureza afetiva. É a crise do ator sem personagem, com a dificuldade para anular um papel adquirido ao longo de toda uma vida. O trabalhador, então, vê-se incapaz de responder às necessidades de mudança devido à conjuntura interna e externa que se apresenta como ameaçadora (*Calderón, 2000*). Esses planos tornam as mudanças futuras tangíveis. O clima tenso e de incerteza, a falta de informação e as campanhas de divulgação do plano contribuem para fortalecer a instauração do cenário de mudança, tornando a estabilidade no emprego coisa do passado (*Palassi, 1998 & Wetzel, 2000*).

Algumas pessoas se preparam de imediato para enfrentar os novos valores organizacionais, associando a empregabilidade à produtividade. Outras empreendem ações individuais de preparação para o futuro (aprender idiomas, informática, cursos de especialização, etc.) (*Palassi, 1998 & Wetzel, 2000*). Uma parcela significativa demonstra dificuldade em encontrar saídas, rever carreiras ou projetos profissionais e passa a buscar compulsivamente inúmeras opções de sobrevivência. A falta de iniciativa na busca de alternativas também se faz presente e é justificada pela falta de tempo e de dinheiro, pelas indefinições sobre o que fazer, pela intenção de aposentadoria, pela decisão de investir nos filhos ao invés de investir em si mesmos, pela esperança de não ser demitido. Além de tudo, há problemas relacionados com a saúde ou dedicação à resolução de outras questões mais urgentes da vida familiar e estratégias defensivas para manutenção do con-



trole emocional, como, evitar pensar no que pode acontecer, viver o presente e esquecer o futuro, desmotivação e confiança em Deus (*Palassi, 1998*).

A mudança de planos para o futuro é caracterizada pela impossibilidade de pensar além do presente, pelas preocupações com a sobrevivência e manutenção da família, pelo salário reduzido pela aposentadoria pretendida e pelo campo de trabalho restrito em sua área profissional. Logo após a notícia, há dificuldade de identificar os impactos da mudança em suas vidas, seja pelo fato de estarem começando a percebê-las e a aceitar a nova realidade como um fato concreto, seja pelo incomôdo em lidar com o cenário imposto. Apesar desse cenário, os setores da vida que mais melhoram referem-se à participação sindical e ao relacionamento com os colegas de trabalho, embora observem uma presença mais notável do individualismo em relação ao passado. Os setores que mais pioram referem-se aos planos para o futuro, os hábitos de consumo-lazer e convívio social e o relacionamento com a família (*Palassi, 1998*). Com o passar do tempo, esses setores vão ganhando valorações diferenciadas e alguns aspectos passam a ser considerados positivos. Esse é um campo fértil para futuras investigações (*Palassi, 1998*).

O certo é que a privatização chega carregada de significados simbólicos associados com o temor e a esperança. O principal objeto de preocupação é a estabilidade no emprego. Para muitos, privatização é significado de demissão, para outros, representa novas oportunidades e projetos de promoção. Os trabalhadores têm consciência do processo de privatização que se produz no Brasil, pois circulam rumores acerca da possibilidade de serem privatizados, alimentados pelas notícias nos meios de comunicação (*Wetzel, 2000*). A possível ruptura se percebe como involuntária e a resistência à mudança, mais que uma presumível característica da natureza humana, é na realidade, fruto do significado construído pelo processo de mudança (*Palassi, 1998; Silva & Vergara, 2000*). As indefinições geram um medo exacerbado do desemprego e impactos diferentes nos grupos ocupacionais, na forma de agir e executar o trabalho (*Palassi, 1998*), afetando de maneira negativa a moral (*Silva & Vergara, 2000*).

O maior impacto da privatização na empresa e nos trabalhadores é gerado pelas demissões e pela ameaça de demissão constante (*Palassi, 1998; Rowe & Junior, 2000; Oliva, 2000*). Uma prática que não é exclusiva dos processos de privatização, mas também ocorre nas empresas privadas desde a década de 80. No caso dos processos de privatização, o enxugamento atinge os objetivos de redução do quadro e de rompimento com a cultura organizacional estatal vigente, mas não ficam imunes às consequências negativas citadas na literatura sobre esse assunto. De acordo com *Caldas (2000)*, os efeitos



do enxugamento de pessoal podem ser notados em várias dimensões, sejam elas macro (impactos do desemprego quanto aos problemas sociais, econômicos e políticos para a sociedade), sejam micro (impactos do enxugamento na empresa, nos trabalhadores demitidos e remanescentes).

Apresentamos a seguir, os efeitos do enxugamento mais citados na literatura sobre os impactos da privatização nos trabalhadores no Brasil, categorizados segundo os tipos de efeitos definidos por Caldas (2000): *efeitos no ambiente de trabalho* (perda de lideranças, deterioração do clima organizacional, aumento do nível de conflito, política de estresse); *efeitos na eficiência interna* (perda de experiência e de memória organizacional, perda da qualidade e de rapidez na tomada de decisão, crises de comunicação), *efeitos na eficácia organizacional* (queda na qualidade de produtos e serviços, perda de visão), *efeitos nas relações de trabalho* (deterioração das relações trabalhistas), *efeitos de imagem externa da organização* (prejuízo à imagem que clientes e parceiros têm da organização), *efeitos emocionais* (instabilidade emocional, vulnerabilidade, ansiedade, angústia, tensão), *efeitos psicológicos* (insegurança, medo), *efeitos sociais* (deterioração das relações interpessoais), *efeitos comportamentais* (apatia, falta de estímulo, perda de criatividade, aumento na rotatividade voluntária), *efeitos atitudinais* (queda na dedicação e no comprometimento em relação à organização, queda na motivação e satisfação em relação à empresa e/ou na sua direção, ressentimento com a organização).

Esses efeitos são visíveis para quem vivencia o processo de privatização ou revisa a literatura numa perspectiva psicossocial. Embora a literatura sobre enxugamento recomende a adoção de *moderadores de efeitos de enxugamentos*, por uma questão moral (única coisa a fazer) ou técnica (minimizar as conseqüências), quando isso for inevitável, nenhuma providência nesse sentido é adotada durante o processo de privatização. Ao revisar a literatura, percebe-se a *ausência da adoção de fatores moderadores de enxugamento nos processos de privatização*, ou seja, fatores ou circunstâncias que possam atenuar os efeitos que os cortes provocam na organização e nos trabalhadores demitidos e remanescentes. Lamentavelmente, a *escassez da adoção desses moderadores*, de políticas de reconversão profissional ou de programas de assistência ao trabalhador, no sentido de oferecer-lhes suporte social no contexto das transformações do mundo do trabalho, não é comum somente nos processos de privatização, mas também nas organizações privadas. Segundo o SENAI (1998), apesar da redução de postos de trabalho nos últimos anos, a maioria das empresas não desenvolve programas de demissão voluntária ou oferece treinamento para empregados em risco de perder o emprego.

Pode-se observar que os programas de demissão voluntária para o Senai são entendidos como programas de assistência ao trabalhador, o que talvez possam vir a ser, se não forem conduzidos da forma como relatamos. A constatação é de que nem mesmo as empresas consideradas socialmente responsáveis praticam programas de assistência ao trabalhador em risco de perder o emprego, concluindo que 32% dessas empresas não oferecem plano de carreira, 48% não preparam os trabalhadores para a aposentadoria e 41% não ajudam na recolocação dos demitidos (SENAC, 1999). A percepção dos trabalhadores sobre a conjuntura interna e externa que pressiona a empresa a ser privatizada e a maneira como o processo é gerado e conduzido retratam a irresponsabilidade social durante o processo de privatização, seja em relação aos trabalhadores, seja em relação à sociedade que depende desses serviços e fica à deriva da complexidade, morosidade, falta de transparência, indícios de corrupção, interesses políticos e indefinições sobre o futuro da empresa (Palassi, 2000).

A literatura sobre impactos da privatização (tanto no Brasil como no exterior) demonstra que a forma como o processo de privatização é conduzido mais aterroriza do que promove suporte ao trabalhador (Palassi, 1998; Rowe & Ferreira Junior, 2000; Oliva, 2000). Obviamente, a legislação trabalhista e a política de proteção social aos cidadãos, características de um Estado de Bem-Estar Social, também influem na percepção do impacto e da valoração dos moderadores. No Brasil, as críticas encontradas na literatura recaem sobre a falta de “preparação” do trabalhador para a privatização, ao invés de um debate sobre políticas de proteção social ao brasileiro desempregado. As principais críticas referem-se à falta de conscientização de que a privatização acontecerá e prováveis consequências para eles, à falta de incentivo e de promoção de treinamentos e outros cuidados relativos à empregabilidade e à implantação de planos de demissão incentivada ou voluntária sem orientações relativas à montagem de pequenas empresas compatíveis com os valores a serem recebidos, o que poderia ser feito, em conjunto com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – Sebrae e universidades – proporcionando um meio de vida para esses trabalhadores (Rowe & Ferreira Junior, 2000).

O que se observa ao final do processo de privatização é um ambiente de trabalho que pode ser sintetizado na expressão “*se correr o bicho pega, se ficar o bicho come!*”, oferecendo aos trabalhadores “algumas opções”: a) lutar contra a privatização e ser demitido; b) torcer para a empresa não ser privatizada, nela permanecendo, assistindo ao sucateamento da empresa e vivenciando-o; c) aceitar a privatização, correndo o risco de ser demitido e excluído dos direitos que possuía; e d) aceitar a

privatização e continuar empregado, embora sinta dia-a-dia a iminência de ser demitido (*Palassi, 1998*).

### **A organização e os trabalhadores após a privatização no Brasil**

A criação do novo contrato psicológico representa a perda da segurança, maior cobrança por resultados, maior carga de trabalho – com muitas horas extraordinárias, maior responsabilidade e autonomia sobre a tarefa. Instaura-se uma cultura de multifuncionalidade, valorização do desempenho pessoal e abertura da comunicação vertical. A cobrança resulta no aumento da quantidade de horas de trabalho e em um grande desgaste que, com frequência, tem implicações para a vida pessoal. Substitui-se a valorização de realizações passadas pelo compromisso com as futuras. No entanto, a mudança mais importante é a diminuição da estabilidade do emprego e a consciência de sua fragilidade, porque a incerteza gera preocupação e passa-se a pensar que nem mesmo um bom desempenho é garantia para a manutenção do emprego. Após a privatização, os planos de demissão voluntária ou incentivada são entendidos como estratégia para redução de custos, assinalando que a empresa entrará em um cenário distinto quanto à concorrência pela conquista de clientes e manutenção da rentabilidade (*Wetzel, 2000*).

A vivência do novo contrato psicológico pode ter efeitos diferentes nos trabalhadores em função de como a empresa estatal se encontrava antes da privatização e de sucessos sindicais na negociação de estabilidade temporal no emprego. Ao revisar a literatura, encontramos apenas as diferenças observadas em relação à situação da empresa estatal antes da privatização. Nos casos em que a empresa não era deficiente, a tendência, quando há sucesso na renegociação do contrato psicológico, é de os trabalhadores manterem a confiança na empresa fazendo com que as mudanças ocorridas sejam insuficientes para eliminar a crença de que a empresa é um bom lugar para trabalhar. Já nos casos em que a empresa era deficiente antes da privatização, a tendência, em caso de sucesso na renegociação do contrato psicológico, é de reconhecimento em parte, de que certas mudanças permitem novas oportunidades de crescimento profissional, embora impliquem *estress* e desgaste. O aspecto comum na vivência do novo contrato psicológico é da perda de estabilidade no emprego. O êxito da mudança do contrato psicológico está relacionado com uma renegociação em que as bases das relações se transformam sem que apareça um sentimento de violação contratual (sentimentos de injustiça, pesar, desconfiança, raiva, traição e valoração de que suas obrigações na

empresa passaram a ser menores) (Wetzel, 2000).

Essas empresas registram crescimento no faturamento e aumento substancial no recolhimento de impostos. No entanto, aos poucos, vão demonstrando às autoridades e à sociedade em geral a impossibilidade de se manterem participando diretamente do custeio das despesas públicas e do desenvolvimento dos municípios em que operam, como faziam quando eram estatais. A transparência no comportamento da liderança é uma prática incentivada pela alta administração, mas a obtenção de resultados depende do desenvolvimento contínuo dos gerentes. Após a privatização, essas empresas costumam apresentar a nova missão, visão e valores da cultura organizacional aos trabalhadores. Quando demoram em fazê-las, permitem que o comportamento da fase estatal se prolongue na gestão privada (Oliva, 2000).

Nesse período, há a centralização das estruturas de “recursos” humanos e a definição de políticas válidas para toda a organização. A área de “recursos” humanos continua a realizar os desligamentos. As empresas que optam pelos Programas de Demissão Incentivada (PDI), atuam em conjunto com os gerentes na concepção e implantação do programa. Passa a investir no desenvolvimento técnico e comportamental e, em especial, no desenvolvimento gerencial, intensificando os programas de compensação pelo desempenho e aperfeiçoamento de rotinas administrativas e de sistemas. Também promove a reorganização dos processos, gerando maior agilidade. No entanto, as deliberações se dão no sentido *top-down* e não recebem atenção considerável dos gerentes e demais trabalhadores, visando a legitimar os aprimoramentos e os resultados pretendidos (Oliva, 2000).

Inicialmente, as empresas definem o nível da direção e há uma variação na manutenção ou eliminação dos gerentes. Na literatura, encontramos três organizações que, num primeiro momento, preservaram os gerentes e uma que destituiu todos eles, transferindo alguns, pedindo a outros para aderir ao PDI e efetivando os demais em caráter definitivo nos cargos. Realizam novos PDIs, desligam os aposentados e excepcionalmente funcionários com desempenho ou comportamento abaixo das expectativas, sem definir limites para os desligamentos. O efetivo de trabalhadores passa a ser controlado diariamente. Há um crescimento da produção pelo investimento realizado em tecnologia, aliado à redução do quantitativo de trabalhadores, gerando aumentos globais de produtividade (Oliva, 2000).

Os sistemas de remuneração são revistos, mas de forma lenta e incompleta, devido às constantes alterações na estrutura. A prática comum é a redução do número de cargos e a adoção dos programas de remuneração variável (vinculado às metas). As empresas reduzem cláusulas do acordo coletivo e incorporam na remuneração das pessoas o que é o estabelecido

por lei. O efetivo da área de “recursos” humanos é reduzido em índices maiores que o observado no global dessas empresas. A comunicação interna passa a ser coordenada pela área de “recursos” humanos em conjunto com a linha de comando, modelando o estilo de gestão, melhorando o clima organizacional e a renovação dos padrões da cultura organizacional. Um número significativo de pessoas do nível operacional trabalha com prazos curtos em um quadro enxuto, exigindo-se mutirões para cumprir as demandas, sem admitir que o trabalhador não possa fazê-lo. O grande salto qualitativo no aperfeiçoamento das rotinas refere-se à utilização da informática, integrando sistemas de folha de pagamento com controles de frequência eletrônico, promovendo relatórios aos gerentes diferenciados, via servidor, no qual cada um consulta e define o estilo que deseja a partir de uma base de dados comum (*Oliva, 2000*).

A tendência nas empresas que adotam a metodologia de times autogerenciáveis é a expansão dessa prática, a redução do quantitativo de gerentes e a auto-avaliação de desempenho, monopolizada ainda pelos gerentes. Há também propensão a oferecer um emprego com qualidade, mas não com estabilidade. A qualidade é entendida como bom ambiente de trabalho, tarefa interessante, valorização da compensação justa, possibilidade de influir na construção da empresa e dela receber apoio para o desenvolvimento pessoal. Também diminuir a participação da parcela fixa da remuneração, aumentando a parcela variável e mantendo a redução do número de cargos. Outra tendência é estender os sistemas de administração, restritos à alta administração, aos níveis mais próximos da base e manter a área de “recursos” humanos participando nas decisões estratégicas da empresa (*Oliva, 2000*).

Os principais impactos são as demissões, o aumento da carga de trabalho, a perda de benefícios, a pressão e desunião entre os trabalhadores. Portanto, o clima organizacional varia; encontramos climas bons e ruins na literatura. Onde o clima é ruim, a percepção é que quase não há melhoria para os trabalhadores e poucas melhorias para a empresa. Tanto para o nível gerencial como para os demais trabalhadores, há mais mudanças negativas do que positivas, afetando-os de forma semelhante. Quando tentam encontrar algo positivo, mencionam desafio, reconhecimento profissional, treinamentos e agilidade. O único aspecto relevante apontado como positivo é o término da influência dos políticos (*Rowe & Ferreira Junior, 2000*).

Dessa forma, há mudanças no comportamento dos trabalhadores. Observa-se maior vontade de aprender devido ao medo de perder o emprego, maior preocupação com o auto-desenvolvimento e em participar de treinamentos oferecidos pela empresa, buscando ser polivalente para ter maio-

res possibilidades de enfrentar os desafios que o trabalho impõe e a execução das atividades com maior atenção. Os trabalhadores estão insatisfeitos com a empresa e o principal motivo são as demissões constantes. As maiorias dos gerentes não se relacionam com os demais trabalhadores adequadamente, não lhes dão autonomia ou reconhecem o seu trabalho. Faltam, para os gerentes, informações sobre as decisões e as políticas adotadas pela empresa, gerando dificuldades para o gerenciamento. Também, falta planejamento para melhorar o direcionamento das atividades gerenciais, proporcionar maior delegação de poder e objetividade na comunicação interna, limitando-os na execução do seu trabalho (Rowe & Ferreira Junior, 2000).

Embora o sindicato tenha atuado intensamente durante o processo, não conseguiu evitar que as demissões ocorressem, mesmo para aqueles que se propuseram a colaborar com o processo de privatização. Os trabalhadores julgavam o sindicato sem força e sem condições para lhes prestar apoio, revelando insatisfação por não vê-lo atuar mais energicamente contra as demissões constantes. A atuação do sindicato é mais moderada, mas o motivo não se refere exclusivamente a ação dos gestores da empresa, mas também aos efeitos da globalização e da situação econômica do País (Oliva, 2000).

Com o enxugamento de pessoal, diminui a qualidade do serviço e os usuários passam a exigir e a cobrar dos trabalhadores, diminuindo a credibilidade na empresa e o orgulho de nela trabalhar. A maior parte dos trabalhadores não vêem possibilidade de crescimento profissional na empresa, devido à política de contratação, que prefere admitir pessoas ao invés de treinar os próprios trabalhadores, reduzindo a admiração pelos gerentes contratados. Há necessidade de definir um quantitativo de trabalhadores compatível com as demandas do trabalho, assim como os perfis e qualificações necessárias (Rowe & Ferreira Junior, 2000).

As representações sociais dos trabalhadores remanescentes do processo de privatização, daqueles que se desligaram da empresa neste processo e dos que foram admitidos após a privatização revelam que a representação que os trabalhadores têm da empresa hoje foi construída durante e após o processo de privatização e é assumida por todos (Tavares & Goulart, 2001).

O impacto do processo de privatização nos trabalhadores remanescentes, nos demitidos, nos “aposentados voluntários” e naqueles que foram trabalhar em outras empresas, revela reflexos negativos do processo sobre todos os atores. Houve redução do número de filiados e menor participação sindical dos sindicalizados por medo de retaliações. Tanto os remanescentes como os ex-trabalhadores da empresa manifestam medo e sofrimento diante de uma série de inseguranças que se apresentam em relação ao mercado de trabalho, ao emprego, à renda, à representação e formas de contratação

do trabalho. Essas inseguranças geram reações extremas de sofrimento psíquico, que vão desde o suicídio e a depressão, até mecanismos de negação da demissão e da mudança de *status* do trabalhador (Tolfo, et al. 2001).

Os impactos na qualidade de vida no trabalho pós-privatização pioraram no que tange a remuneração justa, assistência médica, ajuda para alimentação, previsão privada, condições físicas do ambiente de trabalho, condições e ritmo de trabalho, carga horária, realização e desenvolvimento pessoal, identificação com a tarefa, reconhecimento, segurança no emprego, atuação sindical, feedback extrínseco, liberdade de expressão, valoração do cargo. Apenas a responsabilidade representa um ganho para o trabalhador quando se acompanha de um aumento na remuneração (Nunes & Moraes, 2000).

## Conclusão

A partir da revisão da literatura aqui apresentada sobre o tema dos impactos psicossociais do movimento privatizador nos trabalhadores, pode-se ressaltar, como achado mais importante, o consenso de que o processo de privatização é um acontecimento estressante para os trabalhadores, enquanto sua gestão não for revista.

Na maioria dos trabalhos que analisam os impactos psicossociais do processo de privatização, observa-se que tanto no exterior como no Brasil, os trabalhadores carecem de uma visão geral do processo e da situação econômica, assim como das regras que governam o processo, o que dificulta a adoção de estratégias de enfrentamento. Obtiveram pouca informação em algumas reuniões oficiais no início do processo, e por meio dos colegas e dos meios de comunicação. A tomada de decisão baseia-se exclusivamente nos aspectos econômicos, ignorando os trabalhadores, que paradoxalmente, têm de implementar a reforma. Aparecem sentimentos de medo, agressão, sentimentos misturados, deixando os trabalhadores desinformados e desorientados na nova situação, ao mesmo tempo em que mantém a esperança de obter suporte social para compreender as mudanças e rever suas estratégias de enfrentamento. O *maior impacto*, tanto no Brasil como em diversos setores privatizados em diferentes países, é a *demissão coletiva ou enxugamento* do quadro de pessoal durante e após o processo. Essa é uma prática contínua, que se constitui em uma atitude constante nos processos de privatização, visando a reduzir custos, tornar a empresa “atraente” para os compradores e romper com a cultura organizacional estatal vigente. O

sentimento de impotência pós-privatização provoca a passividade no que tange à aceitação da nova ordem imposta na organização e a diminuição da participação sindical por medo de retaliações.

Diante disso, ainda não se observa a adoção de moderadores de efeitos de enxugamentos nos processos de privatização, ou seja, ações que possam atenuar os efeitos que as demissões acarretam na organização, nos trabalhadores demitidos e remanescentes. Constata-se ainda, a ausência de preocupações inerentes à responsabilidade social das organizações durante o processo de privatização, tornando o clima organizacional tenso. Conclui-se que a tendência atual do debate sobre os impactos psicossociais da privatização sequer discute a adoção desses moderadores, embora reconheça a necessidade de reformulação da gestão do processo.



## Referências Bibliográficas

- BALAWAJDER, K. & POPIOLEK, K. (1993). Why people dislike the privatization of their work places? *Polish Psychological Bulletin*, 24 (1), 15-24.
- BIRD, E.J. & SCHWARZE, J. & WAGNER, G.G. (1994). Wage effects of the move toward free markets in East Germany. *Industrial and Labour Relations Review*, 47 (3), 390-400.
- CALDAS, M. P. (2000). Enxugamento de pessoal no Brasil: podem-se atenuar seus efeitos em empresa e indivíduo? *Revista de Administração de Empresas – RAE*, 40 (1), 29-41.
- CALDERÓN, R. do C. dos S. (2000). *Desemprego e subjetividade: um estudo sobre programas de demissão voluntária*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. São Paulo: Universidade de São Marcos.
- CUI, Z. (1997). Privatization and the consolidation of democratic regimes: an analysis and an alternative. *Journal of International Affairs*, 50 (2), 675-692.
- EDGREN, G. (1990). Los sindicatos y el ajuste del empleo: estudios de casos de empresas asiáticas. *Revista Internacional del Trabajo-Organización Internacional del Trabajo*, 109 (4), 537-560.
- GRACIOLLI, E. J. (2000). Um laboratório chamado CSN: greves, privatização e sindicalismo de parceria (a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda). In: *Anais do XXIV Encontro Anual da ANPOCS* (p. 23 a 27). Rio de Janeiro: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
- JOHNSON, G. & SMITH, S. & CODLING, B. (2000). Microprocesses of institutional change in the context of privatization. *Academy of Management Review*, 25 (3), 572-580.
- LANGFORD, T. (1996). Effects of strike participation on the political consciousness of Canadian postal workers. *Industrial Relations*, 52

(3), 563-585.

NELSON, A. & COOPER, C. L. (1995). Uncertainty amidst change: the impact of privatization on employee job satisfaction and well-being. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 68, 57-71.

NUNES, S.C. & MORAES, L.F.DE R. (2000). Privatização: qual a percepção dos trabalhadores a respeito de seus impactos sobre a qualidade de vida no trabalho? In: *Anais do 24º Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração – ENAMPAD* (p. 176). São Paulo: Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração.

OLIVA, E. de C. (2000). Siderúrgicas – Reflexos da privatização da Gestão de “recursos” humanos. In: *Anais do 24º Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração – ENAMPAD* (p. 258). São Paulo: Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração.

PALASSI, P. M. (2000). Olhares sobre a Privatização do Setor de Saneamento Capixaba. In: *Anais do 24º Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração – ENAMPAD*, (p. 76). São Paulo: Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração.

PALASSI, P. M. (1998). *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come! : o impacto da notícia de municipalização privatizada sobre trabalhadores do setor de saneamento. Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo.

PARRY, D. & WADDINGTON, D. & CRITCHER, C. (1997). Industrial relations in the privatized mining industry. *British Journal of Industrial Relations*, 35 (2), 173-196.

ROWE, D. E. O. & JUNIOR, FERREIRA. R. R. (2000). A influência do processo de privatização nos “recursos” humanos: um estudo de caso na Telemar Alagoas. In: *Anais do 24º Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração – ENAMPAD* (p. 265). São Paulo: Associação Nacional de Programas de Pós-

Graduação em Administração.

SÁNCHEZ-VIZCAÍNO, J. (1996). Empleo público y privatizaciones. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 13, 75-95.

SILVA, J. R. G. da & VERGARA, S. C. (2000). Significado da mudança: as percepções dos funcionários de uma empresa brasileira diante da expectativa da privatização. *Revista de Administração Pública*, 34.

SENAI. (1998). Modernização, emprego e qualificação profissional. Rio de Janeiro: SENAI.

SENAC (1999). *Perfil da empresa que investe em projetos sociais na comunidade*. São Paulo: SENAC.

TAVARES, K.C & GOULART, I.B. (2001). Representações sociais do processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce: uma construção dos trabalhadores – Mina de Timbopeba – Distrito de Antônio Pereira – Ouro Preto – MG. In: *Anais do XI Encontro Nacional da ABRAPSO. Psicologia Social e Transformação da Realidade Brasileira: desafios e perspectivas para a ABRAPSO 21 anos depois*, Acessado em 07 de setembro de 2006, de <http://www.bvs-psi.org.br/abrapso/busca.asp#top>

TOLFO, S. R & ALMEIDA, A.R & GRANDI, C.A. & CORREA, C & PICININ, D.C. & NOERNBERG, T. R. (2001). A privatização e os impactos sobre o trabalho dos sujeitos de uma empresa de telecomunicações. In: *Anais do XI Encontro Nacional da ABRAPSO. Psicologia Social e Transformação da Realidade Brasileira: desafios e perspectivas para a ABRAPSO 21 anos depois*, Acessado em 07 de setembro de 2006, de <http://www.bvs-psi.org.br/abrapso/busca.asp#top>

WATANABE, S. (2002). Restructuring of the Japanese National Railways: implications for labour. *International Labour Review*, 133 (1), 89-111.

WETZEL, U. (2000). Transformação do contrato psicológico no contexto da privatização: estudo de casos. In: *Anais do 1º Encontro de Estudos Organizacionais - ENEO* (p. 1-16). Curitiba: Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração.

Márcia Prezotti Palassi

E-mail: [mprezotti@hotmail.com](mailto:mprezotti@hotmail.com)

• *recebido em novembro de 2005.*

• *aprovado em maio de 2006.*

---

## **Condições de trabalho e precariedade: o caso de camareiras num hotel na França**

**Maria Bernardete Ferreira de Macedo**

Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco, membro do GTM-Genre, Travail, Mobilités-CNRS e Coordenadora do GESTIA-Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gênero, Saúde, Trabalho, Infância e Adolescência.

### **Resumo**

O presente artigo resulta de um estudo sobre o trabalho de camareiras em um hotel na França, no contexto da vaga de atentados e da greve de transportes que mobilizaram a França, de junho a dezembro de 1995. Essa atividade de “trabalho precário” implica uma organização social e técnica que coloca em evidência a flexibilidade e precarização do trabalho hoteleiro. As mulheres camareiras vivem a precariedade do trabalho através de uma disponibilidade permanente relacionada a incerteza das horas de trabalho, da irregularidade dos horários, da submissão às exigências da clientela e do mercado. Este estudo demonstra as formas de segregações, sexual, de cor da pele, profissional. Desvalorização social e econômica se acumulam sobre esse posto de trabalho que tem importância fundamental para o funcionamento do hotel.

### **Palavras-chave**

Condições de trabalho, flexibilidade, camareiras, organização do trabalho e cor da pele.

## **Work conditions and casual/flexibility: the case of cleaning women in a hotel in France**

### **Abstract**

This article results from a study of the work of cleaning women in a hotel in France. This activitie of precarius work involve physical involvement, availability, adaptability, social and technical organization. The experience the casualization of work as permanent availability related to uncertainty as to the duration of the work, irregularity of schedules, submission to the requirements of the customers and the market. Segregation, whether sexual, based on skin-color or professional, women's vulnerability to the employer, social and economic devalorization, combine in this job which plays a central role in the functioning of the hotel.

### **Key-words**

Work conditions, casual/flexibility, cleaning women, work organization and skin-colour or professional.

## Introdução

Este artigo retoma e prolonga alguns elementos de discussão do nosso relatório de pesquisa intitulado “Hôtellerie, Travail et Precarisation – Le cas d’un hôtel en France”, 1997, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Desse estudo, resultaram uma publicação intitulada “Femmes de ménage et veilleurs de nuit: une approche sexuée du travail précaire dans un hôtel en France » (2003) e um projeto de pesquisa atualmente em desenvolvimento, intitulado « Trajectoires professionnelles et précarisation de la santé au travail : le cas de femmes de ménage et de veilleurs de nuit » com financiamento do Ministère des Affaires Sociales, du Travail et de la Solidarité, Ministère de la Santé, de la Famille et des Personnes Handicapées – Direction de la Recherche, des Etudes, de l’Evaluation et des Statistiques (DREES) – Mission Recherche (MIRE) francesas. A responsabilidade científica é de Danièle Kergoat, com a coordenação de Maria Bernardete Ferreira de Macêdo, e colaboração da pesquisadora Emmanuelle Lada.

Nesse presente artigo, retomamos também algumas reflexões desenvolvidas na nossa publicação em *Cahiers du Genre* (2003), acima citada.

Neste estudo, apresentaremos as condições de trabalho de camareiras, no contexto dos atentados e de greves que mobilizaram a França, em junho e dezembro de 1995. Greve de novembro-dezembro 1995 dos condutores de trem e dos empregados do setor público, luta de setembro 1996 dos “sem papéis” na igreja Saint Bernard. Nove atentados foram cometidos na França, o primeiro em Paris, no dia 25 de julho de 1995.

Os resultados aqui apresentados provieram de uma observação participante num hotel de pequena hotelaria ou hotelaria familiar na França. Nossa observação participante compreendeu o período de julho de 1995 a outubro de 1996, um total de dezoito meses.

As condições de trabalho colocam em questionamento as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho e evidenciam que o processo de precarização do trabalho assalariado, mas igualmente do trabalho doméstico, concerne, quase exclusivamente, a uma população feminina (Cattaneo, 1997).

Os atentados e o movimento de greves conduzem a implicações diferenciadas na relação temporal das atividades, na relação trabalho/saúde e nas situações de experiência de precariedade.

Na França, o trabalho de limpeza é massivamente representativo de empregos femininos no setor de serviços<sup>1</sup>. Com características similares ao trabalho doméstico, os cuidados de limpeza e higiene implicam a utilização competente de utensílios e aparelhos eletrodomésticos. (Ferrei-

ra de Macêdo, 2003).

Nesse período, pudemos analisar a evolução das tarefas e do tempo de trabalho das mulheres camareiras marcadas pela sobrecarga e a multiplicação das exigências<sup>2</sup>. Para este estudo, utilizamos alguns resultados de pesquisas tratando das condições e organização do trabalho de limpeza realizado na década de 90, que articularam saúde, precarização e condições de trabalho (Bretin, 1997 ; Messing, H. & Doniol-Shaw, 1992).

Nesse hotel, o quadro do pessoal empregado é composto de um gerente, três vigias, duas camareiras, uma servidora de café e uma recepcionista. O gerente e a recepcionista são franceses; as atividades de limpeza e vigilância são asseguradas por trabalhadores e trabalhadoras de origem estrangeira: as mulheres são originárias da África e da América do Sul, e os homens, do Oriente Próximo. Estão na França há mais de vinte anos. Nenhum deles é sindicalizado.

Os vigias têm uma formação universitária; dois são arquitetos e exerceram mais de dez anos essa profissão; o terceiro realiza um D.E.A. (Mestrado) em comércio internacional. As duas camareiras têm pouca formação escolar. A idade desses trabalhador(e)as varia de 28 à 45 anos.

### **Divisão social e sexual do trabalho e « cor da pele »**

Nesse hotel, o emprego contínuo de mulheres negras trouxe uma situação de surpresa: o emprego de uma camareira de cor branca, colocando em evidência a problemática da divisão social e sexual do trabalho, articulada com a “cor da pele”. Esta problemática se expressa no trecho do depoimento de uma das camareiras : *“Nós não compreendemos como uma mulher de cor branca seja camareira. Este não é um trabalho para mulheres brancas na França? Como conseguirás empurrar um leito ? (Risos ...)”*.

Para essas mulheres negras , o tempo de trabalho era o elemento central. As condições precárias de trabalho traziam um sentimento de rivalidade e, ao mesmo tempo de insegurança com o emprego de qualquer outra trabalhadora do hotel e que não tivesse passado pelo seu grupo. Isto se expressa no fragmento do depoimento de uma das camareiras: *“Não seja rápida para fazer este trabalho...Aqui ganhamos por hora.. Hoje o hotel está completo! Não vale a pena fazer o trabalho rápido...”*. Isso significava que o trabalho de limpeza era assegurado por duas camareiras e que a jornada de trabalho era no mínimo de sete horas. A expectativa dessas camareiras era de que essa jornada de trabalho se mantivesse



constante, o que não ocorria com frequência, já que o hotel nem sempre funcionava com a capacidade total dos quartos alugados .

A divisão sexual do trabalho imbricada com a « cor da pele », nesse hotel, coloca em questionamento as normas culturais dominantes, como são construídas e interiorizadas por essas mulheres.

Nessa experiência, é em torno do corpo negro das mulheres que as categorias de classe social, gênero e “cor da pele” passam a indicar as relações de dominação da empresa, através da hierarquização dos postos de trabalho, estruturando a percepção e a atribuição de postos, segundo a “cor da pele”. No cotidiano de trabalho, essas mulheres negras conseguem, através de um círculo de solidariedade, manter o emprego entre elas e estabelecer uma estratégia de luta coletiva contra a pobreza. O sofrimento pode se transformar em prática de desconstrução da dominação, de construção do sentimento de pertencimento, de solidariedade, de reconhecimento mútuo, mas também como tensão, oposição, antagonismo, na busca da “normalidade” ou do “equilíbrio psíquico”, entendido como “equilíbrio instável, fundamentalmente precário, entre sofrimentos e defesas contra o sofrimento » Dejours (1993). Isso constitui o ponto central da análise da psicodinâmica do trabalho, definida cientificamente pela “análise dinâmica dos processos psíquicos mobilizados pela confrontação do sujeito à realidade do trabalho” (Dejours & Abdoucheli, 1990:127).

### **Greves e atentados: solidariedade entre as mulheres e redução do tempo de trabalho**

A estrutura do hotel comporta quatro andares, com um total de vinte e dois quartos. Em cada andar, há cinco quartos: três com cama de casal e dois com cama de solteiro. No área onde se encontra a recepção, há dois quartos com cama de casal.

Em julho de 1995, o hotel funcionava com quinze quartos. O quadro de reserva, previa o aluguel de todos os quartos, no período de julho a setembro. Nesse período, ocorrera os atentados de julho, que repercutiram sobre a capacidade de funcionamento do hotel e, em consequência, sobre o tempo de trabalho das mulheres. As reservas foram anuladas, sobretudo aquelas feitas com dois meses de antecedência, por clientes vindos do estrangeiro. Desse modo, o número de quartos alugados variou de cinco a oito. Uma única camareira, realizava as tarefas de limpeza. Para as duas camareiras, as horas de trabalho diminuíram e, conseqüentemente, também

os salários. A jornada de trabalho era no máximo de quatro horas.

É nesse contexto que, dentro do quadro de atividades das camareiras, o gerente acrescenta a limpeza de todos os espaços e ornamentações que se encontram fora dos quartos, como janelas, corredores, área de recepção e quadros colocados nas paredes.

Houve também a modificação do tempo de trabalho das camareiras, **(na primeira semana da greve)**, em novembro de 1995. O hotel funcionou com dez quartos, quarenta por cento da capacidade de instalação. A partir da segunda semana, os clientes vindos das cidades vizinhas, na incerteza de retornar, negociaram com o gerente a baixa do preço dos quartos. Assim, eles asseguram a prolongação da estada no hotel. Da segunda semana de greve até ao final do movimento, o hotel funcionou com setenta e cinco por cento da capacidade de instalação: dezenove quartos. Ocorreu simultaneamente, uma redução importante do ponto de vista financeiro. No entanto, é sobre o trabalho das camareiras que as conseqüências serão importantes porque as horas de trabalho são em função do número de quartos alugados.

No decorrer do movimento de greve, a partir da segunda semana, o gerente para compensar a perda financeira da redução do aluguel dos quartos resultante da negociação com os clientes, flexibiliza o tempo de trabalho das camareiras em semanas alternadas. Uma única camareira se ocupava de dezenove quartos, sendo a maioria composta de dois a três leitos, tendo como conseqüência imediata uma sobrecarga de atividade física. Afora isso, em razão desse movimento, as camareiras permanecem no local de trabalho, no hotel, não somente toda a jornada, elas aí pernoitam, não retornando para casa, durante três semanas. Com isso, são obrigadas a terem despesas suplementares, imprevistas, como compra de camisetas, de calcinhas e de alimentos. O tempo de trabalho das mulheres mantém em permanência o contrato de trabalho com duração determinada e instável. Já o tempo de trabalho da jornada dos vigias permanece imutável. As exigências físicas e psíquicas relacionadas ao tempo de realização das tarefas das camareiras também foram modificadas.

Todavia, malgrado essa situação de trabalho, já suportada nessa sobrecarga, que é agravada pela incidência dos efeitos desse movimento grevista, camareiras e vigias estabelecem um forte laço de solidariedade, de discussão sobre o movimento de greve, de escuta da vivência individual, das lembranças do país de origem, dos gêneros de alimentação e formas de cozinhar de diferentes nacionalidades. Esses momentos de discussão se davam, sobretudo, na hora do jantar, tornando o ambiente de trabalho agradável e alegre.

Chama-nos a atenção que nesse contexto de agravamento das

condições de trabalho precárias e da sobrecarga de atividade física das camareiras, mulheres e homens, vigias, constróem um espaço do *bem comum* – o da política – pela palavra, pela solidariedade, pelos afetos e pela reafirmação de suas identidades culturais.

No contrato de trabalho das mulheres, a duração era determinada, em função da capacidade de funcionamento do hotel e compreendia o salário mínimo horário. Fora dos movimentos de greve e de atentados e nos períodos em que o hotel funcionou com um número de dezenove quartos, uma camareira trabalhava de segunda à sexta-feira, sendo ajudada pela servidora do café da manhã; outra trabalhava no sábado, com a servidora do café da manhã, e no domingo, é o próprio gerente que se encarregava de servir o café da manhã. Uma única camareira se encarregava de assumir as atividades de limpeza do hotel. As exigências físicas para a realização das tarefas, variavam segundo o número de quartos alugados, o tipo de quarto, se de casal ou de solteiro, e de casal com crianças, que geralmente exige cama suplementar e o tipo de limpeza, seja ela completa ou apenas para retoques, sem a troca completa da roupa de cama.

O contrato dos vigias da noite é pago segundo o salário mínimo (smic), comportando horário de trabalho fixo. A distribuição dos horários entre os três é a seguinte : o primeiro trabalha às terças-feiras, às quartas e quintas-feiras (doze horas, das vinte às oito horas da manhã); os outros dois, um trabalha às sextas-feiras e aos sábados, e o outro, aos domingos e às segundas-feiras. O único elemento de flexibilidade é uma hora suplementar pela manhã (entre oito e nove horas) para ajudar à servidora do café, nas situações em que há necessidade de se servir mais de vinte cafés da manhã.

O salário das mulheres camareiras é de 457, 35 euros, líquido, (aproximadamente 1.372,05 reais) enquanto o dos vigias é de 762,25 euros (aproximadamente 2.286,75 reais). A relação salarial é um indicativo da precariedade, sendo que as mulheres vivem um nível de precaridade mais importante do que os homens.

A flexibilidade constitui a mais importante exigência imposta pelos ritmos de funcionamento do hotel. As mulheres podem trabalhar quatro horas em um dia, no dia seguinte, seis horas, nunca mais do que vinte horas por semana.

Em período de plena capacidade de funcionamento do hotel, elas vivenciam horários excessivos, aceleração do ritmo e controles. Em período de diminuição da capacidade de funcionamento, elas reclamam por mendigar horas de trabalho. Essas mulheres são mantidas na precaridade porque o tempo de trabalho e o salário são insuficientes.

A estrutura temporal das atividades é diferenciada segundo homens e mulheres. As exigências do tempo de trabalho doméstico e o tem-

po de trabalho assalariado são inseparáveis da organização social sexuada do trabalho e se aproximam da análise realizada por Ferreira de Macêdo (1993), em sua pesquisa sobre a saúde das operárias e dos operários têxteis de Rio Tinto, no Nordeste do Brasil. As relações sociais de sexo estão presentes na dimensão coletiva, hierárquica, cultural, temporal e patológica da atividade de trabalho.

### **A urgência do trabalho de limpeza**

Elemento central para o funcionamento do hotel, o trabalho de limpeza constitui um problema grave na ausência das mulheres, seja por doença ou em razão das greves de transporte. A direção do hotel deve gerar, na urgência, uma substituta, que geralmente é solicitada através da rede de conhecimento das mulheres, sejam, amigas ou da própria família. Essa prática possibilita a utilização de um pessoal de substituição de confiança e disponível para contratos por tempo determinado e horários variáveis. Essas mulheres geralmente mantinham o controle das substitutas.

### **Noção de força física e exigências das posturas e movimentos associados ao trabalho de limpeza**

As exigências das tarefas de limpeza associam minúcia, paciência, habilidade e força física. As mulheres da África são julgadas menos frágeis e capazes de suportar condições de trabalho que penalizam a saúde física e mental. As condições sociais no país de origem as instalam numa precaridade permanente na França.

As relações sociais de gênero estão presentes na flexibilidade e nas condições de trabalho, e a reorganização constante dos horários penaliza as condições de trabalho de forma diferenciada entre homens e mulheres. (Appay & Thébaud-Mony, 1997).

As tarefas a serem realizadas implicam um engajamento diferenciado do corpo, sendo mobilizadas também as capacidades de cada uma para controlar as anomalias, tais como problemas de eletricidade, lâmpadas queimadas, pias com vazamento, etc.

A jornada de trabalho compreende uma sequência de tarefas que vai desde engomar as toalhas de banho e as de mesa, até a seleção de roupas de cama suja, a arrumação de roupas de cama engomada, o transporte

de roupas sujas para lavagem. Tarefas que exigem muito esforço físico, visto que o peso a transportar é de aproximadamente quinze quilos.

A limpeza dos quartos é feita por andar e seguindo uma classificação dos quartos segundo a sujeira encontrada. Isso começa depois que as mulheres classificam o quarto, segundo as exigências de limpeza “*à blanc*”, seja limpeza completa ou “*à faire*”, organização e limpeza do quarto sem a exigência de mudar toda a parte de cobertores e roupas de cama. Todos os utensílios de limpeza e os eletrodomésticos são colocados no quarto, bem como os produtos de limpeza e os desinfetantes. Alguns produtos, como a solda cáustica e o ácido clorídrico, usados para desentupir um vaso sanitário e retirar tártaros, são usados por essas trabalhadoras sem a mínima proteção, mesmo sendo tão perigosos para a saúde.

A limpeza dos quartos e dos banheiros exige movimentos e posturas em pé e em posição curvada. O transporte da roupa selecionada se faz por um carrinho apropriado para esse tipo de tarefa. As mulheres colocam as roupas no local para facilitar o trabalho da empresa terceirizada, que cuida das lavagens dessas roupas.

Há clientes que exigem que o café da manhã seja servido no quarto. Essa é outra tarefa que requer das camareiras um esforço redobrado, porquanto elas não têm autorização para utilizar o elevador em horários de grande movimento de clientes. Assim, são obrigadas a transportar as bandejas pelas escadas, e isso, pelo menos, quatro a dez vezes por dia.

Cada quarto comporta um banheiro com ducha ou banheira e um vaso sanitário. Na parede do quarto, acima da pia, encontramos um espelho e um secador de cabelo. Cada um desses utensílios exige limpeza com produtos diferentes, alguns dos quais provocam alergias. As alterações na pele das mãos é fonte de dor física e moral, verbalizada entre elas: “*Nós somos aquelas que têm as mãos na água*”.

Uma sala de banho pode estar pronta em dez minutos; a mudança de roupa de cama de um leito de casal pode durar dez minutos. O tempo médio para a realização da limpeza de um quarto é de vinte minutos, podendo chegar a vinte e cinco minutos, em um quarto com leito duplo e um suplementar para criança.

A mudança das roupas de cama é a tarefa preferida das mulheres. Elas gostam de sentir as roupas limpas nas mãos e, assim, se exprimem: “*É agradável sentir nas mãos as roupas de cama limpas*”.

Essas tarefas de limpeza aparecem na descrição de Messing et al., (1992), quando analisam as tarefas de limpeza dos trens na França.

As posturas de limpeza são curvadas penalizando o corpo. As camareiras passam o aspirador na moquete, embaixo da cama, na sala de

banho e no corredor dos andares. Retiram toda a poeira dos móveis, do leito, da cadeira, da mesa, dos espelhos e dos quadros colocados na parede e, ainda curvadas, esvaziam a lixeira.

Nessas atividades de limpeza dos quartos, todos os esforços se concentram nas mãos, nos braços, nas pernas e na coluna vertebral. A jornada de trabalho é fatigante. O corpo sofre devido às dores acumuladas em razão das posturas e dos movimentos exigidos. Essas exigências aumentam quando se faz necessário refazer, de modo completo, a limpeza do quarto e quando os quartos comportam camas duplas e triplos. O número de quartos que precisa desse serviço varia cotidianamente.

### **Controle e a tarefa repugnante**

O controle de sujeiras nos lençóis, como secreção das relações sexuais, da menstruação e de medicamentos é definido pelas mulheres como “tarefa repugnante”. Essas sujeiras exigem a limpeza completa do quarto, ou seja, caracteriza « la chambre à blanc ». As tarefas de limpeza do vaso sanitário e da lixeira dos quartos são consideradas nojentas. Pela manhã, ao abrir os quartos, as camareiras sentem o odor do cliente impregnado no local. Alguns clientes baixam a tampa do vaso sanitário antes de deixar o quarto, evitando o contato direto das mulheres com as sujeiras, tais como urina, vômito, que elas toleram com dificuldades. Essas tarefas são similares àquelas executadas por mulheres nos hospitais e analisadas por Peneff (1992).

A limpeza da lixeira é reveladora da consumação de preservativos, de bebidas alcoólicas, de medicamentos analgésicos, antipasmódicos e de tranquilizantes.

As camareiras não utilizam luvas<sup>3</sup> para fazer a limpeza, afirmando que isso diminui a rapidez da realização das tarefas e dificulta a utilização dos utensílios de limpeza.

Os movimentos e as posturas das camareiras em pé e curvadas implicam modos operatórios diferenciados, e se diferenciam segundo os clientes. As tarefas de limpeza e organização dos quartos são mais importantes quando se trata de clientes homens. A organização de objetos pessoais, como meias, toalhas, é uma tarefa que, segundo elas, é similar às realizadas em casa. Nós observamos uma continuidade das tarefas realizadas no hotel com aquelas da análise sobre a relação entre afetividade e trabalho doméstico de Esman (2002). Paradoxalmente, dependendo do tempo de realização, o trabalho de limpeza dos quartos ocupados por homens é bem mais atrativo.

O trabalho de limpeza, no hotel, é caracterizado como o prolongamento do trabalho doméstico : cotidiano e repetitivo. As camareiras na impossibilidade de sair desses dois espaços, reclamam dessa repetição sem saída, mas, ao mesmo tempo, verbalizam que é com esse trabalho penoso que elas asseguram a sobrevivência da família, na França, e dos parentes, na África: “*Nós queremos viver uma outra coisa...nós enviamos dinheiro para nossos pais*”.

A ajuda financeira enviada aos parentes compensa e traz satisfação.

No período do verão e da primavera, o acordar tarde dos clientes provoca novas exigências temporais para as camareiras. O tempo para a realização das tarefas diminui e intensifica o ritmo do trabalho.

As camareiras vivem na solidão dos quartos, do corredor e do sótão. Elas não têm contato com os clientes, pois quando começam as tarefas, eles já partiram. Elas comparam a solidão dos espaços do hotel com a solidão das tarefas domésticas de casa. Essa solidão é menos sentida nos períodos de plena capacidade de funcionamento do hotel. Essas mulheres executam as tarefas de limpeza juntas e aproveitam para falar do cotidiano, da família, exprimindo o prazer do diálogo. O ambiente é silencioso, completamente diferente do da fábrica, onde o ruído das máquinas impossibilita a comunicação verbal, sendo isso possível somente através de um código gestual (Ferreira de Macêdo ; 1993). No entanto, elas falam da solidão em que vivem nos corredores sombrios e silenciosos. Essas mulheres “invisíveis” estão presentes na limpeza rigorosa e impecável dos quartos.

As expressões de alegria e orgulho aparecem no final da jornada, quando abrem as portas dos quartos limpos e aspiram o odor dos quartos e, nesse momento, a tensão permanente, ligada ao número de horas trabalhadas, é momentaneamente esquecida. Elas riem e verbalizam essas expressões: “*está tudo bem, eu não quero nada fora do lugar, eu quero a beleza e a satisfação do cliente*”.

Elas pronunciam essas palavras com o nariz captando os odores. As camareiras engajam os braços, os olhos, as pernas, as mãos, com o objetivo da limpeza, dos bons odores e da satisfação do cliente. A jornada de cansaço termina com uma frase de prazer. Nesse hotel, as relações sociais de sexo, imbricadas com outras relações sociais, (Jenny, 1995), estão presentes na construção individual e coletiva da relação com o sofrimento do corpo. Esse sofrimento se constrói de forma radicalmente diferente, segundo homens e mulheres, e não pode ser compreendido sem a intervenção da subjetividade (Hirata & Kergoat, 1988).

Esse trabalho “invisível” é submetido a um duplo controle : o controle do gerente, que verifica todos os quartos, e o controle dos clientes.

## Considerações Finais

As camareiras exercem tarefas com exigências físicas importantes. As condições de trabalho e as condições nas quais se desenvolvem as atividades, o transporte de peso, movimentos, que exigem esforço, insalubridade, odores, tarefa suja/tarefa limpa são fontes de sofrimento e de riscos à saúde. Essas exigências são mais importantes quando se trata da limpeza dos quartos de « meio dia » ou de “encontro”.

Elas falam das dores nas pernas, na bacia, na coluna vertebral, as quais são causadas pelo número e pela diversidade das tarefas, a má organização do espaço de trabalho e a falta de ergonomia nos instrumentos de trabalho: elas não contam com equipamentos apropriados para o transporte de aspirador e dos produtos de limpeza. E, portanto, falam também do prazer e do orgulho que sentem quando contemplam o resultado e a qualidade do trabalho realizado. As camareiras vivem uma precaridade permanente; os vigias vivem um processo de precarização.

Ferreira de Macêdo (2003:207), em relação a esse hotel, coloca em evidência a articulação da divisão social e sexual do trabalho, com a segregação pela « cor da pele » e a dimensão da servidão do trabalho de limpeza. O estudo traz um olhar crítico sobre o trabalho de limpeza assalariado executado por mulheres imigrantes. Ele mostra a importância da organização e das condições de trabalho, da formação à prevenção de riscos à saúde, tanto em relação ao hotel quanto à profissão e aos sindicatos. A outra permite a reflexão sobre os compromissos elaborados pelas camareiras, que lhes permitem vivenciar prazer na servidão do trabalho e lutar contra as patologias dessa servidão.

A organização do trabalho no setor hoteleiro favorece a inserção de mulheres negras. Essa constatação nos permite formular algumas questões para nossa pesquisa em desenvolvimento na pequena, média e grande estrutura desse setor:

- Como se organiza uma divisão social e sexual do trabalho que classifica os trabalhadores segregando-as sobre a base da “cor da pele”?
- Como essa divisão se concretiza no meio do trabalho e quais expressões de violência ela legitima?
- Como se organiza um processo social de designação, de atribuição de postos que mantêm de maneira, durável, a diferença entre “nós” e os “outros”, e consolida as bases de uma divisão particular do trabalho que distingue as mulheres negras dos homens de sua classe e



de sua cor e as opõe às mulheres de outras classes?

- Quais são as conseqüências sobre a saúde no trabalho (em termos de degradação da saúde, das condições e modalidades das formas de riscos à saúde, etc.)?

Nossa hipótese é de que essa divisão se baseia nas relações sociais de dominação. Uma dominação que se inscreve nos corpos sexuais e de “cor” e legitima não somente o lugar ocupado no trabalho mas também na sociedade. A transversalidade das relações sociais de classe e de gênero (Kergoat, 1998) articuladas sobre as relações sociais de cor da pele cria as condições que favorecem os riscos físicos e psíquicos da saúde no trabalho.

## Notas

<sup>1</sup> Os « Cahiers du Genre » consagraram um número à relação de serviço (Fougeirollas-Schwebel, 2000).

<sup>2</sup> Na França e na Europa, o tema de mudanças e redução do tempo de trabalho estava no centro do debate político e social. Ver os estudos sociológicos dos anos 90 sobre esse tema.

<sup>3</sup> As camareiras associam rapidez com a não utilização de luvas. Nós observamos que elas colocam em questão a qualidade das luvas fornecidas pelo hotel, e não, sua utilização.

## Referências bibliográficas

- APPAY, B.; THÉBAUD-MONY, A.(1997).In: APPAY, B.;THÉBAUD-MONY,A (Orgs.). *Précarisation sociale, travail et santé*. (pp. 7-12). Paris : Actions fédératives de l'IRESO.
- BRETIN, H. (1997). Hommes et femmes en service précaire : le nettoyage industriel. In : APPAY, B., THÉBAUD-MONY, A. (Orgs.). *Précarisation sociale, travail et santé*. (pp. 269-283). Paris: Actions fédératives de l'IRESO.
- CATTANEO, N. (1996) Qui partage et que partage-t-on? In: HIRATA, H. , SENOTIER, D. (Orgs.). *Femmes et partage au travail*. (pp. 150-161). Paris: Syrus.
- \_\_\_\_ (1997). Précarités et travail à temps partiel des femmes – L'exemple des caissières d'hypermarché. In: APPAY, B.; THÉBAUD-MONY, A. (Orgs.). *Précarisation sociale, travail et santé*. (pp. 331-340). Paris: Actes fédératives de l'IRESO.
- DEJOURS, C. (1993) Travail, usure mentale. In: DEJOURS, C. *De la psychopathologie du travail à la psychodynamique du travail, nouvelle édition augmentée*. Paris: Bayar.
- DEJOURS, C. ; ABDOUCHELI, E. (1990). Itinéraire théorique et psychopathologie du travail, travail et santé mentale. *Revue Prévenir*: (20), 127-149.
- ESMAN, S. (2002). Faire le travail domestique chez les autres. Transcription de l'instruction au sosie suivie du commentaire. *Revue Travailler* (8), 45-72.
- FERREIRA DE MACEDO, M. B. (2003). Femmes de ménage et veilleurs de nuit : une approche sexuée du travail précaire dans un hôtel en France. *Cahiers du Genre* (35), 189-208.
- \_\_\_\_ Hôtelierie, Travail et Précarisation. Le cas d'un hôtel en France. (1997) *Rapport de Recherche*. (p.60). Recife: UFPE.

- \_\_\_\_\_ (1993). En tissant voiles et linceuls – Le rapport travail/santé des ouvrières de Rio Tinto (Nordeste du Brésil) : une analyse en termes de rapports sociaux de classes et de sexes – 1924-1991. Thèse de Doctorat. Paris: Université Paris 7 – Denis Diderot.
- FOUGEIROLLAS-SCHWEBEL, D. (2000). In: FOUGEIROLLAS-SCHWEBEL, D. (Org.). *La relation de service – Regards croisés*. Cahiers du genre (28), 5-18.
- KERGOAT, D. (1998). La division du travail entre les sexes . In: KERGOAT, J.; BOUTET, J.; JACOT, H; LINHART, D. (Orgs.). *Le monde du travail*. (pp. 319-327). Paris: La Découverte.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. (1988). Rapports sociaux de sexe et psychopathologie du travail. In: DEJOURS, C. (Org.). *Plaisir et souffrance dans le travail*. Tome II. (pp. 131-176). Orsay: l'AOCIP.
- JENNY, J. (1995). Rapports Sociaux de Sexe et autres Rapports de Dominance Sociale : pour une intégration conceptuelle des rapports sociaux fondamentaux. In: *Cahiers du GEDISST* (13), 109-130 .
- MESSING, K. Haentjens C; DONIOL-SHAW, G.(1992). L'Invisible nécessaire: l'activité de nettoyage des toilettes sur les trains de voyageurs en gare. *Revue Le travail humain*. tome 55 ( 4), 353-370.
- PENEFF, J. (1992). *L'hôpital en Urgence*. Paris: Metailié.

Maria Bernadete Ferreira de Macedo  
e-mail: [b.macedo@wanadoo.fr](mailto:b.macedo@wanadoo.fr)

• recebido em novembro de 2005.

• aprovado em maio de 2006.

---

# NOTÍCIAS



---

## **- Manifesto de Libéria - Pronunciamento e conclusões do sétimo Congresso Internacional de Psicologia Social da Libertação**

por **Raquel Guzzo**

Professora da PUC - Campinas

### **Resumo**

O Sétimo Congresso Internacional de Psicologia Social da Libertação foi realizado em Libéria, Guanacaste, Costa Rica, de 16 à 19 de novembro de 2005, com a participação de 560 congressistas inscritos, provenientes dos seguintes países: Costa Rica, Honduras, Guatemala, Bolívia, Cuba, Estados Unidos, Áustria, França, Espanha, México, Argentina, Chile, Uruguai, República Dominicana, Canadá, Venezuela, Brasil, Peru, Equador, África do Sul, Porto Rico, Colômbia, Alemanha, Nicarágua e El Salvador.

Em 15 de novembro realizou-se uma conferência na Universidad de Costa Rica, em São José, de Santiago Alba Rico e no dia 16 pela noite efetuou-se um ato inaugural e comemorativo em Libéria, seguido por uma conferência inaugural de Jon Cortina, da Universidade Centroamericana “José Simeón Cañas” de São Salvador. Celebramos essa noite o aniversário do assassinato de Ignacio Martín-Baró e seus companheiros e companheiras por um esquadrão do exército salvadorenho em 1989, sendo um crime que permanece basicamente impune. Estas atividades foram seguidas por uma noite de cantores, com a música de Esteban Monge, Olman Briceño e Luis Ku do México.

A partir do dia 17, quinta-feira, foram desenvolvidos, simultaneamente, nove espaços de apresentação de conferências, sessões temáticas, simpósios, fóruns de vídeo ou teatro, oficinas ou conversas, chegando a acontecer por volta de 85 sessões de trabalho. Apresentaram-se no congresso dezesseis conferências e cerca de oito oficinas. Na quinta-feira, 17, e na sexta-feira, 18, funcionaram também sete mesas de trabalho que constituíam parte fundamental da estratégia do evento, já que nelas se apresentaram diversos pontos de convergência entre participantes, pro-

postas, projetos e redes. Na sexta-feira, 18, pela noite o Congresso vibrou com a música da cantora guanacasteca Duadalupe Urbina.

O Congresso terminou no sábado, 19 de novembro às 14hs com um ato de fechamento em que a companheira Vilma Leandro, da Comissão de Programação apresentou um informe tendo sido acompanhada pelas coordenações das mesas, sobre as conclusões e propostas elaboradas e o ato de fechamento convertido em uma espécie de “plenária” fixou sua posição e adotou outros acordos que foram produto do encontro final. O seguinte pronunciamento do Congresso sintetiza as conclusões a que chegamos.



---

## - Manifesto de Libéria<sup>1</sup> -

O Sétimo Congresso Internacional de Psicologia Social da Libertação, reunido na cidade de Libéria, Costa Rica, de 16 a 19 de novembro do ano de 2005, afirma, por meio de sua sessão plenária de fechamento, na qual tomamos conhecimento e discutimos diversas propostas e projetos dos mais de 560 congressistas provenientes de 25 países, o seguinte manifesto:

1. Consideramos a memória histórica como direito humano individual, social e coletivo, constituindo um processo libertador nas lutas de resistência de nossos povos e na construção de outro mundo possível e de uma psicologia libertadora. O Congresso favorece a constituição de grupos de trabalho que abordem as experiências dos diversos países, propondo uma futura “caravana virtual da memória” contendo o que ocorre em cada país participante.
2. Condenamos todo uso de conhecimento e prática da psicologia que viole os direitos humanos de indivíduos e coletividades.
3. Concluímos que a Psicologia da libertação e a Teologia da Libertação devem manter um diálogo constante para evitar cair em um reducionismo que fragmente a integralidade do ser humano, e que, em ambos os casos, a criação teórica de saberes é um ato segundo, precedido pela práxis como ato primário. Trata-se de saberes que por si mesmos não transformam o mundo, mas que se convertem em instrumentos para que os sujeitos transformem sua realidade. Devem afrontar o temor dos sinais dos tempos para poder avançar com esperança nas tarefas libertadoras.
4. Reiteramos as organizações da sociedade civil a realizar atividades de informação e capacitação acerca dos conteúdos e efeitos dos chamados tratados de “livre comércio” na perspectiva de uma pedagogia crítica. Estes tratados lesam a identidade cultural ao acelerarem as privatizações e o desmantelamento das instituições nacionais e promovem uma espécie de competição desleal.
5. Reiteramos as organizações não governamentais, as igrejas e outros movimentos sociais a desenvolver estratégias claras de uma pedagogia crítica com a população migrante, que permita um trabalho de apoio, de transformação de visões da realidade, para que se assumam mudanças políticas e sociais.
6. O Congresso considerou prioritário o trabalho em torno do tema da pobreza, constituindo uma rede de comunicação e de intercâmbio de materiais. Consideramos necessário trabalhar a problemática da pobreza levando em conta sua dimensão mais micro (local e imediata) e seus condicionantes estruturais.
7. O Congresso prestou atenção ao trabalho psicossocial em situações de desastre, acordando fomentar uma rede internacional integrada por comissões que em cada lugar estejam coordenadas por um(a) estudante e um(a)

profissional e propondo que o tema do trabalho psicossocial em desastres seja incluído como eixo temático em futuros congressos. Reconhecemos o impacto das condições de pobreza, exclusão, imposição e falta de oportunidades nestes cenários e a necessidade de fomentar informação real, políticas de inclusão de comunidades, de respeito à autogestão comunitária, partindo da ética e do respeito aos direitos humanos. Devem-se desenvolver estruturas para garantir a formação, ação, pesquisa e participação no enfrentamento de situações de desastre. Condenamos, também, a vitimização da população por parte dos meios de comunicação de massas, destacando a necessidade de desenvolver e revisar delineamentos conceituais sobre esta problemática.

8. O congresso considera que a Psicologia Social da Libertação deve dar frutos em todos os âmbitos de nossa prática: desde a clínica até o trabalho organizativo de base e com os movimentos sociais relacionando-se, necessariamente, com outras disciplinas. O congresso tem o acordo de criar uma rede de psicologia social da libertação, com o fomento de grupos de trabalho em cada país e uma página da web que seja alimentada por estes. Estes grupos de trabalho nos permitirão trocar experiências, materiais e promover espaços regionais e nacionais.
9. O congresso concorda em criar, junto com a Comissão organizadora deste evento, uma estrutura de prosseguimento aos acordos e propostas deste encontro, integrada pelos representantes das diversas mesas de trabalho. Desta forma, pretende vincular estes esforços com outros esforços alternativos mais gerais, como os que foram expressos no Fórum Social Mundial, e articular com redes alternativas de comunicação e de informação.
10. A plenária final do congresso concorda de forma unânime em respaldar a proposta apresentada por estudantes de que seja incorporada uma representação estudantil à estrutura que funcionou como Comissão Internacional dos Congressos de Psicologia Social da Libertação.
11. O Congresso avalia que é necessário estimular e fortalecer a participação de movimentos populares nos futuros congressos.

Liberia, Costa Rica, 19 De Noviembre Del Año 2005

## Notas:

<sup>1</sup> Tradução de Fernando Lacerda Júnior e Raquel Souza Lobo Guzzo.

## **Normas para o envio de manuscritos e orientação editorial**

### **1. Submissão de um manuscrito**

Antes de enviar seu manuscrito para a Revista Psicologia Política siga os passos abaixo, detalhadamente, para garantir a boa apresentação do trabalho e agilizar o processo editorial. As normas estarão disponíveis sempre nos volumes da Revista, nas últimas páginas, e na internet no endereço [www.fafich.ufmg.br/npp](http://www.fafich.ufmg.br/npp), no ícone normas.

Revise, cuidadosamente, a obediência às normas vigentes no momento e a correção de Português. A revisão dos trabalhos é de inteira responsabilidade dos próprios autores. Trabalhos que não possuem títulos em Português e Inglês, resumo, palavras-chave, abstract e key-words não serão iniciados em processo editorial pelo Comitê Editorial.

Todas as comunicações com a Revista Psicologia Política, via correio, devem ser encaminhadas para a Núcleo de Psicologia Política - Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Av. Antônio Carlos, 6.627 - FAFICH - sala 4020 - Pampulha Cep: 31.275-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil. O destinatário é REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA.

Todas as comunicações via correio eletrônico devem ser enviadas para [revistapsipol@uol.com.br](mailto:revistapsipol@uol.com.br).

Não esqueça, ao enviar um manuscrito para a Psicologia Política, você deverá informar ao Comitê Editorial, o nome de todos os autores do manuscrito em questão, endereço completo com CEP de todos os interessados, endereço eletrônico, fone e fax, e ainda a filiação institucional de cada um dos autores.

A Revista Psicologia Política publica artigos originais e inéditos, ensaios originais, resenhas de temas e autores e relatório de pesquisa.

### **1.A. Submissão de um manuscrito via correio:**

Os manuscritos deverão, necessariamente, obedecer às condições divulgadas pela Psicologia Política. Não envie disquetes neste momento. Envie sempre três (3) cópias do manuscrito para o Comitê Editorial, pois somente assim, nós podemos iniciar o processo editorial.

Digite seu manuscrito, utilizando o programa Word a partir do 6.0 (Windows), não utilize outro programa. Sempre utilize fonte Times New Roman, corpo 12, espaço duplo. Utilize o recurso de parágrafo. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas. Não esqueça de apresentar os títulos em Português e Inglês. O trabalho deve ser apresentado na seguinte ordem:

- a) folha de rosto identificada contendo título do trabalho em duas línguas dentre as quatro publicadas por este periódico (português, espanhol, francês e inglês), identificação do(s) autor(es), endereço(s) completo(s), filiação institucional, resumo com 5 palavras-chaves e abstract com 5 key-words;
- b) folha de rosto não identificada contendo título do trabalho em duas línguas dentre as quatro publicadas por este periódico (português, espanhol, francês e inglês), resumo com 5 palavras-chaves e abstract com 5 key-words;
- c) corpo do texto contendo o título logo na primeira linha em português ou inglês/francês/ espanhol, caso o texto todo seja escrito em língua estrangeira;
- d) primeira página depois do fim do trabalho, deve conter as referências bibliográficas;

Notas de rodapé devem ser utilizadas somente para questões explicativas e nunca bibliográficas, apresentando numeração sequencial, imediatamente, após a frase à qual se referem.

### **1.B. Submissão de um manuscrito via correio eletrônico:**

O manuscrito deverá ser encaminhado como arquivo anexado formato Word a partir do 6.0 (Windows) em mensagem eletrônica para o endereço da Revista ([revistapsipol@uol.com.br](mailto:revistapsipol@uol.com.br)). A mensagem eletrônica deve ter como título “Submissão de Manuscrito”. No corpo da mensagem escreva uma carta ao Comitê Editorial apresentando a submissão de seu manuscrito. Todo o resto deve estar no arquivo anexado nesta mensagem (use o recurso “attachment”).

O manuscrito no arquivo anexado deve seguir a mesma ordem indicada nas alíneas a, b, c, d descritas no item 1.A. Não utilize o recurso “quebra de página”, use as divisões de páginas do próprio programa. Atenção somen-

te a primeira página, intitulada folha de rosto identificada, deve conter o(s) nome(s) do(s) autor (es) e qualquer outro elemento de identificação.

O manuscrito enviado nestas condições e avaliado pelo Comitê Editorial quanto a sua pertinência temática, terá seu processo editorial iniciado.

## 2. Referências no corpo do trabalho:

- Citação de autores no texto: devem ser apresentadas pelo sobrenome do(s) autor(es) seguido(s) do ano da publicação.  
Exemplo: (Cantril, 1947)
- No caso de citações de trechos, estes devem estar no corpo do texto desde que não ultrapassem cinco linhas e em itálico. No caso de ultrapassar esse número de linhas, o mesmo deve ser posto separadamente no texto e entre aspas e com itálico. Ao final das citações devem constar entre parênteses o nome do autor, o ano do trabalho e o número da página sem itálico.  
Exemplo: (Prado, 2001:175)
- No caso de citações com dois autores, utilizar “&” quando citados entre parênteses e “e” quando citados no texto. No caso de citações com três ou mais autores, a primeira vez em que aparecem no texto devem ser citados todos os nomes; nas seguintes cita-se apenas o sobrenome do primeiro autor seguido da expressão “et al.”.  
Exemplo: (Bobbio et al., 1992)
- No caso de citação de documentos cujo autor é uma entidade coletiva, usar o nome da entidade por extenso, seguido do ano de publicação.  
Exemplo: (Associação Brasileira de Psicologia Social, 1996)
- No caso de citação textual, ou seja, na transcrição literal de um texto, esta deve estar entre aspas, seguida do sobrenome do autor, data e página citada.
- Evite citações indiretas, mas quando for absolutamente necessário, indique com a expressão “citado por”.  
Exemplo: (Moreira, 1991, citado por Gomes, 2000)
- Os quadros, tabelas, gráficos e ilustrações deverão ser apresentados no corpo do trabalho, com 2,5cm nas margens esquerda e direita. Os títulos de quadros, tabelas, gráficos e ilustrações deverão ser numerados de 1 a n, utilizando letra maiúscula somente para iniciais e obedecendo a margem esquerda do texto principal.

### 3. Referências Bibliográficas:

As referências bibliográficas devem ser apresentadas sempre no fim do manuscrito. Solicitamos que o autor inicie as referências bibliográficas em página própria, imediatamente após o fim do corpo do texto em questão.

A disposição deve ser em ordem alfabética do último sobrenome do autor e, no caso de mais de uma obra do mesmo autor, as referências devem ser dispostas em ordem cronológica de publicação.

Não esqueça que somente devem constar nas referências bibliográficas, as bibliografias citadas no corpo do texto.

As referências devem ser alinhadas a partir da terceira letra do nome do autor.

Exemplos:

- **Livro**

JACKSON, J. M. (1988). Social Psychology, Past and Present. An Integrative Orientation. London: LEA.

- **Tradução**

STOMPKA, P. (1998). A Sociologia da Mudança Social (Pedro Jorgensen Jr., Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho Originalmente publicado em 1993.)

- **Capítulo de Livro**

HONNETH, A. (2001). Democracia como Cooperação Reflexiva. John Dewey e a Teoria Democrática Hoje. In: SOUZA, J. (Org.), Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. (pp. 63-92). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- **Artigo de Revista Científica**

ESTANQUE, E. (2001). Do autoritarismo despótico aos novos desafios do sindicalismo: reflexões sobre o trabalho industrial na era da globalização. Revista Psicologia Política, 1 (2), 11-28.

- **Trabalho de evento publicado em resumos ou anais**

MERCADO, M. (2000). A Invenção da Mestiçagem: Uma interpretação dos estudos sobre as relações raciais no Brasil. In: Anais do VIII Encontro Regional da ABRAPSO/SP (p.118). Piracicaba/São Paulo: Universidade Metodista de Piracicaba.

- **Tese ou Dissertação**

ANSARA, S. (2000). Repressão e Lutas Operárias na Memória Coletiva da Classe Trabalhadora em São Paulo. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

• **Artigo em Revista Científica virtual (Internet).**

LÖWY, M. (2003). Las formas modernas de la barbarie. Metapolitica, 28, artigo 1. Acessado em 6 de abril de 2003, de <http://www.cepcom.com.mx/meta/28/vimpresa/dossier/1doss.htm>

• **Artigo em Jornal**

FRANCO, C. (2003, 6 de Abril de). Os Bórgia e as orgias do desejo profano. O Estado de S. Paulo, [São Paulo], p. D5.

• **Artigo em Revista não científica**

OYAMA, T. (2001, 27 de junho de). Dias Alegres: Parque de Diversões Promove Dia Gay e ensina funcionários a tratar visitante homossexual. Veja, 34(25), 71.

• **Artigo em Jornal ou Revista não científico (Internet)**

*Sem autor*

EUA isolam Bagdá, invadem palácios de Saddam e matam civis em bombardeio (2003, 7 de abril de). O Estado de S. Paulo., Acessado em 8 de abril de 2003, de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u54748.shtml>

*Com autor*

WESTPHAL, W. (2003, 7 de abril de). Rubinho promete ganhar um GP do Brasil FolhaOn-line, Acessado em 8 de abril de 2003, de <http://www.estadao.com.br/esportes/noticias/2003/abr/07/218.htm>

#### 4. Processo editorial:

Ao receber o manuscrito, o Comitê Editorial fará uma primeira apreciação e, caso seja aprovado, este será submetido à apreciação de dois pareceristas que sejam especialistas na temática ou área em questão. A Revista Psicologia Política encoraja o(s) autor(es) a indicar nomes de especialistas.

O Comitê Editorial entende que as solicitações de modificações em um manuscrito são comuns, rotineiras e importantes, pois permitem que o manuscrito passe por um diálogo entre pares de forma a torná-lo cada vez mais um “artigo a ser publicado”. Portanto, é importante que os autores entendam que tais solicitações não devem ser consideradas como críticas pessoais e sim como diálogos entre especialistas sobre uma temática ou área de pesquisa. Neste sentido, os autores receberão os indicativos dos pareceres, sendo obrigatório a apresentação de uma carta na segunda submissão do manuscrito, evidenciando quais mudanças foram feitas e quais não foram e, neste caso, apresentando as justificativas para tal. A decisão de publicação ou não é sempre dos Editores e do Comitê Editorial com a consultoria dos Conselheiros e Pareceristas ad. hoc.

Após os pareceres, os autores terão um prazo para modificações do manuscrito que poderá, dentro do prazo determinado na carta aos autores, ser re-enviado para a Revista. O manuscrito passará por uma segunda revisão do Comitê e caso aprovado será solicitado ao(s) autor(es) o envio de uma carta submetendo os direitos autorais de seu manuscrito para a Revista Psicologia Política.

Cada autor de um manuscrito publicado receberá um número da Revista Psicologia Política gratuitamente pelo correio.

Quando da recusa dos textos/manuscritos, o(s) autor(es) serão notificados com as justificativas dos pareceristas e/ou do Comitê Editorial e poderão a partir dos elementos da recusa, modificar seus manuscritos e re-enviá-los sempre que considerarem relevante. A Revista Psicologia Política incentiva os autores de textos não recomendados a enviarem seus textos modificados para nova apreciação de nossos Pareceristas.

A Revista Psicologia Política adquire e reserva para si os direitos autorais de todos os textos que nela forem publicados, podendo vendê-los ou submetê-los a permuta. A responsabilidade pelo conteúdo de cada texto é do autor do manuscrito



Caro leitor,  
A Revista Psicologia Política  
contém em seus exemplares os  
seguintes manuscritos:

- Práticas psi e tortura no Brasil - *Cecília Maria Bouças Coimbra*
- Discurso da dissidência - *Antonio C. R. Tupinambá*
- Creativity in crisis - *Rowan Ireland*

#### Revista nº1, vol.1, 2001

- A fase oculta do racismo: uma análise psicossociológica - *Leônio Camino, Patrícia da Silva, Aline Machado e Cícero Pereira*
- O anti-racismo no Brasil: considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial - *Maria Palmira da Silva*
- Teoria crítica da sociedade e estudos sobre preconceito - *José Leo Crochik*
- Ideologia ou mitos totalitários? Fragmentos de discursos inigualitários - *Telma Regina de Paula Souza*
- Violência institucional, identificação e direitos humanos - *Maria Aparecida Morgado*
- Psicologia, direitos humanos e neo-liberalismo - *Cecília Coimbra*
- Psicologia política e ação coletiva - *Marco Aurélio Máximo Prado*
- The crisis of the brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s - *Salvador Sandoval*

#### Revista nº2, vol.1, 2001

- Do autoritarismo despótico aos novos desafios do sindicalismo: reflexões sobre o trabalho industrial na era da globalização - *Elisio Estanque*
- Memória coletiva: um estudo psicopolítico de uma luta operária em São Paulo - *Soraia Ansara*
- A ação sindical sob a perspectiva da condição humana: uma prática anti-política - *Antonio José Rollas Brito*
- Psicologia social Comunitária latino-americana: algumas aproximações e intersecções com psicologia política - *Maria de Fátima Quintal de Freitas*

#### Revista nº3, vol.1, 2002

- Capitalismo, trabalho e tempo de prisão como pena - *Sandra Luzia de Souza Alencar*
- Música popular, estilo estático e identidade coletiva - *Kátia Maheirie*
- Algumas notas sobre medidas sócio-educativas aplicadas a adolescentes - *Adilson Dias Bastos*
- The demand and supply of participation: social psychological correlates of participation in a social movement - *Bert Klandermans*
- La política de la psicología: el caso argentino - *Angel Rodriguez Kauth*
- Frankfurt em Nova York: controvérsias sobre o estabelecimento do Instituto de Pesquisa Social na Universidade de Columbia - *Iray Carone*
- Psicologia política: principais contribuições norte-americanas no século XX (décadas 30-70) - *Romina lebra Aizpurúa*

#### Revista nº 4, vol.2, 2002

- Estado Del arte: psicologia política y colectiva mexicana - *Graciela A. Mota Botelho* (Universidad Nacional Autónoma Del México)
- À beira do caminho: a jovem guarda prepara a mudança social - *Francisca Eleodora Santos Severino* (Universidade Católica de Santos)
- Tempo como categoria analítica da subjetividade - *Ernesto Pacheco Richter* - Universidade Guarulhos, *Eliane Rivero Jover* (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), *Deise Cardoso Nunes* (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
- Vidas apagadas: vítimas de linchamentos ocorridos no Brasil (1990-2000) - *Lídio de Souza* (Universidade Federal do Espírito Santo), *Paulo Rogério Meira*

Menandro (Universidade Federal do Espírito Santo)

- A justificação da desigualdade em discursos sobre a posição social do negro - *Pedro de Oliveira* (Universidade Estadual da Paraíba)
- Psicanálise e política no pensamento de Cornelius Castoriadis - *Marília Novais da Matta Machado* (Universidade Federal de São João Del Rei)
- Relações de gênero em movimento - das relações cotidianas à participação política - *Betânia Diniz Gonçalves* (Pontifícia Universidade católica de Minas Gerais)

---

### Revista nº5, vol.1, 2003

---

- Bases psicossociais da (in)tolerância: reflexões políticas - *José Luis Álvaro Estramiana* (Universidad Complutense de Madrid), *Maria de Fátima Vieira Severino* (Universidade Federal de Ceará)
- Políticas compensatórias e contas no Brasil: onde realmente estão os problemas? - *Céli Regina Jardim Pinto* (Universidade Federal do rio Grande do Sul)
- Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais - *Alessandro Soares da Silva* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
- Juventude e movimento estudantil: discutindo as práticas militantes - *Marcos Ribeiro Mesquita* (Universidade Federal de Santa Catarina)
- Entra mãe e sai mulher? As possibilidades de redefinição do papel feminino com base em experiências públicas na escola - *Antônio Carlos Vaz* (Universidade Cruzeiro do Sul)
- O sujeito social entre o indivíduo e o ator em Alain Touraine - *Paulo Henrique de Queiroz Nogueira* (Universidade Federal de Minas Gerais)
- Reflexões sobre o conselho regional de estudantes de psicologia (COREP-SP) e o movimento estudantil (ME): uma análise a partir de 1960 - *Domenico Uhng Hur* (Universidade de São Paulo)

---

### Revista nº6, vol.2, 2003

---

- La construcción de ciudadanía como una respuesta posible a la agresión discursiva - *Maritza Montero*

(Universidad Central de Venezuela)

- Características e significados de rebeliões em prisões brasileiras: um estudo a partir de material jornalístico - *Gilead Marchezi Tavares* (Universidade Federal do Espírito Santo), *Paulo Rogério Meira Medrado* (Universidade Federal do Espírito Santo)
- Participação política e psicologia social: a trajetória de lideranças de movimentos populares - *Bernadete Baltazar* (Universidade Federal do Espírito Santo)
- Políticas de reconhecimento e ação afirmativa - *Maria Lúcia Miranda Afonso* (Universidade Federal de Minas Gerais), *Cristiano Santos Rodrigues* (Universidade Federal de Minas Gerais)
- Nas empresas todos têm as mesmas chances, contanto que sejam homens - *Eliana Ismael Costa* (UNJPE)
- Sobre a consciência de classe e a teoria crítica: Rosa Luxemburgo - e o eclipse da revolução - *Ricardo Pagliuso Regatieri* (USP)
- Estados parias: a lei da força nos assuntos internacionais - *Antonio Caúbi Ribeiro Tupinambá* (UFC)

---

### Revista, nº7, vol.1, 2004

---

- Presidente eleita da Sociedade Internacional de Psicologia Política - *Maritza Montero* (Universidad Central de Venezuela)
- O processo de formação do sujeito e o self na psicologia social de G. H. Mead - *Ruth Bernardes de Sant'Ana* - Universidade Federal de São João del Rei
- Usos de si e densificação do trabalho - *Maria Inês Rosa* (Universidade Estadual de Campinas)
- Formações identitárias de jovens: algumas considerações sobre os hip hoppers piracicabanos - *Priscila Saemi Matsunaga* (Universidade Estadual de Campinas)
- La movilización de la cultura em la acción colectiva - *Rafael Cruz* (Universidad Complutense de Madrid)
- Homenaje mundial a Ignacio Martín Badaró (1942-1989) XV años de ausencia , no de olvido - *Joel Vazquez* (Martín Badaró homenagem - Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa - México)

---

**Revista, nº8, vol.4, 2004**

---

- O mundo do trabalho na vida cotidiana: a experiência de mobilidade psicossocial em espaço de desqualificação - *Vanessa Andrade de Barros* (Universidade Federal de Minas Gerais), *Maria Luisa Magalhães Nogueira* (Universidade Federal de Minas Gerais)
- A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): contribuições da psicanálise - *Eliane Domingues* (Universidade Estadual de Maringá - PR)
- Participación pública y nuevos conflictos sociales desde la sociología riesgo - *Enrique Laraña* (Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales - Universidad Complutense de Madrid - Espanha)
- La re-habilitation d'un paradigme perdu: la psychologie politique - *Alexandre Dorna* (Université de Caen - France)
- Cidadania sexual na democracia portuguesa - *Ana Cristina Santos* (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - Portugal)
- Economía política Del Armário: políticas del silencio, políticas de la autenticidad - *Fernando Villamil Pérez* (Universidad Complutense de Madrid)
- L'Ê Gueuloir bi ou comment la biphobie vient aux gais - *Daniel Welzer-Lang* (Université de Toulouse-le Mirail - France)

---

**Revista, nº 9, vol.5 , 2005.**

---

- Sobre as Noções de Sujeito e Cidadania: notas para algumas reflexões psicossociais - *Alexandre Bonetti Lima* (Universidade Estadual de Londrina - PR)
- Representación política y gobierno: mecanismos institucionales para un gobierno democrático - *Raúl Rocha Romero* (Facultad de Estudios Superiores Zaragoza - UNAM)
- Práticas Psicológicas nas Políticas Públicas: um debate sobre a temática da violência - *Neuza Maria de Fátima Guareschi* (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), *Júlio César Diniz* (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), *Luciele Nardi Comunello* (bolsista da FAPERGS e PIBIC/CNPq - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e *Milena Nardini* (bolsista da FAPERGS e PIBIC/

CNPq - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

- Grupos *skinheads* e *hip-hoppers*: reflexões sobre violência coletiva: *Telma Regina de Paula Souza* (Universidade Metodista de Piracicaba)
- Feminismo de terceira geração - um debate para a psicologia política - *Karin Ellen von Smigay* (Universidade Federal de Minas Gerais)
- "Ter saúde é poder trabalhar": o caso de trabalhadores acidentados e aposentados por invalidez - *Izabel Cristina Ferreira Borsoi* (Universidade Federal do Ceará)

---

**Revista, nº 10, vol.5 , 2005.**

---

- Psicologia, tecnologia e educação: apontamentos sobre - *Oliveira Vianna e Lourenço Filho* - *Odair Sass* (PUC-SP)
- Notas sobre movimentos sociais e participação política - *Stella Narita* (IP-USP)
- Povos indígenas e o sistema colonizador na Amazônia sul-ocidental - *Enock da Silva Pessoa* (UFA-Acre)
- Prática do sistema albergal: subversões, submissões e possibilidades de sublevações - *Ricardo Mendes Mattos* (UNIMARCO-SP), *Mauro Kenji Yamaguchi* (UNIMARCO-SP), *Adriana Rodrigues Domingues* (UNIMARCO-SP)
- Esporte e sociedade: entre civilização e barbarie - *José Newton Garcia de Araújo* (PUC - MG)
- Psicologia do Trabalho ou do Capital? Eis a questão... - *José Roberto Montes Heloani* (FGV-SP - UNICAMP - UNIMARCO - CRP-SP)
- Gestão Participativa de Políticas Públicas: o Caso dos Conselhos de Saúde - *Cornelis Johannes van Stralen* (UFMG)

